



PARLEX



Boletim de novidades legislativas

2023



INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PARLAMENTAR

GESTÃO 2022-2023

Carlos Enrique Arrais Caputo Bastos
Presidente

Renan Guedes Sobreira
Vice-Presidente

Lucas Estevão Ribeiro da Silva
Secretário-Geral

Suellen Patrícia Moura
Secretária-Adjunta

Cynthia Gruendling Juruena
Diretora Acadêmica

Luiz Guilherme Arcaro Conci
Diretor Acadêmico

Marina Almeida Moraes
Diretora de Comunicação

Monike Santos
Diretora de Comunicação





Fundadoras e Fundadores

Carlos Enrique Arrais Caputo Bastos
Cynthia Gruendling Juruena
Daniel Falcão Pimentel dos Reis
Eneida Desiree Salgado
Erick Kiyoshi Nakamura
Flávio Aurélio Nogueira Júnior
José Nunes de Cerqueira Neto
Juliana Machado Fraga
Karolina Mattos Roeder
Luiz Guilherme Arcaro Conci
Leonardo de Andrade Barbosa

Marcelo Ramos Peregrino Ferreira
Mariana Albuquerque Rabelo
Marina Almeida Morais
Monike Assis dos Santos
Raquel Cavalcanti Ramos Machado
Renan Guedes Sobreira
Roberta Simões Nascimento
Sidney Sá das Neves
Suellen Patrícia Moura
Tailaine Cristina Costa
Walber de Moura Agra

Efetivas e Efetivos

Mayrla Gois dos Santos
Carolina Lobo
Lucas Estevão Ribeiro da Silva
Athos Freitas Fernandes de Souza
Mariane dos Santos Almeida Costa
Juliano Glinski Pietzack
Wesley Alves Bergonzine
Érica Silva Teixeira
Carlos André Coutinho Teles
Devilson da Rocha Sousa
Luciana Carneiro de Oliveira
Michael Dionísio de Sousa
Edirley do Lago Silva
Carlos Gonçalves Júnior
Roberta Picussa

Yanne Katt Teles Rodrigues
Ana Claudia Santano
Rodrigo Luís Kanayama
Claudio Ladeira de Oliveira
Fernanda de Carvalho Lage
Marilda de Paula Silveira
Flávio Jaime de Moraes Jardim
Sérgio Antônio Ferreira Victor

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Boletim de novidades legislativas - PARLex [livro eletrônico]. -- 1. ed. -- Brasília, DF : Instituto Brasileiro de Direito Parlamentar, 2024.
PDF

Vários colaboradores.

ISBN 978-65-981786-1-1

DOI: 10.5281/zenodo.11206512

1. Câmaras legislativas - Brasil 2. Ciências políticas 3. Direito parlamentar - Brasil
4. Direito - Brasil - Miscelânea 5. Poder legislativo - Brasil - Congressos 6. Projetos de leis - Brasil.

24-203069

CDD-328.81

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Poder legislativo : Ciência política : Congressos 328.81

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129





APRESENTAÇÃO

O PARLA – Instituto Brasileiro de Direito Parlamentar entrega à comunidade jurídica nacional o PARLex – Boletim de Novidades Legislativas – 2023, que é resultado do trabalho do Grupo de Acompanhamento da Produção Legislativa do Congresso Nacional – GAPL/CN.

Inspirado no Boletín de Normativa Estatal produzido há anos pelo Centro de Estudios Políticos y Constitucionales de la Presidencia de España, o Instituto PARLA abriu seleção interna para pesquisadores e pesquisadoras, tendo se voluntariado as associadas Camilla Gonda, Mayrla Góis, Monike Santos e Tailaine Cristina Costa; e os associados Lucas Ribeiro, Matheus Fernandes e Vinícius Nascimento.

O grupo foi complementado por voluntariado externo ao instituto, fazendo parte as pesquisadoras Ellen Galliano de Barros, Francieleide Araújo, Isadora de Oliveira Silva, Luna Maria Araújo Freitas Duarte, Nicolle Ribeiro Moreno, Talita de Jesus Correia e Victória Goulart Pupo Ferreira; além do pesquisador Fabrício Antunes Zangiski.

Considerando a previsão do art. 57 da Constituição da República (“O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro”), a equipe foi dividida, ficando as subequipes responsáveis cada uma por um período de 2023.

O grupo de pesquisa levantou a tramitação de processos legislativos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, bem como em suas respectivas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, separando as propostas por tipo legislativo, isto é: Propostas de Emenda Constitucional (PEC), Projetos de Lei Ordinária (PL), Projetos de Lei Complementar (PLC), Projetos de Lei Delegada (PLD), Medidas Provisórias (MP), Projetos de Decretos Legislativo (PDL) e Projetos de Resolução.

O parliano Lucas Ribeiro inaugura o material afirmando que a aprovação da “Lei 14.534/2023 é um ganho para a simplificação de acesso e identificação de dados para o serviço público”. A jovem advogada Nicolle Moreno, responsável pelo mês de março,

pontuou, em análise cuidadosa, a importância da criação do Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual. O mês de abril ficou sob responsabilidade das mestras em Direito Monike Santos e Luna Maria Araújo Freitas, que destacaram alterações na Lei de Improbidade Administrativa e o clima político em torno da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos Golpistas de 8 de janeiro.

A pesquisadora Camilla Gonda afirma que “o mês de maio no Poder Legislativo foi marcado por discussões acerca do desenvolvimento e políticas sociais”, notadamente aquelas relativas ao Transtorno do Espectro Autista (TEA). Mayrla Góis e Vinícius Nascimento, jovens e promissores pesquisadores, destacam que em junho e julho a atividade do Congresso Nacional foi marcada “por relevantes avanços nas áreas de direitos das mulheres, áreas sociais e educacionais”, e ressaltam a “criação da Universidade Federal Indígena do Brasil – UFIB” no estado de Roraima.

A advogada Talita Correia atuou no mês de agosto e salientou a expectativa com a votação do arcabouço fiscal e da Medida Provisória do Salário-Mínimo. Em setembro, a pesquisa esteve a cargo da professora Ellen Galliano de Barros e da pesquisadora Isadora de Oliveira Silva. Elas indicam que o mês foi intenso, ganhando destaque temas como o Marco Temporal, as medidas preventivas ao bullying e o cyberbullying, a capacitação de profissionais para atendimento de mulheres vítimas de violência, entre outros.

O último trimestre foi inaugurado pela pesquisa de Tailaine Cristina Costa e de Victória Goulart Pupo Ferreira, no mês de outubro. Elas destacam a proposta de criação de bancada negra da Câmara dos Deputados, a tramitação de projetos relativos à violência doméstica e ao feminicídio, além de propostas atinentes à proibição da violência contra animais.

O advogado Fabrício Zangiski e a mestra Monike Santos foram os responsáveis pelo levantamento e análise de dados do mês de novembro. Os analistas indicam a tramitação de projetos que acirram os ânimos entre os Poderes Judiciário e Legislativo; da decretação de feriado nacional alusivo ao Dia da Consciência Negra, comemorado no dia



20 de novembro de cada ano; além do prosseguimento dos debates da chamada Reforma Tributária. Matheus Fernandes encerra o boletim com as análises relativas a dezembro, com destaque para os debates e a aprovação das leis orçamentárias.

Pretende-se, com essa ampla cobertura dos trabalhos legislativos do Congresso Nacional, tornar mais prático o trabalho das pessoas que desenvolvem pesquisas em temas relativos ao parlamento nacional. A reunião de todas essas informações e análises, pontuais e precisas, por parte da equipe de voluntários, gera este livro, uma obra singular e essencial nos estudos parlamentares.

Por fim, cabe ao Instituto PARLA reconhecer e agradecer o esforço e a dedicação de cada voluntária e voluntário que se dispôs a participar deste projeto e acrescentar mais um capítulo na produção técnica do, ainda incipiente, Direito Parlamentar Brasileiro.

Quando a ciência avança, o Brasil avança, e esperamos contribuir para esse progresso!

Brasília, 2024

Os coordenadores

SUMÁRIO

JANEIRO/FEVEREIRO – 2023	10
MARÇO - 2023	36
ABRIL - 2023	80
MAIO - 2023	125
JUNHO/JULHO - 2023.....	147
AGOSTO - 2023.....	205
SETEMBRO - 2023	250
OUTUBRO - 2023	325
NOVEMBRO - 2023.....	498
DEZEMBRO – 2023.....	577



PARLEX



Boletim de novidades legislativas

JANEIRO/FEVEREIRO - 2023



JANEIRO/FEVEREIRO – 2023

O **Boletim de Novidades Legislativas – PARLex** é uma publicação elaborada por iniciativa do Instituto Brasileiro de Direito Parlamentar – PARLA e com o trabalho de diversos voluntários e voluntárias. Publicado mensalmente, PARLex recompila e oferece um compêndio das atividades das casas do Congresso Nacional.

Concretamente, estão listadas as Propostas de Emenda Constitucional (PEC), os Projetos de Lei Ordinária (PL), os Projetos de Lei Complementar (PLC), Projeto de Lei Delegada (PLD), Medidas Provisórias (MP), Projeto de Decreto Legislativo (PDL) e Projeto de Resolução (PR) que foram debatidos ou votados no plenário das casas e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Além da sistematização por espécies legislativas, ao final são apresentados comentários técnicos de voluntários e voluntárias sobre os elementos mais interessantes do mês.

O Instituto PARLA pretende com este boletim que haja memória sistematizada das novidades legislativas, facilitando as pesquisas no campo ainda pouco explorado do Direito Parlamentar.

A pesquisa deste mês foi realizada por: Lucas Estevão Ribeiro da Silva, mestre em Direito Eleitoral e Hermenêutica pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Especializando em Direito Administrativo e Direito Público pelo Centro Universitário União das Américas - UniAmérica. Especialista em Direito Eleitoral pela Faculdade Única - Instituto Prominas. Graduado em Direito pela Faculdade Arquidiocesana de Curvelo. Estagiário Docente da disciplina de Teoria da Constituição na Faculdade de Direito da UFMG. Advogado. Conselheiro Titular no Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais- CEAS-MG. Membro do 1º Grupo de Pesquisas Avançadas de Direito Eleitoral e Ciência Política do TRE/PR. Secretário-Geral do Instituto de Direito Parlamentar - Instituto Parla. Membro da Liga Acadêmica Paraense de Direito



Eleitoral -LAPDE. Membro do Observatório para a Qualidade da Lei - LEGE, vinculado à Faculdade de Direito da UFMG.

ÍNDICE

1. Senado Federal

1.1. Plenário

- 1.1.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)
- 1.1.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)
- 1.1.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)
- 1.1.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)
- 1.1.e. Medidas Provisórias (MP)
- 1.1.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)
- 1.1.g. Projeto de Resolução (PR)

1.2. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

- 1.2.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)
- 1.2.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)
- 1.2.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)
- 1.2.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)
- 1.2.e. Medidas Provisórias (MP)
- 1.2.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)
- 1.2.g. Projeto de Resolução (PR)

2. Câmara dos Deputados

2.1. Plenário

- 2.1.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)
- 2.1.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)
- 2.1.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)
- 2.1.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)

2.1.e. Medidas Provisórias (MP)

2.1.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)

2.1.g. Projeto de Resolução (PR)

2.2. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

2.2.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)

2.2.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)

2.2.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)

2.2.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)

2.2.e. Medidas Provisórias (MP)

2.2.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)

2.2.g. Projeto de Resolução (PR)

3. Fatos relevantes

4. Comentários e Observações

1. Senado Federal

Nos termos do art. 46 da Constituição da República, o Senado Federal está composto por três representantes de cada unidade da federação, totalizando atualmente 81 (oitenta e um) assentados. O mandato é de oito anos, sendo a Casa Legislativa renovada a cada quatro anos, de forma alternada, por um e dois terços. Cada integrante do Senado Federal conta com dois ou duas suplentes.

1.1. Plenário

1.1. Plenário

1.1.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada

1.1.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)

PL n. 14.529/2023

Tema: Cultura; Orçamento; Prestação de Contas

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta(s): Não foi possível verificar.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 14.518/2023

Tema: Cultura

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta(s): Não foi possível verificar.

Quórum: Não foi possível verificar.



Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 14.533/2023

Tema: Direito Constitucional; Educação

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta(s): Não foi possível verificar.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 14.532/2023

Tema: Direito Penal; Racismo/Injúria racial

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta(s): Não foi possível verificar.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 14.528/2023

Tema: Orçamento; Remuneração dos servidores do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta(s): 20/12/2022

Pauta(s): Não foi possível verificar.



Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 14.518/2023

Tema: Orçamento; Remuneração dos servidores do quadro de pessoal do Tribunal de Contas da União

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta(s): Não foi possível verificar.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 14.521/2023

Tema: Orçamento; Subsídio do Procurador-Geral da República

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta(s): Não foi possível verificar.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 14.531/2023

Tema: Segurança Pública

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta(s): Não foi possível verificar.



Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 14.530/2023

Tema: Saúde; Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (Redome)

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta(s): Não foi possível verificar.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 14.519/2023

Tema: Cultura

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta(s): Não foi possível verificar.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 14.525/2023

Tema: Orçamento; Remuneração dos servidores integrantes do Plano de Carreiras e Cargos da Defensoria Pública da União

Normas que revoga: Sem normas revogadas



Pauta(s): Não foi possível verificar.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 14.520/2023

Tema: Orçamento; Subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta(s): Não foi possível verificar.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 14.523/2023

Tema: Orçamento; Remuneração das carreiras dos servidores dos quadros de pessoal do Poder Judiciário da União

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta(s): Não foi possível verificar.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 14.524/2023

Tema: Orçamento; Remuneração das carreiras dos servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público



Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta(s): Não foi possível verificar.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 14.536/2023

Tema: Direito Administrativo

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta(s): Não foi possível verificar.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 14.526/2023

Tema: Orçamento; Reajusta as Tabelas de Vencimentos Básicos dos Servidores
Ocupantes de Cargo Efetivo do Quadro de Pessoal do Senado Federal

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta(s): Não foi possível verificar.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 14.522/2023

Tema: Orçamento; Subsídio do Defensor Público-Geral Federal

Normas que revoga: Revogados os arts. 1º e 2º e os Anexos I e II da Lei nº 13.412, de 29 de dezembro de 2016, a partir de 1º de fevereiro de 2023.

Pauta(s): Não foi possível verificar.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 14.517/2023

Tema: Cultura

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta(s): Não foi possível verificar.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 14.534/2023

Tema: Direito Administrativo; Dados sensíveis;

Normas que revoga: Revogada a alínea b do inciso I do § 2º do art. 5º da Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017

Pauta(s): Não foi possível verificar.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 14.535/2023

Tema: Orçamento Anual;

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta(s): Não foi possível verificar.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

1.1.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada

1.1.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada

1.1.e. Medidas Provisórias (MP)

MP n. 14.537/2023

Tema: Orçamento; Imposto de Renda

Normas que revoga: Revogados: (i) art. 19 da Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013; (ii) art. 19 da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, na parte em que altera o caput e os §§ 2º, 3º e 4º do art. 60 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010; e (iii) art. 1º da Lei nº 13.315, de 20 de julho de 2016, na parte em que altera o caput do art. 60 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010.

Pauta(s): 28/02/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

1.1.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)

PDL n. 01/2023

Tema: Pacto Federativo; Intervenção Federal; Ordem Pública

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta(s): 10/01/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: (x) Simbólico () Nominal () Secreta.

Placar: Registro 08 (oito) votos contrários.

Resultado: Aprovada.

Tema: Direito Administrativo; Eleição Cargo TCU

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta(s): 08/02/2023

Quórum: 75.

Processo de Votação: () Simbólico () Nominal (x) Secreta.

Placar: 72 votos SIM. 2 votos NÃO. 1 abstenção.

Resultado: Aprovada.

1.1.g. Projeto de Resolução (PR)

1.2. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

1.2.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada

1.2.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada

1.2.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada

1.2.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada

1.2.e. Medidas Provisórias (MP)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada

1.2.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada

1.2.g. Projeto de Resolução (PR)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada

1.1.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada

2. Câmara dos Deputados

Nos termos do art. 45 da Constituição da República, a Câmara dos Deputados está composta por 513 deputados, número estabelecido proporcionalmente à população, precedido aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta representantes. O mandato é de quatro anos, sendo a Casa Legislativa renovada a cada quatro anos.

2.1. Plenário

2.1.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada

2.1.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)

PL n. 14.529/2023

Tema: Cultura; Orçamento; Prestação de Contas

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta(s): 10/01/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 14.518/2023

Tema: Cultura

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta(s): 21/12/2022

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 14.533/2023

Tema: Direito Constitucional; Educação

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta(s): 21/12/2022

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 14.532/2023

Tema: Direito Penal; Racismo/Injúria racial

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta(s): 08/02/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 14.528/2023

Tema: Orçamento; Remuneração dos servidores do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta(s): 20/12/2022

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.



Resultado: Aprovada.

PL n. 14.518/2023

Tema: Orçamento; Remuneração dos servidores do quadro de pessoal do Tribunal de Contas da União

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta(s): 21/12/2022

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 14.521/2023

Tema: Orçamento; Subsídio do Procurador-Geral da República

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta(s): 21/12/2022

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 14.531/2023

Tema: Segurança Pública

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta(s): 22/11/2022

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 14.530/2023

Tema: Saúde; Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (Redome)

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta(s): Não foi possível verificar

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 14.519/2023

Tema: Cultura

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta(s): 21/12/2022

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 14.525/2023

Tema: Orçamento; Remuneração dos servidores integrantes do Plano de Carreiras e Cargos da Defensoria Pública da União

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta(s): 21/12/2022

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.



Resultado: Aprovada.

PL n. 14.520/2023

Tema: Orçamento; Subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta(s): 21/12/2022

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 14.523/2023

Tema: Orçamento; Remuneração das carreiras dos servidores dos quadros de pessoal do Poder Judiciário da União

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta(s): 21/12/2022

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 14.524/2023

Tema: Orçamento; Remuneração das carreiras dos servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta(s): 21/12/2022

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 14.536/2023

Tema: Direito Administrativo

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta(s): Não foi possível verificar.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 14.526/2023

Tema: Orçamento; Reajusta as Tabelas de Vencimentos Básicos dos Servidores
Ocupantes de Cargo Efetivo do Quadro de Pessoal do Senado Federal

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta(s): 20/12/2022

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 14.522/2023

Tema: Orçamento; Subsídio do Defensor Público-Geral Federal

Normas que revoga: Revogados os arts. 1º e 2º e os Anexos I e II da Lei nº 13.412,
de 29 de dezembro de 2016, a partir de 1º de fevereiro de 2023.

Pauta(s): 20/12/2022

Quórum: Não foi possível verificar.



Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 14.517/2023

Tema: Cultura

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta(s): 26/10/2021

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 14.534/2023

Tema: Direito Administrativo; Dados sensíveis;

Normas que revoga: Revogada a alínea b do inciso I do § 2º do art. 5º da Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017

Pauta(s): 21/12/2022

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 14.535/2023

Tema: Orçamento Anual;

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta(s): 22/12/2022

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

2.1.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada

2.1.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada

2.1.e. Medidas Provisórias (MP)

PL n. 14.537/2023

Tema: Orçamento; Imposto de Renda

Normas que revoga: Revogados: (i) art. 19 da Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013; (ii) art. 19 da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, na parte em que altera o caput e os §§ 2º, 3º e 4º do art. 60 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010; e (iii) art. 1º da Lei nº 13.315, de 20 de julho de 2016, na parte em que altera o caput do art. 60 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010.

Pauta(s): 14/02/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

2.1.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)

PDL n. 01/2023

Tema: Pacto Federativo; Intervenção Federal; Ordem Pública

Normas que revoga: Sem normas revogadas



Pauta(s): 10/01/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: (x) Simbólico () Nominal () Secreta.

Placar: 340 votos SIM. 72 votos NÃO.

Resultado: Aprovada.

PDL n. 02/2023

Tema: Direito Administrativo; Eleição Cargo TCU

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta(s): 02/02/2023

Quórum: 493.

Processo de Votação: () Simbólico () Nominal (x) Secreta.

Placar: Deputado Jhonatan de Jesus: 239 votos;

Deputado Fábio Ramalho: 174 votos;

Deputada Soraya Santos: 75 votos;

Votos brancos: 5;

Resultado: Aprovada.

2.1.g. Projeto de Resolução (PR)

PR n. 01/2023

Tema: Direito Administrativo

Normas que revoga: As alíneas a e b do inciso II, as alíneas c, d, e, f, g, h e j do inciso III, as alíneas c, i, m, n, o e p do inciso VI, as alíneas o, p, q, r, s, t e u do inciso XVII, as alíneas n, o, p, q, r e s do inciso XVIII do caput do art. 32, o §1º do art. 34, o § 2º do art. 46, os incisos VIII e XVII do caput do art. 57, o parágrafo único do art. 136 e o §1º do art. 181 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução nº 17, de 21 de setembro de 1989.

Pauta(s): 08/02/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: () Simbólico () Nominal () Secreta

Placar: Não foi possível verificar

Resultado: Aprovada.

2.2. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

2.2.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada

2.2.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada

2.2.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada

2.2.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada

2.2.e. Medidas Provisórias (MP)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada

2.2.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada

2.2.g. Projeto de Resolução (PR)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada

3. Fatos relevantes

Relato da eleição do Senado Federal

- Presidência: Reeleição para o biênio 2023-2024 do Rodrigo Pacheco (PP-AL), com 49 votos. Em chapa única foi aprovada por 66 votos "sim", 12 "não" e duas abstenções, foram eleitos:

- 1ª Vice-Presidência: Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
- 2ª Vice-Presidência Rodrigo Cunha (União-AL)
- 1ª Secretaria: Rogério Carvalho (PT-SE).
- 2ª Secretaria: Weverton Rocha (PDT-MA).
- 3ª Secretaria: Chico Rodrigues (PSB-RR)
- 4ª Secretaria: Styvenson Valentim (Podemos-RN)

Relato da eleição da Câmara dos Deputados

- Presidência: Reeleição para o biênio 2023-2024 de Arthur Lira (PP-AL), com 464 votos.

- 1ª Vice-Presidência: Marcos Pereira (Republicanos-SP), com 458 votos.
- 2ª Vice-Presidência: Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), com 385 votos.
- 1ª Secretaria: Luciano Bivar (União-PE), com 411 votos.
- 2ª Secretaria: Maria do Rosário (PT-RS), com 371 votos.
- 3ª Secretaria: Júlio Cesar (PSD-PI), com 467 votos.
- 4ª Secretaria: Lucio Mosquini (MDB-RO), com 447 votos.

Os cargos foram distribuídos conforme acordo entre os partidos e federações que compuseram o único bloco parlamentar que apoiou a candidatura de Lira.

Na suplência ficaram os deputados:

- Gilberto Nascimento (PSC-SP), com 420 votos;
- Pompeo de Mattos (PDT-RS), com 398 votos;
- Beto Pereira (PSDB-MS), com 389 votos; e
- André Ferreira (PL-PE), com 382 votos;



4. Comentários e Observações

A promulgação da Lei 14.534/2023 é um ganho para a simplificação de acesso e identificação de dados para o serviço público. A simplificação da identificação do cidadão através do CPF oportuniza a padronização e a organização das informações nos bancos de dados públicos. A normativa abre caminho para a superação dos diversos números que são exigidos para se localizar ou identificar as informações dos cidadãos, como número do NIT, do Título de Eleitor, da Carteira de Identidade e profissional.



PARLEX



Boletim de novidades legislativas

MARÇO - 2023



MARÇO - 2023

A pesquisa deste mês foi realizada por Nicolle Ribeiro Moreno, pós-graduanda em Direito Administrativo, Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR); bacharela em Direito, Centro Universitário Autônomo do Brasil – UniBrasil; advogada.



ÍNDICE

1. Senado Federal

1.1. Plenário

- 1.1.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)
- 1.1.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)
- 1.1.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)
- 1.1.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)
- 1.1.e. Medidas Provisórias (MP)
- 1.1.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)
- 1.1.g. Projeto de Resolução (PR)

1.2. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

- 1.2.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)
- 1.2.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)
- 1.2.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)
- 1.2.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)
- 1.2.e. Medidas Provisórias (MP)
- 1.2.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)
- 1.2.g. Projeto de Resolução (PR)

2. Câmara dos Deputados

2.1. Plenário

- 2.1.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)
- 2.1.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)
- 2.1.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)
- 2.1.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)
- 2.1.e. Medidas Provisórias (MP)
- 2.1.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)



2.1.g. Projeto de Resolução (PR)

2.2. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

2.2.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)

2.2.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)

2.2.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)

2.2.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)

2.2.e. Medidas Provisórias (MP)

2.2.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)

2.2.g. Projeto de Resolução (PR)

3. Fatos relevantes

4. Comentários e Observações

1. Senado Federal

Nos termos do art. 46 da Constituição da República, o Senado Federal está composto por três representantes de cada unidade da federação, totalizando atualmente 81 (oitenta e um) assentados. O mandato é de oito anos, sendo a Casa Legislativa renovada a cada quatro anos, de forma alternada, por um e dois terços. Cada integrante do Senado Federal conta com dois ou duas suplentes.

1.1. Plenário

1.1. Plenário

1.1.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada

1.1.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)

PL n. 3.878/2020

Tema: Política social. Proteção social. Sistema Nacional de Emprego. Prioridade no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica ou familiar pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine).

Normas que revoga: Altera o inciso VII do art. 9º da Lei nº 13.667, de 2018, e inclui os parágrafos 1º e 2º.

Pauta(s): Em 07/03/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 3.525/2019

Tema: Direito Constitucional. Saúde. Estabelece diretrizes para o atendimento prestado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às pessoas acometidas por Síndrome de Fibromialgia ou Fadiga Crônica.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Inclusões anteriores na ordem do dia em 30/03/2022, 06/04/2022 e 12/04/2022, com resultado “não houve deliberação”. Em 07/03/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada, com remessa à Câmara dos Deputados.

PL n. 6.553/2019

Tema: Institui o Dia Nacional da Mulher Empresária.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 07/03/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 781/2020 - Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PL 781/2020.

Tema: Segurança Pública. Política pública. Proteção social. Criação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher e de Patrulhas Maria da Penha e sobre a simplificação do procedimento para romper a situação de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Normas que revoga: Altera as Leis nºs 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa).

Pauta(s): Em 11/03/2021 - Discussão, em turno único (Aprovado, com as Emendas nºs 1, 5, 7, nos termos das Emendas nºs 9 a 13, do Relator; e com acolhimento parcial das Emendas nºs 3 e 8. Sim: 71; Não: 0; Abstenção.: 0; Presidente: 1; Total: 72. A matéria vai à Câmara dos Deputados.). Em 09/03/2021 - Discussão, em turno único (Não houve deliberação.). Em 07/03/2023 – Discussão – sobre o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PL 781/2020.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Rejeitado o Substitutivo da Câmara. Aprovado o texto do Projeto de Lei aprovado anteriormente pelo Senado.

PL n. 4.915/2019

Tema: Direitos Humanos. Assuntos Sociais. Programa Social. Bolsa Família. Desconsideração de valores recebidos em decorrência do rompimento de barragem de rejeitos de mineração no Município de Brumadinho, em 25 de janeiro de 2019, para cálculo da renda familiar mensal usada como critério para fins de elegibilidade ao Programa Bolsa Família, ao Benefício de Prestação Continuada e à Renda Mensal Vitalícia.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 09/03/2023 - Discussão, em turno único. Em 21/03/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada, com remessa à Câmara dos Deputados.

PL n. 175/2020

Tema: Meio Ambiente. Recursos Hídricos. Política Social. Saúde. Saneamento Básico. Estabelece medidas de prevenção a desperdícios, de aproveitamento das águas pluviais e de reuso das águas servidas.

Normas revogadas: Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei de Saneamento Básico), que passa a vigorar acrescida dos arts. 43-A e 49-A.

Pauta(s): Em 09/03/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada, com remessa à Câmara dos Deputados.

PL n. 3.660/2021

Tema: Direito Constitucional. Política Social. Proteção Social. Pessoas com Deficiência. Dispõe que o laudo que ateste deficiência permanente terá validade indeterminada.

Normas revogadas: Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), acrescentando §3º ao art. 2º.

Pauta(s): Em 14/03/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada, com remessa à Câmara dos Deputados.

PL n. 2/2020

Tema: Direito Constitucional. Política Social. Saúde. Institui a Semana Nacional de Conscientização sobre a Depressão, a ser celebrada anualmente na semana que compreender o dia 10 de outubro.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 15/03/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 2119/2019

Tema: Cultura. Política Social. Proteção Social. Idosos. Honorífico. Homenagem. Criação do título Cidade Amiga do Idoso, a ser conferido às cidades que se destacarem na adoção de políticas e iniciativas que visem a assegurar tratamento mais digno às pessoas idosas.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 21/03/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 6.557/2019

Tema: Direito Constitucional. Igualdade. Política Social. Trabalho e Emprego. Determina procedimentos e critérios de coleta de informações relativas à distribuição dos segmentos étnicos e raciais no mercado de trabalho.

Normas que revoga: Altera os arts. 39 e 49 da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial).

Pauta(s): Em 21/03/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 81/2022

Tema: Direito Constitucional. Saúde. Política Social. Proteção Social. Mulheres.
Amplia o direito da mulher de ter um acompanhante nos atendimentos realizados nos serviços de saúde públicos e privados.

Normas que revoga: Altera o Capítulo VII do Título II da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, incluindo o art. 19-J.

Pauta(s): Em 22/03/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 1.818/2019

Tema: Honorífico. Homenagem. Confere ao Município de Cruz Machado, no Estado do Paraná, o título de Capital Nacional da Erva-Mate Sombreada.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 23/03/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5.015/2019



Tema: Política Social. Educação. Institui a Semana da Educação Olímpica nas escolas públicas.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 22/03/2023 - Discussão, em turno único. Em 28/03/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4.486/2019

Tema: Direitos Humanos. Política Social. Proteção Social. Amplia as condições de universalização dos serviços de telecomunicações às pessoas com deficiência e determinar que as centrais telefônicas destinadas à prestação de serviços de utilidade pública ofereçam atendimento diferenciado a pessoas com deficiência.

Normas que revoga: Altera o *caput* do art. 80 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997; inclui o art. 66-A na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

Pauta(s): Em 28/03/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada, com remessa à Câmara dos Deputados.

PL n. 5.385/2019

Tema: Direito Penal. Criminaliza a conduta de quem adultera sinal identificador de veículo não categorizado como automotor.

Normas que se revoga: Altera o art. 311 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

Pauta(s): Em 29/03/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 162/2015

Tema: Política Social. Educação. Orçamento. Inclui como despesa de manutenção e desenvolvimento do ensino, aquela realizada com atividades curriculares complementares.

Normas que se revoga: Acrescenta inciso IX ao art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Pauta(s): Em 29/03/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 943/2019.

Tema: Cultura. Homenagem. Reconhece as festas juninas como manifestação da cultura nacional.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 29/03/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 2.793/2019.

Tema: Cultura. Homenagem. Confere ao piloto e tricampeão de Fórmula 1 Ayrton Senna o título de Patrono do Esporte Brasileiro.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 29/03/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 1.839/2019

Tema: Saúde. Data comemorativa. Institui a campanha Janeiro Branco, dedicada à promoção da saúde mental. Nos meses de janeiro serão realizadas campanhas nacionais de conscientização da população sobre a saúde mental, que abordarão a promoção de hábitos e ambientes saudáveis e a prevenção de doenças psiquiátricas, com enfoque especial à prevenção da dependência química e do suicídio.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 30/03/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 2.118/2019

Tema: Saúde. Data comemorativa. Estabelece o dia 7 de setembro como o dia nacional de conscientização sobre a distrofia muscular de Duchenne e cria a semana nacional de conscientização sobre a distrofia muscular de Duchenne.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 30/03/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 3.006/2019

Tema: Direito Administrativo. Organização do Estado. Ministério Público. Administração Pública. Organização Administrativa. Cargos e Funções Públicos. Dispõe sobre a transformação de cargos vagos de Analista e de Técnico do Ministério Público da União em cargos de Subprocurador-Geral do Trabalho, Procurador Regional do Trabalho e em cargos em comissão, código CC-4, no âmbito do Ministério Público do Trabalho.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 30/03/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

1.1.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)

PLC n. 1989/2019

Tema: Economia e Desenvolvimento. Desenvolvimento Regional. Inclui o Município de Uruana de Minas no Estado de Minas Gerais na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.

Normas que revoga: Altera o § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998.

Pauta(s): Em 22/03/2023 - Discussão, em turno único. Em 28/03/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: 60.

Processo de Votação: () Simbólico (X) Nominal () Secreta.

Placar: Sim: 59. Não: 0. Abstenção: 0. Presidente: 1.

Resultado: Aprovada, com remessa à Câmara dos Deputados.

1.1.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

1.1.e. Medidas Provisórias (MP)

MP n. 1.140/2022

Tema. Política Pública. Institui o Programa de Prevenção e Combate ao Assédio Sexual no âmbito dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e distrital.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 15/03/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

MP n. 1.139/ 2022

Tema: Direito Empresarial. Renegociação. Prorrogação. Operação Financeira. Altera disposições relativas ao Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Pronampe, cuja proposta é voltada à facilitação de acesso ao crédito às empresas endividadadas em decorrência de aumento da necessidade de financiamento em consequência de redução no faturamento verificada durante a vigência das restrições sanitárias da pandemia do Covid-19.

Normas que revoga: O inciso II do caput e o § 2º do art. 3º da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020; o art. 2º da Lei nº 14.115, de 29 de dezembro de 2020, na parte em que altera o caput e o § 2º do art. 3º da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020; da Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021: a) o art. 3º, na parte em que altera o caput do art. 3º da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020; e b) o art. 4º; da Lei nº 14.257, de 1º de dezembro de 2021: a) o art. 13, na parte em que altera o art. 3º da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020; e b) o art. 14; e da Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020: a) os §§ 4º e 9º do art. 5º; e b) o § 9º do art. 8º.

Pauta(s): Em 21/03/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

MP n. 1.149/2022

Tema: Orçamento. Dispõe sobre a gestão e a operacionalização dos pedidos de indenização referidas no art. 3º da Lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974, conforme regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), de modo a assegurar a sua continuidade, referentes aos acidentes ocorridos entre 1º de janeiro de 2023 e 31 de dezembro de 2023.

Normas que se revoga: Altera o art. 3º da Lei nº 14.075, de 2020.

Pauta(s): Em 29/03/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

1.1.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)

PDL n. 1.102/2021

Tema: Direito Internacional. Direito Tributário. Acordo Internacional. Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e os Estados de Guernsey para o Intercâmbio de Informações Relativas a Matérias Tributárias, celebrado em Londres, em 6 de fevereiro de 2013.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 01/12/2022 - Discussão, em turno único. Em 07/12/2022 - Discussão, em turno único (Não houve deliberação.). Em 09/03/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PDL n. 1.104/2021

Tema. Direito Internacional. Soberania. Defesa Nacional. Ordem Pública. Relações Internacionais Economia e Desenvolvimento. Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Iêmen, celebrado em Brasília, em 6 de agosto de 2014.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 01/12/2022 - Discussão, em turno único. Em 07/12/2022 - Discussão, em turno único (Não houve deliberação.). Em 09/03/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PDL n. 139/2022

Tema: Direito Internacional. Soberania. Defesa Nacional. Ordem Pública. Relações Internacionais. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Defesa Nacional e Forças Armadas. Aprova o texto do Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Kingston, em 13 de fevereiro de 2014.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 08/12/2022 - Discussão, em turno único. Em 15/03/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PDL n. 254/2022

Tema: Direito Internacional. Acordo Internacional. Soberania. Defesa Nacional. Ordem Pública. Relações Internacionais. Política Social. Educação. Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Quênia na Área de Educação, assinado em Nairóbi, em 6 de julho de 2010.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 08/12/2022 - Discussão, em turno único. Em 16/03/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PDL n. 255/2022

Tema: Direito Internacional. Acordo Internacional. Infraestrutura. Viação e Transportes. Transporte Aéreo. Soberania. Defesa Nacional. Ordem Pública. Relações Internacionais. Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Seychelles, assinado em Seychelles, em 19 de maio de 2015.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 16/03/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PDL n. 256/2022

Tema: Direito Internacional. Soberania. Defesa Nacional. Ordem Pública. Relações Internacionais. Infraestrutura. Viação e Transportes. Transporte Hidroviário. Aprova o texto das Emendas à Convenção Internacional sobre Medida de Tonelagem de Navios, de 1969, assinado em Londres, em 4 de dezembro de 2013.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 16/03/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PDL n. 98/2022

Tema: Direito Internacional. Direito Penal e Penitenciário. Direito dos Estrangeiros. Relações Internacionais. Soberania. Defesa Nacional. Ordem Pública. Aprova

o texto do Tratado de Extradução entre a República Federativa do Brasil e a República da Áustria, assinado em Brasília, em 3 de setembro de 2014.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 23/03/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PDL n. 263/2022

Tema: Direito Internacional. Direito Penal e Penitenciário. Cultura. Política Social. Soberania. Defesa Nacional. Ordem Pública. Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Bens Culturais Roubados ou Ilicitamente Exportados, assinado em Lima, em 1º de outubro de 2012.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 23/03/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

1.1.g. Projeto de Resolução (PR)

PR n. 23/2022

Tema: Direito Constitucional. Organização do Estado. Poder Legislativo. Institui a Frente Parlamentar de Apoio ao Microcrédito e às Microfinanças.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.



Pauta(s): Em 14/03/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PR n. 24/2023

Tema: Direito Constitucional. Organização do Estado. Poder Legislativo. Cria a Frente Parlamentar de Fomento do Saneamento Básico, do Hidrogênio Verde e do Crédito de Carbono.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 14/03/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PR n. 2/2023

Tema: Honorífico. Homenagem. Institui, no âmbito do Senado Federal, a Comenda Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren, destinada a homenagear pessoas físicas ou jurídicas que tenham desempenhado relevantes ações religiosas e sociais, com destaque na área da filantropia.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 22/03/2023 - Discussão, em turno único. Em 28/03/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

1.2. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

1.2.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

1.2.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)

PL n. 5.385/2019

Tema: Direito Penal. Criminaliza a conduta de quem adultera sinal identificador de veículo não categorizado como automotor.

Normas que se revoga: Altera o art. 311 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

Pauta(s): Em 15/03/2023.

Resultado: Aprovada.

PL n. 3.006/2019

Tema: Direito Administrativo. Organização do Estado. Ministério Público. Administração Pública. Organização Administrativa. Cargos e Funções Públicos. Dispõe sobre a transformação de cargos vagos de Analista e de Técnico do Ministério Público da União em cargos de Subprocurador-Geral do Trabalho, Procurador Regional do Trabalho e em cargos em comissão, código CC-4, no âmbito do Ministério Público do Trabalho.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 29/03/2023.

Resultado: Aprovada.

PL n. 2.491/2019

Tema: Direito Civil. Processo Civil. Estabelece o risco de violência doméstica ou familiar como causa impeditiva ao exercício da guarda compartilhada, bem como para impor ao juiz o dever de indagar previamente o Ministério Público e as partes sobre situações de violência doméstica ou familiar, envolvendo o casal ou os filhos.

Normas que revoga: Altera a redação do § 2º do art. 1.584 do Código Civil e acrescenta o art. 699-A ao Código de Processo Civil.

Pauta(s): Em 29/03/2023.

Resultado: Aprovada.

PL n. 3.167/2019

Tema: Direito Penal. Processo Penal. Aumenta as penas para os crimes de discriminação, falta de assistência, abandono e exposição a perigo contra o idoso, e para adotar a regra geral para aplicação do procedimento sumaríssimo.

Normas que revoga: Altera os arts. 94, 96, 97, 98 e 99 da Lei no 10.741, de 1º de outubro 2003.

Pauta(s): Em 29/03/2023.

Resultado: Aprovada.

PL n. 3.983/2019

Tema: Infraestrutura. Certificado Digital. Prevê o reconhecimento de atributos de representação em certificado digital.

Normas que revoga: Acrescenta o § 3º ao art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Pauta(s): Em 29/03/2023.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5.281/2019

Tema: Direito Eleitoral. Direito Constitucional. Modifica a Lei das Eleições para determinar que o marco temporal para aferição da idade mínima será a data da posse no cargo eletivo.

Normas que revoga: Artigo modificado não especificado.

Pauta(s): Em 29/03/2023.

Resultado: Aprovada.

1.2.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

1.2.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

1.2.e. Medidas Provisórias (MP)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

1.2.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

1.2.g. Projeto de Resolução (PR)

PR n. 94/2019



Tema: Homenagem. Segurança Pública. Institui o Prêmio Senado Federal de Segurança Pública, destinado a agraciar pessoas que criem mecanismos de melhora da segurança pública ou atuem em ação de segurança pública de grande repercussão nacional.

Normas que se revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 15/03/2023.

Resultado: Aprovada.

2. Câmara dos Deputados

Nos termos do art. 45 da Constituição da República, a Câmara dos Deputados está composta por 513 deputados, número estabelecido proporcionalmente à população, precedido aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta representantes. O mandato é de quatro anos, sendo a Casa Legislativa renovada a cada quatro anos.

2.1. Plenário

2.1.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

2.1.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)

PL n. 1.883/2021

Tema: Política Social. Fomento. Institui o Programa Crédito da Mulher no âmbito das instituições financeiras oficiais federais e mecanismos de facilitação do crédito a microempendedoras individuais e a microempresas e empresas de pequeno porte controladas e dirigidas por mulheres.

Normas que revoga: Altera as Leis nºs 13.483, de 21 de setembro de 2017, 13.999, de 18 de maio de 2020, acrescentando o art. 4º-A; e 8.029, de 12 de abril de 1990, acrescentando o art. 2º-A.

Pauta(s): Em 02/03/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 81/2022

Tema: Direito Constitucional. Saúde. Política Social. Proteção Social. Mulheres. Dispõe sobre o direito de toda mulher a ter acompanhante, pessoa de sua livre escolha, nas consultas e exames, inclusive os ginecológicos, nos estabelecimentos públicos e privados.

Normas que revoga: Altera o Capítulo VII do Título II da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, incluindo o art. 19-J.

Pauta(s): Em 07/03/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 3.796/2004

Tema: Saúde. Institui a Campanha Nacional de Prevenção da Exposição Indevida ao Sol.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 08/03/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 3.792/2019

Tema: Direito Empresarial. Trabalho. Cria o selo Empresa Amiga da Mulher, que será concedido para empresa que contratar mulheres vítimas de violência doméstica.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 08/03/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4.534/2021

Tema: Direito Penal. Tipifica o crime de condicionamento de dever de ofício à prestação de ato sexual.

Normas que revoga: Acrescenta o Capítulo I-B ao Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

Pauta(s): Em 08/03/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 2.113/2019

Tema: Saúde. Direito da Mulher. Dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer.

Normas que revoga: Altera as Leis nº 9.656, de 3 de junho de 1998, acrescenta ao art. 10-A os §§ 1º e 2º; e 9.797, de 6 de maio de 1999, altera a redação do § 1º do art. 2º.

Pauta(s): Em 08/03/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 976/2022

Tema: Direito Previdenciário. INSS. Institui pensão especial aos filhos e dependentes menores de idade, órfãos em razão do crime de feminicídio, cuja renda familiar mensal per capita seja igual ou inferior a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo.

Normas que revoga: Altera o art. 20 da Lei nº 8.742 de 1993.

Pauta(s): Em 09/03/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 710/2022

Tema: Homenagem. Denomina “Rodovia Iris Rezende Machado”, o trecho da BR-153, entre as cidades de Anápolis até Aliança do Tocantins.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 15/03/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 3.006/2022

Tema: Direito Administrativo. Organização do Estado. Ministério Público. Administração Pública. Organização Administrativa. Cargos e Funções Públicos. Dispõe sobre a transformação de cargos de Analista e de Técnico do Ministério Público da União em cargos de Subprocurador-Geral do Trabalho, Procurador Regional do Trabalho e em cargos em comissão, código CC-4, no âmbito do Ministério Público do Trabalho.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 15/03/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4.591/2012

Tema: Direito do Trabalho. Regulamenta a composição, o funcionamento e a competência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, instituído pela Emenda Constitucional nº 45/2004.

Normas que revoga: Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, artigos não especificados.

Pauta(s): Em 15/03/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 50/2019

Tema: Meio Ambiente. Direito dos Animais. Dispõe sobre a obrigatoriedade de *pet shops*, clínicas veterinárias e estabelecimentos congêneres fixar cartaz que facilite e incentive a adoção de animais; e dá outras providências

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 16/03/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 2.563/2021

Tema: Saúde. Institui, em âmbito nacional, o Julho Neon como mês da saúde bucal.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 16/03/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 2.969/2022

Tema: Direito Administrativo. Organização do Estado. Procuradoria Geral da República. Dispõe sobre a transformação de cargos de Analista do Ministério Público da União em cargos de Procurador da Justiça Militar, em cargos de Promotor da Justiça Militar e em cargos em comissão que especifica, no âmbito do Ministério Público Militar.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016, artigo não especificado.

Pauta(s): Em 21/03/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 1.604/2022

Tema: Direito Penal. Processo Penal. Altera a Lei Maria da Penha para dispor sobre as medidas protetivas de urgência e estabelecer que a causa ou a motivação dos atos de violência e a condição do ofensor ou da ofendida não excluem a aplicação da Lei.

Normas que revoga: Altera os arts. 19 e 40-A da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).

Pauta(s): Em 21/03/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 3.453/2021

Tema: Direito Penal. Processo Penal. Dispõe sobre o resultado de julgamento em matéria penal ou processual penal em órgãos colegiados e sobre a concessão de habeas corpus de ofício.

Normas que revoga: Altera a redação do art. 41, parágrafo único, da Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990; altera a redação do §1º do art. 615, do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).

Pauta(s): Em 22/03/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5.486/2020

Tema: Saúde. Direitos das Pessoas com Deficiência. Institui o uso do cordão de fita com desenhos de girassóis para a identificação de pessoas com deficiências ocultas.

Normas que revoga: Acrescente o §3º ao art. 9º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Pauta(s): Em 22/03/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 2.419/2021

Tema: Meio Ambiente. Institui a "Semana Nacional do Uso Consciente da Água".

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 22/03/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 2.099/2019

Tema: Direito da Criança e do Adolescente. Trata do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos.

Normas que revoga: Acrescenta parágrafo único ao art. 87 e § 3º ao art. 208 ambos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Pauta(s): Em 23/03/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 636/2023

Tema: Segurança Pública. Busca dar mais efetividade ao Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil.

Normas que revoga: Altera o art. 3º-A da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010.

Pauta(s): Em 23/03/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

2.1.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

2.1.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

2.1.e. Medidas Provisórias (MP)

MP n. 1.139/2022

Tema: Direito Empresarial. Renegociação. Prorrogação. Flexibiliza as condições de contratação e renegociação das operações do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Pronampe.

Normas que revoga: O inciso II do caput e o § 2º do art. 3º da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020; o art. 2º da Lei nº 14.115, de 29 de dezembro de 2020, na parte em que altera o caput e o § 2º do art. 3º da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020; da Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021: a) o art. 3º, na parte em que altera o caput do art. 3º da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020; e b) o art. 4º; da Lei nº 14.257, de 1º de dezembro de 2021: a) o art. 13, na parte em que altera o art. 3º da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020; e b) o art. 14; e da Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020: a) os §§ 4º e 9º do art. 5º; e b) o § 9º do art. 8º.

Pauta(s): Em 01/03/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

MP n. 1.140/2022

Tema. Política Pública. Institui o Programa de Prevenção e Combate ao Assédio Sexual no âmbito dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e distrital.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 07/03/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

MP n. 1.142/2022

Tema: Saúde. Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado e a contratação de profissionais, para os fins que especifica, no âmbito do Ministério da Saúde.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 27/03/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

MP n. 1.149/2022

Tema: Orçamento. Dispõe sobre a gestão e a operacionalização dos pedidos de indenização referidas no art. 3º da Lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974, conforme regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), de modo a assegurar a sua continuidade, referentes aos acidentes ocorridos entre 1º de janeiro de 2023 e 31 de dezembro de 2023.

Normas que se revoga: Altera o art. 3º da Lei nº 14.075, de 2020.

Pauta(s): Em 27/03/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

MP n. 1.145/2022

Tema: Avaliação de Conformidade. Altera valor de taxa de fiscalização do Inmetro.

Normas que se revoga: Altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, quanto à Tabela de Taxas de Serviços Metrológicos (Anexo II).

Pauta(s): Em 28/03/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

MP n. 1.146/2022

Tema: Economia. Estabelece regras de aplicação do fator de conversão da retribuição básica.

Normas que se revoga: Altera o art. 14-A da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972.

Pauta(s): Em 28/03/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

MP n. 1.148/2022

Tema: Direito Tributário. Amplia o prazo de vigência do crédito presumido e do regime de consolidação.

Normas que se revoga: Altera os arts. 78 e 87, da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014.

Pauta(s): Em 29/03/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

MP n. 1.150/2022

Tema: Meio Ambiente. Proteção da vegetação nativa.

Normas que se revoga: Altera o art. 59, da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

Pauta(s): Em 30/03/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

MP n. 1.151/2022

Tema: Meio Ambiente. Proteção ambiental. Gestão sustentável.

Normas que se revoga: Altera a redação dos arts. 9º, 10, 13, 16, 18, 19, 20, 21, 46 e 79-A da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006; altera a redação do art. 14-D da Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007; altera a redação do art.7º da Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009.

Pauta(s): Em 30/03/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

MP n. 1.152/2022

Tema: Direito Tributário. Altera a legislação do Imposto sobre a Renda das Pessoa Jurídicas - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL para dispor sobre as regras de preços de transferência.

Normas que se revoga: Altera os arts. 24 e 24-A da Lei nº 9.430, de 1996; o art. 86 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014; os arts. 24 e 25 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010. A partir de 1º de janeiro de 2024 ficarão revogados: I - o art. 74 da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958; II - os seguintes dispositivos da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de

1962: a) o art. 12; e b) o art. 13; III - os seguintes dispositivos da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964: a) o art. 52; e b) as alíneas "d" a "g" do parágrafo único do art. 71;

IV - o art. 6º do Decreto-Lei nº 1.730, de 17 de dezembro de 1979; V - o art. 50 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991; VI - os seguintes dispositivos da Lei nº 9.430, de 1996: a) os art. 18 ao art. 23; e b) o § 2º do art. 24; VII - o art. 45 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002; VIII - o art. 45 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003; IX - o art. 5º da Lei nº 12.766, de 27 de dezembro de 2012; X - os seguintes dispositivos da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012: a) o art. 49, na parte em que altera o art. 20 da Lei nº 9.430, de 1996; e b) os art. 50 e art. 51; e XI - o art. 24 da Lei nº 14.286, de 29 de dezembro de 2021, na parte em que altera o art. 50 da Lei nº 8.383, de 1991.

Pauta(s): Em 30/03/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

2.1.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

2.1.g. Projeto de Resolução (PR)

PR n. 31/2023

Tema: Regimento Interno. Altera o Regimento Interno da Câmara dos Deputados para assegurar direitos às Deputadas gestantes, aumentar o número de Vice-Líderes do Governo e compatibilizar o inciso V do art. 139 ao disposto no inciso II do art. 34.

Normas que revoga: Altera os arts. 57 e 227-A do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução nº 17, de 21 de setembro de 1989.



Pauta(s): Em 22/03/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

2.2. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

2.2.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

2.2.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)

PL n. 563/2020

Tema: Direito Constitucional. Saúde. Estabelece o Programa Nacional de Prevenção do Sofrimento Psíquico no Âmbito Escolar, e para promover a articulação das políticas públicas que têm acesso às famílias para a prevenção e detecção do sofrimento psíquico;

Normas que revoga: Altera a Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019, artigo não especificado.

Pauta(s): Em 29/03/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 6.021/2019

Tema: Fomento. Institui a Política Nacional de Incentivo à Produção de Café de Qualidade.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 29/03/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa das Emendas do Senado Federal.

2.2.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)

PLC n. 144/2020

Tema: Unifica os cadastros fiscais da União, dos Estados, do Distrito federal e dos Municípios.

Normas que revoga: Modifica a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, artigo não especificado.

Pauta(s): Em 29/03/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

2.2.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

2.2.e. Medidas Provisórias (MP)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

2.2.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

2.2.g. Projeto de Resolução (PR)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

3. Fatos relevantes

O mês de março no Poder Legislativo Federal foi marcado por uma *queda de braço* entre o deputado Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara dos Deputados, e senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG, presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional. O motivo deste entrave é o procedimento de votação a ser adotado na tramitação de Medidas Provisórias (MP) no Congresso Nacional.

Para entender o cerne da questão debatida entre os congressistas, é necessário tecer breves considerações sobre o rito de votação das Medidas Provisórias encaminhadas pelo Presidente da República, nos termos da Constituição da República e da Resolução nº 1/2002, do Congresso Nacional.

O art. 62 da Constituição da República define as balizas de edição e apreciação das MPs. O §8º aduz que as medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados. O §9º fixa como regra a instalação de comissão mista de Deputados e Senadores para examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

A Resolução do Congresso Nacional nº 1 de 2002, regramento interno, exige a formação da comissão mista e prazos de tramitação, e dá outras providências sobre a matéria.

Apresentada a forma como a Constituição da República afixa o rito de votação das MPs, cumpre adentrar à problemática propriamente dita envolvendo os chefes das Casas do Poder Legislativo.



Antes da Pandemia da COVID-19¹, as MPs passavam por uma análise inicial conjunta em uma comissão mista do Congresso Nacional, formada por doze senadores e doze deputados. Havia uma alternância entre senadores e deputados para relatar as MPs. Após essa comissão, a proposta era apreciada no plenário da Câmara e, em seguida, no do Senado. Em resumo, observava-se o que rito de votação prescrito na Constituição.

Com a Pandemia da COVID-19², o funcionamento das comissões ficou suspenso. Com isso, para que as votações continuassem, suprimiu-se a exigência constitucional de formação de comissão mista, e as medidas provisórias passaram a ser analisadas diretamente pela Câmara, com relatoria exclusiva de deputados. Superada a grave crise sanitária e reestabelecida a normalidade, o senador Rodrigo Pacheco, no dia 22 de março³, na condição de presidente do Congresso, oficializou o retorno do funcionamento das comissões mistas, nos moldes acima referidos: a) formadas por doze deputados e doze senadores; b) com alternância na relatoria das propostas entre um deputado e um senador, sempre indicados pelo presidente da respectiva Casa.

O deputado Arthur Lira não aceitou o retorno das comissões mistas. Ele justificou que a Câmara dos Deputados estaria sub-representada, pois cada Casa indicaria o mesmo número de integrantes (12) e o número de deputados da Câmara é numericamente superior ao número de senadores (são 513 deputados e 81 senadores). Em razão disto, defendeu uma alteração constitucional para alterar a paridade entre os representantes de cada Casa.

O pano de fundo da questão debatida é o poder de Arthur Lira. O presidente da Câmara dos Deputados não quer renunciar ao domínio de ditar o ritmo e a ordem do que será votado. Além do mais, frequentemente a Câmara entrega a MP ao Senado muito

¹ SCHREIBER, Mariana. A briga entre Pacheco e Lira que pode paralisar o governo Lula. BBC, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c03k0lzwxdzo>.

² Idem.

³ DALL'AGNOL, Laísa. Lira x Pacheco: o que motiva a queda de braço que dividiu o Congresso. VEJA, 2023. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/lira-x-pacheco-o-que-motiva-a-queda-de-braco-que-dividiu-o-congresso/>.

próximo do prazo exíguo de vencimento, o que não permite que os senadores apreciem o projeto com a parcimônia necessária.

Até o momento da publicação desta publicação, o imbróglio não foi solucionado. Apesar disso, as comissões mistas já estão em funcionamento e analisaram as primeiras MPs do governo nesta semana (10/04/2023).

4. Comentários e Observações

A Medida Provisória 1.140/2022, transformada na Lei Ordinária 14.540/2023, criou o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal.

O Programa será aplicado igualmente em todas as instituições privadas em que haja a prestação de serviços públicos por meio de concessão, permissão, autorização ou qualquer outra forma de delegação.

Os objetivos do Programa estão previstos no art. 4º da referida lei, que estão assim dispostos: a) prevenir e enfrentar a prática do assédio sexual e demais crimes contra a dignidade sexual e de todas as formas de violência sexual nos órgãos e entidades abrangidos pela Lei; b) capacitar os agentes públicos para o desenvolvimento e a implementação de ações destinadas à discussão, à prevenção, à orientação e à solução do problema nos órgãos e entidades abrangidos pela Lei; c) implementar e disseminar campanhas educativas sobre as condutas e os comportamentos que caracterizam o assédio sexual e demais crimes contra a dignidade sexual e qualquer forma de violência sexual, com vistas à informação e à conscientização dos agentes públicos e da sociedade, de modo a possibilitar a identificação da ocorrência de condutas ilícitas e a rápida adoção de medidas para a sua repressão.

Para atingir os objetivos acima referidos, os órgãos e entidades deverão elaborar ações e estratégias destinadas à prevenção e ao enfrentamento do assédio sexual e demais crimes contra a dignidade sexual e de todas as formas de violência sexual.



Esta Lei representa um ganho no enfrentamento dos crimes contra a dignidade sexual no âmbito da administração pública. Lembremos que recentemente um Ex-presidente da Caixa Econômica Federal se tornou réu por assédio a funcionárias do banco. Portanto, ações educativas, como as que a Lei Ordinária 14.540/2023 propõe, se bem implementadas, podem representar uma considerável redução nos diversos casos de assédio verificados no âmbito da administração pública nos últimos anos.



PARLEX



Boletim de novidades legislativas

ABRIL - 2023



ABRIL - 2023

A pesquisa deste mês foi realizada por Monike Santos, Mestra em Direitos Humanos, Interculturalidade e Desenvolvimento, Universidad Pablo de Olavide – Espanha, Especialista em Direitos Humanos e Filosofia, PUCPR. Graduada em Direito, FAE – Centro Universitário e Graduanda em Filosofia, UNINTER e por Luna Maria Araújo Freitas, Mestra em Direito do Estado. Docente da graduação e Pós-graduação em Direito e Políticas Públicas nas disciplinas Direito Internacional Público e Privado, Direitos Humanos e Direito Constitucional. Assessora Parlamentar na Assembleia Legislativa do Estado do Pará - ALEPA, com atuação direta na pesquisa, produção e escrita legislativa. Vice-Presidente da Comissão de Educação Jurídica da Subseção de Castanhal/PA.



ÍNDICE

1. Senado Federal

1.1. Plenário

- 1.1.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)
- 1.1.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)
- 1.1.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)
- 1.1.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)
- 1.1.e. Medidas Provisórias (MP)
- 1.1.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)
- 1.1.g. Projeto de Resolução (PR)

1.2. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

- 1.2.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)
- 1.2.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)
- 1.2.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)
- 1.2.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)
- 1.2.e. Medidas Provisórias (MP)
- 1.2.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)
- 1.2.g. Projeto de Resolução (PR)

2. Câmara dos Deputados

2.1. Plenário

- 2.1.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)
- 2.1.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)
- 2.1.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)
- 2.1.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)
- 2.1.e. Medidas Provisórias (MP)
- 2.1.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)
- 2.1.g. Projeto de Resolução (PR)

2.2. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

- 2.2.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)



- 2.2.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)
- 2.2.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)
- 2.2.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)
- 2.2.e. Medidas Provisórias (MP)
- 2.2.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)
- 2.2.g. Projeto de Resolução (PR)

3. Fatos relevantes

4. Comentários e Observações



1. Senado Federal

Nos termos do art. 46 da Constituição da República, o Senado Federal está composto por três representantes de cada unidade da federação, totalizando atualmente 81 (oitenta e um) assentados. O mandato é de oito anos, sendo a Casa Legislativa renovada a cada quatro anos, de forma alternada, por um e dois terços. Cada integrante do Senado Federal conta com dois ou duas suplentes.

1.1. Plenário

1.1. Plenário

1.1.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC) Inexistência de votação na espécie legislativa analisada

1.1.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)

PL n. 256 de 2019

Tema: Reconhece as escolas de samba como manifestação da cultura nacional. Pauta(s):

Em 04/04/2023 - Discussão, em turno único.

Resultado da matéria: Aprovado o Projeto. Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar.

PL nº 410, de 2019

Ementa:

Equipara a síndrome de Von Recklinghausen (neurofibromatose) às deficiências físicas e intelectuais, para os efeitos jurídicos, em todo o País.

Assegura às pessoas com a síndrome de Von Recklinghausen (neurofibromatose) os mesmos direitos, garantias e benefícios sociais das pessoas com deficiência física ou intelectual previstos na Constituição Federal.

Pauta(s): Em 12/04/2023 - Discussão, em turno único.

Decisão: Aprovada pelo Plenário.

Quórum: Não foi possível verificar.



Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar

Projeto de Lei nº 6574, de 2019

Tema: Confere o título de Capital Nacional da Criação de Cavalos da Raça Puro Sangue Inglês ao Município de Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul.

Pauta(s): Em 12/04/2023 - Discussão, em turno único. Resultado da matéria: Aprovado o Projeto.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar.

Projeto de Lei nº 2109, de 2019

Tema: Confere ao Município de Sant'Ana do Livramento, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional da Ovelha.

Pauta(s): Em 12/04/2023 - Discussão, em turno único. Resultado da matéria: Aprovado o Projeto.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar.

PL nº 6.559, DE 2019 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 604, DE 2007)

Tema: Possibilitar que recursos do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) sejam utilizados para estimular a participação de artistas locais e regionais em projetos de instituições públicas de educação básica e de entidades sem fins lucrativos e para incluir a música regional entre os segmentos atendidos por doações e patrocínios à produção cultural.

Pauta(s): Em 12/04/2023 - Discussão, em turno único.

Resultado da matéria: Aprovado o Substitutivo da Câmara do Deputados. Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar.



PL nº 4.672 DE 2019

Tema: Confere ao Município de Guabiju, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Guabiju.

Pauta(s): Em 12/04/2023 - Discussão, em turno único. Resultado da matéria: Aprovado o Projeto.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar.

PL Nº 633 DE 2019

Tema: Regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal para garantir a transparência e privilegiar o princípio da publicidade.

Pauta(s): Em 12/04/2023 - Discussão, em turno único.

Resultado da matéria: Aprovado o Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2. Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar.

PL nº 5638, de 2019

Tema: Institui o Dia Nacional do Desporto Escolar, que será celebrado anualmente no dia 25 de maio, quando serão realizadas atividades e campanhas de esclarecimento sobre a importância do desporto escolar.

Pauta(s): Em 12/04/2023 - Discussão, em turno único. Resultado da matéria: Aprovado o Projeto.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

PL nº 405, de 2019

Tema: Inscreve no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, que se encontra no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília, o nome de Jaime Nelson Wright, pastor presbiteriano defensor dos direitos humanos no Brasil.



Pauta(s): Em 12/04/2023 - Discussão, em turno único. Decisão: Aprovada pelo Plenário.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar.

PL nº 6577, de 2019

Tema: Denomina Rodovia Alfeu Teodoro de Oliveira o trecho da BR-272 situado entre Campo Mourão/PR e Goioerê/PR.

Pauta(s): Em 12/04/2023 - Discussão, em turno único. Decisão: Aprovada pelo Plenário

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar.

PL DA CÂMARA Nº 100, DE 2015

Tema: Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e de cargos em comissão no Quadro de Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho e dá outras providências.

Pauta(s): Em 19/04/2023 - Discussão, em turno único. Decisão: Aprovada pelo Plenário.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar.

PL nº 5023, de 2019

Tema: Dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças e adolescentes.

Pauta(s): Em 19/04/2023 - Discussão, em turno único. Decisão: Aprovada pelo Plenário.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar.

PL nº 6550, de 2019

Tema: cria o Dia Nacional de Conscientização sobre a Hemoglobínúria Paroxística Noturna (HPN) e o Dia Nacional de Conscientização sobre Síndrome Hemolítico-Urêmica atípica (SHUa).

Pauta(s): Em 19/04/2023 - Discussão, em turno único. Decisão: Aprovada pelo Plenário.



Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar.

PL DA CÂMARA Nº 49, DE 2018

Tema: Altera a Lei nº 10.201, de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), para contemplar a atividade de segurança viária e os agentes de trânsito nos projetos a serem apoiados pelo Fundo.

Pauta(s): Em 26/04/2023 - Discussão, em turno único. **Decisão:** Aprovada pelo Plenário.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar.

PL Nº 5.641, DE 2019

Tema: Inscreve o nome de Maria Rita de Souza Brito Lopes Pontes, Irmã Dulce, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Pauta(s): Em 26/04/2023 - Discussão, em turno único. **Decisão:** Aprovada pelo Plenário.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar.

1.1.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

1.1.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

1.1.e. Medidas Provisórias (MP)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

1.1.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)

Projeto de Decreto Legislativo nº 776, 2021



Tema: Aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Romênia sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado em Brasília, em 13 de junho de 2017.

Pauta(s): Em 18/04/2023 - Discussão, em turno único. Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Decisão: Aprovada pelo Plenário

Projeto de Decreto Legislativo nº 83, 2023

Tema: Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, assinado em Lisboa, em 2 de julho de 2021.

Pauta(s): Em 19/04/2023 - Discussão, em turno único. Decisão: Aprovada pelo Plenário
Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar.

Projeto de Decreto Legislativo nº 932, 2021

Tema: Aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios, para a Prestação de Serviços de Assistência de Emergência e Cooperação em Defesa Civil, assinado em Montevideu, em 7 de novembro de 2013.

Pauta(s): Em 19/04/2023 - Discussão, em turno único. Decisão: Aprovada pelo Plenário.
Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar.

1.1.g. Projeto de Resolução (PR)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.



1.2. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

1.2.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)

Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2022

Tema: Altera o art. 199 da Constituição Federal para dispor sobre as condições e os requisitos para a coleta e o processamento de plasma humano.

Iniciativa: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), Senador Marcio Bittar (PSL/AC), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Giordano (MDB/SP), Senador Zequinha Marinho (PL/PA), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Romário (PL/RJ), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Carlos Viana (MDB/MG), Senador Alexandre Silveira (PSD/MG), Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Carlos Fávaro (PSD/MT), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE).

Pauta em: 26/04/2023 -

Resultado: Pedido de Vista Concedido

1.2.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)

PL 3713/2019

Altera a Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências.

Relator: Senador Alessandro Vieira Pauta: Em 12/04/2023



Resultado: Favorável ao Projeto, e às Emendas de nº 1 a 4, na forma do Substitutivo que apresenta.

PL 5023/2019 (Emenda-CD)

Dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças e adolescentes.

Relator: Senador Paulo Paim/ Relator Ad hoc: Senador Marcelo Castro Pauta: Em 12/04/2023

Resultado: Aprovado o Parecer favorável às Emendas nºs 1 a 4 e contrário à Emenda nº 5 da Câmara dos Deputados.

PL 3616/2019

Altera o art. 159 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para incluir na Carteira Nacional de Habilitação as informações sobre o tipo sanguíneo e fator Rh do condutor e sobre a sua condição de doador ou não doador de órgãos e tecidos.

Relator: Senador Fabiano Contarato. Pauta: Em 12/04/2023

Resultado: Pela aprovação do Projeto, com a emenda que apresenta.

PL 3283/2021

Tema: Altera as penas e tipifica como atos terroristas as condutas praticadas em nome ou em favor de grupos criminosos organizados.

Relator: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Pela aprovação do Projeto com 3 emendas que apresenta, pela aprovação das Emendas nºs 3 e 4-CSP, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2 – CSP e Emendas nºs 5, 6, 7 e 8.

Pauta: Em 26/04/2023

Resultado: Vista coletiva concedida, nos termos regimentais.

PL 2757/2019

Altera o art. 17 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para impossibilitar a aplicação de penas alternativas para os crimes praticados com violência ou grave ameaça em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Relator: Senadora Eliziane Gama

Pauta: Em 26/04/2023

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Aprovado o Projeto

PL 3257/2019

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para incluir como causa de afastamento do agressor do lar a violência psicológica, moral ou patrimonial contra a mulher.

Relator: Senadora Eliziane Gama Pauta: Em 26/04/2023

Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta.

Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ.

1.2.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

1.2.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

1.2.e. Medidas Provisórias (MP)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

1.2.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

1.2.g. Projeto de Resolução (PR)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

2. Câmara dos Deputados

Nos termos do art. 45 da Constituição da República, a Câmara dos Deputados está composta por 513 deputados, número estabelecido proporcionalmente à população, precedido aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta representantes. O mandato é de quatro anos, sendo a Casa Legislativa renovada a cada quatro anos.

2.1. Plenário

2.1.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC) Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

2.1.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

2.1.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)

PLC n. 139/2022

Tema: Direito Administrativo. Acrescenta o art. 5º-A à Lei Complementar nº 91, de 22 de dezembro de 1997, para manter os coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) de Municípios com redução populacional aferida em censo demográfico, aplicado redutor financeiro sobre eventuais ganhos, na forma e no prazo que especifica; e altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Normas que revoga: Acrescenta o art. 5º-A, à Lei Complementar nº 91, de 22 de dezembro de 1997.



Pauta(s): Em 25/04/2023. Quórum: 364.

Processo de Votação: Nominal.

Placar: 360 (Sim), 3 (Não) e 1 (Voto do Presidente).

Resultado: Aprovada.

2.1.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)

PDL n. 83/2023

Tema: Direito Internacional. Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, assinado em Lisboa, em 2 de julho de 2021.

Pauta(s): Em 13/04/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

2.1.e. Medidas Provisórias (MP)

MP n. 1147/2022

Tema: Direito Tributário. Seguridade Social. Altera a Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, que instituiu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse); reduz a 0% (zero por cento) as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre as receitas decorrentes da atividade de transporte aéreo regular de passageiros; reduz as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre operações realizadas com óleo diesel, biodiesel, gás liquefeito de petróleo, álcool, querosene de aviação, gás natural veicular e gasolina; altera as Leis nos 10.637, de 30 de dezembro de



2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para excluir o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) da base de cálculo dos créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, e as Leis nos 13.483, de 21 de setembro de 2017, e 13.576, de 26 de dezembro de 2017, e os Decretos-Lei nos 9.853, de 13 de setembro de 1946, e 8.621, de 10 de janeiro de 1946; revoga dispositivos das Medidas Provisórias nos 1.157, de 1º de janeiro de 2023, 1.159, de 12 de janeiro de 2023, e 1.163, de 28 de fevereiro de 2023; e dá outras providências.

Pauta(s): Em 25/04/2023.

Quórum: Não foi possível verificar. Processo de Votação: Simbólica.

Placar: Não foi possível verificar. Resultado: Aprovada.

MP n. 1153/2022

Tema: Código de Trânsito Brasileiro. Dispõe sobre a prorrogação da exigência do exame toxicológico periódico, altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, altera a Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, quanto ao seguro de cargas, e altera a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, quanto às cessões de Analistas de Infraestrutura e Especialistas em Infraestrutura Sênior NOVA EMENTA: Posterga a exigência do exame toxicológico periódico para obtenção e renovação da Carteira Nacional de Habilitação; e altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), a Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, para dispor sobre seguro de cargas, e a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, para dispor sobre a carreira de Analista de Infraestrutura e o cargo isolado de Especialista em Infraestrutura Sênior.

Pauta(s): Em 27/04/2023. Quórum: 408.

Processo de Votação: Nominal.

Placar: 204 (Sim), 202 (Não) e 1 (Voto do Presidente). Resultado: Aprovada.

2.1.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

2.1.g. Projeto de Resolução (PR)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

2.2. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

2.2.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC) Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

2.2.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)

PL n. 3287/2012

Tema: Direito Público. Cria o Cadastro Nacional de Servidores Demitidos – CNSD e dá outras providências.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 8.429, de 1992, artigo não especificado. Pauta(s): Em 12/04/2023.

Quórum: 44.

Processo de Votação: Nominal. Placar: 24 (Sim) e 20 (Não).

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 7687/2017

Tema: Direitos Humanos. Direito Administrativo. Estabelece sanções para a discriminação contra profissionais de limpeza pública.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.



Pauta(s): Em 12/04/2023.

Quórum: 44.

Processo de Votação: Nominal.

Placar: 24 (Sim) e 20 (Não).

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emendas.

PL n. 932/2021

Tema: Direito Administrativo. Saúde. Altera a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para determinar que o abastecimento de medicamentos e de produtos para a saúde nos entes da federação será controlado por meio de sistema integrado de acompanhamento em tempo real do consumo e do estoque.

Normas que revoga: Altera a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, sem especificação de artigo.

Pauta(s): Em 18/04/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 1816/1999

Tema: Saúde. Institui o "Dia Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde".

Normas que revoga: Altera a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, sem especificação de artigo.

Pauta(s): Em 18/04/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica



legislativa.

PL n. 1453/2019

Tema: Direito Administrativo. Altera a Lei no 11.107, de 6 de abril de 2005, para determinar que a alteração de contrato de consórcio público dependerá de ratificação mediante leis aprovadas pela maioria dos entes federativos consorciados.

Normas que revoga: Lei no 11.107, de 6 de abril de 2005, especificamente o art. 12.

Pauta(s): Em 18/04/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 379/2007

Tema: Direito Penal. Direito Processual Penal. Improbidade Administrativa. Dá nova redação aos arts. 317 e 333 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), ao art. 84 do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), ao art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, que "dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências", e ao art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992, que trata dos atos de improbidade.

Normas que revoga: Altera a redação dos artigos 317 e 333, do Código Penal, a redação do artigo 84, do Código de Processo Penal, a redação do artigo 1º, da Lei de Crimes Hediondos e redação do artigo 12, da Lei de Improbidade Administrativa.

Pauta(s): Em 19/04/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica

legislativa.

PL 3811/2019

Tema: Saúde. Institui a Semana Nacional de Conscientização sobre a Cardiopatia Isquêmica.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 26/04/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Votação nominal, de ofício, do Requerimento de Retirada de Pauta, de autoria dos Deputados Sâmia Bomfim, Chico Alencar e Tarcísio Motta. Ficou prejudicado o Requerimento de Votação Nominal de Retirada de Pauta, de autoria dos Deputados Sâmia Bomfim, Chico Alencar e Tarcísio Motta.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa das Emendas do Senado Federal.

2.2.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

2.2.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

2.2.e. Medidas Provisórias (MP)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.



2.2.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)

PDL n. 927/2021

Tema: Direito Internacional. Aprova texto do acordo de Sede entre a República Argentina e o Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná, assinado em Assunção, em 9 de março de 2018.

Normas que revoga: Sem normas revogadas. Pauta(s): Em 18/04/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 159/2022

Tema: Direito Internacional. Aprova o texto do Acordo para a Eliminação da Cobrança de Encargos de Roaming Internacional aos Usuários Finais do Mercosul, assinado pelos Estados Partes do MERCOSUL, em 17 de julho de 2019.

Normas que revoga: Sem normas revogadas. Pauta(s): Em 18/04/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 166/2019

Tema: Direito Administrativo. Tecnologia e Comunicação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária do Município de Botuporã para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Botuporã, Estado da Bahia.

Normas que revoga: Sem normas revogadas. Pauta(s): Em 18/04/2023.



Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 432/2021

Tema: Direito Administrativo. Tecnologia e Comunicação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural de Regeneração para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Regeneração, Estado do Piauí.

Normas que revoga: Sem normas revogadas. Pauta(s): Em 18/04/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 862/2021

Tema: Direito Administrativo. Tecnologia e Comunicação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Rádio de São João do Piauí para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São João do Piauí, Estado do Piauí.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 18/04/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.



PDL n. 873/2021

Tema: Direito Administrativo. Tecnologia e Comunicação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunicação e Cultura de Monsenhor Gil para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Monsenhor Gil, Estado do Piauí.

Normas que revoga: Sem normas revogadas. Pauta(s): Em 18/04/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 1079/2021

Tema: Direito Administrativo. Tecnologia e Comunicação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Rádio Comunitária Araçá FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mari, Estado da Paraíba.

Normas que revoga: Sem normas revogadas. Pauta(s): Em 18/04/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar

Resultado: Aprovado o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 1087/2021

Tema: Direito Administrativo. Tecnologia e Comunicação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação de Barro Duro para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barro Duro, Estado do Piauí.



Normas que revoga: Sem normas revogadas. Pauta(s): Em 18/04/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 1136/2021

Tema: Direito Administrativo. Tecnologia e Comunicação. Radiodifusão. Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária, Cultural e Comunicação Social de Luis Correia - ACLC a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Luis Correia, Estado do Piauí.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 18/04/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 1149/2021

Tema: Direito Administrativo. Tecnologia e Comunicação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Assistencial Rio de Contas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jequié, Estado da Bahia.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 18/04/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.



Resultado: Aprovado o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 149/2021

Tema: Direito Administrativo. Tecnologia e Comunicação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação de Frutal para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Frutal, Estado de Minas Gerais.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 18/04/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 151/2021

Tema: Direito Administrativo. Tecnologia e Comunicação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação da Rádio Comunitária Dimensão - ARCOD para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 18/04/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 152/2022



Tema: Direito Administrativo. Tecnologia e Comunicação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação Educativa - ACCE para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lambari, Estado de Minas Gerais.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 18/04/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 149/2019

Tema: Direito Administrativo. Tecnologia e Comunicação. Radiodifusão. Aprova o ato que autoriza a Associação Master de Radiodifusão Comunitária de Itanhém (rádio Master), a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itanhém, Estado da Bahia.

Normas que revoga: Sem normas revogadas. Pauta(s): Em 25/04/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar

Resultado: Aprovado o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 156/2019

Tema: Direito Administrativo. Tecnologia e Comunicação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Eldorado para o Desenvolvimento Social Cultural e Artístico de Castro Alves para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Castro Alves, Estado da Bahia.

Normas que revoga: Sem normas revogadas. Pauta(s): Em 25/04/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.



Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 310/2019

Tema: Direito Administrativo. Tecnologia e Comunicação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rádio FM Pontapedrense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ponta de Pedras, Estado do Pará.

Normas que revoga: Sem normas revogadas. Pauta(s): Em 25/04/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 311/2019

Tema: Direito Administrativo. Tecnologia e Comunicação. Radiodifusão. Aprova o ato que outorga permissão à Universidade Estadual de Feira de Santana para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município Feira de Santana, Estado da Bahia.

Normas que revoga: Sem normas revogadas. Pauta(s): Em 25/04/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 318/2019

Tema: Direito Administrativo. Tecnologia e Comunicação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Costa Verde para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade,



serviço de radiodifusão comunitária no Município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 25/04/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 355/2019

Tema: Direito Administrativo. Tecnologia e Comunicação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Rádio Comunitária Transamazônica FM, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia.

Normas que revoga: Sem normas revogadas. Pauta(s): Em 25/04/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 438/2019

Tema: Direito Administrativo. Tecnologia e Comunicação. Radiodifusão. Aprova o ato que autoriza a Associação para o Progresso Cultural e Sucesso de São José da Coroa Grande - APCS a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São José da Coroa Grande, Estado de Pernambuco.

Normas que revoga: Sem normas revogadas. Pauta(s): Em 25/04/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.



PDL n. 243/2021

Tema: Direito Administrativo. Tecnologia e Comunicação. Radiodifusão. Aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação e Desenvolvimento Comunitário de Castelo do Piauí - ACDCC a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Castelo do Piauí, Estado do Piauí.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 25/04/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 260/2021

Tema: Direito Administrativo. Tecnologia e Comunicação. Radiodifusão. Aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação, Cultura e Desportos de Jaicós a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaicós, Estado do Piauí.

Normas que revoga: Sem normas revogadas. Pauta(s): Em 25/04/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 261/2021

Tema: Direito Administrativo. Tecnologia e Comunicação. Radiodifusão. Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Barra Velha (Rádio Cidade) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barra Velha, Estado de Santa Catarina.



Normas que revoga: Sem normas revogadas. Pauta(s): Em 25/04/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 313/2021

Tema: Direito Administrativo. Tecnologia e Comunicação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação Cidadania para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de José de Freitas, Estado do Piauí.

Normas que revoga: Sem normas revogadas. Pauta(s): Em 25/04/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 351/2021

Tema: Direito Administrativo. Tecnologia e Comunicação. Radiodifusão. Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Recreativa de Paramirim (ASCUR) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paramirim, Estado da Bahia.

Normas que revoga: Sem normas revogadas. Pauta(s): Em 25/04/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.



PDL n. 354/2021

Tema: Direito Administrativo. Tecnologia e Comunicação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cabeceiras do Piauí, Estado do Piauí.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 25/04/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 366/2021

Tema: Direito Administrativo. Tecnologia e Comunicação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Social e Beneficente de Alagoinhas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Alagoinhas, Estado da Bahia.

Normas que revoga: Sem normas revogadas. Pauta(s): Em 25/04/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.



PDL n. 416/2021

Tema: Direito Administrativo. Tecnologia e Comunicação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação, Cultura e Cidadania do Barro Vermelho para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Crato, Estado do Ceará.

Normas que revoga: Sem normas revogadas. Pauta(s): Em 25/04/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 444/2021

Tema: Direito Administrativo. Tecnologia e Comunicação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Taquarense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Taquara, Estado do Rio Grande do Sul.

Normas que revoga: Sem normas revogadas. Pauta(s): Em 25/04/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.



PDL n. 444/2021

Tema: Direito Administrativo. Tecnologia e Comunicação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Taquarense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Taquara, Estado do Rio Grande do Sul.

Normas que revoga: Sem normas revogadas. Pauta(s): Em 25/04/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 447/2021

Tema: Direito Administrativo. Tecnologia e Comunicação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Sombrio para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sombrio, Estado de Santa Catarina.

Normas que revoga: Sem normas revogadas. Pauta(s): Em 25/04/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.



PDL n. 490/2021

Tema: Direito Administrativo. Tecnologia e Comunicação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Sombrio para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sombrio, Estado de Santa Catarina.

Normas que revoga: Sem normas revogadas. Pauta(s): Em 25/04/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 490/2021

Tema: Direito Administrativo. Tecnologia e Comunicação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Palmares de Radiodifusão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmares, Estado de Pernambuco.

Normas que revoga: Sem normas revogadas. Pauta(s): Em 25/04/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 971/2021

Tema: Direito Administrativo. Tecnologia e Comunicação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio FM Comunitária Cidade Progresso para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pendências, Estado do Rio Grande



do Norte. Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 25/04/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 206/2022

Tema: Direito Administrativo. Tecnologia e Comunicação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Agricultores de Capibaribe Mirim para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Vicente Ferrer, Estado de Pernambuco.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 25/04/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 222/2022

Tema: Direito Administrativo. Tecnologia e Comunicação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guarabira, Estado da Paraíba.

Normas que revoga: Sem normas revogadas. Pauta(s): Em 25/04/2023.



Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 226/2022

Tema: Direito Administrativo. Tecnologia e Comunicação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Picuí, Estado da Paraíba.

Normas que revoga: Sem normas revogadas. Pauta(s): Em 25/04/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 244/2022

Tema: Direito Administrativo. Tecnologia e Comunicação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Race FM - Rádio Comunitária Educadora FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Rita, Estado da Paraíba.

Normas que revoga: Sem normas revogadas. Pauta(s): Em 25/04/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.



PDL n. 278/2022

Tema: Direito Administrativo. Tecnologia e Comunicação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária de Celso Ramos para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Celso Ramos, Estado de Santa Catarina.

Normas que revoga: Sem normas revogadas. Pauta(s): Em 25/04/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 418/2022

Tema: Direito Administrativo. Tecnologia e Comunicação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária de Pedreiras para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pedreiras, Estado do Maranhão.

Normas que revoga: Sem normas revogadas. Pauta(s): Em 25/04/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 418/2022

Tema: Direito Administrativo. Tecnologia e Comunicação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária de Pedreiras para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de



radiodifusão comunitária no Município de Pedreiras, Estado do Maranhão.

Normas que revoga: Sem normas revogadas. Pauta(s): Em 25/04/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar. Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

2.2.g. Projeto de Resolução (PR)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

3. Fatos relevantes

O mês de abril contou com poucas sessões plenárias em ambas as casas no Congresso Nacional Ainda que o mês de abril tenha sido repleto de feriados estendidos, o que gera diminuição na atividade legiferante.

Um dos temas importantes votados na Câmara dos Deputados, foi a MP 1153/2022, que promove alterações no Código de Trânsito Brasileiro (CTB). O texto aprovado, que seguirá para apreciação do Senado, mantém a exigência de exame toxicológico para os motoristas profissionais das categorias C, D ou E, de acordo com o CTB, mas estabelece novas regras que entrarão em vigor a partir de 2024. Na versão original, emitida durante o governo anterior, a multa de R\$ 1.467,35 por atraso nesse exame estava suspensa até 1º de julho de 2025.

Também é possível destacar a votação pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do PL 379/2007, que prevê o aumento das penas para crimes de corrupção ativa e passiva, bem como atos de improbidade administrativa. O texto aprovado foi o substitutivo apresentado pelo relator, deputado Diego Garcia (Republicanos-PR), ao



Projeto de Lei 379/07, proposto pelo ex-deputado Paulo Rubem Santiago (PE). O relator buscou adequar a proposta às modificações recentes feitas à Lei de Crimes Hediondos e à Lei de Improbidade Administrativa. O texto aprovado estabelece o aumento em 1/3 da pena para corrupção passiva (reclusão de 2 a 12 anos) quando praticada em prejuízo de órgãos e entidades responsáveis por atividades relacionadas à saúde, educação, alimentação, medicamentos, saneamento básico, abastecimento de água e controle de resíduos sólidos. Da mesma forma, o aumento em 1/3 também é aplicado à pena de corrupção ativa (reclusão de 2 a 12 anos) quando praticada em prejuízo desses órgãos e entidades e inclui o crime de corrupção na Lei de Crimes Hediondos, quando praticado em prejuízo de órgãos e entidades responsáveis por atividades relacionadas à saúde, educação, alimentação, medicamentos, saneamento básico, abastecimento de água e controle de resíduos sólidos. Além disso, a Lei de Improbidade Administrativa modificada para aumentar as punições em casos de enriquecimento ilícito, lesão ao erário e violação dos princípios da administração pública. O texto inclui aumentar o tempo de suspensão dos direitos políticos, o valor das multas civis e o período de proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios fiscais. A proposta aguarda votação no Plenário.

Em que pese a diminuta movimentação legislativa de impacto, vários fatores que circundaram as casas legislativas tiveram protagonismo e foram determinantes para o andamento e o travamento da votação de projetos relevantes.

Pode-se iniciar pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Atos Golpistas, que foi estabelecida pelo presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), somente no dia 26 de abril. A criação do colegiado ocorreu após mais de dois meses de pressões política, notadamente após terem sido divulgadas imagens do agora ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) general Gonçalves Dias dentro do Palácio do Planalto durante os ataques. O objetivo principal dessa CPMI será investigar os ataques às sedes dos Três Poderes ocorridos em 8 de janeiro e contará com a participação de 32 membros, sendo 16 deputados e 16 senadores.

Não bastasse isso, o deputado Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara dos



Deputados, ao colocar em pauta a urgência de propostas para revogar dois decretos do governo Lula (PT), referentes ao acesso a armas de fogo e à mudança do marco do saneamento básico⁴. Vale dizer que, no início de seu mandato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tomou a decisão de revogar os decretos do governo Bolsonaro relacionados ao acesso a armas e munições, onde foram estabelecidas novas diretrizes e formou um grupo de trabalho responsável por propor a atualização do Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826, de 2003).

Outro tema importante que chegou a ser pautado para votação no dia 25/04/2023, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados foi a PEC 09/2023, uma Proposta de Emenda Constitucional que *"altera a Emenda Constitucional nº 117, de 5 de abril de 2022, quanto à aplicação de sanções aos partidos que não preencheram a cota mínima de recursos ou que não destinaram os valores mínimos em razão de sexo e raça em eleições, bem como nas prestações de contas anuais e eleitorais"*, de autoria do Deputado Paulo Magalhães (PSD-BA) e outros. Contudo, a votação foi adiada porque foi concedida vista conjunta aos deputados Gilson Marques, Kim Kataguiri e Tarcísio Motta.

Também importante e que impactou a movimentação da Câmara dos Deputados, bem como a sociedade civil foi o PL 2630/2020, o PL das Fake News. A proposta inclui diversas medidas, como restrições ao funcionamento de contas operadas por robôs, além da criação do Conselho de Transparência e Responsabilidade na Internet. O requerimento de urgência para o mencionado projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados com 238 votos a favor e 192 votos contra, no dia 25/04/2023. A última movimentação da tramitação do projeto dá conta de que foi retirado de pauta em 02/05/2023 e apresentação do REQ n. 1529/2023 (Requerimento de Desapensação), pela Deputada Caroline de Toni (PL/SC), para a desapensação do Projeto de lei nº 246/2021, do projeto de lei 2630/2020.

Por sua vez no Senado Federal destaque para as tramitações junto à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na qual verificou-se uma maior movimentação de

⁴ Reportagem de Raphael Zaghi Di Cunto e Marcelo Ribeiro em 25/04/2023. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/04/25/lira-pauta-pela-1a-vez-projetos-contrarios-a-lula-e-pode-suspender-decretos-de-saneamento-e-de-armas.ghml>>



dissimetria, notadamente quanto a temas como as condições e os requisitos para a coleta e o processamento de plasma humano e o Projeto de Lei que altera as penas e tipifica como atos terroristas as condutas praticadas em nome ou em favor de grupos criminosos organizados.

Destaca-se o PL 3283/2021, que se propõe a endurecer o tratamento de grupos do crime organizado e milícias, por meio da alteração das penas e tipificando como atos terroristas as condutas praticadas em nome ou em favor de grupos criminosos organizados. Devido o tema ser polêmico, na votação do dia 26 de abril o pedido de vista coletiva foi concedido. Em breve relato, em 04/04/2023 foram apresentadas as Emendas nºs 5 a 7, de autoria do Senador Fabiano Contarato. Em 12/04/2023 foi apresentada a Emenda nº 8, de autoria do Senador Flávio Bolsonaro. O texto original aborda especialmente aumento de penas ao crime organizado, incluindo o seguinte: O art. 35 da Lei no 11.343, de 23 de agosto de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 35. Associarem-se quatro ou mais pessoas para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1o, e 34 desta Lei: Pena - reclusão, de 5 (cinco) a 10 (dez) anos, e pagamento de 1.200 (mil e duzentos) a 2.000 (dois mil) dias- multa.” Outro dispositivo do projeto prevê o aumento de O art. 288-A do Decreto- Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 288-A. Constituir, organizar, integrar, manter ou custear organização paramilitar, milícia particular, grupo ou esquadrão, com quatro ou mais pessoas, para o fim de cometer crimes: Pena - reclusão, de 5 (quatro) a 10 (dez) anos, e pagamento de 2.000 (dois mil) a 3.000 (três mil) dias-multa”.

4. Comentários e Observações

Um movimento significativo foi realizado a respeito do PL 379, que se encontra em trâmite desde 2007. As modificações votadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no PL envolvem ampliar a duração da suspensão dos direitos políticos, aumentar o valor das multas civis e prolongar o período de proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios fiscais. A Lei de Improbidade Administrativa é uma ferramenta importante para punir atos ímprobos de agentes públicos, mas suas sanções



são principalmente de natureza civil. Desse modo, inserir aspectos mais objetivos ao tipo penal da corrupção, seja ela passiva ou ativa (Artigos 317 e 333, Código Penal), notadamente sobre se o ato ilícito é praticado em detrimento de órgãos e entidades encarregados de atividades relacionadas à saúde, à educação, à alimentação, a medicamentos, ao saneamento básico, ao abastecimento de água e ao controle de resíduos sólidos, confere mais especificidade à conduta, de forma que as articulações argumentativas para descaracterizar a conduta poderá demandar mais esforço por parte dos acusados. Sobreleva mencionar que é essencial um controle mais eficaz do Poder Judiciário sobre as condutas dos gestores públicos, visando garantir a moralidade, o compromisso social, a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos, incluindo limites mais rigorosos aos gastos realizados. Importante acompanhar qual será o nível de debate do tema pelo plenário da Câmara dos Deputados.

A respeito do clima político para a criação e desenvolvimento da CPMI dos Atos Golpistas de 8 de Janeiro, importante afirmar que a disputa por assentos na comissão se mostrou bastante acirrada e começou mesmo antes de sua criação oficial, durante a leitura do requerimento em plenário, o que reflete a polarização entre os apoiadores do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e os apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).⁵

Esse mesmo clima político polarizado tem reflexos também nas indicações políticas para a ocupação de cargos dentro do judiciário, pois o presidente da Câmara dos Deputados apoiou a indicação de João Mayer para o cargo de desembargador do tribunal, porém o ministro da Justiça, Flávio Dino, vetou a nomeação, o que, aparentemente, impactou diretamente nas votações de projetos que teriam como objetivo revogar os primeiros decretos editados pelo novo governo, já em janeiro de 2023, notadamente aqueles que se referem às principais bandeiras do governo anterior – registros e aquisição de armas de fogo⁶ e saneamento básico. Até o momento do encerramento desta

⁵ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/tv/programas/noticias-1/2023/04/cpmi-dos-atos-de-8-de-janeiro-requerimento-de-criacao-e-lido-na-sessao-do-congresso>.

⁶ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/04/25/comissao-da-camara-aprova-projeto-que-revoga-decreto-de-dino-sobre-armas.htm> e



publicação, as indicações para o judiciário ainda não foram formalizadas pelo governo.

A PEC 09/2023 de autoria do Deputado Paulo Magalhaes (PSD-BA) e outros, que trata do alargamento da anistia aos partidos, especialmente porque pode gerar impactos para financiamento de candidaturas negras e femininas, foi um tema que esteve bastante presente nos debates parlamentares e na sociedade, através da mídia e entidades que abordam o tema. Não é demais dizer que desde 2022, a questão foi constitucionalizada através da Emenda Constitucional no 117, onde se estabelece a obrigatoriedade de os partidos políticos destinarem 30% dos recursos de financiamento público para campanhas de mulheres e pessoas negras. Uma regra que já existia para as mulheres desde 2015, por meio da Lei no 13.165/2015, bem como foi tema de julgamento pelo Superior Tribunal Federal e pelo Tribunal Superior Eleitoral, através da ADI 5.617-DF - STF). Todavia, quando da edição da EC 117, os partidos políticos também aprovaram uma espécie de autoanistia que isentava de responsabilidade aqueles que não cumpriram a regra até a promulgação da emenda. Mesmo cientes, as violações aos regramentos, agora constitucionais, seguiram ao longo das eleições de 2022. A PEC além de conceder anistia, também autorizará os partidos políticos a receberem recursos de pessoas jurídicas para dívidas, o que vai contra a proibição estabelecida pela Lei 13.615/2015 em relação a esse tipo de financiamento eleitoral. O relator da PEC 09/2023 na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados, o deputado Diego Coronel (PSD-BA), em 14 de abril votou a favor da admissibilidade da PEC, argumento de que a anualidade eleitoral, estabelecida no artigo 16 CFRB, exige que a aplicação de possíveis sanções pelo descumprimento das cotas mencionadas pelos partidos políticos seja baseada em previsibilidade jurídica.

A proposta de emenda constitucional prejudica a política eleitoral voltada para a transparência no uso dos recursos do Fundo Partidário (FP) e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), que reforça uma encenação simbólica vazia, e revela a falta de compromisso dos partidos políticos com a democracia interna e a igualdade material. Em suma, o objetivo da PEC é contrário aos princípios republicanos



e, consequentemente, inconstitucional. Essa proposta demonstra uma imaturidade e irresponsabilidade ao se recusar a assumir compromissos democráticos, representando um descaso e um retrocesso no que diz respeito, especialmente à diversidade de participação na política, de mulheres e pessoas negras, por exemplo. O que contribui para a crise de representatividade dos partidos políticos, colocando-os vez mais distantes dos valores democráticos contemporâneos. Mais de 50 movimentos e entidades que defendem a transparência eleitoral e a maior participação de mulheres e negros na política enviaram uma carta aberta aos 184 deputados que endossaram a PEC⁷. Diversas notas técnicas foram emitidas em desfavor da aprovação do texto, inclusive pela Transparência Eleitoral⁸, instituto parceiro do PARLA.

Bastante ruído no cenário político nacional causou o PL 2630/2020. O projeto tem origem no Senado, cujo texto principal do projeto foi elaborado pelo senador Alessandro Vieira, do partido Cidadania-SE, em colaboração com os deputados Felipe Rigone, do Partido Socialista Brasileiro – ES, e a deputada Tabata Amaral, do PDT-SP e prevê medidas para combater contas falsas e automatizadas em redes sociais e serviços de mensagens. Além disso, estabelece limites para o envio de mensagens repetidas e número de membros em grupos – disparos em massa, cujos dados e registros deverão ser guardados pelas empresas e provedores de aplicação que propagarem fake news poderão sofrer penalidades, como advertência, multa, suspensão temporária ou proibição de operar no país, a depender de julgamento pelo Poder Judiciário. Todavia, o projeto tem recebido críticas de organizações da sociedade civil e do relator especial da ONU sobre direito à privacidade⁹. A Ordem dos Advogados do Brasil também se posicionou contra o projeto e criou uma comissão técnica para avaliá-lo. Um ponto de divergência é a criação de um "Conselho de Transparência" que levanta preocupações sobre a regulação da informação⁷¹⁰.

⁷Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/cresce-movimento-da-sociedade-civil-para-derrubar-anistia-geral-a-partidos-politicos/>.

⁸ Disponível em: <https://transparenciaeleitoral.com.br/2023/03/23/nota-tecnica-sobre-a-pec-n-92023-e-os-impactos-sobre-o-financiamento-de-campanhas-femininas/>.

⁹ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/07/14/em-carta-relator-da-onu-diz-que-pl-das-fake-news-ameaca-privacidade.htm>

¹⁰ Disponível em: <http://observatoriodh.com.br/?p=2849>.



Quanto ao SENADO, percebe-se uma movimentação relevante sobre a questão da segurança pública, seja na pauta da mulher por meio de projetos que tramitam e tramitaram com uma certa celeridade ou especialmente temas envolvendo a segurança nacional e o crime organizado, conforme já exposto acima. Importante notar que diante de acordo entre os partidos políticos quinze vetos foram retirados da pauta na sessão do dia 26 de abril e serão votados futuramente, entre eles o Veto 46/2021, sobre mudanças na Lei dos Crimes contra o Estado Democrático de Direito (Lei 14.197, de 2021), que revogou a antiga Lei de Segurança Nacional, criada durante a ditadura militar. Esse item tem relação com os ataques golpistas às sedes dos Três Poderes, em 8 de janeiro. Outro ponto de grande movimentação também decorreu de fato social que foi o evento de lutas de facções no estado do Rio Grande do Norte, o qual convive desde 2016 com sérios problemas envolvendo crime organizado. Seguindo a lógica Kelseniana, que trata do fato-valor-norma, o PL 379/2007, prevê o aumento das penas para crimes de corrupção ativa e passiva, bem como atos de improbidade administrativa.



PARLEX



Boletim de novidades legislativas

MAIO - 2023



MAIO - 2023

A pesquisa deste mês foi realizada por Camilla Gonda, pós-graduanda em Direito, Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR); bacharela em Direito, Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR); acadêmica de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná (UFPR).



ÍNDICE

1. Senado Federal

1.1. Plenário

- 1.1.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)
- 1.1.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)
- 1.1.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)
- 1.1.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)
- 1.1.e. Medidas Provisórias (MP)
- 1.1.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)
- 1.1.g. Projeto de Resolução (PR)

1.2. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

- 1.2.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)
- 1.2.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)
- 1.2.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)
- 1.2.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)
- 1.2.e. Medidas Provisórias (MP)
- 1.2.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)
- 1.2.g. Projeto de Resolução (PR)

2. Câmara dos Deputados

2.1. Plenário

- 2.1.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)
- 2.1.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)
- 2.1.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)
- 2.1.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)
- 2.1.e. Medidas Provisórias (MP)
- 2.1.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)
- 2.1.g. Projeto de Resolução (PR)

2.2. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



PARLEX



2.2.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)

2.2.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)

2.2.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)

2.2.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)

2.2.e. Medidas Provisórias (MP)

2.2.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)

2.2.g. Projeto de Resolução (PR)

3. Fatos relevantes

4. Comentários e Observações



1. Senado Federal

Nos termos do art. 46 da Constituição da República, o Senado Federal está composto por três representantes de cada unidade da federação, totalizando atualmente 81 (oitenta e um) assentados. O mandato é de oito anos, sendo a Casa Legislativa renovada a cada quatro anos, de forma alternada, por um e dois terços. Cada integrante do Senado Federal conta com dois ou duas suplentes.

1.1. Plenário

1.1. Plenário

1.1.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)

PEC nº 162/2019

Tema: Administração Pública. Agentes Públicos. Agentes Políticos.

Organização do Estado. Poder Judiciário.

Normas que revoga: Altera a redação do inciso VIII-A do caput do art. 93 da Constituição Federal.

Pauta(s): 16/05/2023. Discussão em dois turnos.

Quórum: não foi possível verificar

Processo de votação: não foi possível verificar

Placar: não foi possível verificar

Resultado: Aprovada

1.1.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)

PL nº 3983/2019

Tema: Economia e desenvolvimento. Fiscalização e Controle da Atividade Econômica.

Normas que revoga: Acrescenta o § 3º do artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Pauta(s): 02/05/2023 - Discussão, em único turno



Quórum: não foi possível verificar

Processo de votação: não foi possível verificar

Placar: não foi possível verificar

Resultado: Aprovada

PL nº 1825/2022

Tema: Administração Pública. Terceiro Setor, Parcerias Público-Privadas e Desestatização. Política Social. Educação. Política Social. Desporto e Lazer. Economia e Desenvolvimento. Tributos. Desoneração Fiscal

Normas que revoga: Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 13.756, de 12 de dezembro de 2018, 9.696, de 1º de setembro de 1998, 13.019, de 31 de julho de 2014, 9.504, de 30 de setembro de 1997, 7.713, de 22 de dezembro de 1988; e revoga as Leis nºs 8.650, de 20 de abril de 1993, 9.615, de 24 de março de 1998, 10.671, de 15 de maio de 2003, 10.891, de 9 de julho de 2004, 11.438, de 29 de dezembro de 2006, e 12.867, de 10 de outubro de 2013.

Pauta(s): 17/04/2023. Discussão, em único turno. 18/04/2023. Discussão, em único turno. 20/04/2023. Discussão, em único turno. 02/05/2023. Discussão, em único turno.

Quórum: não foi possível verificar

Processo de votação: não foi possível verificar

Placar: não foi possível verificar

Resultado: Aprovada.

PL nº 2969/2022

Tema: Administração Pública. Organização Administrativa. Cargos e Funções Públicos. Organização do Estado. Funções Essenciais à Justiça. Ministério Público.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016.

Pauta(s): 05/05/2023. Discussão, em único turno.

Quórum: não foi possível verificar

Processo de votação: não foi possível verificar



Placar: não foi possível verificar

Resultado: Aprovada.

PL nº 1284/2019

Tema: Economia e Desenvolvimento. Agropecuária e Abastecimento.

Normas que revoga: Confere nova redação ao art. 5º do Decreto-lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966.

Pauta(s): 03/02/2023. Discussão. Em único turno. 10/05/2023. Discussão, em turno suplementar.

Quórum: não foi possível verificar

Processo de votação: não foi possível verificar

Placar: não foi possível verificar

Resultado: Aprovada.

PL nº 776/2019

Tema: Economia e Desenvolvimento. Tributos

Normas que revoga: Altera a Lei do Imposto de Renda

Pauta(s): 05/03/2020. Discussão em único turno. 08/05/2023. Discussão em único turno. 14/05/2023. Discussão em único turno. 23/05/2023. Discussão em único turno. 29/05/2023. Discussão em único turno. 30/05/2023. Discussão em turno suplementar.

Quórum: não foi possível verificar

Processo de votação: não foi possível verificar

Placar: não foi possível verificar

Resultado: Aprovada.

PL nº 947/2022

Tema: Economia e Desenvolvimento. Tributos. Contribuição Social. Desoneração Fiscal. Imposto de Renda (IR)

Normas que revoga: Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995



Pauta(s): 17/05/2023. Discussão em único turno.

Quórum: não foi possível verificar

Processo de votação: não foi possível verifica

Placar: não foi possível verificar

Resultado: Aprovada.

PL nº 776/2019

Tema: Economia e Desenvolvimento. Tributos

Normas que revoga: Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995

Pauta(s): 30/05/2023. Discussão em turno suplementar

Quórum: não foi possível verificar

Processo de votação: não foi possível verificar

Placar: não foi possível verificar

Resultado: Aprovada.

1.1.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)

PLC nº 245/2019

Tema: Política Social. Previdência Social.

Normas que revoga: Regulamenta o inciso II do § 1º do art. 201 da Constituição Federal.

Pauta(s): 08/05/2023. Discussão, em único turno. 10/05/2023. Discussão em turno suplementar

Quórum: não foi possível verificar

Processo de votação: não foi possível verificar

Placar: não foi possível verificar

Resultado: Aprovada

1.1.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

1.1.e. Medidas Provisórias (MP)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

1.1.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

1.1.g. Projeto de Resolução (PR)

PR nº 52/2023

Tema: Economia e desenvolvimento. Finanças Públicas. Operação Financeira.

Normas que revoga: não há normas revogadas.

Pauta(s): 02/05/2023 - Discussão, em único turno

Quórum: não foi possível verificar

Processo de votação: não foi possível verificar

Placar: não foi possível verificar

Resultado: Aprovada

1.2. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

1.2.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

1.2.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)

PL nº 3283, de 2021

Tema: Jurídico. Direito Penal e Penitenciário. Soberania, Defesa Nacional e Ordem Pública. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Segurança Pública.



Normas que revoga: Altera as penas e tipifica como atos terroristas as condutas praticadas em nome ou em favor de grupos criminosos organizados.

Pauta(s): 10/06/2023.

Resultado: Aprovada.

PL nº 2275/2022

Tema: Política Social. Saúde. Saúde Pública

Normas que revoga: Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Pauta(s): 10/05/2023.

PL nº 1307/2023

Tema: Jurídico. Processo. Processo Penal. Jurídico. Direito Penal e Penitenciário.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 12.694, de 24 de julho de 2012, para ampliar a proteção dos agentes públicos ou processuais envolvidos no combate ao crime organizado, e a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013.

Pauta(s): 10/05/2023

Resultado: Aprovada.

PL nº 3277/2021

Tema: Jurídico. Processo. Processo Civil. Jurídico. Direito Civil. Família e Sucessões. Política Social. Proteção Social. Pessoas com Deficiência.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e a Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995

Pauta(s): 24/05/2023.

Resultado: Aprovada.

1.2.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

1.2.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

1.2.e. Medidas Provisórias (MP)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

1.2.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

1.2.g. Projeto de Resolução (PR)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

2. Câmara dos Deputados

Nos termos do art. 45 da Constituição da República, a Câmara dos Deputados está composta por 513 deputados, número estabelecido proporcionalmente à população, precedido aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta representantes. O mandato é de quatro anos, sendo a Casa Legislativa renovada a cada quatro anos.

2.1. Plenário

2.1.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.



2.1.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)

PL nº 4.712, DE 2019

Tema: Saúde. Combate à Depressão. Política Social.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 14.543, de 3 de abril de 2023

Pauta(s): 10/05/2023. Discussão, em único turno.

Quórum: não foi possível verificar

Processo de votação: não foi possível verificar

Placar: não foi possível verificar

Resultado: Aprovada e remetida ao Senado Federal.

PL nº 5.708-A, DE 2019

Tema: Combate ao Estupro. Instituição de calendário.

Normas que revoga: não há normas a serem revogadas.

Pauta(s): Discussão, em único turno.

Processo de votação: não foi possível verificar

Placar: não foi possível verificar

Resultado: Aprovada e remetida ao Senado Federal.

PL nº 2.120-A, DE 2022

Tema: Saúde. Vítimas à Covid-19. Instituição de calendário.

Normas que revoga: não há normas a serem revogadas.

Pauta(s): 10/05/2023. Discussão, em único turno.

Processo de votação: não foi possível verificar

Placar: não foi possível verificar

Resultado: Aprovada e remetida ao Senado Federal.

PL nº 2.342, DE 2022

Tema: Funções comissionadas. Criação de cargos. Administração Pública.

Normas que revoga: altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006.



Pauta(s): 10/05/2023. Discussão, em único turno.

Processo de votação: não foi possível verificar

Placar: não foi possível verificar

Resultado: Aprovada e remetida ao Senado Federal.

PL nº 1.987, DE 2023

Tema: Funções comissionadas. Criação de cargos. Administração Pública.

Normas que revoga: não há normas a serem revogadas.

Pauta(s): 10/05/2023. Discussão, em único turno.

Processo de votação: não foi possível verificar

Placar: não foi possível verificar

Resultado: Aprovada e remetida ao Senado Federal.

PL nº 1.855-B, DE 2020

Tema: Atendimento prioritário. Transporte público.

Normas que revoga: Altera as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.205, de 21 de março de 2001

Pauta(s): 09/05/2023. Discussão, em único turno.

Processo de votação: não foi possível verificar

Placar: não foi possível verificar

Resultado: Aprovada e remetida ao Senado Federal.

PL nº 3.630-A, DE 2021

Tema: Saúde pública. Transtorno do Espectro Autista. Atendimento.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012

Pauta(s): 17/05/2023. Discussão, em único turno.

Processo de votação: não foi possível verificar

Placar: não foi possível verificar

Resultado: Aprovada e remetida ao Senado Federal.

2.1.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

2.1.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

2.1.e. Medidas Provisórias (MP)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

2.1.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)

PDL nº 169-A, DE 2022

Tema: Acordo Econômico. Internacional.

Normas que revoga: não há normas a serem revogadas.

Pauta(s): 09/05/2023. Discussão, em único turno.

Processo de votação: não foi possível verificar

Placar: não foi possível verificar

Resultado: Aprovada e remetida ao Senado Federal.

2.1.g. Projeto de Resolução (PR)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

2.2. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

2.2.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)



2022

PEC Nº 9/2023

Tema: Eleições. Cotas. Mulheres.

Normas que revoga: Altera a Emenda Constitucional nº 117, de 5 de abril de

Pauta(s): 16/05/2023

Resultado: Aprovada

PEC nº 2/2023

Temas: Cultura. Direitos Sociais.

Normas que revoga: Dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal

Pauta(s): 23/05/2023

Resultado: Aprovada

2.2.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)

PL nº 562/2021

Tema: Denominação. Anel viário.

Normas que revoga: não há normas a serem revogadas.

Pauta(s): 03/05/2023

Resultado: Aprovada

PL nº 589/2021

Tema: Controle de qualidade. Medicamentos. Saúde

Normas que revoga: Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976

Pauta(s): 10/05/2023

Resultado: Aprovada

PL nº 4172/2021

Tema: Saúde. Instituição de calendário.



PARLEX



Normas que revoga: Altera a Lei nº 12.135, de 18 de dezembro de 2009

Pauta(s): 10/05/2023

Resultado: Aprovada

PL nº 1.688/2019

Tema: Educação. Transtorno do Espectro Autista

Normas que revoga: Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012

Pauta(s): 16/05/2023

Resultado: Aprovada

PL nº 8791/2017

Tema: Título. Capital. Nomeação

Normas que revoga: não há normas a serem revogadas

Pauta(s): 17/05/2023

Resultado: Aprovada

PL nº 590/2022

Tema: Direito. Direito penal e cível. Prazos.

Pauta(s): 17/05/2023

Resultado: Aprovada

PL nº P2.000/2021

Tema: Reconhecimento. Título. Patrimônio histórico

Normas que revoga: Altera a Lei nº 7.998, de 1990

Pauta(s): 23/05/2023

Resultado: Aprovada

PL nº 5189/2019

Tema: Instituição de Calendário.

Normas que revoga: não há normas a serem revogadas



Pauta(s): 24/05/2023

Resultado: Aprovada

PL nº 8191/2014

Tema: Denominação. Rodovia.

Normas que revoga: não há normas a serem revogadas

Pauta(s): 24/05/2023

Resultado: Aprovada

PL nº 5141/2019

Tema: Nomeação. Estado

Normas que revoga: não há normas a serem revogadas

Pauta(s): 24/05/2023

Resultado: Aprovada

PL nº 1970/2019

Tema: Meio ambiente. Sustentabilidade

Normas que revoga: não há normas a serem revogadas

Pauta(s): 24/05/2023

Resultado: Aprovada

PL nº 4416/2021

Tema: Tributação. Incentivos. Política Social. Prazos

Normas que revoga: Altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de

2001

Pauta(s): 24/05/2023

Resultado: Aprovada

PL nº 5056/2013

Tema: Profissionais.



Normas que revoga: Altera a Lei nº 6.583, de 1978

Pauta(s): 24/05/2023

Resultado: Aprovada

PL nº 810/2020

Tema: Titulação. Mulheres. Política Social.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993

Pauta(s): 24/05/2023

Resultado: Aprovada

PL nº 2736/2019

Tema: Direito. Trânsito. Delitos.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993

Pauta(s): 30/05/2023

Resultado: Aprovada

PL nº 6856/2013

Tema: Política Social. Alimentação. Agricultura familiar.

Normas que revoga: Altera o art. 14 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009

Pauta(s): 31/05/2023

Resultado: Aprovada

PL nº 213/2022

Tema: Saúde. Saúde Pública.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990

Pauta(s): 31/05/2023

Resultado: Aprovada

PL nº 1044/2007

Tema: Previdência social.

Normas que revoga: Acrescenta dispositivo na Lei nº 8.213, de 1991



Pauta(s): 31/05/2023

Resultado: Aprovada

PL nº 6379/2019

Tema: Atividade profissional. Regulamentação.

Normas que revoga: não há normas a serem revogadas

Pauta(s): 31/05/2023

Resultado: Aprovada

2.2.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)

PLC nº N° 58/2019

Tema: Renegociação de dívidas. Municípios. Dívida Pública.

Normas que revoga: não há normas a serem revogadas.

Pauta(s): 02/05/2023

Resultado: Aprovada

PLC nº 271/2019

Tema: Atendimento. Idoso. Políticas Públicas

Normas que revoga: Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000

Pauta(s): 03/05/2023

Resultado: Aprovada

PLC nº 177/2020

Temas: Primeira infância. Educação.

Normas que revoga: Altera a Lei Complementar nº 101, 4 de maio de 2000

Pauta(s): 23/05/2023

Resultado: Aprovada

PLC nº 221/2016

Tema: Objetivo. Fundo de combate à pobreza. Política Pública.

Normas que revoga: Altera a Lei Complementar nº 111, de 2001.

Pauta(s): 23/05/2023

Resultado: Aprovada

2.2.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

2.2.e. Medidas Provisórias (MP)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

2.2.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)

PDL nº 380/2021

Tema: Ciência e Tecnologia. Acordo

Normas que revoga: não há normas a serem revogadas

Pauta(s): 09/05/2023

Resultado: Aprovada

PDL nº 163/2022

Tema: Direito. Direito Penal. Crimes.

Normas que revoga: não há normas a serem revogadas

Pauta(s): 09/05/2023

Resultado: Aprovada

PDL nº 219/2021

Tema: Tratado de extradição. Internacional.

Normas que revoga: não há normas a serem revogadas.



Pauta(s): 16/05/2023

Resultado: Aprovada

PDL nº 929/2021

Tema: Política internacional. Acordo.

Normas que revoga: não há normas a serem revogadas.

Pauta(s): 16/05/2023

Resultado: Aprovada

PDL nº 554/2021

Tema: Acordo. Internacional.

Normas que revoga: não há normas a serem revogadas.

Pauta(s): 30/05/2023

Resultado: Aprovada

PDL nº 933/2021

Tema: Direito. Protocolo.

Normas que revoga: não há normas a serem revogadas.

Pauta(s): 30/05/2023

Resultado: Aprovada

PDL 460/2022

Tema: Serviços aéreos. Internacional.

Normas que revoga: não há normas a serem revogadas.

Pauta(s): 30/05/2023

Resultado: Aprovada

2.2.g. Projeto de Resolução (PR)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.



3. Fatos relevantes

O mês de maio no Poder Legislativo foi marcado por discussões acerca do desenvolvimento e políticas sociais. Também estiveram na ordem do dia para votação projetos que visam saúde, bem-estar social, regulamentação de profissões e o Transtorno do Espectro Autista, com leis protocoladas anteriormente, em alusão ao Abril Azul.

No entanto, em que pese existam uma quantidade significativa de leis aprovadas que visam a inclusão social, o mês de maio ganhou uma grande discussão pela aprovação na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados acerca da PEC 09/2023, que visa anistiar os partidos políticos que não cumpriram com o estabelecido de reserva do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) para candidaturas femininas e de pessoas negras, garantido pela Emenda Constitucional nº 117, nas eleições de 2022.

A conquista pela reserva do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) é uma conquista antiga, advinda em 2018 com o julgamento da ADI nº 5617 pelo Supremo Tribunal Federal, logo, a aprovação da PEC na comissão que tece pareceres sobre a constitucionalidade das normas, gerou estranheza popular.

Além do exposto, foi possível perceber um grande volume de Projetos de Decreto Legislativos com a temática de política internacional, sobretudo para fomentar acordos exteriores e alianças com outros países.

4. Comentários e Observações



PARLEX



Boletim de novidades legislativas

JUNHO/JULHO - 2023



PARLEX



JUNHO/JULHO - 2023

A pesquisa deste mês foi realizada por Mayrla Gois dos Santos, Especialista em Direito Público - Universidade do Estado do Amazonas UEA/AM; Graduada em Direito, Universidade Nilton Lins - UNL; Integrante do Instituto de Direito Parlamentar – PARLA; Associada ao Núcleo Especial de Arbitragem do Norte – NEA; Advogada. E Vinícius Silva Nascimento Graduado em Direito pela Universidade Federal do Paraná; Especialista em Direito Público; Mestrando em Direito pela Universidade Federal do Paraná; Pesquisador vinculado ao Núcleo de Investigações Constitucionais da UFPR (NINC - UFPR); Integrante do Grupo de Estudos em Fundamentos do Direito Administrativo; Membro do Núcleo de Estudos em Direito Civil-Constitucional da UFPR (Grupo 'Virada de Copérnico'); Associado do Instituto Brasileiro de Direito Penal Econômico (IBDPE); Pesquisador na Área de Direito Constitucional, Civil e Administrativo; Advogado.



ÍNDICE

1. Senado Federal

1.1. Plenário

- 1.1.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)
- 1.1.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)
- 1.1.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)
- 1.1.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)
- 1.1.e. Medidas Provisórias (MP)
- 1.1.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)
- 1.1.g. Projeto de Resolução (PR)

1.2. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

- 1.2.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)
- 1.2.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)
- 1.2.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)
- 1.2.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)
- 1.2.e. Medidas Provisórias (MP)
- 1.2.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)
- 1.2.g. Projeto de Resolução (PR)

2. Câmara dos Deputados

2.1. Plenário

- 2.1.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)
- 2.1.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)
- 2.1.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)
- 2.1.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)
- 2.1.e. Medidas Provisórias (MP)
- 2.1.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)
- 2.1.g. Projeto de Resolução (PR)



2.2. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

2.2.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)

2.2.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)

2.2.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)

2.2.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)

2.2.e. Medidas Provisórias (MP)

2.2.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)

2.2.g. Projeto de Resolução (PR)

3. Fatos relevantes

4. Comentários e Observações

1. Senado Federal

Nos termos do art. 46 da Constituição da República, o Senado Federal está composto por três representantes de cada unidade da federação, totalizando atualmente 81 (oitenta e um) assentados. O mandato é de oito anos, sendo a Casa Legislativa renovada a cada quatro anos, de forma alternada, por um e dois terços. Cada integrante do Senado Federal conta com dois ou duas suplentes.

1.1. Plenário

1.1. Plenário

1.1.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)

PEC n. 28/2023

Tema: Tem o intuito de incluir os Procuradores dos Municípios entre os que compõem a advocacia pública e dá outras providências.

Normas que revoga: Altera o art. 132 da Constituição Federal.

Pauta(s): Não foi possível verificar.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: em tramitação.

PEC n. 43/2022

Tema: Acrescenta o art. 121 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar prazo de vigência adicional aos instrumentos de permissão lotérica

Normas que revoga: Não foi possível verificar.

Pauta(s): 06/07/2023

Quórum: Não foi possível verificar



Processo de Votação: Não foi possível verificar

Placar: Não foi possível verificar

Resultado: Aprovada em primeiro e segundo turno.

PEC n. 29/2023

Tema: Altera a Constituição Federal para incluir, entre os direitos e garantias fundamentais, a proteção à integridade mental e à transparência algorítmica.

Normas que revoga: Altera a Constituição Federal.

Pauta(s): Não foi possível verificar.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PEC n. 30/2023

Tema: Altera a Constituição Federal para prever o estabelecimento do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Normas que revoga: Altera a Constituição Federal.

Pauta(s): Não foi possível verificar.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

1.1.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)

PL n. 1852/2023

Tema: Estatuto da Advocacia. Inclui o assédio moral, o assédio sexual e a discriminação entre as infrações ético-disciplinares, no âmbito da Ordem dos Advogados do Brasil.



Normas que revoga: Altera a Lei no 8.906, de 4 de julho de 1994.

Pauta(s): 01/06/2023.

Quórum: Não foi possível verificar

Processo de Votação: Não foi possível verificar

Placar: Não foi possível verificar

Resultado: Aprovada após emenda.

PL n. 2868/2023

Tema: Política social, dispõe sobre as diretrizes nacionais para saneamento básico para promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

Normas que revoga: Altera a lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007.

Pauta(s): Não foi possível verificar

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 2869/2023

Tema: Penal. esta lei tem o intuito de aumentar as penas de seus crimes, alterar os requisitos do tipo de esbulho possessório e readequar suas penas de modo a coibir as invasões de terra, bem como para criar causa especial de aumento de pena quando os crimes se deram em áreas rurais ou locais ermos.

Normas que revoga: Altera o Capítulo III, do Título II, da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

Pauta(s): Não foi possível verificar

Quórum: Não foi possível verificar

Processo de Votação: Não foi possível verificar

Placar: Não foi possível verificar

Resultado: Em tramitação.



PL n. 2870/2023

Tema: Defesa Civil estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir o ensino de noções de defesa civil entre os conteúdos obrigatórios do ensino fundamental e do ensino médio.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Pauta(s): Não foi possível verificar

Quórum: Não foi possível verificar

Processo de Votação: Não foi possível verificar

Placar: Não foi possível verificar

Resultado: Em tramitação.

PL n. 2874/2023

Tema: Penal. prevê um novo tipo penal do crime de assédio sexual. A manifestação de conduta de conotação sexual, fisicamente ou por palavras, gestos ou outros meios, proposta ou imposta à pessoa contra sua vontade, no exercício profissional ou em razão dele, causando-lhe constrangimento e violando a sua liberdade sexual.

Normas que revoga: Altera o art. 216-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal

Pauta(s): Não foi possível verificar

Quórum: Não foi possível verificar

Processo de Votação: Não foi possível verificar

Placar: Não foi possível verificar

Resultado: Em tramitação.

PL n. 2876/2023

Tema: dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, para dispor que, para inscrição em concurso, terá validade indeterminada o laudo que ateste deficiência permanente.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.



Pauta(s): Não foi possível verificar

Quórum: Não foi possível verificar

Processo de Votação: Não foi possível verificar

Placar: Não foi possível verificar

Resultado: Em tramitação.

PL n. 2881/2023

Tema: torna obrigatório o fracionamento de medicamentos

Normas que revoga: Altera a Lei 5.991/73.

Pauta(s): Não foi possível verificar

Quórum: Não foi possível verificar

Processo de Votação: Não foi possível verificar

Placar: Não foi possível verificar

Resultado: Em tramitação.

PL n. 2882/2023

Tema: Penal. Dispõe sobre a criminalização da misoginia, como forma de sinalizar fortemente à sociedade que discursos de ódios contra mulheres serão devidamente rechaçados pelo ordenamento jurídico.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989.

Pauta(s): Não foi possível verificar

Quórum: Não foi possível verificar

Processo de Votação: Não foi possível verificar

Placar: Não foi possível verificar

Resultado: Em tramitação.

PL n. 2889/2023

Tema: Estatuto do torcedor. Dispõe sobre a punição de 05 anos fora dos estádios a quem cometer o crime de racismo. A prática esportiva precisa ser um agente de integração social, de lazer e de educação com o objetivo de desenvolvimento integral do



indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania, sendo que como tal precisa ser preservada.

Normas que revoga: Altera a lei 10.671, de 15 de maio de 2003.

Pauta(s): Não foi possível verificar

Quórum: Não foi possível verificar

Processo de Votação: Não foi possível verificar

Placar: Não foi possível verificar

Resultado: Em tramitação.

PL n. 1085/2023

Tema: Dispõe sobre a igualdade salarial e remuneratória entre mulheres e homens.

Normas que revoga: Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Pauta(s): 01/06/2023 .

Quórum: Não foi possível verificar

Processo de Votação: Não foi possível verificar

Placar: Não foi possível verificar

Resultado: Aprovada com emendas de redação.

PL n. 2912/2023

Tema: Política pública. Dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de Segurança nas Escolas. A proposição é, em parte, baseada nas Recomendações para Proteção e Segurança no Ambiente Escolar, elaboradas pelo Grupo de Trabalho Executivo do Ministério da Educação para o Enfrentamento e Prevenção às Violências nas Escolas e Universidades.

Normas que revoga: Não foi possível verificar

Pauta(s): Não foi possível verificar

Quórum: Não foi possível verificar

Processo de Votação: Não foi possível verificar



Placar: Não foi possível verificar

Resultado: Em tramitação.

PL n. 2913/2023

Tema: Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) na Região Metropolitana de Macapá e dá outras providências.

Normas que revoga: Não foi possível verificar.

Pauta(s): Não foi possível verificar.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 2914/2023

Tema: Dispõe sobre a permissão da dedução de valores despendidos com aluguel residencial de até R\$ 1.500,00 mensais da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

Pauta(s): Não foi possível verificar

Quórum: Não foi possível verificar

Processo de Votação: Não foi possível verificar

Placar: Não foi possível verificar

Resultado: Em tramitação.

PL n. 2934/2023

Tema: Prevê metas para redução da pobreza e da pobreza extrema, e institui o Programa de Responsabilidade Social.

Normas que revoga: Não foi possível verificar.

Pauta(s): Não foi possível verificar



Quórum: Não foi possível verificar

Processo de Votação: Não foi possível verificar

Placar: Não foi possível verificar

Resultado: Em tramitação.

PL n. 2935/2023

Tema: Tem o intuito de tipificar como improbidade administrativa a omissão de agente público em atender decisão judicial definitiva relativa à obrigação de prestar quanto a políticas públicas.

Normas que revoga: Altera a Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992.

Pauta(s): Não foi possível verificar

Quórum: Não foi possível verificar

Processo de Votação: Não foi possível verificar

Placar: Não foi possível verificar

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 335/2019

Tema: Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para determinar ao poder público a obrigação de divulgar a lista de espera por vagas nos estabelecimentos de educação básica de sua rede de ensino.

Normas que revoga: Não foi possível verificar.

Pauta(s): 13/06/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 2257/2023



Tema: Dispõe sobre as obrigações da empresa responsável pela ocorrência de acidente ou desastre relativas aos direitos das pessoas atingidas e do Município afetado e sobre a destinação final da área impactada.

Normas que revoga: Não foi possível verificar.

Pauta(s): Não foi possível verificar. .

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 2940/2023

Tema: Altera a Lei Orgânica da Saúde, para tornar obrigatória a criação de comissão de prevenção de tromboembolismo venoso nos hospitais públicos e privados.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Pauta(s): Não foi possível verificar. .

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 2944/2023

Tema: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para estabelecer que independerá de carência a concessão de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez ao segurado com síndrome do pseudotumor cerebral.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Pauta(s): Não foi possível verificar. .

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 2953/2023

Tema: Dispõe sobre o aumento de prazo de internação nos casos de atos infracionais análogos a crimes hediondos.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Pauta(s): Não foi possível verificar. .

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 2954/2023

Tema: Dispõe sobre o aprimoramento da capacitação de agentes públicos e privados em Proteção e Defesa Civil.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012.

Pauta(s): Não foi possível verificar. .

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 2954/2023

Tema: Dispõe sobre o aprimoramento da capacitação de agentes públicos e privados em Proteção e Defesa Civil.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012.

Pauta(s): Não foi possível verificar. .

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.



Resultado: Em tramitação.

PL n. 2959/2023

Tema: dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências”, para estabelecer prazo máximo para a conclusão do procedimento de adoção após o início do estágio de convivência.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Pauta(s): Não foi possível verificar. .

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 2959/2023

Tema: dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências”, para estabelecer prazo máximo para a conclusão do procedimento de adoção após o início do estágio de convivência.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Pauta(s): Não foi possível verificar. .

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 2967/2023

Tema: Estabelece a obrigação do Sistema Único de Saúde (SUS) de oferecer ao paciente

submetido a procedimento cirúrgico para tratamento da obesidade assistência multiprofissional, tratamento pós-cirúrgico integral e fornecimento de medicamentos, suplementos e fórmulas alimentares, inclusive de uso contínuo, prescritos por médicos e



nutricionistas.

Normas que revoga: Não foi possível verificar.

Pauta(s): Não foi possível verificar. .

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 2970/2023

Tema: Dispõe sobre o bônus de inclusão regional nos processos seletivos para ingresso nos cursos de graduação em instituições federais de ensino superior.

Normas que revoga: Não foi possível verificar.

Pauta(s): Não foi possível verificar. .

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 2971/2023

Tema: Altera o Código de Processo Penal para prever a possibilidade de se usar o habeas corpus para restituição de bens bloqueados ou apreendidos, nas searas penal e civil, em razão do prazo excessivo.

Normas que revoga: Não foi possível verificar.

Pauta(s): Não foi possível verificar. .

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 2973/2023



Tema: prever a possibilidade de outorga de lavra garimpeira em área onerada por requerimento de pesquisa ou autorização de pesquisa.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989.

Pauta(s): Não foi possível verificar. .

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 2978/2023

Tema: Com o objetivo de aperfeiçoar a governança das Sociedades Anônimas do Futebol, resguardar os investidores e preservar os direitos dos clubes, dos profissionais do futebol e dos atletas em formação.

Normas que revoga: Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 14.193, de 6 de agosto de 2021.

Pauta(s): Não foi possível verificar. .

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 2985/2023

Tema: dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa, para vedar ações de comunicação, publicidade e propaganda.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018.

Pauta(s): Não foi possível verificar. .

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.



PL n. 2986/2023

Tema: Com o objetivo de permitir o saque do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço na aquisição e instalação de sistema de produção de energia elétrica limpa e dá outras providências.

Normas que revoga: Altera as Leis nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Pauta(s): Não foi possível verificar. .

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 2991/2023

Tema: institui no Procedimento Administrativo Fiscal, antes da lavratura do auto de infração ou notificação, Termo Circunstanciado das Infrações Verificadas e do Débito Apurado, para fins de defesa prévia do sujeito passivo e opção de pagamento ou parcelamento do débito que considerar incontroverso, com os acréscimos legais de juros e multa de mora.

Normas que revoga: Altera o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972.

Pauta(s): Não foi possível verificar. .

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 2992/2023

Tema: Cria o Roteiro Turístico Caminhos da Fé, nos Estados de Minas Gerais e de São Paulo.

Normas que revoga: Não foi possível verificar.



Pauta(s): Não foi possível verificar. .

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 2993/2023

Tema: Estabelece regras para a prevenção e o tratamento de fraudes financeiras e bancárias e aperfeiçoa as hipóteses de responsabilidade civil e criminal das instituições financeiras e dos fraudadores.

Normas que revoga: Não foi possível verificar.

Pauta(s): Não foi possível verificar. .

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 2999/2023

Tema: Estabelece regras para a prevenção e o tratamento de fraudes financeiras e bancárias e aperfeiçoa as hipóteses de responsabilidade civil e criminal das instituições financeiras e dos fraudadores.

Normas que revoga: Não foi possível verificar.

Pauta(s): Não foi possível verificar. .

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 3765/2020



Tema: Dispõe sobre as ações desenvolvidas durante as atividades do Julho Amarelo.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 13.802, de 10 de janeiro de 2019.

Pauta(s): 13/06/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada pelo congresso.

PL n. 3003/2023

Tema: Autoriza a criação da Universidade Federal Indígena do Brasil – UFIB.

Normas que revoga: Não foi possível verificar

Pauta(s): Não foi possível verificar.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 3020/2023

Tema: Estende o direito ao atendimento psicossocial às crianças e aos adolescentes que tiverem qualquer dos pais ou responsáveis presos em regime fechado.

Normas que revoga: Não foi possível verificar

Pauta(s): Não foi possível verificar.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 3021/2023

Tema: Concede benefício especial a adotante de criança maior de três anos.



Normas que revoga: Não foi possível verificar

Pauta(s): 13/06/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não aprovada.

PL n. 3027/2023

Tema: dispõe no que concerne ao regime de bens entre os cônjuges, sobre a natureza dos planos de previdência complementar e sobre investimentos financeiros que sofram alterações à revelia de seu titular, promovidas pela instituição que os administre.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2001 (Código Civil).

Pauta(s): Não foi possível verificar.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 3039/2023

Tema: determina que as empresas que ofereçam ou intermedeiam os contatos entre motoristas e clientes do serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros sejam obrigadas a oferecer “botão de pânico” e reconhecimento facial dos clientes do serviço.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012.

Pauta(s): Não foi possível verificar.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.



PL n. 3040/2023

Tema: Concede benefício especial a adotante de criança maior de três anos.

Normas que revoga: Não foi possível verificar

Pauta(s): Não foi possível verificar.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 5019/2019

Tema: a fim de estabelecer novo prazo para o credenciamento de Entidade Executora do Pronater.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010.

Pauta(s): 14/06/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada pelo congresso.

PL n. 2034/2021

Tema: Institui o mês de agosto como o Mês da Primeira Infância.

Normas que revoga: Não foi possível verificar.

Pauta(s): 14/06/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada pelo congresso.

PL n. 3054/2023



Tema: dispõe sobre a ausência de indicação de sexo no assento de nascimento no caso de crianças intersexo.

Normas que revoga: Acresce § 6º ao art. 54 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos).

Pauta(s): 14/06/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 5486/2020

Tema: institui o uso do cordão de fita com desenhos de girassóis para a identificação de pessoas com deficiências ocultas.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Pauta(s): 15/06/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada pelo congresso.

PL n. 2249/2023

Tema: Dispõe sobre a aplicação e o julgamento da pena de perdimento de mercadoria, veículo e moeda.

Normas que revoga: Altera o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, as Leis nºs 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 14.286, de 29 de dezembro de 2021.

Pauta(s): Não foi possível verificar.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.



Resultado: Em tramitação.

PL n. 2250/2023

Tema: Dispõe sobre a faculdade de concessão, como garantia de operações de crédito, do direito de resgate assegurado aos participantes de planos de previdência complementar aberta, aos segurados de seguros de pessoas, aos cotistas de Fundo de Aposentadoria Programada Individual (Fapi) e aos titulares de títulos de capitalização.

Normas que revoga: Não foi possível verificar.

Pauta(s): Não foi possível verificar.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 3093/2023

Tema: Acrescenta o § 4º ao art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a oferta de vagas de aprendizes a adolescentes que estejam em regime de acolhimento familiar ou institucional.

Normas que revoga: Não foi possível verificar.

Pauta(s): Não foi possível verificar.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 3095/2023

Tema: Dispõe sobre a prestação de serviços de ativos virtuais, para aumentar a transparência e a observância do regime de divulgação de informações sobre esses ativos



e dotar a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) de instrumentos para identificação de ativos passíveis de *tokenização*.

Normas que revoga: Não foi possível verificar.

Pauta(s): Não foi possível verificar.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 3098/2023

Tema: Institui incentivos à locação de longo prazo de automóveis para pessoas físicas.

Normas que revoga: Não foi possível verificar.

Pauta(s): Não foi possível verificar.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 3099/2023

Tema: Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, para permitir o saque incondicionado e integral do saldo das contas vinculadas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); bem como revoga as Leis nº 8.922, de 25 de julho de 1994 e nº 10.878, de 8 de julho de 2004, e o art. 9º da Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019.

Normas que revoga: Altera o art. 20 e revoga os arts. 20-A a 20-D e o Anexo da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 - revoga as Leis nº 8.922, de 25 de julho de 1994 e nº 10.878, de 8 de julho de 2004, e o art. 9º da Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019.

Pauta(s): Não foi possível verificar.

Quórum: Não foi possível verificar.



Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 3100/2023

Tema: institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro – Oeste – FCO, para autorizar a utilização de percentual de recursos no Programa Nacional de Crédito Fundiário.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 7.827, de 29 de setembro 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal.

Pauta(s): Não foi possível verificar.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 3101/2023

Tema: Dispõe sobre a permissão para que as forças policiais adquiram armas de fogo e munições sem autorização do Comando do Exército.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.

Pauta(s): Não foi possível verificar.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 3101/2023

Tema: Dispõe sobre a permissão para que as forças policiais adquiram armas de fogo e munições sem autorização do Comando do Exército.



Normas que revoga: Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.

Pauta(s): Não foi possível verificar.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 4438/2021

Tema: Estatuto do Idoso. Estabelece medidas protetivas de urgência para idosos que tenham sofrido violência ou que estejam na iminência de sofrê-las.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

Pauta(s): Não foi possível verificar.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 4438/2021

Tema: Dispõe sobre a destinação de parcela das arrecadações de recursos financeiros advindos do pagamento de multas por crimes e infrações ambientais e de acordos judiciais e extrajudiciais de reparação de danos socioambientais para o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap).

Normas que revoga: Altera as Leis nºs 12.340, de 1º de dezembro de 2010, e 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Pauta(s): Não foi possível verificar.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.



PL n. 3113/2023

Tema: Institui a Política Nacional de Arborização Urbana, cria o Sistema Nacional de Informações sobre Arborização Urbana, e dá outras providências.

Normas que revoga: Não foi possível verificar.

Pauta(s): Não foi possível verificar.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 3114/2023

Tema: Código Penal. Prevê que o estelionato cometido contra pessoa com deficiência se procede mediante ação penal pública incondicionada.

Normas que revoga: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Pauta(s): Não foi possível verificar.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 3135/2023

Tema: Permite a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na hipótese de pedido de demissão.

Normas que revoga: Altera o inciso I do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

Pauta(s): Não foi possível verificar.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.



Resultado: Em tramitação.

PL n. 3141/2023

Tema: Cria o Programa Cartão Reconstruir e dá outras providências.

Normas que revoga: Não foi possível verificar.

Pauta(s): Não foi possível verificar.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 1084/2023

Tema: Garante às atletas gestantes ou puérperas, no âmbito da Bolsa-Atleta, o respeito à maternidade e aos direitos que as protegem.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004.

Pauta(s): 20/06/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada pelo congresso.

PL n. 3155/2023

Tema: Institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal (Funapol), para destinar as taxas cobradas para emissão de passaporte exclusivamente para a prestação desse serviço.

Normas que revoga: Altera o art. 5º da Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997.

Pauta(s): 21/06/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.



Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 3157/2023

Tema: Inclui diabetes mellitus os agravos à saúde cujo os portadores é concedida a isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria.

Normas que revoga: Altera o inciso XIV do art. 6 da Lei nº 7713 de 22, de dezembro de 1988.

Pauta(s): 21/06/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 3165/2023

Tema: Código de trânsito Brasileiro. Modifica as regras sobre remoção de veículo em caso de estacionamento proibido.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro).

Pauta(s): 21/06/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 3166/2023

Tema: Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Bolsa Estudantil do Ensino Médio.

Normas que revoga: Não foi possível verificar.

Pauta(s): 21/06/2023



Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 3168/2023

Tema: Dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, para determinar que 10% (dez por cento) dos recursos do FNDCT sejam destinados para popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação – C,T&I.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007.

Pauta(s): 21/06/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 3169/2023

Tema: Penal. Exclui o crime de violação de domicílio por parte do agente de saúde que, no cumprimento de dever funcional, entrar em imóvel não habitado para promover ações de saneamento ou de controle sanitário.

Normas que revoga: Altera o art. 150 do Código Penal.

Pauta(s): 21/06/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 3170/2023

Tema: Dispõe sobre o aumento do prazo da "licença nojo" nos casos em que os familiares autorizem a doação de órgãos.



Normas que revoga: Acrescenta § 2º ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Pauta(s): 21/06/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 3171/2023

Tema: Lei Maria da Penha. Assegura o afastamento remunerado da servidora vítima de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), pelo período de até seis meses.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Pauta(s): 21/06/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 3172/2023

Tema: Dispõe sobre a destinação de 10% das verbas de propagandas institucionais do Governo Federal para o financiamento de campanhas de prevenção ao uso de drogas.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010.

Pauta(s): 21/06/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.



PL n. 3173/2023

Tema: Cria o Prohidroverde – Programa Nacional do Hidrogênio Verde, destinado a fomentar a produção, distribuição e utilização de hidrogênio gerado a partir de fontes renováveis de energia.

Normas que revoga: Não foi possível verificar.

Pauta(s): 21/06/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 3174/2023

Tema: Dispõe sobre a composição e forma de funcionamento do Conselho de Gestão Fiscal, nos termos do art. 67 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Normas que revoga: Não foi possível verificar.

Pauta(s): 21/06/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 3224/2023

Tema: Dispõe sobre a alteração alterar o critério de aferição dos valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em de manutenção e desenvolvimento do ensino para a despesa liquidada.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Pauta(s): 23/06/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.



Resultado: Em tramitação.

PL n. 3225/2023

Tema: Institui as Patrulhas e Rondas Henry Borel em âmbito nacional.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Pauta(s): 23/06/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 3228/2023

Tema: estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, para ampliar a transparência sobre aspectos quantitativos e qualitativos da água potável servida.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007

Pauta(s): 23/06/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 3229/2023

Tema: Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para dispor sobre a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana pelos Municípios.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012.

Pauta(s): 23/06/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.



PL n. 3241/2023

Tema: Inclui a possibilidade de fornecimento de merenda escolar à Rede Pública de Ensino, também aos finais de semana e períodos de férias escolares.

Normas que revoga: Modifica a Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009.

Pauta(s): 24/06/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 3242/2023

Tema: Dispõe sobre hipótese de cabimento de recurso de revista referente à lesão ou inobservância aos tratados internacionais.

Normas que revoga: Altera as alíneas a e c ao art. 896 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Pauta(s): 24/06/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PL n. 3270/2023

Tema: Dispõe sobre a permissão às pessoas físicas a opção pela doação a projetos desportivos e paradesportivos diretamente em sua Declaração de Ajuste Anual.

Normas que revoga: Altera as Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e 11.438, de 29 de dezembro de 2006.

Pauta(s): 28/06/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.



Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

1.1.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)

PLC n. 2889/2023

Tema: Institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal;

Normas que revoga: altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e a Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002.

Pauta(s): Não foi possível verificar

Quórum: Não foi possível verificar

Processo de Votação: Não foi possível verificar

Placar: Não foi possível verificar

Resultado: Em tramitação.

PLC n. 127/2023

Tema: Institui a Política Nacional da Execução das Penas Restritivas de Direito.

Normas que revoga: Não foi possível verificar.

Pauta(s): Não foi possível verificar.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PLC n. 178/2021

Tema: Institui o Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias e dá outras providências.



Normas que revoga: Não foi possível verificar.

Pauta(s): Não foi possível verificar. .

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada pelo plenário.

PLC n. 41/2019

Tema: estabelecendo critérios objetivos, metas de desempenho e procedimentos para a concessão, alteração e avaliação periódica dos impactos econômico-sociais de incentivo ou benefício de natureza tributária, financeira, creditícia ou patrimonial para pessoas jurídicas do qual decorra diminuição de receita ou aumento de despesa, e dá outras providências.

Normas que revoga: Não foi possível verificar.

Pauta(s): Não foi possível verificar.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Em tramitação.

PLC n. 139/2021

Tema: manter os coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) de Municípios com redução populacional aferida em censo demográfico, aplicado redutor financeiro sobre eventuais ganhos, na forma e no prazo que especifica; e altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Normas que revoga: Acrescenta o art. 5º-A à Lei Complementar nº 91, de 22 de dezembro de 1997.

Pauta(s): 15/06/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada pelo congresso.

1.1.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

Resultado: Aprovado pelo congresso.

1.1.e. Medidas Provisórias (MP)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

1.1.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)

PDL n. 219/2021

Tema: Dispõe sobre Aprovação do texto do Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a Hungria, assinado em Budapeste, em 9 de maio de 2019. Normas que revoga: Não foi possível verificar.

Pauta(s): Não foi possível verificar

Quórum: Não foi possível verificar

Processo de Votação: Não foi possível verificar

Placar: Não foi possível verificar

Resultado: Em tramitação.

PDL n. 743/2021

Tema: Aprova o texto do Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre a República Federativa do Brasil e a República da Lituânia, celebrado em Nova York, em 26 de setembro de 2018.

Normas que revoga: Não foi possível verificar

Pauta(s): 06/06/2023

Quórum: Não foi possível verificar



Processo de Votação: Não foi possível verificar

Placar: Não foi possível verificar

Resultado: Aprovado.

PDL n. 160/2022

Tema: Aprova o texto do Protocolo sobre Transferência de Pessoas Sujeitas a Regimes Especiais (Complementar ao Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre os Estados Partes do Mercosul e a República da Bolívia e a República do Chile), celebrado em Assunção, em 20 de junho de 2005.

Normas que revoga: Não foi possível verificar

Pauta(s): 13/06/2023

Quórum: Não foi possível verificar

Processo de Votação: Não foi possível verificar

Placar: Não foi possível verificar

PDL n. 933/2021

Tema: Aprova o texto da Emenda ao Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais, assinada em Montevideu, República Oriental do Uruguai, em 17 de dezembro de 2018.

Normas que revoga: Não foi possível verificar.

Pauta(s): Não foi possível verificar

Quórum: Não foi possível verificar

Processo de Votação: Não foi possível verificar

Placar: Não foi possível verificar

Resultado: Em tramitação.

PDL n. 460/2022

Tema: Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola, assinado em Montreal, em 24 de setembro de 2019.



Normas que revoga: Não foi possível verificar.

Pauta(s): Não foi possível verificar

Quórum: Não foi possível verificar

Processo de Votação: Não foi possível verificar

Placar: Não foi possível verificar

Resultado: Em tramitação.

PDL n. 161/2022

Tema: Aprova o texto da Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai para Eliminar a Dupla Tributação em Relação aos Tributos sobre a Renda e sobre o Capital e Prevenir a Evasão e a Elisão Fiscais, assinado em Brasília, em 7 de junho de 2019.

Normas que revoga: Não foi possível verificar.

Pauta(s): 15/06/2023

Quórum: Não foi possível verificar

Processo de Votação: Não foi possível verificar

Placar: Não foi possível verificar

Resultado: Aprovada pelo congresso.

PDL n. 168/2022

Tema: Aprova o texto do Acordo sobre o Mecanismo de Cooperação Consular entre os Estados Partes do Mercosul e Estados Associados, firmado em Santa Fé, República Argentina, em 16 de julho de 2019.

Normas que revoga: Não foi possível verificar.

Pauta(s): 15/06/2023

Quórum: Não foi possível verificar

Processo de Votação: Não foi possível verificar

Placar: Não foi possível verificar

Resultado: Aprovada pelo congresso.



PDL n. 173/2023

Tema: Disciplina, na forma do art. 62, § 3º, da Constituição Federal, as relações jurídicas decorrentes da perda de eficácia da Medida Provisória nº 1.156, de 1º de janeiro de 2023, relativas à Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

Normas que revoga: Não foi possível verificar.

Pauta(s): 21/06/2023

Quórum: Não foi possível verificar

Processo de Votação: Não foi possível verificar

Placar: Não foi possível verificar

Resultado: Em tramitação.

PDL n. 1128/2021

Tema: Aprova o texto modificado do Convênio Constitutivo do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata.

Normas que revoga: Não foi possível verificar.

Pauta(s): 28/06/2023

Quórum: Não foi possível verificar

Processo de Votação: Não foi possível verificar

Placar: Não foi possível verificar

Resultado: Aprovado pelo congresso.

1.1.g. Projeto de Resolução (PR)

PR n. 8/2023

Tema: Organização do Estado / Poder Legislativo

Política Social / Cultura - Cria a Frente Parlamentar da Cultura (FPCultura).

Resultado: Aprovado.

PR n. 67/2023

Tema: Organização do Estado / Poder Legislativo



Política Social / Cultura - Cria a Frente Parlamentar da Cultura (FPCultura).

Resultado: Aprovado.

PR n. 14/2023

Tema: (proveniente do Projeto de Resolução do Senado no 63/2023), que altera o Regimento Interno do Senado Federal e a Resolução do Senado Federal no 3, de 2009, para criar a Comissão de Comunicação (CCom), a Comissão de Esporte (CEsp), e a Comissão de Defesa da Democracia (CDD) e redefinir as competências e a denominação da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Resultado: Em tramitação.

PR n. 68/2023

Tema: Autoriza a realização de aditamentos contratuais a operações externas de financiamento, renegociação ou rolagem de dívida, realizadas com recursos orçamentários da União, cuja finalidade seja a substituição da taxa de juros aplicável a essas operações, no caso de a taxa vigente ser baseada na London InterBank Offered Rate (Libor) ou na European Interbank Offered Rate (Euribor).

Resultado: Aprovado pelo plenário.

PR n. 69/2023

Tema: Institui a Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento da Indústria Farmacêutica e a Produção de Insumos Farmacêuticos Ativos no Brasil.

Resultado: Em tramitação.

1.2. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

1.2.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

1.2.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)

PL n. 2868/2023

Tema: Direito Penal. Criminaliza a conduta de quem adulterar sinal identificador de veículo não categorizado como automotor.

Normas que se revoga: Altera o art. 311 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

Pauta(s): Em 15/03/2023.

Resultado: Aprovada.

1.2.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

1.2.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

1.2.e. Medidas Provisórias (MP)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

1.2.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

1.2.g. Projeto de Resolução (PR)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

2. Câmara dos Deputados

Nos termos do art. 45 da Constituição da República, a Câmara dos Deputados está composta por 513 deputados, número estabelecido proporcionalmente à população, precedido aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta representantes. O mandato é de quatro anos, sendo a Casa Legislativa renovada a cada quatro anos.

2.1. Plenário

2.1.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

2.1.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)

PL n. 2920/2023

Tema: Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei n.º 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei n.º 14.133, 1º de abril de 2021.

Normas que revoga: altera a Lei n.º 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei n.º 14.133, 1º de abril de 2021.

Pauta(s): 20/06/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado com alterações.

PL n. 2720/2023



Tema: Tipifica crimes de discriminação contra pessoas expostas politicamente, contra pessoas que estejam respondendo a investigação preliminar, a termo circunstanciado, a inquérito ou a qualquer outro procedimento investigatório de infração penal, civil ou administrativa ou contra pessoas que figurem como parte ré de processo judicial em curso; altera a Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017, para prescrever os procedimentos a serem adotados pelas instituições financeiras nos casos de negativa de abertura ou manutenção de conta ou de recusa na concessão de crédito; e dá outras providências.

Normas que revoga: altera Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017.

Pauta(s): 14/06/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 2402/2023

Tema: Dispõe sobre a transformação de cargos efetivos em cargos em comissão e funções de confiança no quadro de pessoal do Ministério Público da União; e altera a Lei nº 13.316, de 20 julho de 2016.

Normas que revoga: Lei nº 13.316, de 20 julho de 2016.

Pauta(s): 22/06/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 2249/2023

Tema: Altera o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e a Lei nº 14.286, de 29 de dezembro de 2021, para dispor sobre a aplicação e o julgamento da pena de perdimento de mercadoria, veículo e moeda.



Normas que revoga: Altera o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e a Lei nº 14.286, de 29 de dezembro de 2021.

Pauta(s): 13/06/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado.

PL n. 2250/2023

Tema: Concessão, garantia, operação de crédito, direito de resgate, partícipe, Plano de previdência complementar aberta, segurado, seguro pessoal, cotista, Fundo de Aposentadoria Programada Individual (Fapi), titular, título de capitalização. Dispõe sobre a faculdade de concessão, como garantia de operações de crédito, do direito de resgate assegurado aos participantes de planos de previdência complementar aberta, aos segurados de seguros de pessoas, aos cotistas de Fundo de Aposentadoria Programada Individual e aos titulares de títulos de capitalização.

Normas que revoga: art. 84 a art. 87 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

Pauta(s): 13/06/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 920/2023

Tema: Alteração, Lei Federal, Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, Lei dos Crimes Ambientais, recursos financeiros, procedência, multa, Infração administrativa ambiental, pagamento, Compensação ambiental, transação judicial, a, destinação, acordo extrajudicial, reparação, dano ambiental, destinação, Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap).



Altera as Leis nºs 12.340, de 1º de dezembro de 2010, e 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para destinar parcela das arrecadações de recursos financeiros advindos do pagamento de multas por crimes e infrações ambientais e de acordos judiciais e extrajudiciais de reparação de danos socioambientais para o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap).

Normas que revoga: art. 9º da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, art. 73 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Pauta(s): 13/06/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada com alterações.

PL n. 213/2022

Tema: Alteração, Lei Orgânica da Saúde, Associação Médica Brasileira (AMB), indicação, representante, composição, Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (CONITEC). Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”, para assegurar a participação de especialista indicado pela Associação Médica Brasileira na Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS.

Normas que revoga: Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Pauta(s): 13/06/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado.

4.1.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

4.1.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

4.1.e. Medidas Provisórias (MP)

MPV n. 1162/2023

Tema: Programa Minha Casa, Minha Vida; Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, a Lei nº 8.677, de 13 de julho de 1993, a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, a Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, a Lei nº 13.465, de 14 de julho de 2017, a Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, e a Lei nº 14.382, de 27 de junho de 2022.

Normas que revoga: Diversos dispositivos normativos.

Pauta(s): 07/06/2023.

Quórum: Qualificado.

Processo de Votação: Plenário.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada com alterações.

MPV n. 1165/2023



Tema: Criação, Estratégia Nacional de Formação de Especialistas para a Saúde, Programa Mais Médicos, incentivo, educação e formação profissional, médico, atenção primária à saúde, Sistema Único de Saúde (SUS). Alteração, lei federal, diretrizes, Programa Mais Médicos. Dispensa, revalidação, diploma de graduação, médico intercambista. Critério, pagamento, indenização (vantagem pecuniária), médico. Diretrizes, mulher, licença à gestante, licença-paternidade, médico. Institui a Estratégia Nacional de Formação de Especialistas para a Saúde no âmbito do Programa Mais Médicos; e altera as Leis nºs 12.871, de 22 de outubro de 2013, 13.959, de 18 de dezembro de 2019, e 13.958, de 18 de dezembro de 2019, para criar novos incentivos e regras no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil e do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida) e para transformar a Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde (Adaps) em Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS (AGSUS).

Normas que revoga: revogado o parágrafo único do art. 20 da Lei nº 12.871, de 2013.

Pauta(s): 16/06/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Plenário.

Placar: Não foi possível verificar.

4.2. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

4.2.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

4.2.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)

PL n. 6.856/2013



Tema: Alteração, Lei da Alimentação Escolar, aquisição, gênero alimentício, agricultura familiar, Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), responsabilidade, mulher. Altera o art. 14 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir grupos formais e informais de mulheres da agricultura familiar entre aqueles com prioridade na aquisição de gêneros alimentícios no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), e para estabelecer que pelo menos 50% (cinquenta por cento) da venda da família será feita no nome da mulher.

Normas que revoga: art. 14 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

Pauta(s): 01/06/2023.

Resultado: Aprovado pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 7.552/2017

Tema: altera a Lei nº 9.313, de 13 de novembro de 1996, para dar prioridade às indústrias que produzem fármacos em território nacional, como critério de desempate em igualdade de condições nas licitações.

Normas que revoga: artigos da lei nº 9.313, de 13 de novembro de 1996.

Pauta(s): 12/06/2023.

Resultado: Aprovado pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 6.379/2019

Tema: Regulamentação profissional, Musicoterapeuta. Dispõe sobre a regulamentação da atividade profissional de musicoterapeuta.

Normas que revoga: Não constam normas revogadas.

Pauta(s): 01/06/2023.

Resultado: Aprovado pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 7.541/2010

Tema: Convênio. Autoriza a União a celebrar convênio com o Estado de Goiás, com vistas à implantação do Sistema Metropolitano de Transporte de Passageiros de Goiânia - GO.



Normas que revoga: Não constam normas revogadas.

Pauta(s): 14/06/2023.

Resultado: Aprovado pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 3.055/2004 (Apensados: PL 4555/2004, PL 7216/2006, PL 2458/2007, PL 3322/2012 e PL 3786/2012 (Apensado: PL 70/2023))

Tema: Criação, Programa Nacional de Coleta Armazenamento e Transplante, célula, cordão umbilical, recém-nascido, valor terapêutico. Cria o Programa Nacional de Coleta, Armazenamento, Exame e Transplante de células originárias de sangue de cordão umbilical e dá outras providências".

Normas que revoga: Não constam normas revogadas.

Pauta(s): 14/06/2023.

Resultado: Aprovado pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, e no mérito, pela aprovação deste e dos Projetos de Lei nºs 7.216/2006 e 2.458/2007, apensados, na forma do Substitutivo da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, com subemenda substitutiva.

PL n. 1.044/2007

Tema: Alteração, Lei de Benefícios da Previdência Social, obrigatoriedade, presença, segurado, dependente, ato, inscrição, Previdência Social, requerimento, benefício previdenciário, limitação, procuração, procurador, exclusividade, cônjuge, companheiro, companheira, parente, assistente social, representante, hospital, asilo, advogado, redução, fraude, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Acrescenta dispositivo na Lei nº 8.213, de 1991.

Normas que revoga: Não constam normas revogadas.

Pauta(s): 03/06/2023.

Resultado: Aprovado pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emendas, e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família, com subemendas.



PL n. 2.152/2019

Tema: Criação, Programa de Inclusão Infantil no Transporte Coletivo, Carteirinha Infantil de Isenção no Transporte Público, transporte gratuito, criança. Dispõe sobre o Programa de Inclusão Infantil no Transporte Coletivo às crianças com idade de até 10 (dez) anos, em todo território nacional e dá outras providências.

Normas que revoga: Não constam normas revogadas.

Pauta(s): 01/06/2023.

Resultado: Aprovado pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, na forma do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família, que saneia inconstitucionalidade do projeto.

4.2.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

4.2.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

4.2.e. Medidas Provisórias (MP)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

4.2.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)

PDL n. 219/2021

Tema: Aprovação, ato internacional, Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a Hungria (2019), Brasil, Hungria, cooperação internacional, cooperação jurídica internacional.. Aprova o texto do Tratado de Extradicação entre a



República Federativa do Brasil e a Hungria, assinado em Budapeste, em 9 de maio de 2019

Normas que revoga: Não constam normas revogadas.

Pauta(s): 02/06/2023.

Resultado: Aprovado.

PDL n. 460/2022

Tema: Aprovação, ato internacional, Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola (2019), Brasil, Angola, cooperação internacional, serviços aéreos. Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola, assinado em Montreal, em 24 de setembro de 2019

Normas que revoga: Não constam normas revogadas.

Pauta(s): 06/06/2023.

Resultado: Aprovado.

PDL n. 933/2021

Tema: Aprovação, ato internacional, Emenda ao Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais (2018), Mercado Comum do Sul (Mercosul), Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, cooperação internacional, assistência Jurídica. Aprova o texto da Emenda ao Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais, assinada em Montevidéu, República Oriental do Uruguai, em 17 de dezembro de 2018.

Normas que revoga: Não constam normas revogadas.

Pauta(s): 06/06/2023

Resultado: Aprovado.

PDL n. 219-A

Tema: Aprovação, ato internacional, Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a Hungria (2019), Brasil, Hungria, cooperação internacional,



cooperação jurídica internacional. Aprova o texto do Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a Hungria, assinado em Budapeste

Normas que revoga: Não constam normas revogadas.

Pauta(s): 01/06/2023.

Resultado: Aprovado.

4.2.g. Projeto de Resolução (PR)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

3. Fatos relevantes

O mês de junho no Senado Federal foi marcado por relevantes avanços nas áreas de direitos das mulheres, áreas sociais e educacionais.

O Projeto de Lei (PL) n. 1852/2023, que trata da inclusão do assédio moral, assédio sexual e discriminação como infrações ético-disciplinares no Estatuto da Advocacia representou avanços significativos a proteção da mulher.

A aprovação do PL indica o reconhecimento por parte da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de que o assédio moral, o assédio sexual e a discriminação são problemas reais e não devem ser tolerados, demonstrando um compromisso em lidar de forma adequada com essas questões.

Com a inclusão das condutas mencionadas como infrações ético-disciplinares, o PL estabelece a responsabilização e a possibilidade de punição para os advogados que praticarem assédio moral, assédio sexual ou discriminação. Essa medida visa coibir tais comportamentos e promover um ambiente de trabalho mais respeitoso e igualitário. Ainda, pode levar a uma maior conscientização sobre o assédio moral, assédio sexual e discriminação no ambiente jurídico.

Por sua vez, o Projeto de Lei (PL) n. 2912/2023, que trata da criação do Sistema Nacional de Segurança nas Escolas, é relacionado à segurança nas escolas, visando



garantir um ambiente seguro para estudantes, professores e demais profissionais da educação.

O PL foi elaborado com base nas Recomendações para Proteção e Segurança no Ambiente Escolar, desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho Executivo do Ministério da Educação para o Enfrentamento e Prevenção às Violências nas Escolas e Universidades. Isso demonstra que a proposição se embasa em estudos e orientações especializadas.

O projeto de lei propõe a criação de um sistema específico para a segurança nas escolas em âmbito nacional. Isso indica que o objetivo é estabelecer diretrizes e mecanismos padronizados em todo o país, a fim de assegurar a proteção adequada nas instituições de ensino.

É provável que o projeto de lei promova uma abordagem multidisciplinar para lidar com questões de segurança nas escolas. Isso significa que diversas áreas, como segurança pública, educação, psicologia e assistência social, podem estar envolvidas na implementação do sistema proposto.

O mês de junho na Câmara dos Deputados foi marcado por duas relevantes Medidas Provisórias referentes ao Programa Minha Casa Minha Vida e ao Programa Mais Médicos.

Considerando que a questão habitacional é um desafio enfrentado por muitas famílias brasileiras, a Câmara de Deputados aprovou recentemente a Medida Provisória nº 1162/2023, que traz importantes atualizações e ampliações para o Programa Minha Casa, Minha Vida. Essa iniciativa busca promover o acesso à moradia digna e sustentável para pessoas de baixa renda, contribuindo para a redução do déficit habitacional e impulsionando o desenvolvimento social e econômico do país.

A Medida Provisória nº 1162/2023, promoveu a ampliação do Programa Minha Casa, Minha Vida, ampliando sua abrangência e impacto social. Uma das principais mudanças é a inclusão de mais faixas de renda para serem contempladas pelo programa, garantindo acesso à moradia para um número ainda maior de famílias. Além das faixas de renda já existentes, o programa agora inclui uma faixa intermediária, que visa atender famílias com renda um pouco acima dos limites anteriores, mas que ainda não possuem condições de adquirir um imóvel no mercado convencional.



A nova medida provisória também traz alterações no modelo de financiamento e subsídios oferecidos pelo programa. Com o objetivo de tornar o acesso à moradia mais acessível, são estabelecidos critérios para concessão de subsídios e juros mais baixos para as famílias de baixa renda. Além disso, o texto da MP prevê a possibilidade de parcerias com o setor privado para a construção de empreendimentos habitacionais, permitindo a utilização de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outros mecanismos de financiamento.

Ao contemplar mais faixas de renda, oferecer subsídios e incentivar a sustentabilidade, o programa busca garantir o acesso à moradia digna e contribuir para o desenvolvimento social e econômico do país. A medida representa um importante passo rumo à redução do déficit habitacional e à promoção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Por sua vez, a Medida Provisória nº 1165/2023, recentemente aprovada, delimita a Estratégia Nacional de Formação de Especialistas para a Saúde no âmbito do Programa Mais Médicos. Essa medida tem como objetivo principal suprir a carência de profissionais de atenção primária à saúde nas regiões prioritárias do Sistema Único de Saúde (SUS), reduzindo as desigualdades na área da saúde e fortalecendo a prestação de serviços nesse nível de atenção. Neste texto, exploraremos os principais pontos dessa estratégia e o impacto esperado na saúde pública brasileira.

A Estratégia Nacional de Formação de Especialistas para a Saúde busca enfrentar o déficit de profissionais de atenção primária à saúde em áreas prioritárias do SUS. Para isso, propõe a ampliação e o aprimoramento do Programa Mais Médicos, que já se consolidou como uma importante iniciativa para garantir o acesso à saúde em regiões mais vulneráveis do país. A medida provisória estabelece a criação de novas vagas para especialização profissional nas áreas estratégicas para o SUS, como a medicina de família e comunidade, pediatria, ginecologia e obstetrícia, entre outras.

A medida provisória reconhece a atenção primária como a base essencial para um sistema de saúde eficiente e equitativo. Com a Estratégia Nacional de Formação de Especialistas para a Saúde, busca-se fortalecer esse nível de atenção, capacitando profissionais para atuarem de forma integral e abrangente, promovendo a prevenção, o



diagnóstico precoce, o tratamento adequado e o acompanhamento de pacientes. A formação de especialistas nessa área estratégica contribui para a melhoria da qualidade dos serviços e para a consolidação de uma rede de atenção primária mais eficaz.

A aprovação da Medida Provisória nº 1165/2023 e a criação da Estratégia Nacional de Formação de Especialistas para a Saúde no âmbito do Programa Mais Médicos representam um importante passo para o fortalecimento do SUS e a redução das desigualdades na área da saúde. Ao suprir a carência de profissionais, ampliar o escopo de práticas, promover a integração entre educação e saúde e oferecer especialização profissional nas áreas estratégicas, essa medida busca garantir uma atenção primária à saúde mais qualificada e abrangente, contribuindo para a construção de um sistema de saúde mais justo e eficiente.

4. Comentários e Observações

O Projeto de Lei nº 2720/2023, aprovado em 14/06/2023 pela Câmara dos Deputados é uma medida que visa combater a discriminação e proteger os direitos das pessoas expostas politicamente, bem como aquelas que estão respondendo a investigações preliminares, termos circunstanciados, inquéritos ou outros procedimentos investigatórios.

Ao incluir a proteção às pessoas que estejam enfrentando investigações ou sejam partes rés de processos judiciais em curso, o projeto de lei busca evitar que sejam alvo de discriminação e preconceito em diferentes esferas da sociedade.

A proposta também prevê alterações na Lei nº 13.506/2017, estabelecendo procedimentos a serem adotados pelas instituições financeiras nos casos de negativa de abertura ou manutenção de conta, bem como recusa na concessão de crédito. Essa medida busca evitar a discriminação injustificada por parte dessas instituições, garantindo que critérios legais e transparentes sejam seguidos em todas as situações.

A implementação efetiva do projeto de lei pode apresentar desafios práticos. A identificação e comprovação dos crimes de discriminação exigem um processo detalhado e imparcial, com evidências consistentes. A definição de critérios claros e objetivos para



distinguir a discriminação de outras formas legítimas de expressão é fundamental para evitar abusos e garantir a justiça na aplicação da lei.

As alterações na Lei nº 13.506/2017 podem impor novas obrigações e procedimentos às instituições financeiras, o que pode resultar em um aumento dos custos operacionais e burocráticos. Esses custos podem ser repassados aos clientes ou limitar o acesso a serviços financeiros, especialmente para pessoas em situação de vulnerabilidade.

Por fim, destaca-se o PL 3003/2023, que autoriza a criação da Universidade Federal Indígena do Brasil - UFIB. Tal projeto apresenta importância para o desenvolvimento do país, especialmente para a região Norte e o estado de Roraima.

A expansão das instituições federais de educação é fundamental para ampliar o acesso à educação superior, diversificar as formações oferecidas e impulsionar o progresso científico e tecnológico.

O PL ressalta que a região Norte possui o menor índice de aumento no número de matrículas na rede federal de educação superior, indicando a urgência de priorizar o desenvolvimento educacional nessa região.

Nesse contexto, a criação da UFIB se apresenta como uma solução para impulsionar o crescimento educacional na região e reduzir as desigualdades sociais e regionais, conforme preceitua a Constituição Federal.

Assim sendo, a criação da UFIB, como uma universidade federal indígena, proporciona oportunidades educacionais específicas para as comunidades indígenas, valorizando suas tradições, conhecimentos e culturas.



PARLEX



Boletim de novidades legislativas

AGOSTO - 2023



AGOSTO - 2023

A pesquisa deste mês foi realizada por Talita de Jesus Correia, mestre em Negócios Internacionais (MUST University); especialista em Direito Constitucional (Estácio), Direito e Processo Penal (UCAM), Direito do Estado (UCAM), Direito Internacional Aplicado (UNA), Direitos Humanos (UniAmérica) e Compliance e Governança Corporativa (UniFTC); bacharel em Ciências Políticas (Braz Cubas) e bacharel em Direito (Mackenzie); pesquisadora da linha de pesquisa Direito Eleitoral e Democracia do Diálogo ACI Pesquisa/Cnpq e do eixo de Direito Internacional e Política (NEPEDIPOL) do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Direito Internacional (NEPEDI-UERJ); Advogada.



ÍNDICE

1. Senado Federal

1.1. Plenário

- 1.1.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)
- 1.1.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)
- 1.1.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)
- 1.1.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)
- 1.1.e. Medidas Provisórias (MP)
- 1.1.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)
- 1.1.g. Projeto de Resolução (PR)

1.2. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

- 1.2.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)
- 1.2.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)
- 1.2.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)
- 1.2.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)
- 1.2.e. Medidas Provisórias (MP)
- 1.2.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)
- 1.2.g. Projeto de Resolução (PR)

2. Câmara dos Deputados

2.1. Plenário

- 2.1.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)
- 2.1.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)
- 2.1.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)
- 2.1.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)
- 2.1.e. Medidas Provisórias (MP)
- 2.1.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)
- 2.1.g. Projeto de Resolução (PR)

2.2. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



2.2.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)

2.2.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)

2.2.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)

2.2.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)

2.2.e. Medidas Provisórias (MP)

2.2.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)

2.2.g. Projeto de Resolução (PR)

3. Fatos relevantes

4. Comentários e Observações



1. Senado Federal

Nos termos do art. 46 da Constituição da República, o Senado Federal está composto por três representantes de cada unidade da federação, totalizando atualmente 81 (oitenta e um) assentados. O mandato é de oito anos, sendo a Casa Legislativa renovada a cada quatro anos, de forma alternada, por um e dois terços. Cada integrante do Senado Federal conta com dois ou duas suplentes.

1.1. Plenário

1.1. Plenário

- 1.1.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)
- 1.1.b. Projetos de Lei Ordinária (PL).
- 1.1.d. Projeto de Lei Delegada (PLD).
- 1.1.e. Medidas Provisórias (MP)
- 1.1.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)

1.2. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

- 1.2.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)
- 1.2.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)
- 1.2.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)
- 1.2.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)
- 1.2.e. Medidas Provisórias (MP)
- 1.2.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)
- 1.2.g. Projeto de Resolução (PR)



2. Câmara dos Deputados

Nos termos do art. 45 da Constituição da República, a Câmara dos Deputados está composta por 513 deputados, número estabelecido proporcionalmente à população, precedido aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta representantes. O mandato é de quatro anos, sendo a Casa Legislativa renovada a cada quatro anos.

2.1. Plenário

2.1.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

2.1.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)

PL n. 3/2023

Tema: Cria o protocolo "Não é Não", para prevenção ao constrangimento e à violência contra a mulher e para proteção à vítima; institui o selo "Não é Não - Mulheres Seguras"; e altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte).

Assunto: Direito das Mulheres; Segurança Pública.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte).

Pauta(s): Em 01/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: (x) Simbólico (x) Nominal () Secreta..

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada com alterações, matéria vai ao Senado Federal (PL 3-A/2023).

PL n. 3635/2023

Tema: Cria o selo Empresa Amiga da Amamentação, para estimular o desenvolvimento de ações de incentivo ao aleitamento materno.

Assunto: Direito das Mulheres; Direito das Crianças; Política Pública de Saúde.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 03/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: (x) Simbólico () Nominal () Secreta..

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada com alterações, matéria vai ao Senado Federal (PL 3.635-A/2023).

PL n.7836/2014

Tema: Institui a gratificação por exercício cumulativo de cargos e de função administrativa dos membros da Defensoria Pública da União e dá outras providências.

Assunto: Direito administrativo; Servidor Público; Gratificação.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 08/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: (x) Simbólico (x) Nominal () Secreta.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada, matéria vai ao Senado Federal (PL 7.836-C/2014).

PL n.1494/2021

Tema: Tipifica a prática de zoofilia como crime de maus-tratos.

Assunto: Direito Penal; Direito dos Animais.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 9.605 de 1998.

Pauta(s): Em 09/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.



Processo de Votação: (x) Simbólico () Nominal () Secreta...

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada com alterações, matéria vai ao Senado Federal (PL 1.494-A/2021).

PL n.1108/2015

Tema: Altera o art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Educação Política e Direitos do Cidadão como componente obrigatório dos currículos do ensino fundamental e do ensino médio.

Assunto: Educação; Democracia.

Normas que revoga: Altera o art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Pauta(s): Em 09/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: (x) Simbólico () Nominal () Secreta.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada com alterações, matéria vai ao Senado Federal (PL 1.108-A/2015).

PL n. 5384/2020

Tema: Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para tornar permanente a reserva de vagas nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

Assunto: Política Social; Educação.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências).

Pauta(s): Em 09/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.



Processo de Votação: (x) Simbólico (x) Nominal () Secreta.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada com alterações, matéria vai ao Senado Federal (PL 5.384-B/2020).

PL n. 3383/2021

Tema: Institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares.

Assunto: Política Social; Educação.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 09/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: (x) Simbólico (x) Nominal () Secreta.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada com alterações, matéria retorna ao Senado Federal (PL 3.383-C/2021).

PL n. 2131/2007

Tema: Torna obrigatória a homologação em cartório de todo contrato de empréstimo consignado a ser efetuado por aposentado ou pensionista do INSS.

Assunto: Direito notorial e cartorário.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 09/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: (x) Simbólico (x) Nominal () Secreta...

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada com alterações, matéria vai ao Senado Federal (PL 2.131-C/2007).

PL n. 2861/2023



Tema: Institui o direito ao brincar, o brincar livre e a parentalidade positiva como estratégias intersetoriais de prevenção às violências contra crianças e altera a Lei 14.334 de 24 de maio de 2022.

Assunto: Direito das crianças.

Normas que revoga: Altera a Lei 14.334 de 24 de maio de 2022.

Pauta(s): Em 09/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: (x) Simbólico (x) Nominal () Secreta...

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada com alterações, matéria vai ao Senado Federal (PL 2.861-A/2023).

PL n. 996/2015

Tema: Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940- Código Penal - para prever como homicídio qualificado aquele praticado contra membros do Ministério Público e Magistratura, no exercício de sua função ou por causa dela e dá outras providências.

Assunto: Direito Penal.

Normas que revoga: Altera Lei nº 8.072, de 1990.

Pauta(s): Em 09/08/2023.

Quórum:

- O substitutivo oferecido pelo relator: voto nominal. Quórum: 386.
- PL nº 996/2015 – DTQ 3 – PL – Emenda de Plenário nº3 (nominal).

Quórum 383.

Processo de Votação: () Simbólico (x) Nominal () Secreta.

Placar:

● O substitutivo oferecido pelo relator: voto nominal. Quórum: 386. Placar Sim 335. Não 49. Abstenção 1. Presidente 1.

- PL nº 996/2015 – DTQ 3 – PL – Emenda de Plenário nº3 (nominal).

Quórum 383. Sim 117. Não 264. Abstenção 1. Presidente 1

Resultado: Aprovada com alterações, matéria vai ao Senado Federal (PL 996-A/2015).

PL n. 2364/2021

Tema: Institui a campanha "Março Borgonha", com o objetivo de prevenir e conscientizar a população sobre a importância do diagnóstico precoce do mieloma múltiplo.

Assunto: Saúde Pública.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 09/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: (x) Simbólico () Nominal () Secreta.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada, matéria vai ao Senado Federal (PL 2.364-B/2021).

PL n. 1246/2021

Tema: Dispõe sobre a criação de reserva obrigatória de participação de mulheres em conselhos de administração das sociedades empresárias que especifica e dá outras providências.

Assunto: Direito das Mulheres.

Normas que revoga: Alteram as Leis nº 6.404 de 1976 e 13.303 de 2016.

Pauta(s): Em 09/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: (x) Simbólico () Nominal () Secreta.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada com alterações, matéria vai ao Senado Federal (PL 1.246-A/2021).

PL n. 2952/2022

Tema: Institui a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Assunto: Saúde Pública.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 8.080 de 1990.

Pauta(s): Em 09/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: (x) Simbólico () Nominal () Secreta.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada com alterações, matéria vai ao Senado Federal (PL 2.952-A/2022).

PL n. 6001/2019 (nº anterior: PLS 412/2018)

Tema: Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para tornar obrigatória a divulgação anual dos critérios e dos valores para a remuneração de serviços e dos parâmetros de cobertura assistencial no Sistema Único de Saúde (SUS).

Assunto: Direito à saúde; Sistema Único de Saúde (SUS).

Normas que revoga: Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Pauta(s): Em 15/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: (x) Simbólico () Nominal () Secreta.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Proposta apensada aprovada, matéria vai ao Senado Federal (PL 1.435-A/2022).

PL n. 3394/2015

Tema: Altera dispositivos da Lei 12.846/13 e da Lei 8.429/92 visando destinar os valores recebidos de multas a medidas educativas anticorrupção.

Assunto: Combate à corrupção; Medidas educativas; Multas.

Normas que revoga: Altera dispositivos da Lei 12.846/13 e da Lei 8.429/92.

Pauta(s): Em 15/08/2023.



Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: (x) Simbólico () Nominal () Secreta.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada com alterações, matéria vai ao Senado Federal (PL 3.394-A/2015).

PL n. 4558/2019

Tema: Declara direitos das pessoas portadoras de sequelas graves advindas de queimaduras e dá outras providências.

Assunto: Política Social; Saúde Pública.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 15/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: (x) Simbólico () Nominal () Secreta.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada com alterações, matéria vai ao Senado Federal (PL 4.558-A/2019).

PL n. 4043/2019

Tema: Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para facultar aos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços a forma de disponibilização de versão atualizada do Código de Defesa do Consumidor ao consumidor e dá outras providências.

Assunto: Defesa do Consumidor.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Pauta(s): Em 16/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: (x) Simbólico () Nominal () Secreta...

Placar: Não foi possível verificar.



Resultado: Aprovada com alterações, matéria vai ao Senado Federal (PL 4.043-B/2019).

PL n. 1050/2021

Tema: Institui Programa de Apoio da União aos Estados e ao Distrito Federal para oferta de estudos complementares aos estudantes do último ano do ensino médio das escolas das redes públicas mantidas por esses entes federados, com objetivo de fortalecer sua preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e para os processos seletivos de ingresso na educação superior.

Assunto: Educação.

Normas que revoga: sem normas alteradas.

Pauta(s): Em 16/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: (x) Simbólico () Nominal () Secreta...

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada com alterações, matéria vai ao Senado Federal (PL 1.050-B/2021).

PL n. 2725/2022

Tema: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961; a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; e a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, para estabelecer requisitos mínimos de transparência pública e controle social em matéria educacional.

Assunto: Educação; Transparência.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961; a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; e a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004.

Pauta(s): Em 16/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: (x) Simbólico () Nominal () Secreta...



Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada com alterações, matéria vai ao Senado Federal (PL 2.725-A/2022).

PL n. 3148/2023

Tema: Dispõe sobre a autonomia das escolas indígenas, quilombolas e do campo para nomear as instituições públicas de ensino em seus territórios.

Assunto: Direito dos povos indígenas, quilombolas e do campo; Educação.

Normas que revoga: sem normas alteradas.

Pauta(s): Em 16/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: (x) Simbólico () Nominal () Secreta...

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada com alterações, matéria vai ao Senado Federal (PL 3.148-A/2023).

PL n. 1482/2023

Tema: Estabelece diretrizes para criação do Programa Nacional de Promoção da Cultura da Paz nas Escolas, e dá outras providências.

Assunto: Educação; Conscientização.

Normas que revoga: Sem normas alteradas.

Pauta(s): Em 16/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: (x) Simbólico () Nominal () Secreta...

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada com alterações, matéria vai ao Senado Federal (PL 1.482-A/2023).

PL n. 1016/2023



Tema: Altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para prorrogar o prazo referente à contribuição previdenciária sobre a receita bruta, e a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para prorrogar o prazo referente a acréscimo de alíquota da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (Cofins-Importação), nos termos que especifica.

Assunto: Direito Previdenciário; Seguridade Social; Previdência Social.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011 e a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004.

Pauta(s): Em 30/08/2023.

Quórum: 442

Processo de Votação: () Simbólico (x) Nominal () Secreta..

Placar: Sim: 116. Não: 325. Abstenção: 0. Presidente: 1.

Resultado: Aprovada com alterações, matéria retorna ao Senado Federal (PL 334-A/2023).

PL n. 335/2019

Tema: Acrescenta inciso ao § 1º do art. 5º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para determinar ao poder público a obrigação de divulgar a lista de espera, por vagas, nos estabelecimentos de Educação Básica de suas redes de ensino.

Assunto: Educação.

Normas que revoga: Acrescenta inciso ao § 1º do art. 5º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996

Pauta(s): Em 30/08/2023.

Quórum: 448.

Processo de Votação: () Simbólico (x) Nominal () Secreta..

Placar: Sim: 430. Não: 17. Abstenção: 0. Presidente: 1.

Resultado: Rejeitada a Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 335-C, de 2019. Vai à sanção a matéria aprovada na Câmara dos Deputados em 9 de junho de 2022 (PL 335-C/2019).



PL n. 254/2020

Tema: Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para prever o atendimento educacional diferenciado a mães, gestantes e lactantes e a adotantes no período inicial da adoção; e revoga a Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975.

Assunto: Direito à Educação.

Normas que revoga: Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975.

Pauta(s): Em 30/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: (x) Simbólico () Nominal () Secreta..

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada com alterações, matéria vai ao Senado Federal (PL 254-B/2020).

PL n. 3050/2023

Tema: Altera a Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021, a fim de assegurar o acompanhamento integral para educandos com Transtorno Opositivo Desafiador (TOD).

Assunto: Educação; Saúde.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021.

Pauta(s): Em 30/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: (x) Simbólico () Nominal () Secreta..

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada com alterações, matéria vai ao Senado Federal (PL 3.050-A/2023).

2.1.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)

PLC n.143/2019



Tema: Determina que os recursos destinados ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual não serão objeto de limitação de despesa.

Assunto: INPI; Recursos; Despesas.

Normas que revoga: Altera a Lei Complementar nº 101, de 2000.

Pauta(s): Em 08/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar. 367.

Processo de Votação: (x) Simbólico (x) Nominal () Secreta..

Placar: Não foi possível verificar. Sim: 347. Não: 18. Abstenção: 1. Presidente:

1.

Resultado: Aprovada, matéria vai ao Senado Federal (PLP 143-C/2019).

PLC n. 93/2023

Tema: Institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do *caput* e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Assunto: Direito Constitucional; Lei de Responsabilidade Fiscal.

Normas que revoga: Altera a Lei Complementar nº 101, de 2000.

Pauta(s): Em 22/08/2023.

- PLP n. 93/2023 – DTQ 14 – MDB, PSD ...- Emenda do SF n. 15. Quórum: 425. Processo de Votação: () Simbólico (x) Nominal () Secreta. Placar: Sim: 153. Não: 270. Abstenção: 1. Presidente: 1.

- PLP n. 93/2023 – DTQ 12 – UNIÃO, PP, Fed PSDB ...- Emenda do SF n. 5. Quórum: 443. Processo de Votação: () Simbólico (x) Nominal () Secreta. Placar: Sim: 176. Não: 265. Abstenção: 1. Presidente: 1.

- PLP n. 93/2023 – Emendas com parecer pela rejeição. Quórum: 445. Processo de Votação: () Simbólico (x) Nominal () Secreta. Placar: Sim: 19. Não: 423. Abstenção: 2. Presidente: 1.



- PLP n. 93/2023 – Emendas com parecer pela aprovação. Quórum: 444.

Processo de Votação: () Simbólico (x) Nominal () Secreta. Placar: Sim: 379. Não: 64. Abstenção: 0. Presidente: 1.

- PLP n. 93/2023 – Requerimento de encerramento da discussão e de encaminhamento. Quórum: 444. Processo de Votação: () Simbólico (x) Nominal ()

Secreta. Placar: Sim: 351. Não: 92. Abstenção: 0. Presidente: 1.

Resultado: Aprovada com alterações, matéria vai à sanção (PLP 93-D/2023).

2.1.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

2.1.e. Medidas Provisórias (MP)

MP n. 1170/2023

Tema: Altera a remuneração de servidores e de empregados públicos do Poder Executivo federal; e dá outras providências.

Assunto: Direito Administrativo; Servidores Públicos; Remuneração.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 22/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação:

- MVP n. 1170/2023 – DTQ – MDB, PSDB, REPUBL, PODE – Art. 99 do PLV (x) Simbólico.

- MVP n. 1170/2023 – Projeto de Lei de Conversão 16/2023 (x) Simbólico.

- MVP n. 1170/2023 – Parecer da C. M p/ atend. dos pressupostos de constitucionais (x) Simbólico.

Placar: Não foi possível verificar.



Resultado: Aprovada com alterações, matéria vai ao Senado Federal (MPV 1.170-A/2023) (PLV 16/2023).

MP n. 1172/2023.

Tema: Define o valor do salário mínimo a partir de 1º de maio de 2023; estabelece a política de valorização permanente do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2024; e altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

Assunto: Direito do Trabalho; salário mínimo.

Normas que revoga: Altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

Pauta(s): Em 23/08/2023.

MP n. 1172/2023 – DTQ 4 – UNIÃO, PP, Fed. PSDB... Título III, do PLV...

Quórum: Não foi possível verificar. Processo de Votação: (x) Simbólico () Nominal () Secreta. Placar: Não foi possível verificar.

MP n. 1172/2023 – Projeto de lei de Conversão n. 15. Quórum: 442. Processo de Votação: Não foi possível verificar. () Simbólico (x) Nominal () Secreta. Placar: Sim: 439. Não: 1. Abstenção: 1. Presidente: 1.

- MP n. 1172/2023 – DTQ 5 –PL – Preferência para o texto original. Quórum: Não foi possível verificar. Processo de Votação: (x) Simbólico (x) Nominal () Secreta. Placar: Não foi possível verificar.

- MP n. 1172/2023 – Parecer da C.M p/ não atend. dos pressupostos constitucionais. Quórum: Não foi possível verificar. Processo de Votação: (x) Simbólico (x) Nominal () Secreta. Placar: Não foi possível verificar.

- MP n. 1172/2023 – Parecer da C.M p/ atend. dos pressupostos constitucionais. Quórum: Não foi possível verificar. Processo de Votação: (x) Simbólico (x) Nominal () Secreta. Placar: Não foi possível verificar.



- MP n. 1172/2023 – Requerimento de adiamento da votação. Quórum: 403. Processo de Votação: () Simbólico (x) Nominal () Secreta. Placar: Sim: 92. Não: 310. Abstenção: 0. Presidente: 1.

Resultado: Aprovada com alterações. Matéria vai ao Senado Federal, (MPV 1.172-A/2023) (PLV 15/2023).

2.1.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

2.1.g. Projeto de Resolução (PR)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

2.2. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

2.2.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

2.2.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)

PL n. 3598/2029

Tema: Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 13.724, de 4 de outubro de 2018, para ampliar a participação popular no processo de implantação de infraestruturas destinadas à circulação de bicicletas, bem como para determinar a compatibilização do Plano de Mobilidade Urbana com a ampliação do perímetro urbano.



Assunto: Direito Urbanístico.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 13.724, de 4 de outubro de 2018.

Pauta(s): Em 17/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer do relator com alterações.

PL n. 3639/2019

Tema: Institui o Dia Nacional do Museu.

Assunto: Direito à Memória.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 17/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer.

PL n. 613/2019.

Tema: Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre as Doenças Crônicas.

Assunto: Saúde Pública; Prevenção; Conscientização.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 17/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer.



PL n. 1357/2019

Tema: Institui, em todo território nacional, o selo "Acessibilidade Nota 10", como forma de certificação oficial aos estabelecimentos privados ou públicos que promovam acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Assunto: Direito das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; Acessibilidade.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 17/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer do relator com alterações.

PL n. 2737/2019

Tema: Altera as Leis nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, e nº 13.239, de 30 de dezembro de 2015, para estabelecer prioridade de atendimento social, psicológico e médico a mulheres vítimas de violência.

Assunto: Política Social.

Normas que revoga: Altera as Leis nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, e nº 13.239, de 30 de dezembro de 2015.

Pauta(s): Em 17/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar. Sim: 59. Não: 0. Abstenção: 0. Presidente: 1.

Resultado: Aprovado o Parecer do relator com alterações.

PL n. 1262/2022

Tema: Institui o dia 23 de setembro como o Dia Nacional da Conscientização da Dermatite Atópica e dá outras providências.



Assunto: Saúde Pública; Prevenção; Conscientização.

Normas que revoga: sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 17/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer.

PL n. 8669/2017

Tema: Institui o Dia Nacional da Síndrome Cornélica de Lange (CdLS).

Assunto: : Saúde Pública; Prevenção; Conscientização.

Normas que revoga: sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 17/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado Parecer.

PL n. 2453/2015

Tema: Altera a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a criação do Sistema de Educação Permanente em Novas Tecnologias e Dispositivos Médicos no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Assunto: Saúde Pública.

Normas que revoga: Altera a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Pauta(s): Em 31/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer.



PL n. 5024/2029 (nº anterior; PL 3842/2015)

Tema: Fica estabelecida a Semana Nacional de Prevenção e Combate ao Câncer de Cólon e de Intestino e dá outras providências

Assunto: Saúde Pública. Prevenção.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 31/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer.

PL n. 4306/2020

Tema: Altera a Lei 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, para prever o direito da criança ou adolescente de pleitear a exclusão de informações pessoais de sites de pesquisa ou de notícias que possam causar-lhe constrangimentos ou danos psicológicos e dá outras providências.

Assunto: Direito da criança e do adolescente.

Normas que revoga: Altera a Lei 13.431, de 4 de abril de 2017.

Pauta(s): Em 31/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer.

PL n. 3638/2019 (nº anterior: PLS 641/2015)



Tema: Denomina "Rodovia Bernardo Sayão" a BR-153 no trecho que vai de Anápolis - GO a Araguaína - TO, a BR-010, no trecho que vai de Araguaína - TO a Santa Maria do Pará - PA e a BR-316 no trecho que vai de Santa Maria do Pará – PA a Belém - PA.

Assunto: Mudança de nome de rodovia.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 31/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer.

PL n. 4155/2019 (nº anterior: PLS 308/2018)

Tema: Institui a Semana Nacional de Conscientização sobre Alergia Alimentar.

Assunto: Saúde Pública. Prevenção.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 31/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer.

PL n. 6487/2019

Tema: Institui o Dia Nacional do Produtor de Leite.

Assunto: Datas comemorativas.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 31/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.



Resultado: Aprovado o parecer.

PL n. 5481/2020

Tema: institui no âmbito nacional, a “campanha dezembro verde”, dedicada a ações de conscientização contra o abandono de animais e dá outras providências.

Assunto: Direito dos Animais. Conscientização.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 31/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer.

PL n. 2475/2021

Tema: Reconhece a Festa de Nossa Senhora Achiropita, realizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, como manifestação da cultura nacional.

Assunto: Cultura nacional.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 31/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer.

PL n. 3057/2021

Tema: Institui o Dia Nacional da Mulher Sambista

Assunto: Datas comemorativas. Cultura nacional.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 31/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.



Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer.

PL n. 1199/2022

Tema: Confere o título de Capital Nacional das Águas à cidade do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul.

Assunto: Título.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 29/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a redação final.

PL n. 2748/2020

Tema: Esta lei institui norma de caráter transitório e emergencial para a tramitação das ações de alimentos durante a pandemia do coronavírus (Covid-19).

Assunto: Direito Civil. Alimentos. Processo Civil.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 29/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer com alterações.

PL n. 194/2022

Tema: Altera a Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a transferência de empregado público cujo cônjuge ou companheiro for removido no interesse da Administração Pública.



Assunto: Direito do Trabalho. Direito Administrativo.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 29/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada com alterações. Aprovado o parecer, com complementação de voto.

PL n. 7552/2017

Tema: Altera a Lei nº 9.313, de 13 de novembro de 1996, para dar prioridade às indústrias que produzem fármacos em território nacional, como critério de desempate em igualdade de condições nas licitações.

Assunto: Direito Administrativo. Licitações.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 9.313, de 13 de novembro de 1996.

Pauta(s): Em 29/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada com alterações.

- Votação de requerimento de Adiamento de Votação do(a) PL 7552/2017: quórum: 42. Processo de votação: (x) nominal. Placar: sim 14. Não 28. Obstrução 1. Resultado: rejeitado o requerimento de adiamento da votação.

- Votação do requerimento de retirada de pauta do(a) PL 7552/2017: quórum: 52. Processo de votação: (x) nominal. Placar: sim 20. Não 32. Obstrução 1. Resultado: rejeitado o requerimento de retirada de pauta.



PL n. 1906/2021

Tema: Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal) para prever a doação dos aparelhos telefônicos apreendidos dentro dos estabelecimentos prisionais a alunos da rede pública de ensino.

Assunto: Lei de Execução Penal.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.

Pauta(s): Em 29/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer com alterações.

PL n. 2975/2021

Tema: Institui o Dia Nacional da Agricultura Irrigada.

Assunto: Datas comemorativas.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 29/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer com alterações.

PL n. 570/2022

Tema: Cria a Rota Turística do Caminho das Missões, no Estado do Rio Grande do Sul.

Assunto: Turismo.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 29/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer.

2.2.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

2.2.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

2.2.e. Medidas Provisórias (MP)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

2.2.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)

PDL n. 372/2021

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural de Tanque Novo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tanque Novo, Estado da Bahia.

Assunto: Autorização; Rádiodifusão.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.



Pauta(s): Em 29/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a redação final.

PDL n. 472/2021

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação da Rádio Comunitária Bom Conselho para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São João da Fronteira, Estado do Piauí.

Assunto: Autorização; Radiodifusão.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 29/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a redação final.

PDL n. 792/2021

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação Rosa Leal para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bocaina, Estado do Piauí.

Assunto: Autorização; Radiodifusão.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 29/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a redação final.



PDL n. 1012/2021

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão de Pedro II - ACORP para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pedro II, Estado do Piauí.

Assunto: Autorização; Rádiodifusão.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 29/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a redação final.

PDL n. 1090/2021

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação Cultural de Radiodifusão Valenciana para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Valença do Piauí, Estado do Piauí.

Assunto: Autorização; Rádiodifusão.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 29/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a redação final.

PDL n. 1092/2021

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação da Rádio Comunitária Redenção FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de



exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Redenção do Gurgueia, Estado do Piauí.

Assunto: Autorização; Rádiodifusão.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 29/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a redação final.

PDL n. 1148/2021

Tema: Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Comunicadores do Distrito Stela Dubois a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaguaquara, Estado da Bahia.

Assunto: Autorização; Rádiodifusão.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 29/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a redação final.

PDL n. 1151/2021

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Moradores do Bravo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Serra Preta, Estado da Bahia.

Assunto: Autorização; Rádiodifusão.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 29/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.



Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a redação final.

PDL n. 1152/2021

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária Entre Rios FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Entre Rios, Estado da Bahia.

Assunto: Autorização; Rádiodifusão.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 29/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a redação final.

PDL n. 142/2022

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Calmonense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Miguel Calmon, Estado da Bahia.

Assunto: Autorização; Rádiodifusão.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 29/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a redação final.



PDL n. 190/2022

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Ubaitaba para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ubaitaba, Estado da Bahia.

Assunto: Autorização; Radiodifusão.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 29/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a redação final.

PDL n. 387/2022

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Itapetinguense João Félix Neto para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itapetinga, Estado da Bahia.

Assunto: Autorização; Radiodifusão.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 29/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a redação final.

PDL n. 399/2022



Tema: Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Ipecaetá a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ipecaetá, Estado da Bahia.

Assunto: Autorização; Radiodifusão.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 29/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a redação final.

PDL n. 438/2022

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Santo Amaro para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santo Amaro do Maranhão, Estado do Maranhão.

Assunto: Autorização; Radiodifusão.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 29/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a redação final.

PDL n. 515/2021

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente Cultural Comunitária de Carmo do Paranaíba para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Carmo do Paranaíba, Estado de Minas Gerais.

Assunto: Autorização; Radiodifusão.



Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 29/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer.

PDL n. 573/2021

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação Cultural Comunitária 'Educar' para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais.

Assunto: Autorização; Radiodifusão.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 29/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer.

PDL n. 583/2021

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Rio das Pedras para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Quirinópolis, Estado de Goiás.

Assunto: Autorização; Radiodifusão.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 29/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.



Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer.

PDL n. 700/2021

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Difusão Comunitária de Ouro Verde para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ouro Verde, Estado de São Paulo.

Assunto: Autorização; Radiodifusão.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 29/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer.

PDL n. 752/2021

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Rádio Comunitária - ARC para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itapetim, Estado de Pernambuco.

Assunto: Autorização; Radiodifusão.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 29/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer.

PDL n. 872/2021



Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Comunicação Beneficente Comunitária Interativa para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Serra do Salitre, Estado de Minas Gerais.

Assunto: Autorização; Radiodifusão.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 29/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer.

PDL n. 896/2021

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Assistencial Soteropolitana para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Salvador, Estado da Bahia.

Assunto: Autorização; Radiodifusão.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 29/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer.

PDL n. 993/2021

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Beneficente Universo (Acobeu) para executar, pelo prazo de dez anos, sem



direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caratinga, Estado de Minas Gerais.

Assunto: Autorização; Radiodifusão.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 29/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer.

PDL n. 997/2021

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Bocaiuvense Pela Cidadania ABC para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bocaiuva, Estado de Minas Gerais.

Assunto: Autorização; Radiodifusão.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 29/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer.

PDL n. 1029/2021

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Francisco de Sales, Estado de Minas Gerais.

Assunto: Autorização; Radiodifusão.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.



Pauta(s): Em 29/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer.

PDL n. 1078/2021

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação Cultural e Artística de Jataizinho para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jataizinho, Estado do Paraná.

Assunto: Autorização; Radiodifusão.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 29/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer.

PDL n. 245/2022

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Comunidade Terceiro Milênio para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Patos, Estado da Paraíba.

Assunto: Autorização; Radiodifusão.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 29/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer.



PDL n. 297/2022

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Voz Serrana para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina.

Assunto: Autorização; Radiodifusão.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 29/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer.

PDL n. 158/2023

Tema: Aprova o ato que renova a permissão outorgada à A Gazeta do Espírito Santo Rádio e TV Ltda para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Vitória, Estado do Espírito Santo.

Assunto: Autorização; Radiodifusão.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 29/08/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o parecer.

2.2.g. Projeto de Resolução (PR)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.



3. Fatos relevantes

No dia 15/08/2023, o Plenário da Câmara dos Deputados votou o OBJ 3/2023 e o OBJ4/2023 referentes à eleição para membro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nos termos do inciso XVIII do art. 103-B da Constituição Federal. Nesta feita, dois candidatos foram votados e aprovados, a saber: a Sra. Daiane Nogueira de Lira foi eleita em votação secreta e em turno único, com placar de: 375 votos (sim), 24 (não) e 14 (abstenções), sendo assim, totalizando 413 votos. E, o Sr. Edvaldo Nilo de Almeida foi eleito em votação secreta e em turno único, com placar de: 367 votos (sim), 17 (não) e 7 (abstenções), totalizando 391 votos.

No dia 17/08/2023, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou a Consulta (COM 2/2023) sobre a possibilidade de Deputado Federal exercer o cargo remunerado de Chanceler de universidade Privada no Brasil. Nesta oportunidade foi aprovado o parecer do Relator, Dep. Paulo Magalhães (PSD-BA), no sentido de que é compatível o exercício concomitante da atividade de Chanceler de Universidade privada no Brasil com o mandato parlamentar, não sendo aplicável ao caso os incisos I e II do art. 54 da Constituição Federal.

4. Comentários e observações

O mês de agosto marca o retorno às atividades legislativas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Dentre os temas mais esperados da política brasileira nesta volta das atividades parlamentares destacam-se duas espécies legislativas de suma relevância para o país: a votação do arcabouço fiscal e da MP do salário-mínimo.

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou na noite do dia 22 de agosto uma versão do novo arcabouço fiscal (PLC 93/2023), conjunto de regras que limita os gastos do governo federal. O texto já havia sido aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados em abril. Porém, como em junho foi aprovada com alterações pelo Plenário do Senado Federal, fez-se necessária uma nova apreciação pelo Plenário da Câmara dos Deputados. Nesta oportunidade, das alterações propostas pelo Senado Federal, duas das



emendas foram aprovadas, a que deixam de fora do limite de despesa do Poder Executivo os gastos com o Fundeb e do Fundo Constitucional do Distrito Federal.¹¹

Na noite do dia 23 de agosto, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou a MP 1172/2023, que aumentou o salário-mínimo para R\$ 1.320,00. O texto prevê o ajuste real do salário-mínimo com base na combinação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e o aumento do PIB dos dois últimos anos. O objetivo é preservar o poder aquisitivo da população brasileira e até aumentá-lo, caso haja crescimento da economia do país. Também foi aprovado o reajuste da faixa de isenção do Imposto de renda da Pessoa Física (IRPF), que já está sendo aplicado para a retenção na fonte e será usado na declaração do ano que vem. Fica isento de IRPF quem recebe até R\$ 2.112 por mês. Antes, a isenção era aplicada para salários de até R\$ 1.903,98. Quanto à tributação sobre rendimentos de aplicações no exterior, em *trust* ou fundos *offshore*, que estava presente no texto da MP, foi retirada do texto durante a votação no Plenário da Câmara. Para não perder a validade e ser convertida em lei, a MP precisava ser aprovada pelo Senado Federal (SF) até o dia 28 de agosto, o Plenário do SF aprovou o texto no dia 24 de agosto. Agora a MP segue para a sanção presidencial.¹²

¹¹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Deputados concluem votação do projeto do arcabouço fiscal; texto segue para sanção*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/989953-copia-copia-copia-89> . Acesso em: 06 set. 2023.

¹² AGÊNCIA SENADO. *Salário mínimo de R\$ 1.320 e correção do IR vão a sanção*. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/08/24/salario-minimo-de-r-1-320-e-correcao-do-ir-vao-a-sancao>. Acesso em: 06 set. 2023.



PARLEX



Boletim de novidades legislativas

SETEMBRO - 2023



SETEMBRO - 2023

A pesquisa deste mês foi realizada por Ellen Galliano de Barros, Mestra em Direito Empresarial e Cidadania (2020) e Especialista em Direito Penal e Processual Penal (2019), ambos pelo Centro Universitário Curitiba - UNICURITIBA. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR (2017). Assessora Jurídica da 4ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná - TJPR (desde 2018). Professora de Direito Penal, no Curso de Graduação em Direito, Gran Faculdade/Unibagozzi (desde 2023). Pesquisadora e autora de artigos especializados em Direito Penal, Empresarial e Ambiental; e por Isadora de Oliveira Silva, graduada em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro - FND/UFRJ (2017), mestra em Teorias Jurídicas Contemporâneas pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2020), e pesquisadora e autora de artigos na área de filosofia política.



ÍNDICE

1. Senado Federal

1.1. Plenário

- 1.1.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)
- 1.1.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)
- 1.1.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)
- 1.1.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)
- 1.1.e. Medidas Provisórias (MP)
- 1.1.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)
- 1.1.g. Projeto de Resolução (PR)

1.2. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

- 1.2.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)
- 1.2.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)
- 1.2.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)
- 1.2.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)
- 1.2.e. Medidas Provisórias (MP)
- 1.2.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)
- 1.2.g. Projeto de Resolução (PR)

2. Câmara dos Deputados

2.1. Plenário

- 2.1.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)
- 2.1.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)
- 2.1.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)
- 2.1.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)
- 2.1.e. Medidas Provisórias (MP)
- 2.1.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)
- 2.1.g. Projeto de Resolução (PR)

2.2. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



2.2.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)

2.2.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)

2.2.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)

2.2.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)

2.2.e. Medidas Provisórias (MP)

2.2.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)

2.2.g. Projeto de Resolução (PR)

3. Fatos relevantes

4. Comentários e Observações



1. Senado Federal

Nos termos do art. 46 da Constituição da República, o Senado Federal está composto por três representantes de cada unidade da federação, totalizando atualmente 81 (oitenta e um) assentados. O mandato é de oito anos, sendo a Casa Legislativa renovada a cada quatro anos, de forma alternada, por um e dois terços. Cada integrante do Senado Federal conta com dois ou duas suplentes.

1.1. Plenário

1.1.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)

PEC n. 07/2018

Tema: prever a inclusão, em quadro em extinção da administração pública federal, de servidor público, de integrante da carreira de policial, civil ou militar, e de pessoa que haja mantido relação ou vínculo funcional, empregatício, estatutário ou de trabalho com a administração pública dos ex-Territórios ou dos Estados do Amapá, de Roraima ou de Rondônia, inclusive suas prefeituras, durante os dez primeiros anos da criação dessas unidades federadas, estabelece o parâmetro remuneratório para a Polícia Militar dos ex-Territórios Federais e dá outras providências.

Normas que revoga: altera o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 1998.

Pauta(s): 12/09/2023 - Discussão, em turno único, com as Emendas nºs 2, 4 a 10 e subemenda às Emendas nºs 13 e 14, em primeiro turno. Ficam prejudicadas as Emendas nºs 1 e 3, da CCJ.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Nominal.

Placar: Sim: 70; Não: 0; Abstenção: 0; Presidente: 1; Total: 71 (primeiro turno).
Sim: 68; Não: 0; Abstenção: 0; Presidente: 1; Total: 69 (segundo turno).

Resultado: Aprovada, com remessa à Câmara dos Deputados.



1.1.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)

PL n. 3.026/2022

Tema: Política Social. Proteção Social. Crianças e Adolescentes. Economia e Desenvolvimento. Finanças Públicas. Fundos Públicos. Possibilitar ao doador de recursos aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente a indicação da destinação desses recursos, na forma que especifica.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Pauta(s): Em 05/09/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 2.228/2020

Tema: Política Social. Educação. Educação Básica. Política Social. Proteção Social. Crianças e Adolescentes. Dispõe sobre a obrigatoriedade de criação de mecanismos de levantamento e de divulgação da demanda por vagas no atendimento à educação infantil de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): 05/09/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada, com remessa à Câmara dos Deputados.

PL n. 2.105/2019

Tema: Processo Penal. Direito Penal e Penitenciário. Determinar a perda, em favor da União, de imóvel utilizado como cativeiro no crime de sequestro e cárcere



privado e no de extorsão mediante sequestro, quando o proprietário houver concorrido para o crime.

Normas que revoga: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).

Pauta(s): 05/09/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada, com remessa à Câmara dos Deputados.

PL 10/2020

Tema: Honorífico. Homenagem. Inscreve o nome do Padre Cícero Romão Batista no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Norma que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): 06/09/2023 - Discussão, em turno único. 14/09/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 3.026/2022

Tema: Possibilitar ao doador de recursos aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente a indicação da destinação desses recursos, na forma que especifica.

Norma que revoga: altera o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Pauta(s): 12/09/2023 - Continuação da votação, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.



Resultado: Aprovada.

PL n. 920/2023

Tema: destina parcela das arrecadações de recursos financeiros advindos do pagamento de multas por crimes e infrações ambientais e de acordos judiciais e extrajudiciais de reparação de danos socioambientais para o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap).

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): 12/09/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5.656/2019

Tema: Modifica a definição de biblioteca escolar e criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE).

Normas que revoga: altera a Lei nº 12.244, de 2010.

Pauta(s): 14/09/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada, com remessa à Câmara dos Deputados.

PL n. 2.646/2020

Tema: Dispõe sobre as debêntures de infraestrutura e dá outras providências.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): 19/09/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.



Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada, com remessa à Câmara dos Deputados.

PL n. 1.077/2019

Tema: Estabelece prazo máximo para análise de proposta de Processo Produtivo Básico (PPB).

Normas que revoga: altera o Decreto-Lei nº 288, de 1967.

Pauta(s): 19/09/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 3.930/2021

Tema: institui o Novembrinho Azul, a ser realizado no mês de novembro.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): 19/09/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5.614/2020

Tema: Dispor sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, guia-intérprete e intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Normas que revoga: altera a Lei nº 12.319, de 2010.

Pauta(s): 20/09/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.



Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 90/2018

Tema: Determina que os Estados, os Municípios e o Distrito Federal forneçam recursos financeiros a fim de possibilitar o pleno funcionamento do Conselho de Alimentação Escolar e aprovem normas complementares para operação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Normas que revoga: altera dispositivos da Lei nº 11.947, de 2009.

Pauta(s): 26/09/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Votação cancelada.

PL n. 2.903/2023

Tema: Dispõe sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas.

Normas que revoga: altera as Leis nºs 11.460, de 21 de março de 2007, 4.132, de 10 de setembro de 1962, e 6.001, de 19 de dezembro de 1973.

Pauta(s): 27/09/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Nominal.

Placar: Sim: 4; Não: 21; Abstenção: 0; Presidente: 1; Total: 65.

Objeto da deliberação: Parágrafo 4º do art. 16 do Projeto (Requerimento nº 854/2023, sobre a manutenção do § 4º do art. 16 do Projeto): Sim: 34; Não: 22; Abstenção: 0; Presidente: 1; Total: 57. Objeto da deliberação: Artigo 28 do Projeto

(Requerimento nº 855/2023 sobre a manutenção do art. 28 do Projeto): Sim: 34; Não: 22; Abstenção: 0; Presidente: 1; Total: 57.

Resultado: Aprovada.

1.1.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

1.1.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

1.1.e. Medidas Provisórias (MP)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

1.1.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)

PDL 934/2021

Tema: Soberania. Defesa Nacional. Ordem Pública. Relações Internacionais. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Forças Armadas. Aprova o texto retificado do Acordo- Quadro sobre Cooperação em Matéria de Segurança Regional entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia, a República do Chile, a República do Equador, a República do Peru e a República Bolivariana da Venezuela, celebrado em Córdoba, em 20 de julho de 2006.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pautas: Em 05/09/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PDL 1.131/2021



Tema: Economia. Desenvolvimento. Tributos. Soberania. Defesa Nacional. Ordem Pública. Relações Internacionais. Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de San Marino para o Intercâmbio de Informações sobre Matéria Tributária, assinado em San Marino, em 31 de março de 2016.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pautas: Em 05/09/2023 - Discussão, em turno único. Em 14/09/2023 – Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PDL n. 321/2023

Tema: Reconhece, para os fins do art. 65, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no território do Estado do Rio Grande do Sul em decorrência dos eventos climáticos de chuvas intensas.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pautas: Em 12/09/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada, com remessa à Câmara dos Deputados.

PDL n. 777/2021

Tema: aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e a República Islâmica do Paquistão, assinado em Brasília, em 6 de agosto de 2018.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pautas: Em 19/09/2023 - Discussão, em turno único.



Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PDL n.1.130/2021

Tema: Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul acerca de Coproduções Audiovisuais, celebrado em Brasília, em 13 de setembro de 2018.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pautas: Em 20/09/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PDL n. 164/2022

Tema: Aprova o texto do Acordo sobre Facilitação do Comércio do Mercosul, assinado em Bento Gonçalves, em 5 de dezembro de 2019.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pautas: Em 20/09/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

1.1.g. Projeto de Resolução (PR)

PR n. 91/2023



Tema: Autoriza o Estado de Sergipe a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de trinta e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): 06/09/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PR n. 67/2023

Tema: Institui a Frente Parlamentar Mista pelo Fortalecimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): 12/09/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

1.2. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

1.2.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

1.2.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)

PL n. 5.020/2019



Tema: Determina a aplicabilidade de normas relativas à conexão, à continência e ao incidente de resolução de demandas repetitivas aos processos no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis.

Normas que se revoga: Acresce dispositivos à Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

Pauta(s): Em 13/09/2023.

Resultado: Aprovada.

PL n. 2.903/2023

Tema: Dispõe sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas.

Normas que revoga: altera as Leis nºs 11.460, de 21 de março de 2007, 4.132, de 10 de setembro de 1962, e 6.001, de 19 de dezembro de 1973.

Pauta(s): Em 20/09/2023 e 27/09/2023.

Placar: 16 votos SIM e 10 votos NÃO (segunda reunião).

Resultado: Vista coletiva concedida, nos termos regimentais (primeira reunião); Aprovado (segunda reunião).

PL n. 501/2019

Tema: Dispõe sobre a elaboração e a implementação de plano de metas para o enfrentamento integrado da violência doméstica e familiar contra a mulher, da Rede Estadual de Enfrentamento da Violência contra a Mulher e da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência.

Normas que revoga: altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018.

Pauta(s): Em 20/09/2023.

Resultado: Aprovado.

1.2.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

1.2.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

1.2.e. Medidas Provisórias (MP)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

1.2.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

1.2.g. Projeto de Resolução (PR)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

2. Câmara Dos Deputados

2.1 Plenário

2.1.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)

PEC 16/2021

Tema: Altera o art. 12 da Constituição Federal para suprimir a perda da nacionalidade brasileira em razão da mera aquisição de outra nacionalidade, incluir a exceção para situações de apatridia e acrescentar a possibilidade de a pessoa requerer a perda da própria nacionalidade.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 12/09/2023 – Discussão em dois turnos.

Processo de Votação, Quórum e Placar:

(X) Nominal:

· Primeiro Turno: Quórum: 469 – Placar: Sim: 464. Não: 3. Abstenção: 1.

Presidente: 1.



- Segundo Turno: Quórum: 457 – Placar: Sim: 463. Não: 3. Abstenção: 0.

Presidente: 1.

Resultado: Aprovadas a Proposta à Emenda à Constituição e a Redação Final.

Matéria vai à promulgação (PEC 16-C/2021).

2.1.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)

PL 1.949/2007

Tema: Institui a Lei Geral da Polícia Civil e dá outras providências. Dispõe sobre princípios e normas gerais de organização, funcionamento e competências da Polícia Civil dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, de atribuições e prerrogativas dos cargos de policiais civis, nos termos do inciso XVI do art. 24 e do §7º do art. 144 da Constituição.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 04/09/2023 – Discussão em único turno.

Processo de Votação, Quórum e Placar:

(X) Simbólico:

- Substituto Oferecido – não foi possível verificar quórum e placar.

Resultado: Aprovados o Substitutivo ao Projeto, oferecido pela Comissão de Segurança Pública e Crime Organizado, e a Redação Final. Matéria vai ao Senado Federal (PL 1.949-A/2007).

PL 4.172/2023

Tema: Institui o Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante e à Saúde.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 05/09/2023 – Discussão em único turno.

Processo de Votação, Quórum e Placar:

(X) Simbólico:

- Subemenda Substitutiva – não foi possível verificar quórum e placar.
- DTQ 7 - não foi possível verificar quórum e placar.



Resultado: Aprovadas a Subemenda Substitutiva Global ao Projeto (ressalvados os destaques), oferecida pela Comissão de Cultura, e a Redação Final. Matéria vai ao Senado Federal (PL 4.172-A/2023).

PL 2.685/2022

Tema: Institui o Programa Nacional de Renegociação das Dívidas das Famílias – ReFamília e estabelece a necessidade de imposição de limite aos juros cobrados na modalidade cartão de crédito rotativo.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 05/09/2023 – Discussão em único turno.

Processo de Votação, Quórum e Placar:

(X) Simbólico:

- Subemenda Substitutiva – não foi possível verificar quórum e placar.

(X) Nominal:

- DTQ 1 – Quórum: 376 – Placar: Sim: 349. Não: 24. Abstenção: 2.

Presidente: 1.

- DTQ 2 - Quórum: 403 – Placar: Sim: 101. Não: 301. Abstenção: 0.

Presidente: 1.

- DTQ 4 - Quórum: 401 – Placar: Sim: 51. Não: 347. Abstenção: 1.

Presidente: 2.

- DTQ 3 – Quórum: 31 – Placar: Sim: 148. Não: 231. Abstenção: 1.

Presidente: 1.

- DTQ 5 – Quórum: 397 – Placar: Sim: 135. Não: 261. Abstenção: 0.

Presidente: 1.

Resultado: Aprovadas a Subemenda Substitutiva Global ao Projeto (ressalvados os destaques), oferecida pela Comissão de Finanças e Tributação, e a Redação Final. Matéria vai ao Senado Federal (PL 2.685-A/2022).

PL 3.626/2023

Tema: Altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, e a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018.



Normas que revoga: Ficam revogados os seguintes dispositivos: I - do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967: a) o art. 1º; e b) o art. 32; II - da Lei nº 5.768, de 1971: a) o parágrafo único do art. 3º; b) o parágrafo único do art. 12; e c) o parágrafo único do art. 13; e III - da Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001: a) os § 1º a § 4º do art. 50; e b) o Anexo II.

Pauta(s): Em 13/09/2023 – Discussão em único turno.

Processo de Votação, Quórum e Placar:

(X) Simbólico:

- Requerimento de Retirada de Pauta: não foi possível verificar quórum e placar.
- Subemenda Substitutiva: não foi possível verificar quórum e placar.

(X) Nominal:

- DTQ 3: Quórum: 433 – Placar: Sim: 82. Não: 342. Abstenção: 8.
Presidente: 1.
- DTQ 1: Quórum: 467 – Placar: Sim: 222. Não: 242. Abstenção: 2.
Presidente: 1.
- DTQ 6: Quórum: 368 – Placar: Sim: 203. Não: 164. Abstenção: 0.
Presidente: 1.

Resultado: Aprovadas a Subemenda Substitutiva Global ao Projeto, adotada pelo Relator da Comissão de Finanças e Tributação, das Emendas de Plenário nº 20, 27 e 34 e a Redação Final. Matéria vai ao Senado Federal (PL 3.626-A/2023).

PL 4.438/2023

Tema: Altera a Lei nº 4.737, de julho de 1965 (Código Eleitoral), a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos) e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei as Eleições), com o fim de promover reforma no ordenamento político-eleitoral (Minirreforma Eleitoral de 2023).

Normas que revoga: Ficam revogados o § 2º do art. 23; o inc. II do § 4º do art. 28; os §§ 3º e 4º do art. 38, todos da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

Pauta(s): Em 13 de 14 de setembro de 2023 – Discussão em único turno.



Processo de Votação, Quórum e Placar:

(X) Simbólica:

· Requerimentos de Retirada de Pauta: Não foi possível verificar quórum e placar.

(X) Nominal:

· Requerimento de Adiamento da Discussão: Quórum: 436 – Placar: Sim: 57. Não: 376. Abstenção: 2. Presidente: 1.

· Requerimento de Adiamento da Discussão: Quórum: 425 – Placar: Sim: 63. Não: 360. Abstenção: 1. Presidente: 1.

· Subemenda Substitutiva: Quórum: 456 – Placar: Sim: 367. Não: 86. Abstenção: 1. Presidente: 2.

· Requerimento de Votação Nominal do Requerimento de Retirada de Pauta: Quórum: 331 – Placar: Sim: 48. Não: 282. Abstenção: 0. Presidente: 1.

· DTQ 11: Quórum: 431 – Placar: Sim: 122. Não: 304. Abstenção: 4. Presidente: 1.

· DTQ 7: Quórum: 286 – Placar: Sim: 13. Não: 271. Abstenção: 0. Presidente: 2.

· DTQ 19: Quórum: 408 – Placar: Sim: 90. Não: 316. Abstenção: 1. Presidente: 1.

· DTQ 6: Quórum: 401 – Placar: Sim: 154. Não: 245. Abstenção: 1. Presidente: 1.

· DTQ 1: Quórum: 425 – Placar: Sim: 207. Não: 215. Abstenção: 2. Presidente: 1.

· DTQ 10: Quórum: 420 – Placar: Sim: 246. Não: 172. Abstenção: 1. Presidente: 1.

· DTQ 12: Quórum: 375 – Placar: Sim: 125. Não: 249. Abstenção: 0. Presidente: 1.

· DTQ 16: Quórum: 369 – Placar: Sim: 38. Não: 329. Abstenção: 1. Presidente: 1.



Resultado: Aprovadas a Subemenda Substitutiva Global (ressalvados os destaques), adotada pelo Relator da Comissão de Constituição de Justiça e Cidadania, as Emendas de Plenário nº 20 e 30, a Emenda de Redação nº 1 e a Redação Final. Matéria vai ao Senado Federal (PL 4.438-B/2023).

PL 5.649/2019

Tema: Altera a Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2012, que cria os Institutos Federais, para proporcionar aos servidores o acesso a bolsas de pesquisa, desenvolvimento, inovação e intercâmbio.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 19/09/2023 – Discussão em único turno.

Processo de Votação, Quórum e Placar:

(X) Simbólica:

· Substitutivo do Senado Federal: Não foi possível verificar quórum e placar.

Resultado: Aprovados o Substitutivo do Senado Federal ao Projeto e a Redação Final. Matéria vai à Sanção (PL 5.649-F/2019).

PL 309/2023

Tema: Dispõe sobre a capacitação das equipes de saúde em procedimentos humanizados e qualificados de atenção a mulheres vítimas de violência.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 20/09/2023 – Discussão em único turno.

Processo de Votação, Quórum e Placar:

(X) Simbólica:

· Substitutivo oferecido pela Relatora da Comissão de Saúde: Não foi possível verificar quórum e placar.

Resultado: Aprovados o Substitutivo oferecido pela Relatora da Comissão de Saúde e a Redação Final. Matéria vai ao Senado Federal (PL 309-A/2023).

PL 4.224/2021

Tema: Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra violências.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.



Pauta(s): Em 20/09/2023 – Discussão em único turno.

Processo de Votação, Quórum e Placar:

(X) Simbólica:

- Substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania: Não foi possível verificar quórum e placar.

Resultado: Aprovados o Substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e a Redação Final. Matéria vai ao Senado Federal (PL 4.224-C/2021).

2.1.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)

PLP 136/2023

Tema: Dispõe sobre a compensação devida pela União, nos termos do disposto nos art. 3º e art. 14 da Lei Complementar nº 194, de 23 de junho de 2022; a dedução das parcelas dos contratos de dívida; a transferência direta de recursos da União aos Estados e ao Distrito Federal; a incorporação do excesso compensado judicialmente em saldo devedor de contratos de dívida administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda; e o tratamento jurídico e contábil aplicável aos pagamentos, às compensações e às vinculações.

Normas que revoga: Ficam revogados: I - o art. 18-A da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional; II - o inciso III do § 1º do art. 32-A da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996; III - os seguintes dispositivos da Lei Complementar nº 192, de 11 de março de 2022: a) a alínea “b” do inciso V do caput do art. 3º; e b) os § 4º e § 5º do art. 6º; e IV - o art. 1º da Lei Complementar nº 194, de 23 de junho de 2022.

Pauta(s): Em 14/09/2023 – Discussão em único turno.

Processo de Votação, Quórum e Placar:

(X) Nominal:

- Requerimento de Retirada de Pauta: Quórum: 363 – Placar: Sim: 21. Não: 241. Abstenção: 0. Presidente: 1.



· Subemenda Substitutiva: Quórum: 420 – Placar: Sim: 349. Não: 68. Abstenção: 2. Presidente: 1.

· DTQ 7: Quórum: 418 – Placar: Sim: 207. Não: 146. Abstenção: 1. Presidente: 1.

Resultado: Aprovadas a Subemenda Substitutiva Global ao Projeto (ressalvados os destaques), adotada pelo Relator da Comissão de Finanças e Tributação, e a Redação Final. Matéria vai ao Senado Federal (PLP 136-A/2023).

PLP 192/2021

Tema: Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 14/09/2023 – Discussão em único turno.

Processo de Votação, Quórum e Placar:

(X) Nominal:

· Subemenda Substitutiva: Quórum: 402 – Placar: Sim: 345. Não: 55. Abstenção: 1. Presidente: 1.

Resultado: Aprovadas a Subemenda Substitutiva Global ao Projeto (ressalvados os destaques), adotada pelo Relator da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, e a Redação Final. Matéria vai ao Senado Federal (PLP 192-A/2023).

2.1.d. Projetos de Lei Delegada (PLD)

2.1.e. Projeto de Medidas Provisórias (MP)

MPV 1.177/2023

Tema: Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Agricultura e Pecuária, no valor de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), para o fim que especifica.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 27/09/2023 – Discussão em único turno.

Processo de Votação, Quórum e Placar:

(X) Nominal



- Requerimento de Retirada de Pauta: Quórum: 316. Placar: Sim: 19. Não: 292. Abstenção: 4. Presidente: 1.

- Requerimento de Adiamento da Votação: Quórum: 299. Placar: Sim: 9. Não: 286. Abstenção: 3. Obstrução: 52. Presidente: 1.

- Parecer da Comissão Mista pelo Atendimento dos Pressupostos Constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária: Quórum: 282. Placar: Sim: 275. Não: 2. Abstenção: 4. Obstrução: 51. Presidente: 1.

- Parecer da Comissão Mista pelo Não Atendimento dos Pressupostos Constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária: Quórum: 264. Placar: Sim: 259. Não: 1. Abstenção: 3. Obstrução: 46. Presidente: 1.

- Medida Provisória: Quórum: 273. Placar: Sim: 270. Não: 1. Abstenção: 1. Obstrução: 51. Presidente: 1.

Resultado: Aprovadas a Medida Provisória e a Redação Final. Matéria vai ao Senado Federal (MPV 1.177-A/2023).

2.1.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)

PDL 321/2023

Tema: Reconhece, para os fins do art. 65, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a ocorrência do estado de calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul em decorrência dos eventos climáticos de chuvas intensas.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 20/09/2023 – Discussão em único turno.

Processo de Votação, Quórum e Placar:

(X) Simbólica:

- Projeto de Decreto Legislativo: Não foi possível verificar quórum e placar.

Resultado: Aprovado o PDL, sendo dispensada a Redação Final, nos termos do artigo 195, parágrafo 2º, inciso III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Matéria vai à Promulgação (PDL 321/2023).

2.1.g. Projeto de Resolução (PR)

2.2 Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

2.2.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)

PEC 5/2023

Tema: Acrescenta § 4º-A ao art. 150 da Constituição Federal, para dispor sobre a imunidade tributária de que tratam as suas alíneas “b” e “c” do inciso VI.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 19/09/2023.

Processo de Votação, Quórum e Placar:

(X) Nominal:

· Requerimento de Retirada de Pauta: Quórum: 40. Placar: Sim: 1. Não: 39.

Abstenção: 0.

(X) Em bloco:

· Matéria: Não foi possível verificar quórum e placar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela admissibilidade, com voto contrário dos Deputados Sâmia Bomfim, Patrus Ananias e Flávio Nogueira.

2.2.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)

PL 5.090/2020

Tema: Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de exame clínico destinado a identificar a Fibrodisplasia Ossificante Progressiva - FOP - nos recém-nascidos na triagem neonatal da rede pública e privada de saúde, com cobertura do Sistema Único de Saúde (SUS).

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 05/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.



Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a Redação Final.

PL 2.812/2023

Tema: Acrescenta parágrafo único ao art. 499 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para conferir ao réu a oportunidade de cumprir a tutela específica, em caso de requerimento de conversão em perdas e danos.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 05/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, com emenda.

PL 5.455/2016

Tema: Dispõe sobre o exercício da profissão de Cerimonialista e suas correlatas.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 12/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a Redação Final, com alterações.

PL 5.325/2016

Tema: Esta Lei declara a cidade de Santa Gertrudes, no Estado de São Paulo, Capital Nacional da Cerâmica de Pisos e Revestimentos.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 12/09/2023.



Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda de técnica legislativa.

PL 6.116/2016

Tema: Torna obrigatória a manutenção de exemplar do Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), nas Delegacias, Quarteis, sedes e postos dos órgãos de Segurança Pública elencados no artigo 144 da Constituição Federal, nos Estabelecimentos Prisionais Estaduais e Federais.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 12/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda.

PL 3.887/2016

Tema: Obriga os órgãos de proteção ambiental a nível Municipal, Estadual e Federal a divulgarem publicamente a lista de animais silvestres ameaçados de extinção.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 12/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovados o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e Emenda da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.



PL 4.801/2019

Tema: Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para conceder segurança laboral ao Leiloeiro Público Oficial.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 12/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emendas.

PL 268/2021

Tema: Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para coibir o bullying no esporte.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 12/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovados o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e a Emenda da Comissão do Esporte.

PL 10.467/2018

Tema: Sugere projeto de lei para dispor que o trabalhador maior de 60 (sessenta) anos de idade e analfabeto deverá ser assistido por sindicato ou pelo Ministério do Trabalho e Emprego, no momento da rescisão contratual.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 13/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.



Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, na forma do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com subemenda substitutiva.

PL 2.575/2019

Tema: Altera o art. 74 da Lei 11.697, de 13 de junho de 2008, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 13/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda.

PL 5.226/2019

Tema: Concede o título de Capital Nacional da Pesca ao Município de Itajaí, no Estado de Santa Catarina.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 14/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL 4.550/2021



Tema: Declara Patrono do Agricultor Familiar Brasileiro o Frei Egídio Maria Moscini.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 14/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL 7.124/2017

Tema: Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para facilitar o atendimento do consumidor pelos PROCONS por meio da internet.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 14/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo de técnica legislativa.

PL 5.204/2020

Tema: Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), determinando que a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 – ofereça pronto atendimento a mulheres vítimas de violência, para acesso emergencial em situações de necessidade imediata ou de socorro rápido.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 14/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.



Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL 2.748/2021

Tema: Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, para dispor sobre o monitoramento eletrônico como meio de fiscalizar o cumprimento das medidas protetivas de urgência.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 14/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovados o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e os Projetos de Lei nº 3.333/2021, 3.731/2021 e 875/2022, apensados, na forma do Substitutivo da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

PL 752/2022

Tema: Confere ao Município de Santa Rosa de Lima, localizado no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Meliponicultura.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 14/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.



PL 1.631/2022

Tema: Inscreve o nome de Cesare Mansueto Giulio Lattes no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 14/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL 1.675/2022

Tema: Denomina “Perimetral Sérgio Lobato Machado” o trecho rodoviário que liga a rodovia BR-277 à ponte internacional da integração sobre o rio Paraná, na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, no município de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 14/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL 613/2019

Tema: Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre as Doenças Crônicas.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 19/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.



Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a Redação Final.

PL 2.464/2019

Tema: Acrescenta inciso VI ao Art. 932 da Lei 10406 de 2002 – Código Civil, estabelecendo a responsabilidade das locadoras de bens móveis sobre danos causados pelos locatários no uso da coisa locada.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 19/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a Redação Final.

PL 6.294/2019

Tema: Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para tratar de intercâmbios internacionais.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 19/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a Redação Final, com alterações.

PL 3.144/2021

Tema: Institui a região turística Vale do Panema, nos termos que especifica, como Área Especial de Interesse Turístico.



Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 19/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a Redação Final.

PL 3.595/2021

Tema: Acrescenta parágrafo único ao art. 819 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, com o objetivo de proteger o fiador contra fraude.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 19/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a Redação Final.

PL 1.092/2022

Tema: Acrescenta inciso ao artigo 206 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para estabelecer prazo de prescrição da pretensão de cobrança das taxas condominiais.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 19/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a Redação Final.

PL 7/2023

Tema: Altera o Decreto-Lei n. 236, de 28 de fevereiro de 1967.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.



Pauta(s): Em 19/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a Redação Final, com alterações.

PL 626/2021

Tema: Altera-se Lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contratação de pessoas com deficiência.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 19/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer, com voto contrário da Deputada Sâmia Bomfim.

PL 9.474/2018

Tema: Estabelece as diretrizes para a política cultural e para a garantia dos direitos culturais.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 26/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a Redação Final.

PL 2.737/2019

Tema: Altera as Leis nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, e nº 13.239, de 30 de dezembro de 2015, para estabelecer prioridade de atendimento social, psicológico e médico a mulheres vítimas de violência.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 26/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.



Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a Redação Final.

PL 4.615/2019

Tema: Institui o Cadastro Nacional de Pesquisa em Drogas Experimentais para o Tratamento do Câncer – “Banco Nacional de Combate ao Câncer”.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 26/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a Redação Final.

PL 6.120/2019

Tema: Cria o Inventário Nacional de Substâncias Químicas com o objetivo de consolidar uma base de informação sobre as substâncias químicas produzidas ou importadas no território brasileiro e dá outras providências.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 26/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a Redação Final.

PL 6.524/2019

Tema: Institui o Sistema Nacional de Informações da Primeira Infância (Snipi).

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 26/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovadas a Emenda de Redação e a Redação Final.



PL 2.750/2021

Tema: Assegura às pessoas com deficiência visual o direito de receber certidões de registro civil em braille.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 26/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a Redação Final.

PL 1.446/2022

Tema: Inclui o Art. 286-A na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer que na contagem dos prazos para a interposição de recursos serão considerados apenas os dias úteis.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 26/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a Redação Final.

PL 1.220/2011

Tema: Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, que “dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas, e dá outras providências”, para socorrer agricultores familiares atingidos por desastres naturais.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 26/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.



Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a Redação Final.

PL 1.654/2019

Tema: Dispõe sobre o direito à amamentação em público e sobre o dever de reparação de danos em caso de sua violação.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 26/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PL e dos Projetos de Lei nºs 7.075/2014, 4.837/2020, 3.528/2015, 3.794/2015, 10.311/2018, 10.451/2018, 118/2019, 4.770/2019, 2.781/2023 e 1.909/2011, apensados, na forma do Substitutivo da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, com subemenda substitutiva; e pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 1.295/2015 e 4.574/2016, apensados, na forma do Substitutivo da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, que saneia inconstitucionalidade, com subemenda substitutiva.

PL 6.430/2009

Tema: Altera a redação do art. 136 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal Brasileiro.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 26/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PL e dos Projetos de Lei nºs 7.650/2010, 2.398/2011, 2.425/2011, 6.074/2013, 1.318/2015, 1.525/2015, 3.275/2023, 1.049/2019, 3.357/2021, 4.110/2015, 434/2019, 1.424/2021, 1.879/2019, 1.255/2023, 1.180/2022,



2.915/2023, 4.301/2020 e 1.612/2021, apensados, na forma do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família, com subemenda substitutiva; e pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do Projeto de Lei nº 6.195/2013, apensado.

PL 965/2022

Tema: Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, acrescentando o artigo 215-B, a fim de tipificar o ato de remoção proposital de preservativo, sem o consentimento do parceiro ou da parceira, "stealththing", e dá outras providências.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 26/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PL e dos Projetos de Lei nº 1.853/2022 e 57/2023, apensados com substituto.

PL 7.181/2017

Tema: Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para instituir o programa Patrulha Maria da Penha, e a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, para inserir a proteção à mulher em situação de violência doméstica e familiar como atividade imprescindível à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 26/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.



Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do PL e da Emenda da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

PL 2.297/2021

Tema: Institui a Política Nacional de Busca Ativa das crianças e jovens em idade própria para a educação básica obrigatória.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 26/09/2023.

Processo de Votação, Quórum e Placar:

(X) Nominal:

· Requerimento de Retirada de Pauta: Quórum: 46. Placar: Sim: 17. Não: 29. Abstenção: 0. Presidente: 0.

· Votação do Parecer do Relator: Quórum: 49. Placar: Sim: 33. Não: 16. Abstenção: 0. Presidente: 0.

Resultado: Aprovados o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do PL, a Emenda da Comissão de Seguridade Social e Família e a Emenda da Comissão de Educação.

PL 7.722/2017

Tema: Altera a redação do art. 1.841 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para estabelecer a igualdade entre irmãos bilaterais e unilaterais na herança do falecido.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 26/09/2023.

Processo de Votação, Quórum e Placar:

(X) Nominal:

Requerimento de Retirada de Pauta: Quórum: 48. Placar: Sim: 24. Não: 24. Abstenção: 0. Presidente: 0.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PL, na forma da Emenda apresentada na Comissão.

PL 4.189/2019



Tema: Dispõe sobre a regulamentação da coloração da órtese denominada “bengala longa” para fins de identificação da condição de seu usuário.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 26/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emendas, do Substitutivo da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, com subemenda, e da Subemenda da Comissão de Seguridade Social e Família, com subemenda.

PL 4.409/2021

Tema: Eleva o espetáculo da “Paixão de Cristo de Nova Jerusalém”, que se realiza na cidade-teatro de Nova Jerusalém, localizada no distrito de Fazenda Nova, município do Brejo da Madre de Deus no estado de Pernambuco, patrimônio cultural imaterial do Brasil

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 26/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do PL, na forma do Substitutivo da Comissão de Cultura.

PL 561/2022

Tema: Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para permitir a emissão de orientações com vistas à harmonização de entendimentos sobre a lei de acesso informação em nível nacional.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 26/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.



Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL 2.411/2022

Tema: Altera o art. 835 da Lei nº. 13.105, 16 de março de 2015, para possibilitar a penhora de bens intangíveis relacionados com o comércio eletrônico como o sítio ou domínio na rede mundial de computadores.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 26/09/2023.

(X) Nominal:

Requerimento de Retirada de Pauta: Quórum: 47. Placar: Sim: 20. Não: 27. Abstenção: 0. Presidente: 0.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PL, com substitutivo.

PL 35/2023

Tema: Acrescenta parágrafo único ao art. 842 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para permitir novo ajuste consensual sobre o destino dos bens do acordo celebrado por partes maiores e capazes, versando sobre a partilha de bens imóveis privados e disponíveis, homologado judicialmente por ocasião de divórcio consensual.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 26/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PL e dos Projetos de Lei nºs 433/2023 e 1.143/2023, apensados, com substitutivo.

2.2.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)



PLP 102/2021

Tema: Dispõe sobre a adoção pelo Poder Executivo Federal de procedimentos periódicos de guilhotina de, a fim de simplificar a legislação, eliminar ambiguidades das normas regulamentadoras, reduzir a judicialização e aperfeiçoar o ambiente de negócio.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 26/09/2023.

Processo de Votação, Quórum e Placar:

(X) Nominal:

· Requerimento de Retirada de Pauta: Quórum: 46. Placar: Sim: 18. Não: 28. Abstenção: 0. Presidente: 0.

· Requerimento de Adiamento de Votação: Quórum: 51. Placar: Sim: 18. Não: 33. Abstenção: 0. Presidente: 0.

· Votação do Parecer do Relator: Quórum: 44. Placar: Sim: 29. Não: 15. Abstenção: 0. Presidente: 0.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PLP, com substitutivo.

2.2.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)

2.2.e. Medidas Provisórias (MP)

2.2.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)

PDL 571/2021

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Movimento Comunitário com Rádio Local para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Custódia, Estado de Pernambuco.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.



Pauta(s): Em 05/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL 1.017/2021

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação de Alto Rio Doce para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Alto Rio Doce, Estado de Minas Gerais.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 05/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL 1.080/2021

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Difusão Comunitária Guarani para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caetés, Estado de Pernambuco.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 05/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.



Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL 439/2022

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Movimento de Ação Comunitária - MAC para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Solonópole, Estado do Ceará.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 05/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL 445/2022

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Conselho Comunitário de Radiodifusão de Poço Fundo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Poço Fundo, Estado de Minas Gerais.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 05/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL 457/2022



Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Jamaru - ACJ para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Missão Velha, Estado do Ceará.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 05/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL 238/2021

Tema: Aprova o ato que autoriza o Instituto Desenvolvimento de Soluções (IDS) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Brusque, Estado de Santa Catarina.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 12/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a Redação Final.

PDL 567/2021

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Pinhalzinho FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 12/09/2023.



Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a Redação Final.

PDL 641/2021

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Educacional e Rádio Comunitária de Pirabeiraba para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 12/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a Redação Final.

PDL 1.013/2021

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Urussanga para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Urussanga, Estado de Santa Catarina.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 12/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a Redação Final.

PDL 1.147/2021



Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Proteção ao Adolescente de Itacaré para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itacaré, Estado da Bahia.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 12/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a Redação Final.

PDL 238/2022

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Betel FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 12/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a Redação Final.

PDL 282/2022

Tema: Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Nova Trento a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 12/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.



Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a Redação Final.

PDL 162/2022

Tema: Aprova o texto do Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina, assinado em Brasília, em 16 de janeiro de 2019.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 12/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL 304/2021

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Capimense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Domingos do Capim, Estado do Pará.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 12/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.



PDL 530/2021

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária dos Amigos de Pedras de Fogo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pedras de Fogo, Estado da Paraíba.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 12/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL 702/2021

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Radiofônica Cultural de Ouro Verde do Oeste para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ouro Verde do Oeste, Estado do Paraná.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 12/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL 1.091/2021

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Vale do Ipanema FM Águas Belas - PE para executar, pelo



prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Águas Belas, Estado de Pernambuco.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 12/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda de redação.

PDL 129/2022

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Guarany FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Abaetetuba, Estado do Pará.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 12/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL 236/2023

Tema: Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 12/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.



Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL 506/2021

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Fraternal de Quixadá para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Quixadá, Estado do Ceará.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 19/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a Redação Final.

PDL 518/2021

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Riacho das Almas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Riacho das Almas, Estado de Pernambuco.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 19/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a Redação Final.

PDL 956/2021



Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Amigos do Bairro Santa Tereza para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 19/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a Redação Final.

PDL 1.047/2021

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Cristã de Paulista para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paulista, Estado de Pernambuco.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 19/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a Redação Final.

PDL 207/2022

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente de Ouricuri-ABO para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ouricuri, Estado de Pernambuco.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 19/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a Redação Final.

PDL 323/2019

Tema: Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Cachoeira FM, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cachoeira do Arari, Estado do Pará.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 19/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL 545/2021

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente e Cultural Comunitária Erval Seco para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Erval Seco, Estado do Rio Grande do Sul.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 19/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL 721/2021



Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Educativa de Radiodifusão Comunitária para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Branca, Estado de São Paulo.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 19/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL 727/2021

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora da Conceição para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pereiras, Estado de São Paulo.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 19/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL 806/2021

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Planalto Timbaúba para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Russas, Estado do Ceará.



Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 19/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL 1.142/2021

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Cultural de Torres para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Torres, Estado do Rio Grande do Sul.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 19/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL 127/2022

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária de Itaituba - ARCI para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itaituba, Estado do Pará.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 19/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.



Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL 148/2022

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Unidos Para Sempre para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Conceição do Araguaia, Estado do Pará.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 19/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL 434/2022

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Barreirense de Cultura e Comunicação Social para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Novo Barreiro, Estado do Rio Grande do Sul.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 19/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.



PDL 452/2022

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Sociedade Carnavalesca 25 Horas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Boa Vista das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 19/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL 221/2023

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária dos Moradores de Jaguaretama para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaguaretama, Estado do Ceará.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 19/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL 227/2023

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rádio Educativa Cidade FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem



direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Batayporã, Estado do Mato Grosso do Sul.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 19/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL 252/2023

Tema: Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Recife, Estado de Pernambuco.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 19/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL 269/2023

Tema: Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município Jales, Estado de São Paulo.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 19/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.



Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL 271/2023

Tema: Aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária NSP Socorro a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Macapá, Estado do Amapá.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 19/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL 274/2023

Tema: Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 19/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL 275/2023



Tema: Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município Ituverava, Estado de São Paulo.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 19/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL 589/2021

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária de Cesário Lange para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cesário Lange, Estado de São Paulo.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 26/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a Redação Final.

PDL 1.007/2021

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Jambeiro para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jambeiro, Estado de São Paulo.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 26/09/2023.



Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a Redação Final.

PDL 1.037/2021

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ACIR - Associação Comunitária Itaipava de Radiodifusão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 26/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a Redação Final.

PDL 1.053/2021

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Sociedade Educadora Patuense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Patu, Estado do Rio Grande do Norte.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 26/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a Redação Final.

PDL 131/2022

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural dos Amigos e Amigas de Nova Esperança do Piriá - ACANEP para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Esperança do Piriá, Estado do Pará.



Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 26/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a Redação Final.

PDL 154/2022

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Batatense Cultural - ABC para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Batatais, Estado de São Paulo.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 26/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a Redação Final.

PDL 155/2022

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Taiúva - ARCT para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Taiúva, Estado de São Paulo.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 26/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a Redação Final.

PDL 156/2022

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Lençóis Paulista para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade,



serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 26/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a Redação Final.

PDL 234/2022

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação José Leite de Oliveira para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São José de Piranhas, Estado da Paraíba.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 26/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a Redação Final.

PDL 447/2022

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Olinda, Estado do Ceará.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 26/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a Redação Final.

PDL 159/2023



Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Ana Roberto para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Missão Velha, Estado do Ceará.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 26/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a Redação Final.

PDL 906/2021

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Moradores de Lagedo do Tabocal para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lagedo do Tabocal, Estado da Bahia.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 26/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL 416/2022

Tema: Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Meridional da Bahia Ltda para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Itabuna, Estado da Bahia.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 26/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.



Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL 424/2022

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente e Cultural Comunitária Nossa Gente para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Maracás, Estado da Bahia.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 26/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL 213/2023

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Comunicadores Novolindenses para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Olinda do Norte, Estado do Amazonas.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 26/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL 218/2023

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação de Sapezal para executar, pelo prazo de dez anos, sem



direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sapezal, Estado do Mato Grosso.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 26/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL 225/2023

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Centro de Serviços Socioeducativos e Técnico-Científicos para o Desenvolvimento Comunitário para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Solânea, Estado da Paraíba.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 26/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL 231/2022

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária da Rádio Alternativa FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barra do Corda, Estado do Maranhão.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 26/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.



Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL 232/2023

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Ecológica Educativa e Cultural de Alcinópolis para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Alcinópolis, Estado do Mato Grosso do Sul.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 26/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL 234/2023

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Pantaneira para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Coxim, Estado do Mato Grosso do Sul.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 26/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL 247/2023

Tema: Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural e Assistencial Recuperando Vidas para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade,



serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 26/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL 250/2023

Tema: Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Terra a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Balsas, Estado do Maranhão.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 26/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL 256/2023

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Difusão Comunitária de Palmeirópolis para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmeirópolis, Estado do Tocantins.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 26/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.



Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL 268/2023

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Nhamundá para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nhamundá, Estado do Amazonas.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 26/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL 270/2023

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rádio Clube FM a Voz de Nazaré para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Manacapuru, Estado do Amazonas.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 26/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDC 1.111/2018

Tema: Aprova o ato que autoriza a Associação de Amigos da Radiodifusão Comunitária de Primavera - ARCOP a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de



exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Primavera, Estado do Pará.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 26/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a Redação Final.

2.2.g. Projeto de Resolução (PR)

PRC 19/2023

Tema: Acrescenta o inciso XI ao art. 105 do Regimento Interno, modificado pela Resolução nº 33, de 2022, para evitar o arquivamento das Propostas de Fiscalização e Controle com relatório prévio aprovado.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 12/09/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Em Bloco.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda.

3. Fatos Relevantes

O mês de setembro foi intenso no Senado Federal. Das atividades que merecem destaque, chama-se atenção à aprovação do chamado “Marco temporal” (PL 2.903/2023 na referida casa), que permite a demarcação de terras ocupadas por povos tradicionais e originários até a data da publicação da Constituição Federal de 1988, regulamentando seu art. 231.

Observando a produção legislativa de ambas as casas, pode-se dizer que o mês de setembro foi marcado pela atuação dos senadores e deputados federais em prol de



peessoas vulneráveis, dentre elas, crianças, adolescentes e mulheres vítimas de violência, no âmbito do Plenário e da Comissão de Constituição de Justiça e Cidadania de ambas as casas.

Nesse sentido, merece destaque a aprovação da Redação Final do PL n.º 4.224/2021, que institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra violências, tais como: a consideração dos delitos de sequestro, de cárcere privado e de tráfico de pessoas como de natureza hedionda; a tipificação dos delitos de *bullying* e *cyberbullying*; e a criação de política nacional da prevenção e combate ao abuso e exploração sexual. A matéria fora encaminhada ao Senado Federal.

Além disso, em consonância com a Convenção de Belém do Pará (Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, adotada pela OEA, em 1994), o Plenário também aprovou a Redação Final do PL n.º 309/2023, o qual dispõe sobre a capacitação das equipes de saúde, no meio público e privado, em procedimentos humanizados e qualificados de atenção às mulheres vítimas de violência, evitando-se prejulgamentos por parte de profissionais e gestores. Igualmente, a proposta será apreciada pela outra casa legislativa.

Concernente às atividades da Comissão, foram aprovados pareceres de projetos legislativos, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, voltados à alteração da Lei n.º 11.340/06 (Lei Maria da Pena), respectivamente:

- PL n.º 5.204/2020: Trata da determinação à Central de Atendimento à Mulher, via 180, do oferecimento de pronto atendimento às mulheres vítimas de violência, para acesso emergencial relativas à necessidade imediata ou de socorro rápido;
- PL n.º 2.748/2021: Dispõe sobre o monitoramento eletrônico para fins de fiscalização do cumprimento de medidas protetivas de urgência; e
- PL n.º 7.181: Institui o programa Patrulha Maria da Penha, com vistas à proteção à mulher em situação de violência doméstica e familiar, como também à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.



Ademais, houve a aprovação da Redação Final do PL n.º 2.737, que estabelece a prioridade de atendimento social, psicológico e médico a mulheres vítimas de violência.

Ora, trata-se de novos instrumentos de enfrentamento à crescente violência física, psicológica e sexual em desfavor de tais vítimas, ainda que de forma lenta e diante da insuficiência de recursos para a efetivação da citada legislação especial.

Nesse período, também fora aprovado o Projeto de Lei n.º 4.438/2023, que trata da modificação do Código Eleitoral, da Lei dos Partidos Políticos e da Lei das Eleições, com vistas à realização da Minirreforma Eleitoral de 2023, cuja Redação Final fora aprovada e a matéria encaminhada ao Senado Federal. Algumas das mudanças recaem sobre as regras de financiamento e tempo de televisão das candidaturas femininas; a simplificação da prestação de contas; e a imposição da gratuidade no serviço de transporte público, em dias da eleição.

No tocante aos recentes eventos climáticos ocorridos no Estado do Rio Grande do Sul, destaca-se a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo n.º 321/2023, que dispõe sobre o reconhecimento do estado de calamidade pública naquela região, para fins da regra do artigo 65, §1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal. Noutras palavras, haverá a isenção do Estado das restrições impostas pela citada legislação, propiciando, assim, o recebimento de benefícios fiscais, flexibilização das regras da citada legislação, até dezembro de 2024, e o direcionamento de recursos às localidades afetadas. A matéria irá à promulgação.

Tais informações foram obtidas através da consulta às notícias veiculadas pela Agência Câmara de Notícias.

4. Comentários e Observações

Ainda neste mês, o Presidente da Câmara de Deputados, Deputado Arthur Lira (PP-AL), e Presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), viajaram à Nova York, a convite do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, acompanhando-o na Assembleia-Geral da ONU, situação que ensejou a redução das votações de pautas



legislativas e o adiamento do depoimento do ex-ministro da Casa Civil, Braga Netto, à CPI do 08 de janeiro¹³.

Temática de relevância social e política que impactou o Poder Legislativo fora o Marco Temporal das Terras Indígenas, alvo de protesto já no dia 11 de setembro, durante a Homenagem à Marcha das Mulheres Indígenas, no Plenário da Câmara dos Deputados, em sessão solene, oportunidade marcada, também, por manifestações contrárias à violência contra as mulheres, o garimpo e a destruição dos biomas¹⁴.

Contudo, somente após a decisão de inconstitucionalidade da tese de Marco Temporal pelo Supremo Tribunal Federal¹⁵ (julgamento, no dia 21, do Recurso Extraordinário n.º 1017365, Tema n.º 1.031) é que a repercussão tomou maior proporção no cenário parlamentar, com manifestações positivas e contrárias ao posicionamento judiciário¹⁶.

Na semana seguinte, como reação imediata, o Plenário do Senado Federal aprovou o Projeto de Lei nº 2.903/2023 que regulamenta a demarcação das terras indígenas (tramitação em regime de urgência), matéria que fora aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e que seguirá ao Presidente da República¹⁷. Tal aprovação ensejou discussões acerca de quem detém a “última palavra” no que diz respeito à afirmação sobre a validade das leis e, em decorrência de tais discussões, foi proposta a

¹³ VICTORIA ABEL. Viagem de Pacheco e Lira a Nova York esvazia semana no Congresso. *O GLOBO*. Brasília, 18 set. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/09/18/viagem-de-pacheco-e-lira-a-nova-york-esvazia-semana-no-congresso.ghtml>

¹⁴ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão solene da Câmara faz homenagem a 3ª Marcha das Mulheres Indígenas. *Agência Câmara de Notícias*. Brasília, 11 set. 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/996086-sessao-solene-da-camara-faz-homenagem-a-3a-marcha-das-mulheres-indigenas/>.

¹⁵ STF. STF derruba tese do marco temporal para demarcação das terras indígenas. *STF*. Brasília, 21 set. 2023. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=514552&ori=1>.

¹⁶ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Decisão do STF que derrubou marco temporal das terras indígenas repercute entre parlamentares. *Agência Câmara de Notícias*. Brasília, 21 set. 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1000636-decisao-do-stf-que-derrubou-marco-temporal-das-terras-indigenas-repercute-entre-parlamentares/>

¹⁷ SENADO FEDERAL. Aprovado no Senado, marco temporal para terras indígenas segue para sanção. *Agência Senado*. Brasília, 27 set. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/09/27/aprovado-no-senado-marco-temporal-para-terras-indigenas-segue-para-sancao>.



PARLEX



PEC 50/2023, que, se aprovada, permitiria ao Congresso Nacional anular decisões do Supremo Tribunal Federal, anulação que seria promulgada pelo presidente do Congresso Nacional e, em seguida, comunicada ao referido Tribunal¹⁸.

¹⁸ SOUZA, Murilo. Proposta permite que o Congresso anule decisões do STF consideradas inconstitucionais. *Agência Câmara Notícias*. Brasília, 29 set. 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1003158-proposta-permite-que-o-congresso-anule-decisoes-do-stf-consideradas-inconstitucionais/>. Acesso em: 22 out. 2023.



PARLEX



Boletim de novidades legislativas

OUTUBRO - 2023



PARLEX



OUTUBRO - 2023

A pesquisa deste mês foi realizada por Tailaine Cristina Costa, doutoranda em políticas públicas pela Universidade Federal do Paraná, mestra em Direito pela pontifícia universidade católica do paraná, professora e advogada, presidente do Instituto de Política por.de.para mulheres, integrante do Instituto Brasileiro de Direito Parlamentar – PARLA, e por Victória Goulart Pupo Ferreira, graduanda de Direito na Universidade Federal do Paraná.



ÍNDICE

1. Senado Federal

1.1. Plenário

- 1.1.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)
- 1.1.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)
- 1.1.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)
- 1.1.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)
- 1.1.e. Medidas Provisórias (MP)
- 1.1.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)
- 1.1.g. Projeto de Resolução (PR)

1.2. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

- 1.2.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)
- 1.2.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)
- 1.2.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)
- 1.2.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)
- 1.2.e. Medidas Provisórias (MP)
- 1.2.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)
- 1.2.g. Projeto de Resolução (PR)

2. Câmara dos Deputados

2.1. Plenário

- 2.1.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)
- 2.1.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)
- 2.1.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)
- 2.1.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)
- 2.1.e. Medidas Provisórias (MP)
- 2.1.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)
- 2.1.g. Projeto de Resolução (PR)

2.2. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



2.2.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)

2.2.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)

2.2.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)

2.2.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)

2.2.e. Medidas Provisórias (MP)

2.2.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)

2.2.g. Projeto de Resolução (PR)

3. Fatos relevantes

4. Comentários e Observações

1. Senado Federal

Nos termos do art. 46 da Constituição da República, o Senado Federal está composto por três representantes de cada unidade da federação, totalizando atualmente 81 (oitenta e um) assentados. O mandato é de oito anos, sendo a Casa Legislativa renovada a cada quatro anos, de forma alternada, por um e dois terços. Cada integrante do Senado Federal conta com dois ou duas suplentes.

1.1. Plenário

1.1. Plenário

1.1.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)

PEC n. 8/2023

Tema: altera a Constituição Federal para dispor sobre os pedidos de vista, declaração de inconstitucionalidade e concessão de medidas cautelares nos tribunais.

Normas que revoga: sem normas revogadas

Pauta(s): 24/10/2023 (1ª sessão) 25/10/2023 (2ª sessão) 31/10/2023 (3ª sessão)

Quórum: não foi possível verificar

Processo de Votação: nominal

Placar: não foi possível verificar

Resultado: encerrada a terceira sessão de discussão, em primeiro turno.

1.1.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)

PL n. 2.685/2022

Tema: Programa Emergencial de Renegociação de Dívidas de Pessoas Físicas
Inadimplentes - Desenrola Brasil

Normas que revoga: sem normas revogadas

Pauta(s): 02/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar



Processo de Votação:

Placar: Não foi possível verificar

Resultado: aprovado o projeto

PL n. 976/2022

Tema: institui pensão especial aos filhos e dependentes menores de idade, órfãos em razão do crime de feminicídio, cuja renda familiar mensal per capita seja igual ou inferior a um quarto do salário-mínimo.

Normas que revoga: sem normas revogadas

Pauta(s): 03/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar

Processo de Votação:

Placar: Não foi possível verificar

Resultado: aprovado o projeto

PL n. 2.721/2023

Tema: prestação de serviços postais aos órgãos públicos federais da administração direta e indireta

Normas que revoga: sem normas revogadas

Pauta(s): 10/10/2023

Quórum: 65

Processo de Votação: nominal

Placar: 41 sim 23 não 0 abstenção

Resultado: retorno para a câmara federal

PL n. 4.172/2023

Tema: institui o Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante e à Saúde

Normas que revoga: sem normas revogadas

Pauta(s): 10/10/2023



Quórum: não foi possível verificar

Processo de Votação: nominal

Placar: não foi possível verificar

Resultado: aprovado

PL n. 2.839/2019

Tema: institui a Política Nacional de Conscientização e Incentivo à Doação e Transplante de Órgãos e Tecidos.

Normas que revoga: sem normas revogadas

Pauta(s): 17/10/2023

Quórum: não foi possível verificar

Processo de Votação: nominal

Placar: não foi possível verificar

Resultado: aprovado

PL n. 130/2019

Tema: altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, para ampliar a assistência à gestante e à mãe no período da gravidez, do pré-natal e do puerpério.

Normas que revoga: sem normas revogadas

Pauta(s): 17/10/2023

Quórum: não foi possível verificar

Processo de Votação: nominal

Placar: não foi possível verificar

Resultado: aprovado

PL n. 3.526/2019

Tema: estabelece a obrigatoriedade da prestação de cirurgia plástica reconstrutiva de lábio leporino ou fenda palatina pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Normas que revoga: sem normas revogadas

Pauta(s): 17/10/2023



Quórum: não foi possível verificar

Processo de Votação: nominal

Placar: não foi possível verificar

Resultado: aprovado

PL n. 3/2023

Tema: prevenção ao constrangimento e à violência contra a mulher e para proteção à vítima; institui o selo "Não é Não - Mulheres Seguras"; e altera a Lei Geral do Esporte

Normas que revoga: sem normas revogadas

Pauta(s): 18/10/2023, 25/10/2023 e 31/10/2023

Quórum: não foi possível verificar

Processo de Votação: nominal

Placar: não foi possível verificar

Resultado: retirado de pauta

PL n. 4.503/2023

Tema: institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis; dispõe sobre suas normas gerais de funcionamento; e dá outras providências.

Normas que revoga: sem normas revogadas

Pauta(s): 24/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar

Processo de Votação:

Placar: Não foi possível verificar

Resultado: aprovado o projeto

PL n. 1.821/2021

Tema: regula a profissão de sanitarista.

Normas que revoga: sem normas revogadas

Pauta(s): 24/10/2023



Quórum: Não foi possível verificar

Processo de Votação:

Placar: Não foi possível verificar

Resultado: aprovado o projeto

PL n. 5.384/2020

Tema: programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública..

Normas que revoga: sem normas revogadas

Pauta(s): 24/10/2023

Quórum: 71

Processo de Votação: Nominal

Placar: não foi possível verificar

Resultado: aprovado o projeto, contra os votos dos Senadores Flávio Bolsonaro, Cleitinho, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogério Marinho, Jorge Seif e Eduardo Girão.

PL n. 4.086/2023

Tema: institui a gratificação por exercício cumulativo de ofícios dos membros da Defensoria Pública da União e dispõe sobre a sua interiorização.

Normas que revoga: sem normas revogadas

Pauta(s): 24/10/2023

Quórum: não foi possível verificar

Processo de Votação: Nominal

Placar: não foi possível verificar

Resultado: aprovado.

PL n. 334/2023

Tema: prorrogação do prazo de vigência da desoneração da folha de pagamento.



Normas que revoga: sem normas revogadas

Pauta(s): 25/10/2023

Quórum: não foi possível verificar

Processo de Votação: Nominal

Placar: não foi possível verificar

Resultado: aprovado.

PL n. 90/2018

Tema: altera dispositivos da Lei nº 11.947, de 2009, para determinar que os Estados, os Municípios e o Distrito Federal forneçam recursos financeiros a fim de possibilitar o pleno funcionamento do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e aprovem normas complementares para operação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Normas que revoga: sem normas revogadas

Pauta(s): 25/10/2023, 31/10/2023

Quórum: não foi possível verificar

Processo de Votação: Nominal

Placar: não foi possível verificar

Resultado: aprovado.

PL n. 2.470/2022

Tema: dispõe sobre incentivos fiscais as empresas reformadoras de pneumáticos, altera a Lei 10.865/2004 e dá outras providências.

Normas que revoga: sem normas revogadas

Pauta(s): 25/10/2023 e 31/10/2023

Quórum: 72

Processo de Votação: Nominal

Placar: Sim 37; Não 34, Abstenção 0

Resultado: aguarda retorno



PL n. 3.045/2022

Tema: institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos termos do inciso XXI do caput do art. 22 da Constituição Federal; e dá outras providências.

Normas que revoga: sem normas revogadas

Pauta(s): 25/10/2023, 31/10/2023

Quórum: não foi possível verificar

Processo de Votação: Nominal

Placar: não foi possível verificar

Resultado: retirado de pauta.

1.1.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)

PLC n. 136/2023

Tema: altera a Lei Complementar nº 123, de 2006, a fim de incentivar a pesquisa e desenvolvimento da Nanotecnologia no Brasil

Normas que revoga: nenhuma norma revogada

Pauta(s): 04/10/2023

Quórum: não foi possível verificar

Processo de Votação: votação nominal

Placar: não foi possível verificar

Resultado: Aprovado

PLC n. 23/2019

Tema: compensação devida pela União nos termos dos arts. 3º e 14 da Lei Complementar nº 194, de 2022, a dedução das parcelas dos contratos de dívida, a transferência direta de recursos da União aos Estados e ao Distrito Federal, as transferências de recursos aos Municípios em razão da redução das receitas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), as transferências de recursos aos Estados e ao

Distrito Federal em razão da redução das receitas do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE).

Normas que revoga: nenhuma norma revogada

Pauta(s): 04/10/2023

Quórum: 68

Processo de Votação: votação nominal

Placar: sim 63 não 02 abstenções 02

Resultado: Aprovado

1.1.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

1.1.e. Medidas Provisórias (MP)

MP n. 1.177/2023

Tema. abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Agricultura e Pecuária, no valor de duzentos milhões de reais, para o fim que especifica.

Pauta(s): 03/11/2023

Quórum: não foi possível verificar

Processo de Votação: turno único

Placar: não foi possível verificar

Resultado: aprovada a redação

1.1.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)

PDL n. 165/2022

Tema: Acordo para a Proteção Mútua das Indicações Geográficas Originárias nos Territórios dos Estados Partes do Mercosul, assinado em Bento Gonçalves, em 5 de dezembro de 2019.



Normas que revoga: não revoga nenhuma norma

Pauta(s): 04/10/2023

Quórum: não foi possível verificar

Processo de Votação:

Placar: não foi possível verificar

Resultado: aprovado

PDL n. 264/2022

Tema: aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República do Malawi sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Lilongwe, em 10 de maio de 2017.

Normas que revoga: nenhuma norma é revogada

Pauta(s): 04/10/2023

Quórum: não foi possível verificar

Processo de Votação:

Placar: não foi possível verificar

Resultado: aprovado

1.1.g. Projeto de Resolução (PR)

PR n. 94/2023

Tema: autoriza o Estado de Alagoas a contratar operação de crédito externo

Normas que revoga: nenhuma norma revogada

Pauta(s): 03/10/2023

Quórum: não foi possível verificar

Processo de Votação: turno único

Placar:

Resultado: Aprovado o requerimento



PARLEX



PR n. 95/2023

Tema: autoriza a Companhia Pernambucana de Saneamento a contratar operação de crédito externo

Normas que revoga: nenhuma norma revogada

Pauta(s): 03/10/2023

Quórum: não foi possível verificar

Processo de Votação: turno único

Placar: não foi possível verificar

Resultado: aprovado o requerimento

PR n. 32/2023

Tema: institui a Frente Parlamentar Mista da Pesquisa Biomédica e Sua Aplicação na Saúde

Normas que revoga: nenhuma norma revogada

Pauta(s): 03/10/2023

Quórum: não foi possível verificar

Processo de Votação: turno único

Placar: não foi possível verificar

Resultado: aprovado o requerimento

PR n. 18/2022

Tema: institui o "Prêmio Trânsito Seguro - Gesto Redobrado para o Futuro", a ser conferido, anualmente, pelo Senado Federal.

Normas que revoga: nenhuma norma revogada

Pauta(s): 18/10/2023

Quórum: não foi possível verificar

Processo de Votação: turno único

Placar: não foi possível verificar

Resultado: aprovado o requerimento



PR n. 98/2023

Tema: autoriza o Município de Atibaia, situado no Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA, no valor de até quarenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América.

Normas que revoga: nenhuma norma revogada

Pauta(s): 18/10/2023

Quórum: não foi possível verificar

Processo de Votação: turno único

Placar: não foi possível verificar

Resultado: aprovado o requerimento

1.2. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

1.2.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)

PEC n. 45/2019

Tema: altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências

Pauta(s): 03/10/2023, 04/10/2023, 25/10/2023

Resultado: Vista coletiva

PEC n. 08/2021

Tema: Altera a Constituição Federal para dispor sobre os pedidos de vista, declaração de inconstitucionalidade e concessão de medidas cautelares nos tribunais.

Pauta(s): 04/10/2023

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta.

PEC n. 17/2023

Tema: altera o art. 6º da Constituição Federal para dispor sobre o direito à segurança alimentar como direito fundamental.



Pauta(s): 04/10/2023, 19/10/2023

Resultado: Adiado.

PEC n. 10/2022

Tema: Altera o art. 199 da Constituição Federal para dispor sobre as condições e os requisitos para a coleta e o processamento de plasma humano.

Pauta(s): 04/10/2023

Resultado: Aprovado relatório.

PEC n. 45/2023

Tema: Debater a PEC nº 45, de 2023, de autoria do Senador Rodrigo Pacheco, que altera o art. 5º da Constituição Federal, para criminalizar a posse e o porte de entorpecentes e drogas afins sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

Pauta(s): 31/10/2023

Resultado: Audiência pública interativa.

1.2.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)

PL n. 2.721/2023

Tema: prestação de serviços postais aos órgãos públicos federais da administração direta e indireta.

Pauta(s):04/10/2023

Resultado: Aprovado o Parecer contrário à Emenda nº 2-PLN. Vota vencido o Senador Eduardo Girão.

PL n. 3.453/2021

Tema: Altera a Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para dispor sobre o resultado de

juízo em matéria penal ou processual penal em órgãos colegiados e sobre a concessão de habeas corpus de ofício.

Normas que revoga: nenhuma norma revogada

Pauta(s): 04/10/2023, 19/10/2023

Resultado: Adiado

PL n. 3.535/2023

Tema: Cria cargos de provimento efetivo, cargos em comissão e funções comissionadas nos Quadros Permanentes da Secretaria do Superior Tribunal Militar e das Auditorias da Justiça Militar da União.

Normas que revoga: nenhuma norma revogada

Pauta(s): 04/10/2023, 19/10/2023

Resultado: aprovado parecer

PL n. 5.384/2020

Tema: Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública.

Normas que revoga: nenhuma norma revogada

Pauta(s): 04/10/2023, 19/10/2023

Resultado: Aprovado parecer

PL n. 173/2020

Tema: Autoriza transferência de capital, a título de contribuição, mediante celebração de convênios entre a União e as Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APACs), em atenção ao disposto no § 6º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Normas que revoga: nenhuma norma revogada



Pauta(s): 04/10/2023, 19/10/2023

Resultado: Aprovado parecer

PL n. 4.086/2023

Tema: Institui a gratificação por exercício cumulativo de ofícios dos membros da Defensoria Pública da União e dispõe sobre a sua interiorização.

Normas que revoga: nenhuma norma revogada

Pauta(s): 04/10/2023, 19/10/2023

Resultado: Aprovado parecer

PL n. 196/2020

Tema: Altera a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área de saúde, e a Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, que institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico.

Normas que revoga: nenhuma norma revogada

Pauta(s): 04/10/2023, 19/10/2023

Resultado: adiado

PL n. 2.494/2019

Tema: Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para definir mecanismos que facilitem o financiamento e a gestão de equipamentos públicos em espaços urbanos.

Normas que revoga: nenhuma norma revogada



Pauta(s): 04/10/2023, 19/10/2023

Resultado: Adiado

PL n. 1.054/2019

Tema: Regula a realização de testes de aptidão física por candidata gestante em concurso público.

Normas que revoga: nenhuma norma revogada

Pauta(s): 04/10/2023, 19/10/2023

Resultado: Adiado

PL n. 1.713/2022

Tema: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever prazo maior em representação criminal em contexto de violência doméstica..

Normas que revoga: nenhuma norma revogada

Pauta(s): 04/10/2023, 19/10/2023

Resultado: aprovado parecer

PL n. 430/2018

Tema: Estabelece a obrigatoriedade de instalação de banheiro familiar e fraldário em ambientes coletivos, públicos ou privados.

Normas que revoga: nenhuma norma revogada

Pauta(s): 04/10/2023, 19/10/2023

Resultado: Adiado

PL n. 3.954/2023

Tema: Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para promover a gestão eficiente dos recursos relativos à aplicação dos recursos de convênios e dá outras providências.

Normas que revoga: nenhuma norma revogada



Pauta(s): 04/10/2023

Resultado: Vista

PL n. 4.503/2023

Tema: Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis; dispõe sobre suas normas gerais de funcionamento

Pauta(s): 04/10/2023

Resultado: aprovado parecer

PL n. 1.269/2022

Tema: Acrescenta o art. 16-A à Lei nº 8.429 de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal, para disciplinar os efeitos jurídicos decorrentes das declarações de indisponibilidade de bens.

Pauta(s): 19/10/2023

Resultado: aprovado parecer

PL n. 6.211/2019

Tema: Altera a Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, que autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA).

Normas que revoga: nenhuma norma revogada

Pauta(s): 19/10/2023

Resultado: aprovado

PL n. 1.821/2021

Tema: Regula a profissão de sanitarista.

Normas que revoga: nenhuma norma revogada

Pauta(s): 19/10/2023

Resultado: aprovado

PL n. 3.953/2023

Tema: Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para promover a gestão eficiente dos recursos relativos à aplicação dos recursos de convênio

Normas que revoga: nenhuma norma revogada

Pauta(s): 19/10/2023

Resultado: Vista

PL n. 2.356/2022

Tema: Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, e a Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021, para garantir o registro de dupla maternidade ou paternidade.

Normas que revoga: nenhuma norma revogada

Pauta(s): 19/10/2023

Resultado: Adiado

PL n. 4.337/2023

Tema: Altera dispositivos da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992) e da Lei de Ação Civil Pública (Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985), para dispor sobre a omissão do membro do Ministério Público em propor acordo de não persecução civil ou ajustamento de conduta.

Normas que revoga: nenhuma norma revogada

Pauta(s): 19/10/2023

Resultado: Vista coletiva

PL n. 3.045/2022

Tema: institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos termos do inciso XXI do caput do art. 22 da Constituição Federal; e dá outras providências.

Normas que revoga: sem normas revogadas



Normas que revoga: nenhuma norma revogada

Pauta(s): 24/10/2023, 25/10/2023

Resultado: Aprovado

1.2.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)

PLC n. 136/2023

Tema: Dispõe sobre a compensação devida pela União nos termos dos arts. 3º e 14 da Lei Complementar nº 194, de 23 de junho de 2022, a dedução das parcelas dos contratos de dívida, a transferência direta de recursos da União aos Estados e ao Distrito Federal, a incorporação do excesso compensado judicialmente em saldo devedor de contratos de dívida administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, o tratamento jurídico e contábil aplicável aos pagamentos, às compensações e às vinculações, as transferências de recursos aos Municípios em razão da redução das receitas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), as transferências de recursos aos Estados e ao Distrito Federal em razão da redução das receitas do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e as regras relativas ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS); e revoga dispositivo da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e das Leis Complementares nºs 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), e 192, de 11 de março de 2022.

Pauta(s): 04/10/2023

Resultado: aprovado parecer

PLC n. 88/2018

Tema: Estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública.

Pauta(s): 19/10/2023

Resultado: aprovado parecer

1.2.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

1.2.e. Medidas Provisórias (MP)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

1.2.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

1.2.g. Projeto de Resolução (PR)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

2. Câmara dos Deputados

Nos termos do art. 45 da Constituição da República, a Câmara dos Deputados está composta por 513 deputados, número estabelecido proporcionalmente à população, precedido aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta

representantes. O mandato é de quatro anos, sendo a Casa Legislativa renovada a cada quatro anos.

2.1. Plenário

2.1.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

2.1.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)

PL n. 4762/2023

Tema: Dispõe sobre os prazos para comercialização de produtos alimentícios, alterando a Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e dá outras providências.

Normas que revoga: altera a Lei nº8.078/1990.

Pauta: 02/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4763/2023

Tema: Altera o artigo 3-A da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 para conferir validade nacional a CIPTEA (Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista) e dá outras providências.

Normas que revoga: Altera o artigo 3-A da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

Pauta: 02/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.



Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 4769/2023

Tema: Dispõe sobre o ressarcimento aos Estados, Distrito Federal e Municípios em situação de calamidade pública ocasionada por desastres naturais.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 02/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4770/2023

Tema: Dispõe sobre a possibilidade de celebração de contrato com Consórcios Públicos Intermunicipais para o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 11.947 de 2009.

Pauta: 02/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 4774/2023

Tema: Altera a Lei no 9.872, de 23 de novembro de 1999, para dispor sobre a renegociação extraordinária de débitos no âmbito do Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda - FUNPROGER, e dá outras providências.

Normas que revoga: Altera a Lei no 9.872, de 23 de novembro de 1999.

Pauta: 02/10/2023



Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 4776/2023

Tema: Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre o compartilhamento e publicação de imagem e informações pessoais de crianças e adolescentes por seus pais e responsáveis, em plataformas online e redes sociais, e dá outras providências.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Pauta: 03/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 4782/2023

Tema: Acrescenta art. 10-A à Lei nº 12.974, de 15 de maio de 2014, que “Dispõe sobre as atividades das agências de turismo”, com o objetivo de assegurar ao adquirente de bilhete de passagem aérea e de demais serviços e atividades de viagem ou de turismo a emissão do respectivo comprovante no prazo máximo de vinte e quatro horas, a contar da confirmação do pagamento.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 03/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.



PL n. 4783/2023

Tema: Inclui no rol de doenças graves e raras, a doença de Crohn e a colite ulcerativa.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 03/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 4784/2023

Tema: Altera a Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, para criar regras específicas, aplicáveis às organizações sociais que atuam na área da Saúde (OSS).

Normas que revoga: Altera a Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998.

Pauta: 03/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 4785/2023

Tema: Altera o Inciso XII do Art. 27 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, incluindo a Linguagem Tátil das Cores para ampliar habilidades funcionais das pessoas cegas.

Normas que revoga: Altera o Inciso XII do Art. 27 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

Pauta: 03/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.



Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 4789/2023

Tema: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 - Lei de Crimes Hediondos, a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, e o Decreto Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para recrudescer o tratamento penal destinado aos crimes sexuais contra crianças e adolescentes, visando prevenir e coibir o incentivo à pedofilia.

Normas que revoga: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, e o Decreto Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941.

Pauta: 03/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 4805/2023

Tema: Estabelece critérios para a tributação das empresas de formatura que atuam sob o formato de agenciamento e intermediação e dá outras providências.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 03/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 4807/2023



Tema: Dispõe sobre a publicidade e propaganda realizada por profissionais liberais.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 03/10/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 4808/2023

Tema: Altera a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, para dispor sobre o preparo recursal.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

Pauta: 03/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 4810/2023

Tema: Dispõe sobre a inclusão, na Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015, do trope violento como tipo específico de prática de bullying.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 03/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 4813/2023



Tema: Prevê alterações nas legislações que regulam a carreira acadêmica para incentivar a inclusão de mulheres na ciência e cria um regime especial para avaliação de produção acadêmica de docentes que tenham sido mães em período avaliado ou possuam vínculo de cuidado indispensável com parente em linha reta com deficiência ou por motivo de doença.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 03/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 4814/2023

Tema: Inclui a vacina contra a meningite do tipo B no rol de vacinas distribuídas pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 03/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado.

PL n. 4815/2023

Tema: Reconhece o processo de produção de artesanato com a palha de Ouricuri do Pontal de Coruripe (AL) como manifestação da cultura nacional.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 03/10/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.



Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 4816/2023

Tema: Dispõe sobre o exercício da profissão de Multimídia.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 03/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 4817/2023

Tema: Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, para especificar os ex-atletas que podem exercer a atividade de treinador esportivo.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023.

Pauta: 03/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 4820/2023

Tema: Institui PENSÃO ESPECIAL destinada ao portador da doença EPIDERMÓLISE BOLHOSA.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 03/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.



PL n. 4821/2023

Tema: Altera os artigos 26 e 36 da Lei nº 9.394 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases de Educação) e dá outras providências.

Normas que revoga: Altera os artigos 26 e 36 da Lei nº 9.394 20 de dezembro de 1996.

Pauta: 03/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado.

PL n. 4826/2023

Tema: Altera a redação do inciso II do parágrafo 6º. do artigo 28 da Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006, para autorizar a conversão da pena restritiva de direitos em pena privativa de liberdade, no caso de recusa do agente ao cumprimento das medidas impostas inicialmente pela autoridade judiciária, e acrescenta o parágrafo 8º. ao artigo 28 da mesma Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006, para ratificar que a posse ou porte de qualquer quantidade de substâncias entorpecentes ou drogas afins, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será sempre considerada conduta típica e punível.

Normas que revoga: Altera a redação do inciso II do parágrafo 6º. do artigo 28 da Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006.

Pauta: 03/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4825/2023 (Nº anterior: PLS 520/2015)



Tema: Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer critérios de transparência para o recrutamento de trabalhadores mediante anúncio de emprego.

Normas que revoga: Altera a Consolidação das Leis do Trabalho.

Pauta: 03/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 3561/2023

Tema: Institui o Dia Nacional de Prevenção ao Afogamento Infantil.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 03/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 4827/2023

Tema: Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências; e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

Pauta: 03/10/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.



PL n. 4828/2023

Tema: Dispõe sobre a devolução automática do consumo de dados de navegação aos consumidores em caso de falhas na prestação do serviço de acesso à Internet.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 03/10/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 4831/2023

Tema: Altera a Lei no 9.074, de 7 de julho de 1995 e a Lei no 10.848, de 15 de março de 2004, e dá outras providências.

Normas que revoga: Altera a Lei no 9.074, de 7 de julho de 1995 e a Lei no 10.848, de 15 de março de 2004.

Pauta: 04/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 4837/2023

Tema: Dispõe sobre a proibição da aquisição de qualquer tipo de carne de cação para fins de abastecimento de unidades públicas federais diretas ou indiretas em todo território nacional, incluindo-se terceirizadas.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 04/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.



Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 4838/2023

Tema: Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para determinar que o Poder Público crie espaços de lazer sensorialmente inclusivos para pessoas com transtorno do espectro autista.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

Pauta: 04/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 4840/2023

Tema: Altera a Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019 (Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio) para prever a assistência psicossocial e o atendimento gratuito e sigiloso de familiares e pessoas próximas de vítimas de suicídio e de pessoas em sofrimento psíquico agudo ou crônico.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019.

Pauta: 04/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 4841/2023

Tema: "Confere ao Município de Botuverá, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da cultura Bergamasca"

Normas que revoga: Sem normas revogadas



Pauta: 04/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 4846/2023

Tema: Aumenta as penas de crimes em espécie previstos no Estatuto da Pessoa Idosa.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 04/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 4847/2023

Tema: Altera a Lei nº 12.023, de 2009, que dispõe sobre as atividades de movimentação de mercadorias em geral e sobre o trabalho avulso, para esclarecer que esta lei não se aplica aos carregadores autônomos das centrais de abastecimento.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 12.023, de 2009

Pauta: 04/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4848/2023



Tema: Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para conceder tempo adicional para a realização de provas em concursos, exames ou processos seletivos, a pessoa com Transtorno do Espectro Autista, na forma que especifica.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

Pauta: 04/10/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 4852/2023

Tema: Revoga o artigo parágrafo único do artigo 22-A da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia).

Normas que revoga: Revoga o artigo parágrafo único do artigo 22-A da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994.

Pauta: 05/10/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 4854/2023

Tema: Institui o Mês da Arte e da Cultura nas Escolas.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 05/10/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 4857/2023

Tema: Institui o Programa Emergencial de Renegociação de Dívidas de Micro e Pequenas Empresas – Desenrola MPEs.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 05/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 4858/2023

Tema: Hospitais públicos e privados ficam obrigados a disponibilizar cópia do prontuário médico de paciente no prazo de 24 horas a contar da solicitação.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 05/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 4859/2023

Tema: Dispõe sobre tratamento diferenciado para as tarifas de energia elétrica das concessionárias ou permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica situadas em unidades da federação superavitárias na produção de energia elétrica.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 05/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.



PL n. 4860/2023

Tema: Altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para dispor sobre os descontos tarifários na atividade de irrigação e aquicultura.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Pauta: 05/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4862/2023

Tema: Dispõe sobre a criação do “Selo de Boas Práticas na Cooperação Social”, a fim de reconhecer e fomentar práticas favoráveis à realização de projetos terapêuticos e de cuidado, prevenção, apoio, mútua ajuda, atendimento psicossocial e ressocialização de dependentes do álcool e de outras drogas e seus familiares.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 05/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 4863/2023

Tema: Tipifica os atos preparatórios quando praticados no contexto de crimes hediondos e organizações criminosas.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 05/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.



Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4865/2023

Tema: Estabelece a obrigatoriedade para os estabelecimentos comerciais sediados nos Estados, Municípios e no Distrito Federal, que não tenham cédulas ou moedas para devolução do troco, com o consentimento expreso do consumidor, efetivar a doação Entidades Filantrópicas de Defesa e Proteção Animal.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 05/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4870/2023

Tema: Esta Lei altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para permitir a transferência de titularidade de passagem aérea.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986.

Pauta: 05/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4871/2023

Tema: Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que “Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde”, para considerar obrigatória a cobertura de Medicamentos Orais Alvo Específicos, e dá outras providências.



Normas que revoga: Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.

Pauta: 05/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4873/2023

Tema: Altera Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para regular o direito de desistência imotivada na entrega domiciliar de produtos perecíveis ou de consumo imediato.

Normas que revoga: Altera Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Pauta: 05/10/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 4876/2023

Tema: Dá nova redação ao art. 833 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 06/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4878/2023



Tema: Dispõe sobre a isenção das alíquotas de contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, sobre a receita bruta de venda no mercado interno do suco de frutas.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 06/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 4880/2023

Tema: Estabelece regras para o oferecimento de programas de milhagem pelas empresas aéreas.

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta: 06/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4885/2023

Tema: Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para que a mulher vítima de violência doméstica tenha direito e prioridade no processo de aquisição e porte de arma de fogo.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.

Pauta: 09/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.



PL n. 4886/2023

Tema: Institui o Dia Nacional da Visibilidade Trans.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 09/10/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4892/2023

Tema: Dispõe sobre o reconhecimento da retroatividade do diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA), atestado em laudo médico pericial, desde o nascimento do portador e com validade permanente, para fins de reconhecimento de direitos.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 09/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 4897/2023

Tema: Altera a Lei nº 8.069, de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para garantir que sejam divulgadas informações dos candidatos a membros do Conselho Tutelar, durante o processo eleitoral.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 8.069, de 1990.

Pauta: 09/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.



Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4899/2023

Tema: Esta Lei declara a cidade de Arapoti, no Estado do Paraná, Capital Nacional do Mel.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 09/10/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 4901/2023

Tema: Esta Lei declara a cidade de São José dos Pinhais, no Estado do Paraná, Capital Nacional do Wheeling.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 09/10/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 4902/2023

Tema: Institui o Dia Nacional da Comunidade Polonesa no Brasil.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 09/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.



Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 4905/2023

Tema: Acrescenta o art. 123-A à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer a obrigatoriedade de placa informativa em canteiro de obras públicas cujo valor seja igual ou superior a quinhentos mil reais, a qual deverá conter QR Code que remeta a sítio eletrônico oficial, com informações detalhadas sobre a obra e seu andamento.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 09/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4904/2023

Tema: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar como crimes qualificados o furto e o roubo de aparelhos telefônicos móveis.

Normas que revoga: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

Pauta: 09/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado.

PL n. 4907/2023

Tema: Dispõe sobre a definição legal, setorial e de licenciamento ambiental de hidrogênio verde.

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta: 09/10/2023



Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4910/2023

Tema: Determina a extinção da punibilidade do crime de descaminho no caso de pagamento do tributo e dos acessórios antes do recebimento da denúncia.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 09/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4912/2023

Tema: Altera o art. 55 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para dispor sobre o prenome indígena.

Normas que revoga: Altera o art. 55 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Pauta: 09/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4914/2023

Tema: Dispõe sobre a obrigatoriedade de comunicação de crimes de racismo e injúria racial às autoridades policiais nas ocorrências em estabelecimentos comerciais, de lazer, casas de show, eventos e similares e dá outras providências.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.



Pauta: 10/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4918/2023

Tema: Altera a Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, para incluir preparados antissolares entre os itens da cesta básica desonerados de contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004.

Pauta: 10/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4919/2023

Tema: Acrescenta art. 49-A, à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), com o objetivo de vedar a realização de cobrança automática após o período de teste ou de experimentação de produto ou serviço.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 10/10/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4923/2023



Tema: Altera Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), para dispor sobre o estupro na modalidade virtual, e dá outras providências.

Normas que revoga: Altera Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990.

Pauta: 10/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4924/2023

Tema: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para criar o crime de violação virtual de domicílio, e dá outras providências.

Normas que revoga: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

Pauta: 10/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4925/2023

Tema: Dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de veículos pelos Municípios, para utilização exclusiva nas áreas de segurança pública e saúde.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 10/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.



Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 4929/2023

Tema: Cria o Dia Nacional do Perdão - Yom Kippur.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 10/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 4930/2023

Tema: Institui o Programa Escola Amiga do Agro nas escolas públicas de ensino fundamental e médio.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 10/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4931/2023

Tema: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951 e a Lei 7.492, de 16 de junho de 1986, para aprimorar a legislação penal com relação às formas de obtenção de ganhos ilícitos através de processos fraudulentos, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

Normas que revoga: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, a Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951 e a Lei 7.492, de 16 de junho de 1986

Pauta: 10/10/2023



Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4933/2023

Tema: Dispõe sobre a contratação de influenciadores digitais para qualquer tipo de ação de publicidade relativo a ativos virtuais.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 10/10/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4935/2023

Tema: Altera o Decreto-Lei nº 2.847, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal Brasileiro, para agravar as penas dos crimes de furto, roubo e de receptação de qualquer tipo de insumo, equipamento ou estrutura relacionados ao fornecimento de serviço público essencial de educação, saúde, transporte, segurança, fornecimento de energia, de telecomunicações ou de internet para transmissão de dados, prestados diretamente pela administração pública, concessionários ou permissionários.

Normas que revoga: Altera o Decreto-Lei nº 2.847, de 07 de dezembro de 1940.

Pauta: 10/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4936/2023



Tema: Estabelece a obrigatoriedade de hospitais da rede pública e privada informarem a pacientes e seus familiares sobre o acesso à assistência religiosa e dá outras providências.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 10/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4942/2023

Tema: Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a atenção psicológica às mães atípicas, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Pauta: 10/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4943/2023

Tema: Institui o Dia Nacional do Rosário da Virgem Maria.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 10/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado.

PL n. 4944/2023



Tema: Altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e dá outras providências, para determinar a não incidência da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF) e Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI) sobre terminais móveis de uso individual.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966.

Pauta: 10/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada

PL n. 4945/2023

Tema: Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde para proibir a exigência de carência pelas operadoras de planos de saúde a Pessoas com Deficiência – PCD, e dá outras providências.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.

Pauta: 10/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4946/2023

Tema: Aprimora a interpretação do processo de execução quando conduzido em face de grupo econômico.

Normas que revoga: Altera Lei nº 13105 de 2015.

Pauta: 10/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.



Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 4947/2023

Tema: Altera a Lei nº 14.597 de 14 de junho de 2023, que Institui a Lei Geral do Esporte para dispor sobre a advertência quanto ao uso de substância ou método proibido, antes de iniciar competição esportiva.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 14.597 de 14 de junho de 2023.

Pauta: 10/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 4948/2023

Tema: Acrescenta os artigos 3º.A e 3º B à Lei 13.260 de 16 de março de 2016 que regulamenta o disposto no inciso XLIII do artigo 5º. da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, para definir como organização terrorista os grupos Hamas e Hezbollah.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 10/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4949/2023

Tema: Altera a Lei nº 12.009, de 29 de julho de 2009, para determinar que o mototaxista forneça toucas descartáveis aos passageiros.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 12.009, de 29 de julho de 2009.



Pauta: 10/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4950/2023

Tema: Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre a Menopausa.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 10/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4951/2023

Tema: Institui a obrigatoriedade da instalação de Sala Sensorial nos órgãos de atendimento ao público.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 10.048 de 2000.

Pauta: 10/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4952/2023

Tema: Altera a Lei 6.075 de 31 de dezembro de 1973, para dispor sobre registro público de casamento.

Normas que revoga: Altera a Lei 6.075 de 31 de dezembro de 1973

Pauta: 10/10/2023



Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado.

PL n. 4953/2023

Tema: Altera os arts. 121 e 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), para considerar hediondos os crimes de homicídio e de lesão corporal praticados contra turistas em território nacional.

Normas que revoga: Altera os arts. 121 e 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990.

Pauta: 11/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado.

PL n. 4954/2023

Tema: Inclui no Calendário Turístico Nacional a procissão em homenagem a Nossa Senhora da Piedade, no Município de Espírito Santo, Estado do Rio Grande do Norte.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 11/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4956/2023



Tema: Inclui no Calendário Turístico Nacional a Festa de Santa Rita de Cássia, no Município de Santa Cruz, Estado do Rio Grande do Norte.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 11/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4955/2023

Tema: Inclui no Calendário Turístico Nacional o Festival de Inverno do Município de Serra de São Bento, Estado do Rio Grande do Norte.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 11/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4957/2023

Tema: Inclui no Calendário Turístico Nacional a Festa de Nossa Senhora da Conceição, no Município de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 11/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4958/2023



Tema: Cria a Zona Franca da Bioeconomia, nas condições que especifica.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 11/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4959/2023

Tema: Acrescenta o§ 3º ao art. 4º-C da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para garantir, desde que haja identidade de funções, aos trabalhadores terceirizados de condomínios os mesmos direitos laborais dos empregados da contratante.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 11/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4960/2023

Tema: Altera o art. 1º da Lei nº 13.586, de 28 de dezembro de 2017, para determinar que para fins de dedução das importâncias aplicadas, em cada período de apuração nas atividades de exploração e de produção de jazidas de petróleo e de gás natural, não poderão ser computados os pagamentos de royalties e bônus de assinatura feitos pelos contratados sob o regime de partilha de produção, de que trata a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

Normas que revoga: Altera o art. 1º da Lei nº 13.586, de 28 de dezembro de 2017.

Pauta: 11/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.



Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4961/2023

Tema: Dispõe sobre distribuição e venda de bebidas industrializadas em escolas de educação básica.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 11/10/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4962/2023

Tema: Reconhece a tradição e as expressões relacionadas ao trio elétrico como manifestação da cultura nacional.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 11/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4963/2023

Tema: Altera a Lei n.º 14.238, de 19 de novembro de 2021, para assegurar a pessoa com câncer o direito à gratuidade nos transportes coletivos urbanos, semiurbanos, interestaduais e intermunicipais, transporte coletivo aéreo e marítimo.

Normas que revoga: Altera a Lei n.º 14.238, de 19 de novembro de 2021.

Pauta: 11/10/2023



Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4964/2023

Tema: Altera a Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre infrações cometidas em veículos destinados ao socorro e salvamento de animais.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 9.503, de 1997.

Pauta: 11/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4965/2023

Tema: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que dispõe sobre a aplicação da pena, para extinguir a circunstância atenuante de quando o agente for menor de 21 (vinte e um) anos na data do crime.

Normas que revoga: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

Pauta: 11/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4966/2023



Tema: Prorroga os prazos de suspensão de pagamentos de tributos previstos nos atos concessórios do regime especial de drawback que tenham sido prorrogados por 1 (um) ano pela autoridade fiscal e que tenham termo em 2023.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 14.060 de 2020.

Pauta: 11/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada

PL n. 4968/2023

Tema: Altera a Lei nº 12.587, de 2012, que Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para dispor sobre a prestação, pelo Poder Público, de serviço de transporte para atendimento de pessoas com deficiência física com severa dificuldade de locomoção.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 12.587, de 2012.

Pauta: 11/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4969/2023

Tema: Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para incluir no conceito de “deficiência” as deficiências não aparentes, o transtorno do espectro autista e as doenças raras.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

Pauta: 11/10/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.



Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada

PL n. 4970/2023

Tema: Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, com o fim de tipificar a conduta de elevar, sem justa causa, o preço de produtos e serviços, com a incidência de circunstância agravante em caso cometimento em época de grave crise econômica ou por ocasião de calamidade pública, de emergência pública ou de convulsão social.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Pauta: 11/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4971/2023

Tema: Dispõe sobre mecanismos de facilitação do crédito a microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte controladas e administradas por pessoas com deficiência e altera a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017, e a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020.

Normas que revoga: altera a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017, e a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020.

Pauta: 11/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4972/2023



Tema: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para estabelecer medidas punitivas mais severas aos crimes de feminicídio e que envolvam violência doméstica e familiar, e dá outras providências.

Normas que revoga: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

Pauta: 11/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4973/2023

Tema: Dispõe sobre o Programa Servidor Amigo do Autista - PSAA, que trata de Capacitação técnica de todos os servidores federais, estaduais, distritais e municipais no atendimento às pessoas com o Transtorno do Espectro Autista - TEA.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 11/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada

PL n. 4975/2023

Tema: Dispõe sobre incentivo tributário à pesquisa mineral por meio do mercado de capitais e sobre a criação da classe de ações da atividade de pesquisa mineral - APEM.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 11/10/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.



PL n. 4976/2023

Tema: Altera a Lei nº 11.478, de 29 de maio de 2007, para estender sua abrangência a projetos de investimento em infraestrutura mineral e dá outras providências.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 11.478, de 29 de maio de 2007.

Pauta: 11/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4977/2023

Tema: Altera o art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, para reduzir a alíquota incidente do imposto de renda na fonte sobre os rendimentos auferidos por pessoas físicas e jurídicas residentes ou domiciliadas no Brasil na hipótese que especifica.

Normas que revoga: Altera o art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Pauta: 11/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4978/2023.

Tema: Altera a Lei nº 13.105, de 2015 (Código de Processo Civil) de modo a simplificar a ação alimentícia, criar novo procedimento para o pagamento automático da prestação alimentícia, e permitir a penhora de ativos adicionais, exclusivamente para pagar alimentos. Finalmente, acrescenta itens à Lei nº 11.364, para permitir que a sociedade tenha acesso a estatísticas detalhadas sobre a atividade judiciária, inclusive em relação a ações de alimentos.



Normas que revoga: Altera a Lei nº 13.105, de 2015.

Pauta: 11/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4979/2023

Tema: altera o decreto lei n. 2848, de 7 de dezembro de 1940 (código penal), e a lei n. 8072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, visando aumentar a pena para o crime de aborto, em suas diversas modalidades, bem como incluir o tipo penal no rol dos crimes hediondos.

normas que revoga: altera o decreto lei n. 2848, de 7 de dezembro de 1940 e a lei n. 8072, de 25 de julho de 1990.

Pauta: 11/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4980/2023

Tema: Institui medidas para prevenir e combater incêndios florestais na Amazônia, e dá outras providências.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 12/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.



PL n. 4982/2023

Tema: Cria o Fundo Nacional de Controle Populacional e Proteção dos Animais de Pequeno Porte e estabelece taxaço sobre produtos industrializados destinados ao consumidor final, com o objetivo de financiar políticas de promo  o do bem-estar e dos direitos dos animais.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 16/10/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Vota  o: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4985/2023

Tema: Institui, nos programas habitacionais públicos ou financiados com recursos públicos, prioridade de atendimento às famílias de que façam parte pessoas com neoplasia maligna.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 16/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Vota  o: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4987/2023

Tema: insere o art. 3  -a na lei n   14.432, de 3 de agosto de 2022, que institui a campanha maio laranja, a ser realizada no mês de maio de cada ano, em todo o território nacional, com ações efetivas de combate ao abuso e    explora  o sexual de crianças e adolescentes, para instituir a flor margarida como o símbolo do combate ao abuso e    explora  o sexual de crianças e de adolescentes no Brasil.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.



Pauta: 16/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4993/2023

Tema: Acrescenta art. 49-A, à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), com o objetivo de vedar a realização de cobrança automática após o período de teste ou de experimentação de produto ou serviço.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 16/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não aprovada e excluída.

PL n. 4999/2023

Tema: Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 – Marco Civil da Internet, para dispor sobre obrigatoriedade de sistemas de verificação de idade em sites de apostas esportivas e de venda de conteúdos adultos, nos termos que especifica.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014

Pauta: 16/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5004/2023



Tema: Institui no calendário turístico oficial do País o festival Expocrato, no Município do Crato, no Estado do Ceará.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 17/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5010/2023

Tema: Institui a política nacional de fomento ao voluntariado transformador.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 17/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5011/2023

Tema: Confere nova redação ao art. 1.517 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para permitir o casamento a quem atingiu a idade núbil mediante assinatura de um dos pais ou responsáveis, nos termos estabelecidos por esta lei.

Normas que revoga: art. 1.517 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

Pauta: 17/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5012/2023



Tema: Dispõe sobre a proteção a dignidade e a integridade física e moral de crianças e adolescentes, altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e dá outras providências.

Normas que revoga: altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Pauta: 17/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5016/2023

Tema: Dispõe sobre o cancelamento de vistos e extradição em caso de apoio a organizações terroristas.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 17/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5017/2023

Tema: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal, a fim de aumentar as penas dos delitos de furto, roubo e receptação.

Normas que revoga: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940.

Pauta: 17/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.



PL n. 5019/2023

Tema: Esta Lei altera a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, e a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, com o objetivo de aperfeiçoar e uniformizar o conceito de agricultor familiar na legislação brasileira.

Normas que revoga: altera a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006 e a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006

Pauta: 17/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado

PL n. 5020/2023

Tema: Altera a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, e a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, com o objetivo de aperfeiçoar e uniformizar o conceito de pousio na legislação brasileira.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, e a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

Pauta: 17/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado

PL n. 5021/2023

Tema: Institui a Lista de Organizações Terroristas, altera a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, e dá outras providências.

Normas que revoga: altera a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016.

Pauta: 17/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.



Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado.

PL n. 5024/2023

Tema: Institui o Programa Nacional de Vacinação dos Pacientes com Câncer.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 17/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado.

PL n. 5025/2023

Tema: Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Pauta: 17/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada

PL n. 5026/2023

Tema: Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir que os trabalhadores possam utilizar os recursos do FGTS para a aquisição de mais de um imóvel

Normas que revoga: Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

Pauta: 17/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.



Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada

PL n. 5028/2023

Tema: Dispõe sobre a garantia do direito de propriedade, determinando que qualquer limitação ao direito de uso, gozo ou fruição do imóvel somente ocorra após o pagamento da devida indenização.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 17/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5030/2023

Tema: Concede ao Município de Gramado, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Cinema.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 17/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado

PL n. 5031/2023

Tema: Altera a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, para dispor sobre as possibilidades e regras de compatibilização de projetos de infraestrutura com os objetivos das unidades de conservação de proteção integral, quando houver sobreposição entre ambos.



Normas que revoga: Altera a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

Pauta: 17/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada

PL n. 5032/2023

Tema: Altera dispositivos da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; e dá outras providências.

Normas que revoga: Altera dispositivos da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

Pauta: 17/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada

PL n. 5034/2023

Tema: Altera a Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997, para equiparar as ações e métodos que objetivam a conversão da orientação sexual e da identidade de gênero ao crime de tortura, nos termos do art. 5º, inciso XLIII da Constituição Federal.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997.

Pauta: 17/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.



PL n. 5040/2023

Tema: Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, a fim de permitir a incorporação de vias de acesso e de vias marginais aos contratos de concessão de rodovia mediante o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato

Normas que revoga: Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Pauta: 18/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5043/2023

Tema: Cria o “selo Verde” com a finalidade de informar ao consumidor a presença de óleo lubrificante que passou pelo processo de rerrefino na composição de óleo lubrificante automotivo vendido em todo território nacional.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 18/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5044/2023

Tema: Dispõe sobre a obrigatoriedade de oferta de educação financeira como componente curricular obrigatório do ensino fundamental.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 9.394 de 1996.

Pauta: 18/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.



Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada

PL n. 5048/2023

Tema: Institui a Licença-Endometriose aos servidores públicos federais, empregados públicos e estagiários que tenham endometriose severa ou incapacitante, e dá outras providências.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 18/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5049/2023

Tema: Institui o selo “Selo Amarelo da Luta contra a Endometriose”, com a finalidade de identificar sociedades empresárias que adotem práticas voltadas à inclusão profissional de pessoa com endometriose severa ou incapacitante ou de seus pais, cônjuge ou responsável legal, conforme o caso, e dá outras providências.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 18/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5051/2023

Tema: Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1997, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social para permitir a suspensão da concessão de auxílio-



reclusão em casos de cometimento de falta grave ou crime pelo segurado preso durante o cumprimento de pena

Normas que revoga: Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1997.

Pauta: 18/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5056/2023

Tema: Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro) para prever placas de identificação especiais para veículos que transportem pessoa com transtorno do espectro autista.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

Pauta: 18/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5058/2023

Tema: Acrescenta o inciso VII ao art. 8º da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, para que as Juntas Comerciais protejam o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), mantendo serviço que bloqueie de forma imediata, a pedido do titular ou terceiro mediante autorização, o uso do documento para abertura de firma, evitando-se fraudes.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 18/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.



Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5060/2023

Tema: Altera a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer a obrigatoriedade da participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000.

Pauta: 18/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5061/2023

Tema: Estabelece normas gerais de fiscalização de atividades urbanas, institui o Estatuto Nacional da Fiscalização de Atividades Urbanas dos Municípios e do Distrito Federal.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 18/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5063/2023

Tema: Institui política de apoio e prevenção da estafa mental ou burnout relacionado à maternidade.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 18/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.



Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5067/2023

Tema: Dispõe sobre a quebra do sigilo bancário em casos de inadimplência de pensão alimentícia e a aplicação de juros cumulativos em caso de atraso nos pagamentos.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 19/10/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5069/2023

Tema: Institui o Selo Nacional Empresa Resiliente e dá outras providências.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 19/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5075/2023

Tema: Dispõe sobre a criação do PROGRAMA CONSTITUIÇÃO LEGAL, para inserção de aulas sobre a Constituição Federal e Direitos Humanos aos alunos da rede pública de ensino em todo País.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 19/10/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.



Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5076/2023

Tema: Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos comerciais realizarem formação de combate ao racismo institucional com seus funcionários e equipes de segurança privada, dando outras providências.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 19/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5082/2023

Tema: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para proibir os profissionais da educação de se utilizarem de sua autoridade e influência em ambiente escolar para praticar ideologias político-partidárias e outras apologias.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Pauta: 19/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5086/2023

Tema: Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para dispor sobre o prazo para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana pelos Municípios.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012.



Pauta: 19/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5088/2023

Tema: Altera o Código de Processo Civil para atribuir ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a competência de regulamentar os parâmetros para a concessão do benefício da gratuidade da justiça, e dá nova redação aos §§ 3º e 4º do artigo 790 da CLT, acrescentando-lhe um § 5º para melhor explicitar quando o benefício deve ser concedido.

Normas que revoga: Altera o Código de Processo Civil.

Pauta: 20/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada

PL n. 5093/2023

Tema: “Altera a redação do Art. 38, da Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966”.

Normas que revoga: “Altera a redação do Art. 38, da Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966”.

Pauta: 20/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5095/2023



Tema: Altera a Lei nº 5.603, de 1970, para denominar Rodovia Vasco Neto o trecho da rodovia BR-030 compreendido entre o Município de Mambai, no Estado de Goiás, e o Município de Carinhanha, no Estado da Bahia.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 5.603, de 1970.

Pauta: 23/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5096/2023

Tema: Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para obrigar que os rótulos dos produtos lácteos informem a origem do leite utilizado em sua fabricação.

Normas que revoga: Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969.

Pauta: 23/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5097/2023

Tema: Altera e acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre cobrança da Contribuição Assistencial prevista em Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho apenas mediante prévia autorização do não sindicalizado.

Normas que revoga: Altera e acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho.

Pauta: 23/10/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.



Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5102/2023

Tema: Dispõe sobre a transformação dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Minas Gerais e do Rio de Janeiro em Universidade Tecnológica Federal de Minas Gerais e Universidade Tecnológica Federal do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 23/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5103/2023

Tema: Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, acrescentando o parágrafo único ao art. 790 para tornar inaplicável inciso IX do artigo 833 da Lei nº 13.105, de 2015 na execução trabalhista, modificando os §§3º e 4º do art. 790 para ampliar as hipóteses de justiça gratuita e excluir as entidades filantrópicas da isenção prevista no §10º do art. 899.

Normas que revoga: Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Pauta: 23/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5104/2023



Tema: Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de proporcionar segurança jurídica aos empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como regulamentar a dispensa em massa.

Normas que revoga: Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Pauta: 23/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5107/2023

Tema: “Cria um programa de assistência especializada para pacientes com epidermólise bolhosa na rede de saúde pública e permite que o Governo Federal conceda uma pensão para as pessoas com a doença ou para seus responsáveis legais”.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 23/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5108/2023

Tema: Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre o cumprimento da função social da propriedade.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.

Pauta: 24/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.



Resultado: Aprovada.

PL n. 5111/2023

Tema: Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que “dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências”, bem como a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, para instituir condições facilitadas para quitação de débitos antigos relativos ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Normas que revoga: Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.

Pauta: 24/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5117/2023

Tema: Regulamenta a Taxa de Reserva de Vagas em Instituições de Ensino Particulares e dá outras providências.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 24/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5120/2023

Tema: Altera o § 9º-B do art. 271 da Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a liberação de veículo flagrado com irregularidade que não possa ser sanada no local da infração.

Normas que revoga: Altera o § 9º-B do art. 271 da Lei nº 9.503, de 1997.

Pauta: 24/10/2023



Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5122/2023

Tema: Dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências, bem como altera a Lei no 14.554, de 20 de abril de 2023, que altera as Leis nos 13.999, de 18 de maio de 2020, 14.166, de 10 de junho de 2021, 11.540, de 12 de novembro de 2007, e 14.042, de 19 de agosto de 2020, para tratar do refinanciamento de dívidas e altera a Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989, a fim de sanar omissão legislativa.

Normas que revoga: altera as Leis nos 13.999, de 18 de maio de 2020, 14.166, de 10 de junho de 2021, 11.540, de 12 de novembro de 2007, e 14.042, de 19 de agosto de 2020 e a Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989.

Pauta: 24/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5123/2023

Tema: Dispõe sobre o programa “Respeito Tem Nome” voltado à promoção da cidadania de pessoas trans e travestis e dá outras providências.

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta: 24/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5124/2023

Tema: Dispõe sobre a proibição de reuso e o correto descarte de embalagens de tintas imobiliárias e produtos correlatos em todo o território nacional afim de proteger a saúde humana e animal.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 24/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5125/2023

Tema: Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, e a Lei 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, para estabelecer a prisão nos casos de descumprimento de medidas cautelares, como monitoramento eletrônico e proibição de manter contato com a vítima, quando relacionados a crimes violentos ou que envolvam violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência.

Normas que revoga: Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 e a Lei 7.210, de 11 de julho de 1984

Pauta: 24/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5130/2023

Tema: Dispõe sobre a infração de discussão ou briga no trânsito.



Normas que revoga: Altera a Lei nº 9.503 de 1997.

Pauta: 24/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5128/2023

Tema: Altera a Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014, para revogar a obrigatoriedade da assinatura digital com o emprego da certificação emitida pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil aos atos processuais relativos às investigações de defesa comercial.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014.

Pauta: 24/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5129/2023

Tema: Dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para a implantação ou a expansão de empreendimento econômico.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 24/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5131/2023



Tema: Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para dispor sobre a concessão de seguro-desemprego ao agricultor familiar cuja safra tenha sido frustrada em razão de fenômenos naturais ou acometimento de praga.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.

Pauta: 24/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada

PL n. 5132/2023

Tema: Fixa limites à execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União; estabelece regra para nomeação de candidatos aprovados em concursos públicos realizados por esses órgãos e entidades.

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta: 24/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5134/2023

Tema: Dispõe acerca da inclusão de alimentos isentos de glúten e lactose no cardápio das instituições que prestam serviços a crianças e adolescentes.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 24/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.



Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5136/2023

Tema: Altera o Artigo 8º, inciso II, alínea “a” da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, (Lei do Imposto de Renda de Pessoa Física) para incluir os “PETS” (cães e gatos), nos gastos com consultas e tratamentos veterinários, bem como despesas com procedimentos laboratoriais, serviços radiológicos, próteses, aparelhos ortopédicos, compra de alimentos e insumos veterinários, como dedutíveis da base de cálculo do imposto de renda.

Normas que revoga: Altera o Artigo 8º, inciso II, alínea “a” da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

Pauta: 24/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5137/2023

Tema: Institui o PROGRAMA CRIANÇAS AMIGAS DOS ANIMAIS, para incentivar estudantes do ensino fundamental I (1ª a 5ª série) da rede de ensino, à leitura para pets que se encontram em abrigos e ainda ensiná-las sobre a importância de cuidar de um animal e protegê-los.

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta: 24/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.



PL n. 5135/2023

Tema: Institui o PROGRAMA ESCOLA LEGAL, visando o incentivo da realização de parcerias de pessoas físicas e jurídicas com a rede pública de ensino.

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta: 24/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5138/2023

Tema: Altera o artigo 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para conceder licença à pessoa indicada pela mãe solo para acompanhá-la quando do nascimento ou da adoção de filho.

Normas que revoga: Altera o artigo 473 da Consolidação das Leis do Trabalho

Pauta: 24/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada

PL n. 5139/2023

Tema: Acrescenta § 3º ao artigo 6º da LEI nº 9.883, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1999, que Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência-ABIN, e dá outras providências.

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta: 24/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.



Resultado: Aprovada.

PL n. 5140/2023

Tema: Estabelece diretrizes gerais para o atendimento prestado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às pessoas acometidas por Epidermólise Bolhosa.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 24/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5141/2023

Tema: Dispõe sobre a criação de Núcleo de Atendimento Psicológico nas escolas públicas e privadas do Brasil como mecanismo de prevenção da saúde mental, e dá outras providências.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 24/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5142/2023

Tema: Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 – Marco Civil da Internet, para dispor sobre a proibição da divulgação de conteúdos que fazem apologia ao uso de drogas ilícitas em redes sociais e dá outras providências

Normas que revoga: Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014

Pauta: 24/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.



Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5143/2023

Tema: Concede ao Arquipélago do Marajó, no Estado do Pará, o título de Capital Nacional da Bubalinocultura.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 24/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5144/2023

Tema: Tipifica como crime, as condutas de captação de apostas e de publicidade, propaganda e marketing de serviço de apostas para obtenção de prêmio, em benefício de operadora não autorizada pelo Poder Público competente.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 24/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5145/2023

Tema: Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, e a Lei nº 10.714, de 13 de agosto de 2003, para incluir a ação das organizações da sociedade civil como integrante da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.



Normas que revoga: Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, e a Lei nº 10.714, de 13 de agosto de 2003.

Pauta: 24/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5146/2023

Tema: Altera dispositivos da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; e dá outras providências.

Normas que revoga: Altera dispositivos da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

Pauta: 25/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5152/2023

Tema: Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para dispor sobre a concessão de férias aos servidores públicos federais com deficiência ou que tenham cônjuge, companheiro ou dependente com deficiência; e altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para dispor sobre a concessão de férias aos estagiários com deficiência ou que tenham cônjuge, companheiro ou dependente com deficiência.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Pauta: 25/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5154/2023

Tema: Altera a Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, para incluir disposições sobre a proteção de advogados e advogadas que sofrem ameaça, coação ou violência no exercício da profissão.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994.

Pauta: 25/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5155/2023

Tema: Altera a Lei nº 13.448, de 5 de junho de 2017, para estabelecer que os valores das multas aplicadas a concessionárias de exploração de rodovias sejam aplicados em melhorias da rodovia.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 13.448, de 5 de junho de 2017.

Pauta: 25/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5156/2023



Tema: Dá nova redação a Lei n.º 9.074, de 7 de Julho de 1995, referente a UHEs (Usina Hidrelétrica) acima de 50.000 kw (de concessões).

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 25/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada

PL n. 5157/2023

Tema: Dispõe sobre o direito a participação na Comercialização de Créditos de Carbono em áreas ocupadas por agricultura familiar e pequenos proprietários rurais.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 25/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada

PL n. 5158/2023

Tema: Institui a Política de Criação e Operação de Reservatórios de Regularização e Acumulação de Água para contribuir com as políticas públicas de usos múltiplos, garantir a segurança do Sistema Elétrico Nacional e o controle de cheias.

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta: 25/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.



PL n. 5159/2023

Tema: Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para garantir a transferência, de forma direta, de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública aos Municípios com população igual ou superior a duzentos mil habitantes.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018.

Pauta: 25/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada

PL n. 5161/2023

Tema: Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, para limitar a obrigatoriedade de realização de audiência de custódia.

Normas que revoga: Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941.

Pauta: 25/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada

PL n. 5162/2023

Tema: Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dispor sobre a redução da jornada de trabalho para cuidar de pessoa com deficiência.

Normas que revoga: Altera a Consolidação das Leis do Trabalho.

Pauta: 25/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada



PL n. 5163/2023

Tema: Altera o art. 11 da Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005, para dispor sobre critérios de concessão, distribuição, manutenção e cancelamento de bolsa-permanência destinada aos estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos (Prouni).

Normas que revoga: Altera o art. 11 da Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005.

Pauta: 25/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada

PL n. 5164/2023

Tema: Dispõe sobre a correção dos valores de referência da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde relacionados ao Tratamento Fora do Domicílio.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 25/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada

PL n. 5165/2023

Tema: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a adoção de dispositivos de segurança nos estabelecimentos de ensino - Botão do Pânico.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Pauta: 25/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.



Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada

PL n. 5166/2023

Tema: Dispõe sobre a regulação de reinvestimentos e de remessas de lucros de pessoas jurídicas de capital estrangeiro que recebem benefícios fiscais e apoios financeiros governamentais.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 25/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada

PL n. 5167/2023

Tema: Altera a Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, para garantir o imediato acesso aos exames diagnósticos e ao início do tratamento dos pacientes com câncer infantojuvenil.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012.

Pauta: 25/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada

PL n. 5168/2023

Tema: Acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 11.947, de 2009, dispondo sobre a atualização anual dos valores per capita do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.



Pauta: 25/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada

PL n. 5169/2023

Tema: Altera a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, para estabelecer o direito ao reparo de produtos pelo consumidor (“Ato de Reparo Justo”).

Normas que revoga: Altera a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Pauta: 25/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada

PL n. 5170/2023

Tema: Cria o dia do ano novo judaico

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta: 25/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada

PL n. 5171/2023

Tema: Cria o dia do perdão (Yom Kippur), de acordo com a tradição judaica

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta: 25/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.



Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada

PL n. 5174/2023

Tema: Institui o Programa de Aceleração da Transição Energética - PATEN.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 25/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada

PL n. 5175/2023

Tema: Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento ao Congresso Nacional, por parte do Poder Executivo, de informações relativas à importação de leite e seus derivados.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 25/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5176/2023

Tema: Confere prioridade de tramitação para os inquéritos e ações cíveis ou penais relacionadas a atos de improbidade administrativa ou aos crimes de peculato, concussão, corrupção passiva e corrupção ativa.

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta: 25/10/2023



Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5177/2023

Tema: Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para tornar hediondos os crimes de tráfico de menores (art. 149-A, § 1º, inciso II, do Código Penal), submissão de menor à exploração sexual (art. 244-A, do Estatuto da Criança e do Adolescente) e assédio à criança com o fim de realizar ato libidinoso (art. 241-D, caput e parágrafo único, do Estatuto da Criança e do Adolescente).

Normas que revoga: Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990.

Pauta: 25/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada

PL n. 5178/2023

Tema: Altera a ementa da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para denominá-la oficialmente “Lei Maria da Penha”.

Normas que revoga: Altera a ementa da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

Pauta: 25/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada

PL n. 5179/2023



Tema: Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para incluir na isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, a aquisição de veículos utilitários de fabricação nacional quando adquiridos por produtor rural pessoa física.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995.

Pauta: 25/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada

PL n. 5180/2023

Tema: Altera a Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984, que Institui a Lei de Execução Penal, para dispor sobre a garantia do direito à educação ao preso e ao internado.

Normas que revoga: Altera a Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984.

Pauta: 25/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada

PL n. 5182/2023

Tema: Autoriza o Poder Executivo a regulamentar a luminosidade de painéis luminosos visíveis em ruas urbanas e rodovias, alterando a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro).

Normas que revoga: Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

Pauta: 25/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.



Resultado: Aprovada

PL n. 5183/2023

Tema: Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a Lei nº 6.019, de 1974 (Trabalho temporário), a fim de resgatar o princípio da condição mais favorável ao empregado.

Normas que revoga: Altera a Consolidação das Leis do Trabalho e a Lei nº 6.019, de 1974

Pauta: 25/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada

PL n. 5184/2023

Tema: Estabelece regras, normas e diretrizes para a concessão de garantias externas por parte da República Federativa do Brasil em operações de crédito e dá outras providências.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 25/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada

PL n. 5185/2023

Tema: Dispõe sobre proibição do uso de imagens de crianças e adolescentes em propaganda e manifestação LGBTQIAPN+

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 25/10/2023



Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada

PL n. 5186/2023

Tema: Dispõe sobre a gratuidade na conta de luz e água para pacientes em tratamento do câncer pelo sistema único de saúde (SUS)

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 25/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada

PL n. 5187/2023

Tema: Dispõe sobre a gratuidade em praças de pedágio no Brasil para idosos acima de 65 anos e pessoas com deficiência física.

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta: 25/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada

PL n. 5188/2023

Tema: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a adoção de dispositivos de segurança nos estabelecimentos de ensino. – BOTÃO DO PÂNICO

Normas que revoga: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996



Pauta: 25/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada

PL n. 5189/2023

Tema: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar a oferta de ensino remoto às estudantes gestantes, lactantes e adotantes de crianças de até seis meses de idade.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Pauta: 25/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada

PL n. 5190/2023

Tema: Institui o dia 2 de dezembro como Dia Nacional do Samba.

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta: 25/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5191/2023

Tema: Altera a Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019, para determinar a disponibilização e divulgação, de informações sobre pessoas desaparecidas na internet, nos diversos meios de comunicação e em operadoras de telefonia celular e empresas de



tecnologia proprietárias de redes sociais e serviços de mensagens instantâneas, de informações que contenham informações das pessoas desaparecidas.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019 e Altera a Lei nº 8.069 de 1990.

Pauta: 25/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada

PL n. 5192/2023

Tema: Cria o dia nacional dos sistemas de franquia.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 25/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5193/2023

Tema: Dispõe sobre os tipos de flagrantes delitos e estabelece regramento na captação ambiental de áudio e imagem que poderá ser utilizado em favor da vítima de estupro e dá outras providências.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 25/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.



PL n. 5194/2023

Tema: Altera a Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, para reconhecer o direito do médico à objeção de consciência para a não realização de aborto.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013.

Pauta: 26/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5195/2023

Tema: Equipara as taxas e tarifas incidentes sobre a prestação dos serviços públicos de saneamento básico a microempreendedores individuais e às demais microempresas e empresas de pequeno porte com aqueles incidentes sobre esses serviços prestados às pessoas naturais inscritas no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) da Receita Federal do Brasil.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 26/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada

PL n. 5196/2023

Tema: Acrescenta o artigo 21-B à Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para garantir o décimo terceiro salário para os beneficiários da prestação continuada.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 26/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.



Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada

PL n. 5197/2023

Tema: Aumenta a pena do estelionato quando o agente cometer o crime prevalecendo-se de relação afetiva mantida com a vítima.

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta: 26/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5198/2023

Tema: Dispõe sobre o financiamento estrangeiro de organizações não governamentais atuantes no país e define critérios de transparência com relação às doações recebidas por estas entidades; altera as Leis nº 9.637, de 15 de maio de 1998; nº 9.790, de 23 de março de 1999; e nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para adequar as normas que regem as organizações da sociedade civil atuantes no Brasil e suas relações com o Poder Público quanto ao recebimento de recursos de origem estrangeiros.

Normas que revoga: altera as Leis nº 9.637, de 15 de maio de 1998; nº 9.790, de 23 de março de 1999; e nº 13.019, de 31 de julho de 2014

Pauta: 26/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5199/2023



Tema: Qualifica como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado registradas na modalidade de entidade de caça regularmente inscritas nos órgãos competentes e dá outras providências.

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta: 26/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5200/2023

Tema: Inclui ao Subsistema Rodoviário Federal a rodovia RS 183 que liga a BR 293 no município de Santana do Livramento à BR-290, no município de Alegrete, no Estado do Rio Grande do Sul.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 26/10/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5201/2023

Tema: Equipara a pessoa com fissura labial ou palatina à pessoa com deficiência.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 26/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.



PL n. 5202/2023

Tema: Autoriza o Poder Executivo a disponibilizar um número telefônico tridígito nacional para atender denúncias de racismo

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta: 26/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5203/2023

Tema: Altera Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor a idade de consentimento nos crimes contra a dignidade sexual, e dá outras providências.

Normas que revoga: Altera Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

Pauta: 26/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5204/2023

Tema: Estabelece a isenção de multas e taxas de alteração para candidatos em concursos públicos, cujas datas de provas tenham sido alteradas e altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, nos termos em que especifica.

Normas que revoga: altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986.

Pauta: 26/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.



Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5205/2023

Tema: Altera a Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, para estabelecer restrições ao uso dos valores recebidos, e dá outras providências.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023.

Pauta: 26/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5207/2023

Tema: Dispõe a proibição, em todo o território nacional, da comercialização e uso de coleiras antilático que causem choques elétricos em animais.

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta: 26/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5208/2023

Tema: Altera a Lei nº 12.764, de 2012, para dispor sobre a educação da pessoa com transtorno do espectro autista e a saúde de seus pais ou responsáveis; altera a Lei nº 8.080, de 1990, para prever o acompanhamento terapêutico domiciliar; e altera a Lei nº 12.764, de 2012, para especificar a necessidade de capacitação em transtornos alimentares do nutricionista responsável pela elaboração da dieta escolar do educando com transtorno do espectro autista.



Normas que revoga: Altera a Lei nº 12.764, de 2012 e a Lei nº 8.080, de 1990.

Pauta: 26/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5210/2023

Tema: Altera a Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, para definir quais plataformas de comunicação estão aptas a veicularem publicidade da administração pública, e para promover a desconcentração de custos e de despesas de veiculação de publicidade da administração pública.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010.

Pauta: 26/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5211/2023

Tema: Confere o título de Capital Nacional dos Jardins de Orla Marítima ao município de Santos, no estado de São Paulo.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 26/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5212/2023



Tema: Reconhece a Festa de Portugal, realizada no município de Santos, estado de São Paulo, como manifestação da cultura nacional.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 26/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5213/2023

Tema: Concede subvenção extraordinária aos produtores de leite enquadrados na Lei 11.326/2006, prorroga o pagamento de parcela de crédito rural e dá outras providências.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 26/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5214/2023

Tema: Altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, para obrigar que impressos de publicidade distribuídos em vias públicas sejam fabricados com material biodegradável e contenham selo de recomendação de seu descarte ambientalmente adequado, e dá outras providências.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.

Pauta: 26/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.



Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5215/2023

Tema: Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para estabelecer sanções administrativas e criminalizar a conduta de adotar ou manter modelo de negócios econômica ou financeiramente insustentável e que tenha o potencial de gerar risco sistêmico em determinado setor econômico, e dá outras providências.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Pauta: 26/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5216/2023

Tema: Dispõe sobre os percentuais de adição de biodiesel ao óleo diesel comercializado no território nacional.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 26/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5217/2023

Tema: Altera o art. 147-B do Código Penal Brasileiro.

Normas que revoga: Altera o art. 147-B do Código Penal Brasileiro.

Pauta: 26/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.



Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5219/2023

Tema: Dispõe sobre inclusão de amparo ao idoso no quesito de novas tecnologias.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 26/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5218/2023

Tema: Altera os artigos 22, 181 e 269 do código de Trânsito Brasileiro.

Normas que revoga: Altera os artigos 22, 181 e 269 do código de Trânsito Brasileiro.

Pauta: 26/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5220/2023

Tema: Altera o artigo 1º da Lei nº 9.445 de 14 de março de 1997 (Lei que concede subvenção econômica ao preço do óleo diesel consumido por embarcações pesqueiras nacionais) e dá outras providências.

Normas que revoga: Altera o artigo 1º da Lei nº 9.445 de 14 de março de 1997.

Pauta: 26/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.



Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5221/2023

Tema: Altera a Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, para conceder rebate para liquidação de operações de crédito rural, amortização da dívida a ser repactuada e dá outras providências.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016.

Pauta: 26/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5222/2023

Tema: Altera o art. 140, do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 (Código Penal).

Normas que revoga: Altera o art. 140, do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.

Pauta: 26/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5224/2023

Tema: Institui a Política Nacional de Proteção Institucional à Criança e ao Adolescente - PPCA e dá outras providências.

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta: 26/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.



Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5223/2023

Tema: Confere o título de “Capital Nacional dos Pinheirais” ao Município de Turvo, localizado no Estado do Paraná.

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta: 26/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5225/2023

Tema: Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), majorar a pena do crime de maus-tratos a animais, aumentar o valor da multa aos tutores que não utilizam a devida proteção, criar uma majorante no crime de perseguição e dar outras providências.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

Pauta: 26/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5226/2023

Tema: Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, para proibir a instalação de aterros sanitários em territórios de povos e comunidades tradicionais.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

Pauta: 26/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5227/2023

Tema: Dispõe sobre a criação do Selo "Indústria Amiga da Justiça Social".

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 26/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5228/2023

Tema: Acrescenta parágrafo único ao art. 5º da Lei nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a profissão de Bombeiro Civil e dá outras providências, para assegurar melhores condições de trabalho para os bombeiros civis.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 26/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.



PL n. 5229/2023

Tema: Veda a indicação de autoridades que especifica para o conselho de administração e para a diretoria de empresas das quais a União, os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios detenham parcela minoritária do capital votante.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 26/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5230/2023

Tema: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e define diretrizes para a política nacional de ensino médio.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Pauta: 26/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5233/2023

Tema: Institui a Política de Conscientização e Incentivo a Doação de Sangue, Órgãos, Tecidos e Leite Materno - Promoção 3D em todo território brasileiro.

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta: 26/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.



Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5234/2023

Tema: Institui a pensão especial aos portadores de Epidermólise Bolhosa e dá outras providências.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 27/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5235/2023

Tema: Altera a Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para dispor sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

Normas que revoga: Altera a Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Pauta: 27/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5236/2023

Tema: Insere o art. 12-A do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências, para prever maior equilíbrio na seleção de homens e mulheres nos concursos públicos das corporações, na forma que discrimina.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.



Pauta: 27/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5237/2023

Tema: Dispõe sobre a isenção da cobrança de passagens para pessoas com deficiência (PCDs) em ônibus intermunicipais e interestaduais e dá outras providências.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 27/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5238/2023

Tema: Dispõe sobre a regulamentação do direito de acesso dos candidatos ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta: 27/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5239/2023

Tema: Altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para tratar da apreensão de produtos ou instrumentos de infração administrativa ou crime ambiental, bem como

para estabelecer critérios para sanções de embargo e de destruição ou inutilização de produto, e para recuperação de área desmatada ilegalmente.

Normas que revoga: Altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Pauta: 27/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5240/2023

Tema: Mantém a alíquota 0 (zero) do PIS/PASEP e da COFINS incidente na receita bruta da comercialização de produtos lácteos no mercado interno e revoga a alíquota 0 (zero) do PIS/PASEP e da COFINS incidente na importação de produtos lácteos.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 27/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5241/2023

Tema: Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, para tipificar o crime de divulgação de deep fake durante período de campanha eleitoral.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965.

Pauta: 27/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.



PL n. 5242/2023

Tema: Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para dispor sobre a vedação à criação, utilização e propagação de deep fake.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

Pauta: 27/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5244/2023

Tema: Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e a Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, para determinar a observância de direitos de acessibilidade das pessoas com deficiência.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e a Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019.

Pauta: 30/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5245/2023

Tema: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre efeitos da condenação penal e estabelecer impedimento para casar.

Normas que revoga: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002

Pauta: 30/10/2023



Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5247/2023

Tema: Dispõe sobre incentivo fiscal para doações de equipamentos a entidades sem fins lucrativos destinados ao preparo de alimentos para pessoas carentes.

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta: 30/10/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5248/2023

Tema: Altera a Consolidação das Leis do Trabalho para considerar perigosa a atividade de porteiro.

Normas que revoga: Altera a Consolidação das Leis do Trabalho.

Pauta: 30/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5249/2023

Tema: Dispõe sobre o reconhecimento do risco da atividade profissional, exercida por vigilantes de empresas de segurança privada ou possuidoras de serviços orgânicos de segurança privada e dá outras providências.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.



Pauta: 30/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5250/2023

Tema: Altera o art. 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 1990, para determinar que, no processo de escolha dos membros do conselho tutelar, cada eleitor poderá votar em apenas um candidato.

Normas que revoga: Altera o art. 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 1990.

Pauta: 30/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5251/2023

Tema: Proíbe a disponibilização, pelos bares, restaurantes, lanchonetes, hotéis e estabelecimentos similares que comercializem bebidas, refeições ou lanches, de utilizar cardápio ou menu exclusivamente digital e dá outras providências.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 30/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5252/2023



Tema: Dispõe sobre a obrigatoriedade de formação superior na área de saúde para responsáveis técnicos por Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs)

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 30/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5253/2023

Tema: Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para prever o atendimento da mulher vítima de violência familiar ou doméstica preferencialmente por profissional de saúde do sexo feminino.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

Pauta: 30/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5254/2023

Tema: Altera a Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023, para instituir o Programa Nacional de Arrecadação e Doação de Alimentos.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023.

Pauta: 30/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.



PL n. 5260/2023

Tema: Aumenta as penas cominadas ao crime de estupro de vulnerável.

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta: 30/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5258/2023

Tema: Altera o art. 70 e a redação do parágrafo único do art. 71, ambos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para determinar a aplicação cumulativa das penas no caso de concurso formal de crimes dolosos praticados com violência ou grave ameaça e para vedar a aplicação da continuidade delitiva nessas hipóteses.

Normas que revoga: Altera o art. 70 e a redação do parágrafo único do art. 71, ambos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

Pauta: 30/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5256/2023

Tema: Acrescenta o § 8º ao art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de Julho de 1984 e revoga os incisos V, VI, VII e VIII do referido art. para proibir a progressão de regime de cumprimento de pena nos crimes hediondos ou equiparados.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 30/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.



Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5257/2023

Tema: Altera o art. 244 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para incluir a denúncia anônima como justa causa e legitimar a busca pessoal e veicular efetuada pela autoridade policial.

Normas que revoga: Altera o art. 244 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941.

Pauta: 30/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5259/2023

Tema: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para criar causa de aumento de pena no crime de homicídio qualificado cometido com emprego de arma de fogo ou mesmo quando não for possível a sua identificação.

Normas que revoga: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

Pauta: 30/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5261/2023

Tema: Permite o emprego de força nos casos em que o criminoso mantiver reféns sob o seu domínio.



Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 30/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5262/2023

Tema: Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para estabelecer em flagrante delito o período de convalescença da vítima.

Normas que revoga: Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941.

Pauta: 30/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5264/2023

Tema: Altera dispositivo da Lei 8.078, de 11 de Setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para vedar respostas genéricas.

Normas que revoga: Altera dispositivo da Lei 8.078, de 11 de Setembro de 1990.

Pauta: 30/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5265/2023



Tema: Estabelece regras para elaboração de planos de defesa contra crimes complexos em bases operacionais de processamento, custódia e transporte de numerários, ou equivalentes, ou empresas com ativos críticos, ou resgate de presos em estabelecimentos prisionais, altera a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, para estabelecer condição de adesão ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI, e dá outras providências.

Normas que revoga: altera a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007.

Pauta: 30/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5266/2023

Tema: Altera o inciso IX do art. 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para limitar o spread bancário em operações de crédito concedidas por instituições financeiras controladas pela União.

Normas que revoga: Altera o inciso IX do art. 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Pauta: 30/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5267/2023

Tema: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre o fechamento de turmas presenciais da educação de jovens e adultos.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.



Pauta: 30/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5269/2023

Tema: Altera o Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940, especificamente o Capítulo VI que trata de estelionato e outras fraudes, para aumentar a pena do crime de estelionato e com o objetivo de incluir a fraude eletrônica que envolve o uso de cripto ativos como uma forma de estelionato.

Normas que revoga: Altera o Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940.

Pauta: 30/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5268/2023

Tema: Declara Anna Justina Ferreira Nery “Patrona da Enfermagem no Brasil”.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 30/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5270/2023



Tema: Altera a Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018, e o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para incentivar a contratação e a qualificação de jovens egressos de instituições de acolhimentos.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018, e o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Pauta: 30/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5271/2023

Tema: Altera a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, para dispor sobre a cobrança de emolumentos pela prática de atos relativos ao registro civil das pessoas jurídicas de direito privado.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.

Pauta: 30/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5272/2023

Tema: Veda a utilização de moeda física em negócios jurídicos que especifica.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 30/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.



PL n. 5273/2023

Tema: Altera o art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e o art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor que não descaracteriza a condição de segurado especial da Previdência Social o recebimento de auxílios ou indenizações decorrentes de desastres ou acidentes ambientais.

Normas que revoga: Altera o art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e o art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Pauta: 30/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5274/2023

Tema: Altera a Lei nº 9.503 de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro) para dispor sobre a eliminação de pontuação computada na Carteira Nacional de Habilitação do condutor doador de sangue.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 9.503 de 1997.

Pauta: 30/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5275/2023

Tema: Estabelece o sexo biológico como critério único de definição de "sexo" para fins de definição, coordenação e execução de políticas públicas, altera o art. 38 da lei 14.600, de 19 de junho de 2023, e estabelece outras providências.

Normas que revoga: altera o art. 38 da lei 14.600, de 19 de junho de 2023.



Pauta: 30/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5276/2023

Tema: Altera o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, visando coibir atos que cominem na paralisação de obras públicas iniciadas pelos gestores anteriores, sem o devido respaldo técnico-jurídico ou orçamentário-financeiro.

Normas que revoga: Altera o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967.

Pauta: 30/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5277/2023

Tema: Dispõe sobre a suspensão de pagamento de financiamentos relacionados à atividade rural em virtude das inundações e/ou estiagens extremas nos municípios do Estado de Rondônia.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 31/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5278/2023



Tema: Altera a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre o rateio de despesas do condomínio edilício entre os condôminos.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

Pauta: 31/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5279/2023

Tema: Confere ao Município de Juruaia, no Estado de Minas Gerais, o título de Capital Nacional da Lingerie.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 31/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5281/2023

Tema: Altera-se a Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, e dá outras providências.

Normas que revoga: Altera-se a Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988.

Pauta: 31/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.



Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5282/2023

Tema: Institui feriado nacional o dia 20 de novembro, “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta: 31/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5283/2023

Tema: Dispõe sobre o preço mínimo a ser repassado aos motoristas cadastrados por operadoras de tecnologia de transporte credenciadas - OTTCs e dá outras providências

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta: 31/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5284/2023

Tema: Regulamenta limite máximo de comissão cobrada pelas empresas de transporte remunerado privado individual.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 31/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.



Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5285/2023

Tema: Altera o parágrafo primeiro do artigo primeiro da lei número 10.048 de 2000 para a presente redação.

Normas que revoga: Altera o parágrafo primeiro do artigo primeiro da lei número 10.048 de 2000.

Pauta: 31/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5286/2023

Tema: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a apresentação de laudo médico oftalmológico e laudo psicopedagógico por profissional habilitado para ingresso do estudante no ensino fundamental e no ensino médio.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Pauta: 31/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5287/2023

Tema: Dispõe sobre o direito a participação na Comercialização de Créditos de Carbono em áreas ocupadas por agricultura familiar e pequenos proprietários rurais.

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta: 31/10/2023



Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5288/2023

Tema: Declara o “Quibe de Arroz” Patrimônio Cultural Imaterial do Acre.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 31/10/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5290/2023

Tema: Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, para dispor sobre a destinação de recursos aos institutos médicos legais.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974.

Pauta: 31/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5291/2023

Tema: Denomina “Tunel Engenheiro Antônio Carlos Gruner Bessa” o túnel duplo situado entre o km 65+700 e o km 66+770 da BR-280/SC sob o Morro do Vieira, que integra as obras de duplicação da BR-280, na Travessia Urbana do Município de Jaraguá do Sul, no Estado de Santa Catarina.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.



Pauta: 31/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5292/2023

Tema: Altera a Lei nº 13.819, de abril de 2019, para estabelecer a priorização do atendimento psicopedagógico e psicológico adequado para casos de notificação de criança e adolescente em recinto educacional com indícios de lesões autoprovocadas ou ideações suicidas.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 13.819, de abril de 2019.

Pauta: 31/10/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5293/2023

Tema: Altera a Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, para definir limite mínimo de destinação de recursos, pelos Poderes Executivos federal, distrital, estaduais e municipais, a campanhas publicitárias de promoção de saúde e bem-estar da população.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010.

Pauta: 31/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PL n. 5294/2023



Tema: Dispõe sobre a criação do Programa Guardião Rural para Proteção de Agricultores.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 31/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

2.1.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)

PLP n. 206/2023

Tema: Altera o art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, de maneira a estabelecer que a atividade exercida por entomocultor possa ser desenvolvida por Microempreendedor Individual - MEI.

Normas que revoga: Altera o art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Pauta: 04/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PLP n. 208/2023

Tema: Regulamenta o inciso II do § 1º do art. 201 da Constituição Federal, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial aos segurados do Regime Geral de Previdência Social.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 04/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.



Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PLP n. 210/2023

Tema: Eleva o limite de receita bruta anual do Microempreendedor Individual (MEI).

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 04/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PLP n. 211/2023

Tema: Atualiza as faixas de tributação de microempresas e empresas de pequeno porte, atualiza a Lei Complementar nº 123, de 2006 e dá outras providências.

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta: 04/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PLP n. 212/2023

Tema: Altera a Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para atualizar a tabela do imposto de renda da pessoa física, e dá outras providências.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007.

Pauta: 04/10/2023



Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PLP n. 213/2023

Tema: Atualiza o limite de renda dos Microempreendedores Individuais, atualiza a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e dá outras providências.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 04/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PLP n. 214/2023

Tema: Altera a Lei Complementar nº 51, de 20 de dezembro de 1985, para tratar das regras de cálculo e reajuste dos proventos da aposentadoria do servidor público policial, e dá outras providências.

Normas que revoga: Altera a Lei Complementar nº 51, de 20 de dezembro de 1985.

Pauta: 05/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PLP n. 215/2023

Tema: Acrescenta § 2.º ao art. 18-A da Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, para vedar que as rações para animais de estimação sejam



tratadas como produtos supérfluos, para fins de incidência do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação – ICMS.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 06/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PLP n. 217/2023

Tema: Veda a concessão de qualquer benefício fiscal relativo a tributos federais, ao ICMS e ao ISS para pessoas jurídicas no ramo de produtos lácteos que utilizem leite e seus derivados importados do exterior para a fabricação de seus produtos, bem como altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.

Normas que revoga: Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.

Pauta: 10/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PLP n. 218/2023

Tema: Dispõe sobre o Orçamento Sensível a Mulher – OSM.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 11/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.



Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PLP n. 221/2023

Tema: Institui a contagem em dobro do tempo de serviço dos profissionais da saúde e dos profissionais da segurança pública cuja atividades foram exercidas durante a Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) referente à COVID-19 declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) durante 30 de janeiro de 2020 a 5 de maio de 2023.

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta: 17/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PLP n. 222/2023

Tema: Altera o art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para aplicar limites de receita bruta individualizados para opção pelo Simples Nacional quando as pessoas jurídicas possuírem mesmo sócio, desde que não explorem a mesma atividade.

Normas que revoga: Altera o art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Pauta: 18/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PLP n. 223/2023



Tema: Altera a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, para dispor sobre a prorrogação do prazo para o recolhimento de impostos para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, em situação de decretação de estado de calamidade pública estadual ou distrital.

Normas que revoga: Altera a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

Pauta: 19/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PLP n. 224/2023

Tema: Altera a Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022 (Lei Paulo Gustavo), para prorrogar o prazo de execução dos recursos, até 30 de junho de 2024, por Estados, Distrito Federal e Municípios.

Normas que revoga: Altera a Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022 (Lei Paulo Gustavo).

Pauta: 24/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PLP n. 226/2023

Tema: Altera a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, para permitir a utilização dos recursos recebidos e não aplicados do auxílio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em ações de enfrentamento à Covid-19 e para mitigação de seus efeitos financeiros, para ações de saúde.

Normas que revoga: Altera a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020.



Pauta: 25/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PLP n. 227/2023

Tema: Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de março de 1990 (Lei de Inelegibilidades), para consignar em lei a hipótese de inelegibilidade de candidatos que se enquadram nas situações conhecidas como “prefeito itinerante”.

Normas que revoga: Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de março de 1990 (Lei de Inelegibilidades).

Pauta: 25/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PLP n. 228/2023

Tema: Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir que a opção pelo Simples Nacional possa ocorrer nos meses de janeiro e de julho de cada ano.

Normas que revoga: Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Pauta: 25/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.



PLP n. 229/2023

Tema: Regulamenta a aposentadoria especial dos Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias definida no §10 do art. 198 da Constituição Federal.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 25/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PLP n. 230/2023

Tema: Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre os prazos decadencial e prescricional de constituição de créditos e cobrança de contribuições sociais de que tratam as alíneas “a” a “c” do parágrafo único do art. 11 desta Lei, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aumentar as penas do crime de apropriação indébita previdenciária.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

Pauta: 27/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PLP n. 231/2023

Tema: Regulamenta o inciso II, § 1º, do art. 201, da Constituição Federal, ao dispor sobre a concessão de aposentadoria aos beneficiários do Regime Geral de Previdência Social — RGPS, nos casos de atividades exercidas sob condições especiais.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 30/10/2023



Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PLP n. 232/2023

Tema: Altera o art. 2º da Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, incluindo os municípios de Divinópolis de Goiás, São Domingos, Guarani de Goiás, Posse, Mambaí, Diaminópolis e Sítio D'abádia, na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene.

Normas que revoga: Altera o art. 2º da Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007.

Pauta: 31/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PLP n. 233/2023

Tema: Dispõe sobre o Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito e altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados.

Normas que revoga: Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

Pauta: 31/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

2.1.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

2.1.e. Medidas Provisórias (MP)

MPV n. 1191/2023

Tema: Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 259.000.000,00, para o fim que especifica.

Pauta: Em 26/10/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

2.1.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)

PDL n. 345/2023

Tema: Outorga o título de Patrimônio Público da Saúde ao Instituto Nacional do Câncer (INCA).

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 06/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PDL n. 346/2023

Tema: Outorga o título de Patrimônio Público da Saúde ao Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (INTO).

Normas que revoga: Sem normas revogadas.



Pauta: 06/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PDL n. 348/2023

Tema: Susta a Portaria nº 1.297, de 13 de agosto de 2014, do Ministério do Trabalho e Emprego que alterou o anexo oitavo da Norma Regulamentadora (NR) de nº. 15 e arbitrou limite de tolerância para exposição diária a Vibração de Corpo Inteiro (VCI), de 1,1 m/s².

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 10/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PDL n. 349/2023

Tema: Susta o Decreto nº 11.695, de 11 de setembro de 2023, que promulga o Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização para a Libertação da Palestina, em nome da Autoridade Nacional Palestina, firmado em Ramallah, em 17 de março de 2010.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 10/10/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovado.



PDL n. 350/2023

Tema: Susta do Decreto nº 11.688, de 5 de dezembro de 2023.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 11/10/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PDL n. 369/2023

Tema: Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário Cultural e Social de Água Branca (ADECAB) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Água Branca, Estado do Piauí.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 24/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PDL n. 356/2023

Tema: Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Balsas FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Balsas, Estado do Maranhão.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 24/10/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.



Resultado: Aprovado.

PDL n. 360/2023

Tema: Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Kativa FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Balsas, Estado do Maranhão.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 24/10/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PDL n. 353/2023

Tema: Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de São Francisco do Piauí a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Francisco do Piauí, Estado do Piauí.

Normas que revoga: Sem normas revogadas

Pauta: 24/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PDL n. 368/2023

Tema: Aprova o ato que autoriza à Associação Santa Maria de Difusão e Cultura - ASMDDCEC a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Maria do Tocantins, Estado do Tocantins.



Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 24/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PDL n. 364/2023

Tema: Aprova o ato que autoriza à Associação Anglo de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social de Angico - AADACESA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Angico, Estado do Tocantins.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 24/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PDL n. 354/2023

Tema: Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Tocantinense para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município Bezerros, Estado de Pernambuco.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 24/10/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.



PDL n. 371/2023

Tema: Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Cultural e Social do Bairro Renascença (ADECOBRE) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Teresina, Estado do Piauí.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 24/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: aprovada.

PDL n. 366/2023

Tema: Aprova o ato que autoriza a Associação Coloniense de Radiodifusão Comunitária a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Colônia do Piauí, Estado do Piauí.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 24/10/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PDL n. 365/2023

Tema: Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária Campomaiorense a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campo Maior, Estado do Piauí.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 24/10/2023



Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PDL n. 367/2023

Tema: Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão e Cultura de Luzilândia a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Luzilândia, Estado do Piauí.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 24/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PDL n. 363/2023

Tema: Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Social Cultural da Localidade Itaúna a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Castelo do Piauí, Estado do Piauí.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 24/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PDL n. 355/2023



Tema: Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural de Conselheiro Pena para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município Resplendor, Estado de Minas Gerais.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 24/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PDL n. 359/2023

Tema: Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Aio de Educação e Assistência Social - FAES para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município Timbaúba, Estado de Pernambuco.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 24/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PDL n. 358/2023

Tema: Aprova o ato que outorga permissão à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município Careiro, Estado do Amazonas.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 24/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.



Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PDL n. 357/2023

Tema: Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Ponta da Serra FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Betânia do Piauí, Estado do Piauí.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 24/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PDL n. 361/2023

Tema: Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Interativa FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Betânia do Piauí, Estado do Piauí.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 24/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PDL n. 352/2023

Tema: Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Hipolitana FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Monsenhor Hipólito, Estado do Piauí.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.



Pauta: 24/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PDL n. 370/2023

Tema: Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Buritirana FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmas, Estado do Tocantins.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 24/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PDL n. 362/2023

Tema: Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Radiodifusão Palmas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmas, Estado do Tocantins.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 24/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PDL n. 374/2023



Tema: Aprova o ato que autoriza à Associação Comunitária Litoral do Turi - ACOLIT a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Turiaçu, Estado do Maranhão.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 24/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PDL n. 376/2023

Tema: Aprova o ato que autoriza a Associação Amigos da Cultura e do Meio Ambiente - Taquaruçu - Canto das Artes a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmas, Estado do Tocantins.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 24/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PDL n. 375/2023

Tema: Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Dom Cavati a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dom Cavati, Estado de Minas Gerais.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 24/10/202.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.



Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PDL n. 372/2023

Tema: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Sociedade dos Ecologistas de Tambaú para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tambaú, Estado de São Paulo.

Normas que revoga: Sem normas revogadas:

Pauta: 24/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PDL n. 377/2023

Tema: Aprova o ato que autoriza a Associação dos Produtores Rurais do Povoado Maracujá a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aldeias Altas, Estado do Maranhão.

Normas que revoga: Sem normas revogadas:

Pauta: 24/10/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PDL n. 373/2023

Tema: Aprova o ato que autoriza a Associação de Apoio a Cultura de Carrasco Bonito a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Carrasco Bonito, Estado do Tocantins.



Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 24/10/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PDL n. 378/2023

Tema: Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, a Resolução nº 487, de 15 de fevereiro de 2023, do Conselho Nacional de Justiça, que “Institui a Política Antimanicomial do Poder Judiciário e estabelece procedimentos e diretrizes para implementar a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei n. 10.216/2001, no âmbito do processo penal e da execução das medidas de segurança.”

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 24/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PDL n. 379/2023

Tema: Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, a aplicação do Decreto nº 11.615, de 21 de julho de 2023, nos termos que especifica.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 24/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.



PDL n. 383/2023

Tema: Susta os artigos 18-A e 18-B da Portaria PGFN nº 6.757, de 29 de julho de 2022, na redação conferida pela Portaria PGFN n. 1.241, de 10 de outubro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 16 de outubro de 2023.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 27/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PDL n. 385/2023

Tema: Susta a aplicação do Edital de Chamamento Público nº 1/MEC, de 04 de outubro de 2023, e da Portaria SERES/MEC nº 397, de 20 de outubro de 2023.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 31/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PDL n. 387/2023

Tema: Susta os efeitos da portaria n ° 650, de 5 de Abril de 2023 que dispõe sobre a política de chamamento público para a autorização de curso de graduação de Medicina ofertado por instituição de educação superior privada e sobre a reabertura do protocolo de pedidos de aumento de vagas do sistema federal de educação superior.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 31/10/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.



Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

2.1.g. Projeto de Resolução (PR)

PRC n. 115/2023

Tema: Revoga apenas o inciso XI do caput do Art. 6º do Ato da Mesa nº 270, de 19 de janeiro de 2023.

Pauta: 09/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada

PRC n. 116/2023

Tema: Cria a Bancada Negra da Câmara dos Deputados e dá outras providências.

Pauta: 24/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

PRC n. 117/2023

Tema: Denomina “Ala Félix Mendonça” o corredor superior do anexo II, ala ‘B’, em frente às salas 116 a 184.

Pauta: 25/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.



Resultado: Não foi possível verificar.

PRC n. 118/2023

Tema: Altera o art. 43 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (Resolução nº 17, de 1989), para vedar a apresentação de voto em separado por Deputado em matéria de sua autoria.

Pauta: 26/10/2023

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Não foi possível verificar.

2.2. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

2.2.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

2.2.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)

PL n. 2626/2023

Tema: institui o ano de 2023 como “Ano Nacional Fernando Sabino”, em comemoração aos 100 anos do seu nascimento.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 17/10/2023.

Resultado: Aprovada.

PL n. 3905/2021

Tema: Estabelece um marco regulatório do fomento à cultura no âmbito da administração pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: Em 17/10/2023.

Resultado: Aprovada.

PL n 4411/2021

Tema: assegura à mulher que tenha perdido seus documentos pessoais ou de seus dependentes por conta de agressão patrimonial prioridade na emissão de novos registros.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: Em 17/10/2023.

Resultado: Aprovada.

PL n. 1761/2021

Tema: Garante atendimento prioritário a pessoas com diabetes em estabelecimentos públicos ou privados de saúde para a realização de procedimentos ou exames que exijam jejum total.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: Em 24/10/2023.

Resultado: Aprovada.

PL n. 3079/2015

Tema: Permite que as instituições federais de ensino superior adotem critério regional em concursos seletivos para ingresso nos cursos de graduação sediados em campi do interior.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: Em 25/10/2023.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4034/2019



Tema: indenizações recebidas por vítimas de desastres com barragens não serão contabilizadas no cálculo de renda familiar.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: Em 25/10/2023.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4364/2020

Tema: Política Nacional de Enfrentamento à Doença de Alzheimer e Outras Demências.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: Em 26/10/2023.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5414/2013

Tema: Serviço Voluntário de Defesa Civil em caráter permanente – não apenas em situações de calamidade pública (PL 5414/13).

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: Em 26/10/2023.

Resultado: Aprovada.

PL n. 2706/2019

Tema: Dia Nacional de Luta contra a Violência Doméstica e Familiar, em 7 de agosto

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: Em 25/10/2023.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5868/2019

Tema: Dia Nacional da Educação Legislativa, em 15 de maio.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.



Pauta: Em 25/10/2023.

Resultado: Aprovada.

PL n. 7690/2014

Tema: Dia Nacional da Promoção Cultural da Paz, em 25 de julho.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: Em 25/10/2023.

Resultado: Aprovada.

PL n. 11144/2018

Tema: Dia Nacional do Médico Ultrassonografista, em 21 de agosto.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: Em 25/10/2023.

Resultado: Aprovada.

PL n. 3885/2023

Tema: Dia Nacional do Policial Penal, em 04 de dezembro.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: Em 25/10/2023.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4323/2021

Tema: Inscreve o nome de Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti, o Doutor Bezerra de Menezes, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: Em 25/10/2023.

Resultado: Aprovada.

PL n. 3903/2021



Tema: Inscreve o nome de Dorina de Gouvêa Nowill no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: Em 25/10/2023.

Resultado: Aprovada.

PL n. 7852/2010

Tema: Confere o título de “Capital Nacional da Energia Limpa” ao município de Petrópolis (RJ)

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: Em 25/10/2023.

Resultado: Aprovada.

PL n. 10706/2018

Tema: Declara a cidade de Nova Friburgo (RJ) como a “Suíça Brasileira”

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: Em 25/10/2023.

Resultado: Aprovada.

PL n. 10978/2018

Tema: Reconhece o município de Ubatuba (SP) como “Capital Nacional da Mata Atlântica”

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: Em 25/10/2023.

Resultado: Aprovada.

PL n. 1434/2019

Tema: Dá o título de “Capital Nacional do Incentivo às Micros e Pequenas Empresas” ao município de Três Rios (RJ).

Normas que revoga: Sem normas revogadas.



Pauta: Em 25/10/2023.

Resultado: Aprovada.

PL n. 394/2020

Tema: Cria a Rota Turística Histórica Belém-Bragança, com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e social da Amazônia Atlântica.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: Em 25/10/2023.

Resultado: Aprovada.

PL n. 3724/2021

Tema: Reconhece os blocos e bandas de Carnaval – seus desfiles, sua música, suas práticas, suas tradições – como manifestação da cultura nacional.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: Em 25/10/2023.

Resultado: Aprovada.

PL n. 3356/2021

Tema: Concede à cidade de Mateiros (TO) o título de “Capital Nacional do Capim Dourado”

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: Em 25/10/2023.

Resultado: Aprovada.

PL n. 1945/2022

Tema: Reconhece a Festa de São Vito, realizada na cidade de São Paulo (SP), como manifestação cultural nacional.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: Em 25/10/2023.

Resultado: Aprovada.



PL n. 6184/2009

Tema: Denomina Soldado Constitucionalista Abílio Previdi o viaduto localizado no km 464,6 da Rodovia Régis Bittencourt (SP).

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: Em 25/10/2023.

Resultado: Aprovada.

PL n. 2562/2015

Tema: Dá o nome de Bruno Santos Bacci a passarela de pedestre construída sobre a rodovia Fernão Dias, no bairro do Tanque, da cidade de Atibaia (SP).

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: Em 25/10/2023.

Resultado: Aprovada.

PL n. 10388/2018

Tema: Dá o nome de Aureliano Henrique Brotto à passarela situada no km 201,7 da Rodovia Presidente Dutra, no município de Arujá (SP).

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: Em 25/10/2023.

Resultado: Aprovada.

PL n. 768/2019

Tema: Dá o nome de Vicente Vitagliano ao viaduto localizado no km 72,8 da BR-153, em São José do Rio Preto (SP)

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: Em 25/10/2023.

Resultado: Aprovada.

PL n. 2082/2019



Tema: Dá o nome de Alberto Dauaire a trecho da BR-356 entre São João da Barra (RJ) e Campos dos Goytacazes (RJ)

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: Em 25/10/2023.

Resultado: Aprovada.

PL n. 6495/2019

Tema: Dá o nome de Doutor Luciano Heitor Beiguelman ao trecho da BR-153 entre os municípios de Icem e Nova Granada.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: Em 25/10/2023.

Resultado: Aprovada.

PL n. 771/2022

Tema: Denomina Antônio Carlos Belchior o Terminal Marítimo de Passageiros do Porto de Fortaleza (CE)

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: Em 25/10/2023.

Resultado: Aprovada.

PL n. 3542/2020

Tema: Isenção de custas processuais para a solicitação e revisão de medidas protetivas às mulheres em situação de violência doméstica, independentemente da situação econômica da vítima.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 26/10/2023

Resultado: Aprovada.

PL n. 5503/2019

Tema: Autoriza os participantes e assistidos de planos de previdência complementar a optar pelo regime de tributação (progressivo ou regressivo) quando forem receber o benefício ou resgatar os valores acumulados.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: 26/10/2023

Resultado: Aprovada.

2.2.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)

PLC n. 128/2022

Tema: Destina no mínimo 5% do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) para a capacitação continuada de servidores administrativos do Sistema Penitenciário e de policiais penais.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 25/10/2023.

Resultado: Aprovado.

2.2.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

2.2.e. Medidas Provisórias (MP)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

2.2.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

2.2.g. Projeto de Resolução (PR)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

3. Fatos relevantes

A principal discussão do mês de outubro foi referente à possibilidade de votação das alterações das normas eleitorais, o que não se efetivou, de modo que as alterações legislativas não se aplicarão às eleições de 2024, nem tampouco houve a votação de fato pelo Senado.

Ainda, outra matéria que rendeu discussões trata-se da reforma tributária, matéria discutida e encampada pelo Ministro da Fazenda, a matéria não teve votação final ainda, passando por alterações na redação quando da apreciação pelo Senado.

Os projetos de lei apresentados pela Câmara dos Deputados estiveram nesse mês mais voltados à mulher, saúde, segurança e cultura.

O projeto de resolução nº116/2023 cria uma bancada negra da câmara dos deputados, algo de grande relevância para a interseccionalidade, a bancada pretende reunir parlamentares pretos e pardos.

Houve, também, projetos de lei relacionados à violência doméstica e feminicídio. Como, por exemplo, um projeto de lei para se ter direito e prioridade no porte de arma a mulheres vítimas de violência doméstica e para aplicar penas mais severas a autores de feminicídio e violência doméstica.

Os animais tiveram seu destaque nesse mês, o projeto de lei dispôs sobre a proibição de usar coleiras de choque como forma de correção, visto que isso é maltratar os animais e não educar.

Alguns projetos relacionados à cultura, como projetos de lei que intitulam Arapoti sendo capital do mel, Gramado sendo a capital do cinema, também foram colocados na pauta, ainda algumas rodovias sendo denominadas e entre outras curiosidades estabelecidas nessa pesquisa.



4. Comentários e Observações

Na Câmara dos Deputados teve o Projeto de lei nº4846/2023 que tem como objetivo aumentar as penas nos crimes que forem realizados contras pessoas idosas.

Por outubro ser o mês destinado à campanha de prevenção e cuidados à saúde da mulher, principalmente em relação ao câncer de mama, houve boa parte dos projetos de lei voltadas a mulher sendo alguns destaques como o projeto de lei que prevê licenças, segurança maior em situações de violência doméstica, punições mais severas se tratando de feminicídio e entre outros fatores.

O projeto de lei nº4885/2023 que prevê para que a mulher vítima de violência doméstica tenha direito e prioridade no processo de aquisição e porte de arma de fogo, até pela sua segurança e de seus familiares. Engatando nessa lei, tem a PL nº 4972/2023 que estabelece medidas punitivas mais severas aos crimes de feminicídio e que envolvam violência doméstica, pois na maioria dos casos o agressor não sofre penalização e pode ocasionar na morte da vítima. Para os atendimentos de mulheres vítimas de violência familiar ou doméstica o projeto de lei nº 5253/2023 pretende prever que essas mulheres sejam atendidas por profissionais de saúde do sexo feminino.

Na comissão de constituição, justiça e cidadania tramitou o projeto de lei nº 4411/2021 que foi aprovado assegurar à mulher que tenha perdido seus documentos pessoais ou de seus dependentes por conta de agressão patrimonial prioridade na emissão de novos registros.

Uma doença que pode afetar 10% das mulheres, trouxe um projeto de lei nº 5048 que institui a Licença-Endometriose aos servidores públicos federais, empregados públicos e estagiários que tenham endometriose severa ou incapacitante.

A lei de cotas foi aprovada, com diversos questionamentos externos, na tramitação interna do Congresso Nacional não se verificou uma tramitação tão travada.

De todo modo, dentre os projetos com conteúdo não tão uniforme, ainda carece de votação, como por exemplo a reforma tributária.



PARLEX



Boletim de novidades legislativas

NOVEMBRO - 2023



NOVEMBRO - 2023

A pesquisa deste mês foi realizada por Fabrício Antunes Zangiski, pós-graduado em Direito Eleitoral, Centro Universitário Internacional (UNINTER); bacharel em Direito, Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR); advogado e Monike Santos, Mestra em Direitos Humanos, Interculturalidade e Desenvolvimento, Universidad Pablo de Olavide – Espanha, Especialista em Direitos Humanos e Filosofia, PUCPR. Graduada em Direito, FAE – Centro Universitário e Graduanda em Filosofia, UNINTER. Advogada.



ÍNDICE

1. Senado Federal

1.1. Plenário

- 1.1.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)
- 1.1.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)
- 1.1.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)
- 1.1.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)
- 1.1.e. Medidas Provisórias (MP)
- 1.1.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)
- 1.1.g. Projeto de Resolução (PR)

1.2. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

- 1.2.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)
- 1.2.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)
- 1.2.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)
- 1.2.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)
- 1.2.e. Medidas Provisórias (MP)
- 1.2.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)
- 1.2.g. Projeto de Resolução (PR)

2. Câmara dos Deputados

2.1. Plenário

- 2.1.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)
- 2.1.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)
- 2.1.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)
- 2.1.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)
- 2.1.e. Medidas Provisórias (MP)
- 2.1.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)
- 2.1.g. Projeto de Resolução (PR)

2.2. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



PARLEX



2.2.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)

2.2.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)

2.2.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)

2.2.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)

2.2.e. Medidas Provisórias (MP)

2.2.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)

2.2.g. Projeto de Resolução (PR)

3. Fatos relevantes

4. Comentários e Observações



1. Senado Federal

Nos termos do art. 46 da Constituição da República, o Senado Federal está composto por três representantes de cada unidade da federação, totalizando atualmente 81 (oitenta e um) assentados. O mandato é de oito anos, sendo a Casa Legislativa renovada a cada quatro anos, de forma alternada, por um e dois terços. Cada integrante do Senado Federal conta com dois ou duas suplentes.

1.1. Plenário

1.1.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)

PEC n. 8/2021

Tema: Funcionamento de tribunais. Normas processuais. Estabelece prazos para os pedidos de vista nos julgamentos colegiados do Poder Judiciário. Determina que somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial os tribunais possam deferir medidas cautelares que: suspendam a eficácia de leis e atos normativos com efeitos erga omnes; suspendam atos dos presidentes dos demais poderes; suspendam a tramitação de proposições legislativas; afetem políticas públicas ou criem despesas para os demais poderes. Fixa prazo para o julgamento de mérito após o deferimento de pedidos cautelares em ações de controle concentrado de constitucionalidade e dá outras providências.

Normas que revoga: Altera o art. 97, §1º, I e II, §2º, art. 102, I, p, §§ 4º, 5º, 6º e 7º, art. 103, §§ 3º e 3º-A e art. 125, §2º da Constituição Federal.

Pauta(s): Em 22/11/2023 - Discussão, em segundo turno.

Quórum: 71.

Processo de Votação: Nominal.

Placar: Sim – 52, Não – 18, Abstenção – 0.

Resultado: Aprovada.

PEC n. 45/2019



Tema: Tributação. Impostos. Reforma Tributária. Sistema Tributário Nacional.

Normas que revoga: Não foi possível verificar.

Pauta(s): Em 08/11/2023 - Discussão, em segundo turno.

Quórum: 78.

Processo de Votação: Nominal.

Placar: Sim – 53, Não – 24, Abstenção – 0.

Resultado: Aprovada.

1.1.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)

PL n. 90/2018

Tema: Educação. Recursos Financeiros. Estados, Municípios e Distrito Federal. Funcionamento. Conselho de Alimentação Escolar (CAE). Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Normas Complementares.

Normas que revoga: Altera os incisos VI e XI do art. 17, e o inciso IV do art. 20 da Lei nº 11.947, de 2009.

Pauta(s): Em 01/11/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 3.023/2022

Tema: Previdência Social. Saúde. Pensão Especial. Hanseníase. Alteração de valor.

Normas que revoga: Altera os artigos 1º e 1º-A da Lei nº 11.520/2007

Pauta(s): Em 01/11/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.



Resultado: Aprovada.

PL n. 3.535/2023

Tema: Funcionalismo Público. Criação de cargos em provimento, comissão e funções comissionadas. Secretaria do Superior Tribunal Militar. Auditorias da Justiça Militar da União.

Normas que revoga: Não revoga normas.

Pauta(s): Em 01/11/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4.426/2023

Tema: Institui o Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social (PEFPS); dispõe sobre a transformação de cargos efetivos vagos do Poder Executivo federal.

Normas que revoga: altera as Leis n°s 3.268, de 30 de setembro de 1957, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, 11.134, de 15 de julho de 2005, 11.361, de 19 de outubro de 2006, 10.486, de 4 de julho de 2002, 13.328, de 29 de julho de 2016, 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, 12.086, de 6 de novembro de 2009, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e 14.204, de 16 de setembro de 2021; e revoga dispositivos das Leis n°s 9.713, de 25 de novembro de 1998, 9.986, de 18 de julho de 2000, e 14.059, de 22 de setembro de 2020, e a Medida Provisória n° 1.181, de 18 de julho de 2023.

Pauta(s): Em 01/11/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: 71.

Processo de Votação: Regime de Urgência.

Placar: Não foi possível verificar.



Resultado: Aprovada.

PL n. 3.045/2022

Tema: Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

Normas que revoga: altera os artigos 4º, IX e 4º-A, parágrafo único da Lei n. 13.675/2018. Revoga os artigos 1º e 2º, alíneas d e e do caput e §§1º, 2º e 3º do art. 3º, art. 4º a 17, 21 a 23 e 25 a 28 do Decreto-Lei nº 667/69.

Pauta(s): Em 07/11/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 3/2023

Tema: Cria o protocolo “Não é Não”, para prevenção ao constrangimento e à violência contra a mulher e para proteção à vítima.

Normas que revoga: altera o inciso III do artigo 150 da Lei n. 14.597/2023.

Pauta(s): Em 07/11/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 2.788/2019

Tema: Institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB); discrimina os direitos das Populações Atingidas por Barragens



(PAB); prevê o Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB); estabelece regras de responsabilidade social do empreendedor.

Normas que revoga: revoga os §§ 1º, 2º e 3º do art. 223-G da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Pauta(s): Em 14/11/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4.727/2020

Tema: Processo Civil. Altera o art. 265 do Código de Processo Penal para extinguir a multa por abandono do processo aplicada sumariamente pelo juiz em desfavor do advogado.

Normas que revoga: altera o art. 265 do CPC.

Pauta(s): Em 14/11/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5.086/2023

Tema: Municípios. Prazo para elaboração do Plano de Mobilidade Urbana.

Normas que revoga: altera o art. 24, §4º, I e II da Lei n. 12.587/2012.

Pauta(s): Em 14/11/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 1.269/2022

Tema: Processual. Efeitos. Indisponibilidade de bens. Improbidade Administrativa.

Normas que revoga: altera o art. 16-A da Lei n. 8.429/1992.

Pauta(s): Em 14/11/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5.086/2023

Tema: Municípios. Prazo para elaboração do Plano de Mobilidade Urbana.

Normas que revoga: altera o art. 24, §4º, I e II da Lei n. 12.587/2012.

Pauta(s): Em 14/11/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 2.012/2022

Tema: Prevenção de acidentes ou desastres. Recuperação de áreas atingidas. Instrumentos.

Normas que revoga: Altera os arts. 1º, 2º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, acrescenta o Capítulo III-A da Lei nº 12.608/2012. Altera o art. 3-A da Lei nº 12.340/2010

Pauta(s): Em 14/11/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.



Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 2.757/2022

Tema: Direito Agrário. Títulos Fundiários. Extinção de Clausulas Resolutivas.

Normas que revoga: Altera os arts. 15-A, 16-A e 19 da Lei n. 11.952/2009. Altera os arts. 6º, 20, 20-A e 26-B da Lei n. 8.629/1993. Altera o art. 3º-A da Lei n. 13.465/2017.

Pauta(s): Em 21/11/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 2.470/2023

Tema: Tributário. Isenção de PIS/COFINS. Empresas reformadoras de pneumáticos.

Normas que revoga: Altera o art. 28, XXXVIII da Lei n. 10.865/2004

Pauta(s): Em 21/11/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 2.952/2022



Tema: Saúde. Institui a Política de Prevenção ao Câncer. Programa Nacional de Navegação da Pessoa com Diagnóstico de Câncer.

Normas que revoga: Altera o art. 19-R, §3º da Lei n. 8.080/1990.

Pauta(s): Em 21/11/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 1.459/2022

Tema: Meio Ambiente. Agropecuária e Abastecimento. Pesquisa, experimentação, produção, embalagem e rotulagem, transporte, armazenamento, comercialização, utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de pesticidas, de produtos de controle ambiental.

Normas que revoga: Não foi possível verificar.

Pauta(s): Em 28/11/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4.943/2023

Tema: Cultura. Religião. Institui o Dia Nacional do Rosário da Virgem Maria.

Normas que revoga: Não foi possível verificar.

Pauta(s): Em 28/11/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.



Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4.173/2023

Tema: Tributação. Tributação de aplicações em fundos de investimento no País e da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior.

Normas que revoga: Não foi possível verificar.

Pauta(s): Em 29/11/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

1.1.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)

PLC n. 205/2023

Tema: Cultura. Recursos. Lei Paulo Gustavo. Alteração de prazo.

Normas que revoga: Altera o art. 9º, parágrafo único e art. 22, §2º da Lei Complementar n. 195/2022.

Pauta(s): Em 14/11/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: 75.

Processo de Votação: Nominal.

Placar: Sim: 74. Não: 0. Abstenção: 0. Presidente: 1.

Resultado: Aprovada.

PLC n. 243/2023



Tema: Educação. Permanência. Ensino Médio. Programa de incentivo à permanência de estudantes no ensino médio.

Normas que revoga: Não altera normas.

Pauta(s): Em 29/11/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: 62.

Processo de Votação: Nominal.

Placar: Sim: 61. Não: 0. Abstenção: 0. Presidente: 1.

Resultado: Aprovada.

1.1.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

1.1.e. Medidas Provisórias (MP)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

1.1.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)

PDL n. 380/2023

Tema: Direito Internacional. Mercosul. Aprovação da Bolívia no Mercosul.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta: Em 28/11/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PDL n. 168/2023



Tema. Direito Internacional. Pesquisa Nuclear. Protocolo sobre Privilégios e Imunidades da Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear, celebrado em Genebra, em 18 de março de 2004.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 28/11/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PDL n. 169/2023

Tema: Direito Internacional. Pesquisa Nuclear. Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear (CERN) com relação à Concessão do Status de Membro Associado da CERN, celebrado em Genebra, em 3 de março de 2022.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 28/11/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

1.1.g. Projeto de Resolução (PR)

PR n. 101/2023

Tema: Crédito Externo. Estado do Piauí. Autorização.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 14/11/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.



PARLEX



Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PR n. 102/2023

Tema: Crédito Externo. Estado do Piauí. Autorização.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 14/11/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PR n. 100/2023

Tema: Crédito Externo. BNDES. Autorização.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 14/11/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PR n. 103/2023

Tema: Crédito Externo. Estado de São Paulo. Autorização.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 14/11/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.



Resultado: Aprovada.

PR n. 104/2023

Tema: Crédito Externo. Agência de Fomento do Estado de São Paulo.

Autorização.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 14/11/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PR n. 105/2023

Tema: Crédito Externo. Município de Judiaí/SP. Autorização.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 14/11/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PR n. 106/2023

Tema: Crédito Externo. Estado de Santa Catarina. Autorização.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 14/11/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.



Resultado: Aprovada.

PR n. 107/2023

Tema: Crédito Externo. Garantia. União. BNDES. Autorização.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 14/11/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PR n. 108/2023

Tema: Crédito Externo. Estado do Amapá. Autorização.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 14/11/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

PR n. 112/2023

Tema: Crédito Externo. Garantia. União. CAJ – Companhia de Águas de Joinville. Autorização.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 21/11/2023 - Discussão, em turno único.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada.

1.2. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

1.2.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)

PEC n. 45/2019

Tema: Tributação. Impostos. Reforma Tributária. Sistema Tributário Nacional.

Normas que revoga: Não foi possível verificar.

Pauta(s): Em 07/11/2023.

Resultado: Aprovada.

PEC n. 17/2023

Tema: Direitos Fundamentais. Segurança Alimentar.

Normas que revoga: Altera o art 6º da Constituição Federal.

Pauta(s): Em 22/11/2023.

Resultado: Aprovada.

PEC n. 45/2023

Tema: Poder Judiciário. Eleição dos órgãos diretivos de Tribunais de Justiça.

Normas que revoga: Altera o art 96 da Constituição Federal.

Pauta(s): Em 22/11/2023.

Resultado: Aprovada.

PEC n. 42/2023

Tema: Direito Eleitoral. Militares. Altera as condições de elegibilidade por militares da ativa das Forças Armadas.

Normas que revoga: Não foi possível verificar.

Pauta(s): Em 29/11/2023.

Resultado: Aprovada.



1.2.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)

PL n. 3.453/2021

Tema: Direito Penal. Processo Penal. Resultado de julgamento em matéria penal.

Concessão de habeas corpus de ofício.

Normas que se revoga: Não foi possível verificar.

Pauta(s): Em 08/11/2023.

Resultado: Aprovada.

PL n. 3.954/2023

Tema: Recursos. Convênios. Gestão Eficiente.

Normas que revoga: Não foi possível verificar.

Pauta(s): Em 08/11/2023.

Resultado: Aprovada.

PL n. 2.494/2019

Tema: Espaços Públicos. Mecanismos de Financiamento e gestão de equipamentos públicos.

Normas que revoga: Não foi possível verificar.

Pauta(s): Em 08/11/2023.

Resultado: Aprovada.

PL n. 1.054/2019

Tema: Concurso Público. Teste de Aptidão. Candidata Gestante. Regulamentação.

Normas que revoga: Não foi possível verificar

Pauta(s): Em 08/11/2023.

Resultado: Aprovada.

PL n. 430/2018



Tema: Obrigatoriedade de banheiro familiar e fraldário em ambientes coletivos.

Normas que revoga: Não foi possível verificar.

Pauta(s): Em 08/11/2023.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4.224/2021

Tema: Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares; prevê a Política Nacional de Prevenção e Proteção ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente

Normas que revoga: Não foi possível verificar.

Pauta(s): Em 22/11/2023.

Resultado: Aprovada.

PL n. 1.829/2019

Tema: Turismo. Promoção da modernização do turismo.

Normas que revoga: Não foi possível verificar.

Pauta(s): Em 22/11/2023.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4.337/2023

Tema: Improbidade Administrativa. Ação Civil Pública. Omissão do membro do Ministério Público em propor acordo de não persecução civil ou ajustamento de conduta

Normas que revoga: Não foi possível verificar.

Pauta(s): Em 22/11/2023.

Resultado: Aprovada.

PL n. 5.020/2019



Tema: Processo Civil. Juizados Especiais Cíveis. Aplicabilidade de normas relativas à conexão, à continência e ao incidente de resolução de demandas repetitivas aos processos no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis

Normas que revoga: Não foi possível verificar.

Pauta(s): Em 22/11/2023.

Resultado: Aprovada.

PL n. 4.266/2023

Tema: Direito Penal. Tornar o feminicídio crime autônomo, agravar a sua pena e de outros

crimes praticados contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, bem como

para estabelecer outras medidas destinadas a prevenir e coibir a violência praticada

contra a mulher.

Normas que revoga: Não foi possível verificar.

Pauta(s): Em 22/11/2023.

Resultado: Aprovada.

PL n. 121/2015

Tema: Regulamenta a profissão de protesista/ortesta ortopédico.

Normas que revoga: Não foi possível verificar.

Pauta(s): Em 22/11/2023.

Resultado: Aprovada.

PL n. 1.219/2023

Tema: Poder Judiciário. Composição, o funcionamento e a competência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Normas que revoga: Não foi possível verificar.

Pauta(s): Em 29/11/2023.

Resultado: Aprovada.

1.2.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

1.2.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

1.2.e. Medidas Provisórias (MP)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

1.2.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

1.2.g. Projeto de Resolução (PR)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

2. Câmara dos Deputados



Nos termos do art. 45 da Constituição da República, a Câmara dos Deputados está composta por 513 deputados, número estabelecido proporcionalmente à população, precedido aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta representantes. O mandato é de quatro anos, sendo a Casa Legislativa renovada a cada quatro anos.

2.1. Plenário

2.1.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

2.1.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)

PL n. 81/2022

Tema: Saúde. Política Social. Fomento. Direito de toda mulher a ter acompanhante, pessoa de sua livre escolha, nas consultas e exames, inclusive os ginecológicos, nos estabelecimentos públicos e privados.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para ampliar o direito da mulher de ter um acompanhante nos atendimentos realizados nos serviços de saúde públicos e privados.

Pauta(s): Em 01/11/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada a redação final, transformada em Lei Ordinária nº 14737/2023.

PL n. 715/2019



Tema: Direito Constitucional. Saúde. Política Social. Prioridade de atendimento no serviço de assistência psicológica e social e a preferência no atendimento de cirurgia plástica reparadora, pelo Sistema Único de Saúde - SUS, para mulher vítima de agressão, da qual resulte dano a sua integridade física ou estética.

Normas que revoga: Não revoga nenhuma norma.

Pauta(s): Em 01/11/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Turno Único.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada e encaminhada ao Senado Federal.

PL n. 4.540/2023

Tema: Direito Constitucional. Saúde. Política Social. Dispõe sobre para incentivar a realização da investigação diagnóstica do transtorno do espectro autista em pessoas adultas e idosas.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

Pauta(s): Em 01/11/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada e encaminhada ao Senado Federal.

PL n. 3.060/2021

Tema: Direito Constitucional. Saúde. Política Social. Institui, em âmbito nacional, o Agosto Azul e Vermelho como mês dedicado a informar a população sobre os cuidados com a saúde vascular e a incentivar a prevenção e o tratamento de doenças vasculares.

Normas que revoga: Sem normas revogadas.



Pauta(s): Em 01/11/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Turno Único.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada e encaminhado ao Senado Federal.

PL 2.944/2019 (Nº Anterior: PL 6.124/2016)

Tema: Direito Civil. Dispõe sobre emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos no âmbito do Distrito Federal e dos Territórios.

Normas que revoga: Revoga disposições do Decreto-Lei nº 115, de 25 de janeiro de 1967.

Pauta(s): Em 01/11/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada e encaminhada à sanção Presidencial.

PL n. 3.072/2022

Tema: Direito Constitucional. Saúde. Política Social. Dispõe sobre o direito à informação a respeito da possibilidade de realização da cirurgia plástica reparadora da mama no caso de mutilação decorrente de tratamento de câncer.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999.

Pauta(s): Em 06/11/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Turno Único.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada e encaminhada ao Senado Federal.



PL n. 2.975/2023

Tema: Direito Constitucional. Direitos Humanos. Direito Indígena. Inclusão da mulher indígena na legislação de enfrentamento da violência e de promoção da saúde e da educação.

Normas que revoga: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), e 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Pauta(s): Em 06/11/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Turno Único.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada e encaminhada ao Senado Federal.

PL n. 1.435/2023

Tema: Direito à informação. Saúde. Institui a campanha nacional permanente Recrutando Anjos; obriga os estabelecimentos a afixar cartazes sobre manobras para desobstrução das vias respiratórias.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Pauta(s): Em 06/11/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Turno Único.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada e encaminhada ao Senado Federal.

PL n. 3.346

Tema: Direito à Saúde. Inclui a garantia de assistência fisioterapêutica aos pacientes submetidos a cirurgia de mastectomia.



Normas que revoga: Altera a Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999.

Pauta(s): Em 06/11/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada e encaminhada ao Senado Federal.

PL n. 5.086/2023

Tema: Direito Urbanístico. Mobilidade Urbana. Homenagem. Dispõe sobre o prazo para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana pelos Municípios.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012.

Pauta(s): Em 07/11/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada e encaminhada ao Senado Federal.

PL n. 1.874/2015

Tema: Direito Constitucional. Direitos Humanos, Educação. Inclusão. Dispõe sobre a garantia de atendimento educacional especializado gratuito aos estudantes com transtorno do espectro autista nas instituições públicas e conveniadas, bem como sobre o direito à educação inclusiva e a profissional de apoio escolar.

Normas que revoga: Altera a redação do parágrafo único do art. 3º e os artigos 5º e 7º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

Pauta(s): Em 07/11/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada e encaminhada ao Senado Federal.



PL n. 2.757/2022

Tema: Direitos reais. Propriedade. busca impedir o cancelamento de títulos de áreas rurais concedidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) antes de 1997 por falta de cumprimento das condições estabelecidas originalmente nos contratos.

Normas que revoga: Altera as Leis nºs 11.952, de 25 de junho de 2009, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a extinção de cláusulas resolutivas constantes de títulos fundiários, e a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017.

Pauta(s): Em 07/11/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada e retorna ao Senado Federal.

PL n. 4.727/2019

Tema: Direito Militar. Direito Processual Militar. Dispõe sobre o caso de abandono do processo pelo defensor.

Normas que revoga: Altera o art. 265 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o art. 71 do Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969 (Código de Processo Penal Militar).

Pauta(s): Em 07/11/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Turno Único.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada e retorna ao Senado Federal.

PL n. 4.968/2020



Tema: Direito do Trabalho. Direito à Informação. Saúde. Determina que as empresas disponibilizem a seus empregados informações sobre campanhas oficiais de vacinação, sobre o papilomavírus humano (HPV) e sobre os cânceres de mama, de colo do útero e de próstata.

Normas que revoga: Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Pauta(s): Em 07/11/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Turno Único.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada e retorna ao Senado Federal.

PL n. PL 2721/2023 (Nº Anterior: PL 6385/2016)

Tema: Direito Administrativo. Organização do Estado. Dispõe sobre a prestação de serviços postais aos órgãos públicos federais da administração direta e indireta.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016, artigo não especificado.

Pauta(s): Em 08/11/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Aprovada a Redação Final assinada pelo relator, Dep. Vicentinho Júnior (PP-TO). Sim: 286; não: 112; total: 398.

Resultado: Aprovada, transformada em Lei Ordinária nº 14.744/2023.

PL n. 1.604/2022

Tema: Direito Administrativo. Receita Federal. Dispõe sobre a autorregularização incentivada de tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda.



Normas que revoga: Sem normas revogadas.

Pauta(s): Em 08/11/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Turno Único.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada e convertida em Lei Ordinária nº 14.740/2023.

PL n. 1.565/2019

Tema: Segurança. Marinha do Brasil. Obriga a Marinha do Brasil a estabelecer uma escala de rodízio com todos os práticos em determinada zona de praticagem.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 9.537, de 1997, que "dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências".

Pauta(s): Em 21/11/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Turno Único.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada e encaminhada ao Senado Federal.

PL n. 5.496/2013

Tema: Direito do Trabalho. Dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado para admissão de jovens entre 16 (dezesseis) e 24 (vinte e quatro) anos de idade que não tenham tido vínculo empregatício anterior, e dá outras providências.

Normas que revoga: Acrescenta artigos à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Pauta(s): Em 21/11/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.



Resultado: Aprovada e retorno ao Senado Federal.

PL n. 4.416/2021

Tema: Direito Administrativo. Fixar novo prazo para a aprovação de projetos beneficiados com incentivos fiscais de redução e reinvestimento do imposto sobre a renda e adicionais nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Normas que revoga: Altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001.

Pauta(s): Em 22/11/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Rejeitada.

PL n. 1.768/2023

Tema: Direito Bancário. Crédito Rural. Dispõe sobre a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito rural.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016; e dá outras providências.

Pauta(s): Em 22/11/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada e encaminhada ao Senado Federal.

PL n. 2.308/2023



Tema: Direitos Humanos. Direito Ambiental. Institui o marco legal do hidrogênio de baixa emissão de carbono; dispõe sobre a Política Nacional do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono; institui incentivos para a indústria do hidrogênio de baixa emissão de carbono; institui o Regime Especial de Incentivos para a Produção de Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (Rehidro); cria o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (PHBC).

Normas que revoga: Altera as Leis nºs 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e 9.478, de 6 de agosto de 1997.

Pauta(s): Em 28/11/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Turno Único.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada e encaminhada ao Senado Federal.

PL n. 11.247/2018

Tema: Direito Administrativo. Política Energética Nacional. Disciplina o aproveitamento de potencial energético offshore.

Normas que revoga: Altera as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, 10.438, de 26 de abril de 2002, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 14.182, de 12 de julho de 2021, 10.848, de 15 de março de 2004, e 14.300, de 6 de janeiro de 2022.

Pauta(s): Em 28/11/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada e encaminhada ao Senado Federal.

PL n. 7.082/2017

Tema: Direitos Humanos. Ética. Medicina. Dispõe sobre a pesquisa com seres humanos no Brasil.

Normas que revoga: Altera as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, 10.438, de 26 de abril de 2002, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 14.182, de 12 de julho de 2021, 10.848, de 15 de março de 2004, e 14.300, de 6 de janeiro de 2022.

Pauta(s): Em 29/11/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Não foi possível verificar.

Resultado: Aprovada e encaminhada ao Senado Federal.

PL 3268/2021 (Nº Anterior: PLS 482/2017)

Tema: Direitos Humanos. Antirracismo. História do Brasil. Declara feriado nacional o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 29/11/2023.

Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Não foi possível verificar.

Placar: Sim: 286; não: 121; abstenção: 2; total: 409.

Resultado: Aprovada e encaminhada à sanção Presidencial.

2.1.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)

PLC n. 2.228/2022

Tema: Direito Administrativo. Autoriza os Municípios a aderirem a atas de registro de preços municipais, na forma que especifica.

Normas que revoga: Altera a Lei Complementar no 195, de 8 de julho de 2022 (Lei Paulo Gustavo).

Pauta(s): Em 29/11/2023.



Quórum: Não foi possível verificar.

Processo de Votação: Turno Único.

Placar: Sim: 307; não: 27; abstenção: 1; total: 338.

Resultado: Aprovada e encaminhada à sanção Presidencial.

2.1.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

2.1.e. Medidas Provisórias (MP)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

2.1.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

2.1.g. Projeto de Resolução (PR)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

2.2. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

2.2.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)

PEC n. 33/2021 (Fase 1 – CD)

Tema: Direito Constitucional. Saúde. Direito das pessoas com deficiência.

Prever o direito fundamental à acessibilidade e à mobilidade.



Normas que revoga: Altera o artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil.

Pauta(s): Em 08/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

2.2.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)

PL n. 4.189/2019

Tema: Direito Constitucional. Saúde. Direito das pessoas com deficiência. Dispõe sobre a regulamentação da coloração da órtese denominada "bengala longa" para fins de identificação da condição de seu usuário.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 07/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 4.409/2021

Tema: Direito à Cultura. Direitos Humanos. Eleva o espetáculo da “Paixão de Cristo de Nova Jerusalém”, que se realiza na cidade-teatro de Nova Jerusalém, localizada no distrito de Fazenda Nova, município do Brejo da Madre de Deus no estado de Pernambuco, patrimônio cultural imaterial do Brasil.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 07/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.



PL n. 35/2023

Tema: Direito Civil. Partilha de Bens. Permitir novo ajuste consensual sobre o destino dos bens do acordo celebrado por partes maiores e capazes, versando sobre a partilha de bens imóveis privados e disponíveis, homologado judicialmente por ocasião de divórcio consensual.

Normas que revoga: Acrescenta parágrafo único ao art. 842 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

Pauta(s): Em 07/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 4.007/2019

Tema: Direitos Humanos. Direito Civil. Pessoas com deficiência. Vedar, na contratação de seguros de pessoas, tratamento discriminatório em razão da deficiência do contratante.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).

Pauta(s): Em 07/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 1.733/2015

Tema: Direitos Humanos. Direito Ambiental. Política Nacional de Educação Ambiental. para assegurar atenção às mudanças do clima e à proteção da biodiversidade na Política Nacional de Educação Ambiental.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.

Pauta(s): Em 29/03/2023.

Resultado: Aprovada com alterações.



PL n. 9.025/2017

Tema: Direito Administrativo. Incluir nas políticas nacionais de habitação de interesse social mecanismos de incentivo à produção local de alimentos.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005.

Pauta(s): Em 07/11/2023.

Resultado: Aprovado com alterações.

PL n. 4.519/2019

Tema: Código de Trânsito Brasileiro. Dispõe sobre o transporte de bagagens no interior do veículo, de objetos que não ofereçam risco aos ocupantes.

Normas que revoga: Altera o art. 109 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que "institui o Código de Trânsito Brasileiro".

Pauta(s): Em 07/11/2023.

Resultado: Aprovado com alterações.

PL n. 4.202/2020

Tema: Direitos Humanos. Saúde. Infância. Obriga os hospitais, maternidades e todos os estabelecimentos de saúde a orientar os pais sobre doenças raras não detectáveis pelo teste do pezinho e dá outras providências.

Normas que revoga: Sem alterações normativas.

Pauta(s): Em 07/11/2023.

Resultado: Aprovado com alterações.

PL n. 5.195/2020



Tema: Direitos Humanos. Saúde. Políticas Públicas. Pessoas com Deficiência.

Abordar as ações voltadas para as pessoas com deficiência.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019, que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio.

Pauta(s): Em 07/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 1468/2022

Tema: Direito Civil. Direito Autoral. Direito Eleitoral. Estabelecer como direito moral do autor a faculdade de se opor a qualquer modificação de sua obra para fim político-partidário.

Normas que revoga: Altera o art. 24 da Lei nº 9.610, de 1998.

Pauta(s): Em 07/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 2000/2022

Tema: Código de Trânsito Brasileiro. Estabelecer a idade máxima de veículos destinados à formação de condutores.

Normas que revoga: Altera o art. 154 da Lei nº 9.503, de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro).

Pauta(s): Em 07/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 2.339/2023

Tema: Direito Penal. Direito Penal Econômico. Prevê a figura do estelionato em programa de renda extra (Estelionato Digital).



Normas que revoga: Altera art. 171 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

Pauta(s): Em 08/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 5.794/2019

Tema: Direito Administrativo. Código de Trânsito Brasileiro. Dispor sobre protocolização eletrônica de recurso de infrações, defesa prévia e indicação de condutor.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 9.503, de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro).

Pauta(s): Em 08/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 702/2023

Tema: Direito Processual Penal. Direitos Humanos. Dar prioridade de tramitação nos crimes de redução a condição análoga à de escravo.

Normas que revoga: Acrescenta o art. 394-B ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.

Pauta(s): Em 08/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 5.189/2016

Tema: Direito Constitucional. Cultura. Dispõe sobre o reconhecimento do Município de Cruzeiro, no Estado de São Paulo, como "Capital da Revolução Constitucionalista de 1932".

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 21/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 6.847/2019

Tema: Direito Constitucional. Cultura. Direito Agrário Institui o Dia Nacional do Produtor de Leite.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 21/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 6.847/2019

Tema: Direito Constitucional. Cultura. Direito Agrário. Institui o Dia Nacional do Produtor de Leite.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 21/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 626/2021

Tema: Direito Constitucional. Direito da Pessoa com Deficiência. Direitos Humanos. Direito do Trabalho. Dispor sobre a contratação de pessoas com deficiência.

Normas que revoga: Altera-se Lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Pauta(s): Em 21/11/2023.

Resultado: Aprovado com alterações.

PL n. 561/2022

Tema: Direito Constitucional. Direito à informação. Permitir a emissão de orientações com vistas à harmonização de entendimentos sobre a lei de acesso informação em nível nacional.



Normas que revoga: Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

Pauta(s): Em 21/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 2.626/2023

Tema: Direito Constitucional. Direitos Humanos. Cultura. Institui o ano de 2023 como “Ano Nacional Fernando Sabino” e dá outras providências.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 21/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 7.181/2017

Tema: Direito Constitucional. Direitos Humanos. Direito das Mulheres. Violência Doméstica. Para inserir a proteção à mulher em situação de violência doméstica e familiar como atividade imprescindível à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para instituir o programa Patrulha Maria da Penha, e a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007.

Pauta(s): Em 21/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 1.952/2007

Tema: Direito Constitucional. Regime Disciplinar da Polícia Federal. Institui o regime disciplinar do Departamento de Polícia Federal e da Polícia Civil do Distrito Federal.

Normas que revoga: Revoga dispositivos da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965, e dá outras providências.

Pauta(s): Em 21/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 380/2023

Tema: Direito Constitucional. Direito Ambiental. Direitos Humanos. Criar diretrizes que fomentem a construção de cidades resilientes às mudanças climáticas.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

Pauta(s): Em 21/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 5.899/2009

Tema: Direito Constitucional. Direitos Humanos. Incluir o câncer de próstata entre as doenças cujo controle e prevenção devem integrar o programa de atenção integral à saúde masculina no âmbito do Sistema Único de Saúde e assegurar o oferecimento de aconselhamento genético nos casos em que haja indicação clínica.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências.

Pauta(s): Em 22/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 1.837/2021

Tema: Direito Constitucional. Saúde. Institui o Dia Nacional da Saúde Única.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 22/11/2023.



Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 9.602/2018

Tema: Direito Constitucional. Saúde. Direito à Informação. Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, de eventos adversos associados a procedimentos estéticos.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 22/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 8.168/2017

Tema: Direito Civil. Ordem Econômica. Torna infração da ordem econômica as condutas abusivas em contratos particulares, e tornando ineficazes as cláusulas abusivas de modificação de foro.

Normas que revoga: Altera o Código de Processo Civil e a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011.

Pauta(s): Em 22/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 2.687/2022

Tema: Direito Constitucional. Saúde. Classifica o diabetes mellitus tipo 1 como deficiência para todos os efeitos legais.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 22/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.



PL n. 5.549/2019

Tema: Direito Constitucional. Saúde. Institui o Dia Nacional da Síndrome de Tourette.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 23/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 6.759/2010

Tema: Direito Constitucional. Saúde. Incluir a pesquisa de biomarcadores entre as ações destinadas à detecção precoce das neoplasias malignas de mama e do trato genital feminino e à pesquisa de predisposição genética para essas doenças.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008.

Pauta(s): Em 23/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 4.071/2015

Tema: Direito Constitucional. Direitos Humanos. Institui o Dia Nacional de Combate à Tortura.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 23/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 428/2021

Tema: Direito Constitucional. História do Brasil. Inscreve o nome de Lauro Nina Sodré e Silva no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.



Pauta(s): Em 23/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 3.493/2021

Tema: Direito Constitucional. História do Brasil. Inscreve os Lanceiros Negros no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 23/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 6.642/2009

Tema: Direito Constitucional. Direito Administrativo. Direito Urbanístico. Denomina Rodovia Governador Benedito Valadares a BR-262, no trecho entre o Km 352,5 e o KM 426, no Estado de Minas Gerais.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 23/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 5.824/2013

Tema: Direito Constitucional. Saúde. Institui a Semana Nacional da Saúde Vascular a ser celebrada em agosto de cada ano.

Pauta(s): Em 23/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.



PL n. 1.133/2015

Tema: Direito Constitucional. Educação. Cultura. Declara Anísio Teixeira Patrono da Escola Pública Brasileira.

Pauta(s): Em 23/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 6.419/2016

Tema: Direito Constitucional. Direito Administrativo. Direito Urbanístico. Denomina Rodovia Governador Benedito Valadares a BR-262, no trecho entre o Km 352,5 e o KM 426, no Estado de Minas Gerais.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 23/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 8.121/2017

Tema: Direito Constitucional. Direito Administrativo. Direito Urbanístico. Denomina a ponte sobre o Rio Camaquã, na BR 153, divisa dos municípios de Bagé e Caçapava do Sul, como "Ponte Nicanor Azambuja e João Dóglia".

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 23/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 1.461/2019

Tema: Direito Constitucional. Cultura. Confere o título de "Berço Imperial da Cerveja" ao Município de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.



Pauta(s): Em 23/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 3.679/2019

Tema: Direito Constitucional. Saúde. Institui a Semana Nacional de Prevenção à Saúde do Jovem.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 23/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 5.372/2019

Tema: Direito Constitucional. Saúde. Inclui no Calendário Oficial "A Semana de Conscientização e Prevenção dos Males causados pelo uso precoce e de longa duração de Dispositivos Eletrônicos por Bebês e Crianças".

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 23/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 3.989/2020

Tema: Direito Constitucional. Cultura. Confere ao Município de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro, o título de Capital Nacional da Moda Íntima.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 23/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.



PL n. 235/2021

Tema: Direito Constitucional. Saúde. “Cria a Semana Nacional de Prevenção a Acidentes com Crianças e dá outras providencias”.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 23/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 4.214/2021

Tema: Direito Constitucional. Saúde. Institui o dia 16 de dezembro como o Dia Nacional do Medicamento Biossimilar.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 23/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 584/2022

Tema: Direito Processual Civil. Tratar da prioridade de penhora de bens imóveis, na execução fiscal sobre tributos imobiliários, quando há dúvida ou contestação em relação à propriedade do bem.

Normas que revoga: Dispõe sobre alteração no Código de Processo Civil.

Pauta(s): Em 23/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 890/2022

Tema: Mediação. Institui e disciplina as Práticas Colaborativas como um método extrajudicial de gestão e prevenção de conflitos.

Normas que revoga: Sem indicação de alteração normativa.



Pauta(s): Em 23/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 1.588/2022

Tema: Direito Constitucional. Cultura. Concede o título de “Capital Nacional dos Bombeiros Voluntários” ao Município de Joinville, em Santa Catarina.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 23/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 1.639/2022

Tema: Direito Constitucional. Cultura. Confere à cidade de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro, o título de Capital Nacional do Casamento.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 23/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 1.846/2022

Tema: Direito Constitucional. Cultura. Confere ao Município de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de “Capital Nacional do Doce”.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 23/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.



PL n. 2.886/2022

Tema: Direito Constitucional. Cultura. Institui o Dia Nacional do Guia de Turismo.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 23/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 1.151/2023

Tema: Direito Constitucional. Direitos Humanos. Direito Penal. Direito da Criança e do Adolescente.

Normas que revoga: Altera o art. 87 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Pauta(s): Em 23/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 1.227/2023

Tema: Direito Constitucional. Cultura. Reconhece as quadrilhas juninas como manifestação cultural e patrimônio imaterial do Brasil.

Normas que revoga: Sem alterações normativas.

Pauta(s): Em 23/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 3.231/2023

Tema: Direito Constitucional. Cultura. Institui o Dia Nacional do Imigrante Grego.

Normas que revoga: Sem alterações normativas.

Pauta(s): Em 23/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 4.411/2021

Tema: Direito Constitucional. Direitos Humanos. Direito da Mulher. Violência Doméstica. Assegura às mulheres vítimas de violência patrimonial no âmbito das relações domésticas e familiares, o direito ao atendimento prioritário imediato para emissão de novos documentos pessoais.

Normas que revoga: Sem alterações normativas.

Pauta(s): Em 28/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 24/2020

Tema: Direito Constitucional. Cultura. Reconhece as expressões artísticas charge, caricatura, cartum e grafite manifestações da cultura brasileira.

Normas que revoga: Sem alterações normativas.

Pauta(s): Em 23/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL n. 3.663/2020

Tema: Direito Constitucional. Direitos Humanos. Saúde. Estabelecer a prioridade de compra de alimentos da agricultura familiar e da pesca artesanal pelo Sistema Único de Saúde.

Normas que revoga: Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Pauta(s): Em 28/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.



PL n. 2.529/2021

Tema: Direito Constitucional. Direito Administrativo. Servidores Públicos. Educação. Dispõe sobre a garantia de que filhos de servidores da Educação da rede pública de ensino ou os menores sob sua guarda tenham direito a vagas na unidade de ensino em que seu responsável legal estiver lotado, e dá outras providências.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 28/11/2023.

Resultado: Aprovado com alterações.

PL n. 421/2023

Tema: Direito Constitucional. Direito Penal. Direito Processual Penal. Violência Doméstica contra a Mulher. Aumentar o prazo para a vítima de violência doméstica oferecer representação criminal.

Normas que revoga: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).

Pauta(s): Em 28/11/2023.

Resultado: Aprovado com alterações.

PL n. 2.699/2011

Tema: Direito Constitucional. Direito Administrativo. Educação. Ensino Superior. Para tratar do processo de escolha dos dirigentes universitários.

Normas que revoga: Altera o parágrafo único do art. 56 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; e os incisos II e III do art. 16 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.

Pauta(s): Em 29/11/2023.

Resultado: Aprovado com alterações.



PL n. 7.184/2014

Tema: Direito Constitucional. Direito Administrativo. Isentam os Municípios da comprovação de adimplência nas liberações de verba nos estados de emergência.

Normas que revoga: Sem alterações normativas.

Pauta(s): Em 29/11/2023.

Resultado: Aprovado com alterações.

PL n. 196/2019

Tema: Direito Constitucional. Direitos Humanos. Direito do Idoso. Acresce dispositivo à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que "Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências".

Normas que revoga: Acresce dispositivo à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

Pauta(s): Em 29/11/2023.

Resultado: Aprovado com alterações.

2.2.c. Projetos de Lei Complementar (PLC)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

2.2.d. Projeto de Lei Delegada (PLD)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.

2.2.e. Medidas Provisórias (MP)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.



2.2.f. Projeto de Decreto Legislativo (PDL)

PDL n. 906/2021

Tema: Direito Administrativo. Direito à informação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Moradores de Lagedo do Tabocal para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lagedo do Tabocal, Estado da Bahia.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 07/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 416/2022

Tema: Direito Administrativo. Direito à informação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Meridional da Bahia Ltda para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Itabuna, Estado da Bahia.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 07/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 424/2022

Tema: Direito Administrativo. Direito à informação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente e Cultural Comunitária Nossa Gente para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Maracás, Estado da Bahia.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 07/11/2023.



Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 218/2023

Tema: Direito Administrativo. Direito à informação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação de Sapezal para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sapezal, Estado do Mato Grosso.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 07/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 225/2023

Tema: Direito Administrativo. Direito à informação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Centro de Serviços Socioeducativos e Técnico-Científicos para o Desenvolvimento Comunitário para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Solânea, Estado da Paraíba.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 07/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 231/2023

Tema: Direito Administrativo. Direito à informação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária da Rádio Alternativa FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barra do Corda, Estado do Maranhão.



Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 07/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 232/2023

Tema: Direito Administrativo. Direito à informação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Ecológica Educativa e Cultural de Alcinópolis para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Alcinópolis, Estado do Mato Grosso do Sul.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 07/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 234/2023

Tema: Direito Administrativo. Direito à informação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Pantaneira para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Coxim, Estado do Mato Grosso do Sul.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 07/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 234/2023

Tema: Direito Administrativo. Direito à informação. Radiodifusão. Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural e Assistencial Recuperando Vidas para



explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 07/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 250/2023

Tema: Direito Administrativo. Direito à informação. Radiodifusão. Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Terra a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Balsas, Estado do Maranhão.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 07/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 268/2023

Tema: Direito Administrativo. Direito à informação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Nhamundá para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nhamundá, Estado do Amazonas.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 07/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.



PDL n. 270/2023

Tema: Direito Administrativo. Direito à informação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rádio Clube FM a Voz de Nazaré para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Manacapuru, Estado do Amazonas.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 07/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 267/2023

Tema: Direito Internacional. Acordo de Cooperação. Defesa Nacional. Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Camboja, assinado em Bangkok, em 2 de julho de 2021.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 07/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 818/2021

Tema: Direito Administrativo. Direito à informação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Esperança de Ruy Barbosa para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ruy Barbosa, Estado da Bahia.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 07/11/2023.



Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 864/2021

Tema: Direito Administrativo. Direito à informação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente e Cultural Padre Bernardo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Macajuba, Estado da Bahia.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 07/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 883/2021

Tema: Direito Administrativo. Direito à informação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária da Comunicação para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico de Varzedo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Varzedo, Estado da Bahia.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 07/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 890/2021

Tema: Direito Administrativo. Direito à informação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Conselho Comunitário de Arraial D'Ajuda para



executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto Seguro, Estado da Bahia.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 07/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 413/2022

Tema: Direito Administrativo. Direito à informação. Radiodifusão. Aprova o ato que autoriza a Associação Semeando Para o Futuro a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Belmonte, Estado da Bahia.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 07/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 240/2021

Tema: Direito Administrativo. Direito à informação. Radiodifusão. Aprova o ato que autoriza a Associação das Mulheres Produtoras Sítio Alegre a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itarema, Estado do Ceará.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 21/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.



PDL n. 1.085/2021

Tema: Direito Administrativo. Direito à informação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária RCS para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Jorge d'Oeste, Estado do Paraná.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 21/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 215/2023

Tema: Direito Administrativo. Direito à informação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ADEPAM - Amazônia em Defesa e Proteção do Meio Ambiente para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Benjamim Constant, Estado do Amazonas.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 21/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 216/2023

Tema: Direito Administrativo. Direito à informação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Comunicadores Novolindenses para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Olinda do Norte, Estado do Amazonas.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 21/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.



PDL n. 217/2023

Tema: Direito Administrativo. Direito à informação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nossa Senhora da Conceição de Euclides da Cunha para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Euclides da Cunha, Estado da Bahia.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 21/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 219/2023

Tema: Direito Administrativo. Direito à informação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Rádio Difusão Comunitária de Antas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Antas, Estado da Bahia.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 21/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 222/2023

Tema: Direito Administrativo. Direito à informação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Karababá de Cultura para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Carauari, Estado do Amazonas.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 21/11/2023.



Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 223/2023

Tema: Direito Administrativo. Direito à informação. Radiodifusão. Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Desenvolvimento Social, Cultural e Educativo de Belém do Brejo do Cruz - ARCBELÉM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Belém do Brejo do Cruz, Estado da Paraíba.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 21/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 228/2023

Tema: Direito Administrativo. Direito à informação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Educacional e Social de Montanha para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Montanha, Estado do Espírito Santo.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 21/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 243/2023

Tema: Direito Administrativo. Direito à informação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.



Pauta(s): Em 21/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 251/2023

Tema: Direito Administrativo. Direito à informação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TVSBT Canal 11 do Rio de Janeiro Ltda para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 21/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 253/2023

Tema: Direito Administrativo. Direito à informação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Sorocaba Ltda para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, no Município de Sorocaba, Estado de São Paulo.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 21/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 254/2023

Tema: Direito Administrativo. Direito à informação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Stúdios de Brasília Ltda para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, em Brasília, Distrito Federal.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 21/11/2023.



Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 256/2023

Tema: Direito Administrativo. Direito à informação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Difusão Comunitária de Palmeirópolis para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmeirópolis, Estado do Tocantins.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 21/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 272/2023

Tema: Direito Administrativo. Direito à informação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Eirunepé para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Eirunepé, Estado do Amazonas.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 21/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 283/2023

Tema: Direito Administrativo. Direito à informação. Radiodifusão. Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Brito Júnior de Rádio e TV Educativa para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município Garça, Estado de São Paulo.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.



Pauta(s): Em 21/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 284/2023

Tema: Direito Administrativo. Direito à informação. Radiodifusão. Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Nossa Senhora Aparecida de Chapadinha a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Chapadinha, Estado do Maranhão.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 21/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 285/2023

Tema: Direito Administrativo. Direito à informação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Norte Comunicação LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Boa Esperança, Estado do Espírito Santo.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 21/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 289/2023

Tema: Direito Administrativo. Direito à informação. Radiodifusão. Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Francisco Rodrigues Sancho para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município Barra do Corda, Estado do Maranhão.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.



Pauta(s): Em 21/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 290/2023

Tema: Direito Administrativo. Direito à informação. Radiodifusão. Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Brito Junior de Rádio e TV Educativa para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Vera Cruz, Estado de São Paulo.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 21/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 294/2023

Tema: Direito Administrativo. Direito à informação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Codajás para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Codajás, Estado do Amazonas.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 21/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 296/2023

Tema: Direito Administrativo. Direito à informação. Radiodifusão. Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Deus e o Povo do Sítio Cavaleiro Município das Correntes PE a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Correntes, Estado de Pernambuco.



Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 21/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 297/2023

Tema: Direito Administrativo. Direito à informação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Clube Jornal Meia Ponte para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pirenópolis, Estado de Goiás.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 21/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 298/2023

Tema: Direito Administrativo. Direito à informação. Radiodifusão. Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Chapéu de Couro a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Governador Newton Bello, Estado do Maranhão.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 21/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 301/2023

Tema: Direito Administrativo. Direito à informação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária de Itajobi para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de



exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itajobi, Estado de São Paulo.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 21/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 303/2023

Tema: Direito Administrativo. Direito à informação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Energia dos Vales Ltda para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Roca Sales, Estado do Rio Grande do Sul.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 21/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 311/2023

Tema: Direito Administrativo. Direito à informação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Rádio Comunitária Diamantina FM de Governador Edison Lobão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Governador Edison Lobão, Estado do Maranhão.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 21/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.



PDL n. 552/2023

Tema: Direito Internacional. Aprova o texto do Tratado sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e os Emirados Árabes Unidos, celebrado em Brasília, em 15 de março de 2019.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 21/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 170/2022

Tema: Direito Internacional. Aprova o texto do Acordo do MERCOSUL sobre Direito Aplicável em Matéria de Contratos Internacionais de Consumo, aprovado pela Decisão CMC nº 36/17, assinado em Brasília, em 21 de dezembro de 2017.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 21/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 330/2023

Tema: Direito Administrativo. Direito à informação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Vida Nova para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto Ferreira, Estado de São Paulo.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 21/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.



PDL n. 331/2023

Tema: Direito Administrativo. Direito à informação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Sociedade de Assistência e Ocupação do Menor (PROAME) para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Presidente Alves, Estado de São Paulo.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 21/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 515/2021

Tema: Direito Administrativo. Direito à informação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente Cultural Comunitária de Carmo do Paranaíba para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Carmo do Paranaíba, Estado de Minas Gerais.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 28/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 545/2021

Tema: Direito Administrativo. Direito à informação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente e Cultural Comunitária Erval Seco para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Erval Seco, Estado do Rio Grande do Sul.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 28/11/2023.



Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 432/2021

Tema: Direito Administrativo. Direito à informação. Radiodifusão. Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Carmópolis de Minas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Carmópolis de Minas, Estado de Minas Gerais.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 28/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PDL n. 1.117/2021

Tema: Direito Constitucional. Direito Internacional. Previdência Social. Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a República da Bulgária, assinado em Brasília, em 1º de fevereiro de 2016.

Normas que revoga: Sem alteração normativa.

Pauta(s): Em 28/11/2023.

Resultado: Aprovado o parecer, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

2.2.g. Projeto de Resolução (PR)

Inexistência de votação na espécie legislativa analisada.



3. Fatos relevantes

A aprovação da PEC 8/2021 pelo Senado Federal, que limita os poderes do Supremo Tribunal Federal (STF) e dos demais tribunais, acirrou o conflito entre os poderes Legislativo e Judiciário no Brasil. A proposta, que ainda precisa ser votada pela Câmara dos Deputados, visa impedir que os ministros do STF e dos tribunais estaduais possam suspender, por decisão individual, a vigência de leis aprovadas pelo Congresso Nacional ou pelos legislativos estaduais. Além disso, a PEC estabelece prazos para os pedidos de vista e para o julgamento de mérito das ações de controle concentrado de constitucionalidade.

Os defensores da PEC 8/2021 argumentam que ela é necessária para evitar o ativismo judicial e o abuso de poder por parte dos magistrados, que estariam interferindo indevidamente nas competências do Legislativo e do Executivo. Eles alegam que as decisões monocráticas, ou seja, tomadas por um único ministro, violam o princípio da colegialidade e da separação dos poderes, e que muitas vezes são motivadas por interesses políticos ou ideológicos. Eles também criticam a demora do STF em julgar as ações de inconstitucionalidade, que deixam as leis em uma situação de incerteza jurídica.

Os críticos da PEC 8/2021, por outro lado, afirmam que ela representa uma ameaça à independência e à autonomia do Judiciário, e que pode comprometer a proteção dos direitos fundamentais e o cumprimento da Constituição. Eles apontam que as decisões monocráticas são previstas na legislação processual e no regimento interno do STF, e que têm caráter provisório, podendo ser revistas pelo plenário ou pela turma. Eles também destacam que o STF tem o papel de guardião da Constituição e de árbitro dos conflitos entre os poderes, e que a PEC 8/2021 pode inviabilizar ou dificultar o exercício dessa função.

A PEC 8/2021 é vista por alguns analistas como uma reação do Legislativo às decisões do STF que contrariaram os interesses de alguns parlamentares ou de grupos políticos. Entre essas decisões, estão as que suspenderam trechos de leis sobre a



autonomia do Banco Central, a Lei de Segurança Nacional, a Lei de Improbidade Administrativa, a Lei de Responsabilidade Fiscal, entre outras.

O Congresso Nacional concluiu a votação do Projeto de Lei (PL) 3.268/2021 que teve origem no Projeto de Lei do Senado (PLS) 482/2017, de autoria do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que propõe tornar feriado nacional o Dia da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro. O plenário da Câmara dos Deputados, a seu turno, aprovou o texto no dia 29 de novembro de 2023, e, uma vez já tendo passado pelo Senado, o projeto foi encaminhado sanção presidencial. Atualmente, o dia 20 de novembro já é reconhecido como feriado em seis estados brasileiros e aproximadamente 1.200 cidades.

Para além da temática racial, dois PL's aprovados na Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça versaram sobre direitos das mulheres, merecendo destaque o PL 4.411/2021, que versa sobre o direito das mulheres vítimas de violência patrimonial no âmbito das relações domésticas, a fim de garantir o atendimento prioritário para emissão de novos documentos pessoais, bem como o PL 421/2023, que prevê o aumento do prazo para a vítima de violência doméstica oferecer representação criminal.

A Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça também aprovou o PL n. 2.339/2023, que prevê a figura do estelionato em programa de renda extra (Estelionato Digital). Também se destaca o PL 468/2022 que estabelece como direito moral do autor a faculdade de se opor a qualquer modificação de sua obra para fim político-partidário, alterando o art. 24 da Lei nº 9.610, de 1998.

A pauta sobre as mulheres permeou também o plenário que aprovou pelo menos quatro PL atinentes ao tema. O PL n. 81/2022, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para ampliar o direito da mulher de ter um acompanhante nos atendimentos realizados nos serviços de saúde públicos e privados, convertido na Lei Ordinária nº 1.437/2023. O PL n. 715/2019, que versa sobre a prioridade de atendimento no serviço de assistência psicológica e social e a preferência no atendimento de cirurgia plástica reparadora, pelo Sistema Único de Saúde - SUS, para mulher vítima de agressão, da qual resulte dano a sua integridade física ou estética. O PL 3.072/2022, que dispõe sobre o direito à informação a respeito da possibilidade de realização da cirurgia plástica reparadora da mama no caso de mutilação decorrente de tratamento de câncer. E o PL



2.975/2023, que prevê a inclusão da mulher indígena na legislação de enfrentamento da violência e de promoção da saúde e da educação. Os três últimos PL's mencionados ainda pendem de aprovação pelo Senado Federal.

4. Comentários e Observações

O governo de Lula enfrentou uma série de derrotas consecutivas no Congresso, evidenciando que, mesmo diante de concessões por parte do governo, pois mudanças institucionais recentes tornaram a governabilidade no Brasil ainda mais complexa do que era anteriormente. É o que se pode observar através da indicação por Lula de um aliado de Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara, para o comando da Caixa Econômica Federal e encontrou rejeição para o seu indicado à Defensoria Pública no Senado.

Por outro lado, o grande destaque do mês de novembro quanto aos projetos que tramitaram no Senado fica por conta da PEC nº 45/2019. A proposta de emenda à Constituição da reforma tributária foi aprovada em dois turnos pelo Senado, com 53 votos favoráveis e 24 contrários, em 8 de novembro de 2023. Agora, o texto volta para a Câmara dos Deputados, que já havia aprovado uma versão anterior em julho, mas que sofreu alterações significativas pelos senadores. Somente se as duas Casas concordarem completamente com o texto, a reforma será promulgada na forma de emenda constitucional em sessão do Congresso Nacional.

A proposta introduz o Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) no sistema tributário nacional.

Segundo o texto, cinco impostos que existem hoje serão substituídos por dois IVAs:

- Três tributos federais (PIS, Cofins e IPI) dão origem à Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal;

- ICMS (estadual) e do ISS (municipal) serão unificados no formato do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), com gestão compartilhada entre estados e municípios.



No modelo do IVA, os impostos não são cumulativos ao longo da cadeia de produção de um item. Exemplo: quando o comerciante compra um sapato da fábrica, paga imposto somente sobre o valor que foi agregado na fábrica.

Além da substituição dos cinco tributos por dois IVA, a reforma tributária aprovada no Senado traz outras novidades, como:

- A criação de uma Cesta Básica Nacional de Alimentos (CBNA), que será composta por produtos essenciais definidos em lei complementar e que terão isenção do IVA. A CBNA substitui a atual cesta básica, que é formada por 13 itens e que tem desoneração de PIS/Cofins. A ideia é ampliar o número de produtos isentos e beneficiar as famílias de baixa renda.

- A instituição de um imposto seletivo sobre produtos e serviços que geram externalidades negativas, como cigarros, bebidas alcoólicas, armas, munições, energia elétrica e combustíveis. Esse imposto, de competência federal, será cobrado na origem e terá alíquotas específicas, que poderão ser alteradas por lei ordinária. O objetivo é desestimular o consumo desses bens e serviços, que são considerados prejudiciais à saúde, ao meio ambiente ou à segurança pública.

- A possibilidade de tratamentos diferenciados a setores com alíquotas reduzidas do IVA, como educação, medicamentos, transporte coletivo de passageiros e produtos agropecuários. Esses setores terão um regime especial de tributação, que será regulamentado por lei complementar. A intenção é evitar aumentos de carga tributária para atividades consideradas essenciais ou estratégicas.

Vale destacar que a aprovação do PL n. 268/2021, relativo à criação do feriado nacional da Consciência Negra, ocorre em meio à formação da bancada negra, composta por 130 deputados. A bancada foi oficialmente inaugurada no dia 20 de novembro de 2020, Dia da Consciência Negra, com uma reunião junto ao presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), para discutir prioridades. A iniciativa para a criação da frente parlamentar partiu da deputada Talíria Petrone (Psol-RJ), que será vice-coordenadora, e do deputado Damião Feliciano (União Brasil-PB), designado como coordenador da bancada. Além de Talíria, as deputadas Benedita da Silva (PT-RJ) e Silvia Cristina (PL-RO) também assumirão como vice-coordenadoras. Na justificativa do texto, Talíria e Damião



destacaram a importância de ações afirmativas para candidaturas negras, como os recursos específicos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Campanha. Apesar disso, reconhecem que o país ainda deve avançar mais em políticas de igualdade racial. Este é o mais recente feriado nacional instituído desde 1980, ano em que o dia 12 de outubro foi estabelecido como data comemorativa.

Como destacado anteriormente, a pauta das mulheres foi debate em diversos PL durante o mês de novembro na Câmara dos Deputados, sendo que um deles chegou a ser convertido em Lei Ordinária – L.O. nº 1.437/2023, alterando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para ampliar o direito da mulher de ter um acompanhante nos atendimentos realizados nos serviços de saúde públicos e privados. Os deputados debateram bastante, através dos PL, a problemática da séria e persistente violência doméstica contra a mulher no país. Um tipo de violência que afeta inúmeras vidas e causa impactos profundos na sociedade. As estatísticas são alarmantes, vez que dados oficiais dão conta de que a cada dois minutos uma mulher é vítima de violência doméstica, notadamente as mulheres negras que são as mais vitimadas ¹⁹, dados aferíveis mesmo com a subnotificação. O papel das Instituições e políticas públicas criadas pelo parlamento auxiliam na criação de mecanismos de proteção. Enfrentar a violência doméstica no Brasil exige uma abordagem multifacetada, envolvendo esforços em níveis legislativo, educacional, cultural e social. A conscientização, a implementação eficaz de legislações e o fortalecimento das redes de apoio são passos cruciais para combater esse problema e criar um ambiente mais seguro.

Ainda sobre o cenário na Câmara dos Deputados, importa mencionar que, o PL, partido possui a maior bancada na Câmara dos Deputados, solicitou a cassação do deputado André Janones (Avante-MG) devido a alegações de envolvimento em práticas das caçadas "rachadinha". O caso atraiu atenção da mídia com a divulgação de um áudio, supostamente de uma reunião em seu gabinete em 2019, no qual o deputado faz menção a pessoas que "vão receber um pouco de salário a mais" e "ajudar a pagar as contas do que ficou da minha campanha de prefeito". Janones nega as acusações,

¹⁹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/03/mulheres-negras-sofrem-mais-violencia-que-brancas-diz-pesquisa.shtml>.



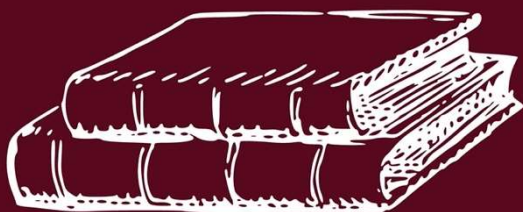
PARLEX



afirmando que o áudio foi gravado clandestinamente e retirado de contexto. O pedido de cassação feito pelo PL foi encaminhado à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, competindo a ela encaminhar o caso ao Conselho de Ética da Câmara, responsável por deliberar sobre a possível cassação de Janones. O crime de "rachadinha" envolve a apropriação ilegal de parte do salário de servidores por políticos, sujeitando o acusado a responder por crimes como enriquecimento ilícito e dano ao patrimônio público. Durante o fechamento desse periódico verificou-se que, na data de 13 de dezembro de 2023, o Conselho de Ética da Câmara abriu processo para análise do pedido de cassação do citado deputado. No entanto, não há notícias de quem será o relator para o caso.



PARLEX



Boletim de novidades legislativas

DEZEMBRO - 2023



DEZEMBRO – 2023

A pesquisa deste mês foi realizada por Matheus Rojja Fernandes, pós-graduando em Poder Legislativo, Processo Legislativo e Legística pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Consultor em Advocacy da Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes. Associado à Associação Brasileira de Pesquisadores Eleitorais (ABRAPEL); Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI); Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (ABRIG); Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e Associação Brasileira de Odontologia (ABO/PR), além do Instituto Brasileiro de Direito Parlamentar (PARLA). Ligante da Liga Nacional de Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial, vinculada à Sociedade Brasileira de Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial (SOBRACIBU), e da Liga Nacional de Odontopediatria, pertencente à Associação Brasileira de Odontopediatria (ABOPed).



ÍNDICE

1. Congresso Nacional

1.1. Plenário

2.1.a. Projetos de Lei do Congresso Nacional (PLN)

2. Câmara dos Deputados

2.1. Plenário

2.1.a. Propostas de Emenda Constitucional (PEC)

2.1.b. Projetos de Lei Ordinária (PL)

2.1.c. Projetos de Lei Complementar (PLP)

2.1.d. Projetos de Lei Delegada (PLD)

2.1.e. Medidas Provisórias (MPV)

2.1.f. Projetos de Decreto Legislativo (PDL)

2.1.g. Projetos de Resolução (PR)

2.1.h. Requerimentos (REQ)

2.1.i. Recursos (REC)

3. Fatos relevantes

4. Comentários e Observações



1. CONGRESSO NACIONAL

A Sessão Conjunta do Congresso Nacional no qual Deputados Federais e Senadores se reúnem para desempenhar funções essenciais ao funcionamento da democracia brasileira. Essa sessão abrange uma variedade de atividades legislativas e constitucionais, conforme estipulado na Carta Política de 1988 e no Regimento Comum do Congresso Nacional.

Entre as principais atribuições da Sessão Conjunta está a inauguração da sessão legislativa anual, que marca o início dos trabalhos parlamentares. Além disso, esse encontro é fundamental para a posse do Presidente e do Vice-Presidente da República eleitos, um ato que simboliza a continuidade do processo democrático e a transição de poder.

Outra responsabilidade fundamental durante a Sessão Conjunta é a promulgação de emendas à Constituição Federal. Essas emendas representam mudanças importantes na lei máxima do País, refletindo a adaptação às necessidades e demandas contemporâneas da sociedade.

Um ponto essencial na agenda dessa sessão é a discussão e votação do orçamento nacional, uma etapa que determina a alocação de recursos do governo para diversas áreas e programas. A sessão também é o fórum para deliberar sobre matérias vetadas, onde os congressistas decidem se mantêm ou derrubam vetos presidenciais a projetos de lei.

Além disso, é nesse contexto que se elabora ou reforma o Regimento Comum, garantindo que as normas e procedimentos do Congresso estejam atualizados e em consonância com as necessidades legislativas.

A Sessão Conjunta também atende a outros casos previstos na Constituição e no Regimento Comum, cumprindo um papel vital na manutenção do ordenamento jurídico e legislativo do Brasil.

De acordo com o artigo 57, § 3º, da Constituição Federal, e o artigo 1º do Regimento Comum do Congresso Nacional, essa sessão pode ser categorizada sob diferentes denominações específicas, como a Sessão da Posse do Presidente e do Vice-Presidente da República, a Sessão de Inauguração da Sessão Legislativa e a Sessão de Recepção a Chefe de Estado Estrangeiro, cada uma com propósitos e características



distintas, mas todas fundamentais para a governança e a representação legislativa do Brasil.



1.1. PLENÁRIO

2.1.A. Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN)

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 4, DE 2023

Ementa: Votação, em turno único, do Projeto De Lei Do Congresso Nacional nº 4, de 2023, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências.

APROVADO O SUBSTITUTIVO

Discussão encerrada, nos termos do RQN nº 24/2023, aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Encaminhados à publicação os seguintes requerimentos:

- **RQN nº 25/2023**, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, solicitando destaque para votação em separado do caput do art. 83-A do Substitutivo;
- **RQN nº 26/2023**, da Liderança do PT no Senado Federal, solicitando destaque para votação em separado do § 6º do art. 83 do Substitutivo;
- **RQN nº 27/2023**, da Liderança do PT no Senado Federal, solicitando destaque para votação em separado dos §§ 7º e 8º do art. 81 do Substitutivo;
- **RQN nº 28/2023**, da Liderança do PSOL/Rede na Câmara dos Deputados, solicitando destaque para votação em separado da Emenda nº 14680023;
- **RQN nº 29/2023**, da Liderança do PL no Senado Federal, solicitando destaque para votação em separado da Emenda nº 60050032;
- **RQN nº 30/2023**, da Liderança do União Brasil na Câmara dos Deputados, solicitando destaque para votação em separado da Emenda nº 44690002;
- **RQN nº 31/2023**, da Liderança do PL na Câmara dos Deputados, solicitando destaque para votação em separado da Emenda nº 30880002; e
- **RQN nº 32/2023**, da Liderança do União Brasil na Câmara dos Deputados, solicitando destaque para votação em separado da Emenda nº 44690001.



Prejudicado o RQN nº 32/2023.

Retirados os RQN nºs 25, 26, 27, 29 e 30/2023.

Aprovado o Substitutivo, na Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques, com os votos contrários do NOVO, do Deputado Glauber Rocha, da Deputada Sâmia Bomfim e do Deputado Chico Alencar.

Aprovado o Substitutivo, no Senado Federal, ressalvados os destaques, com o seguinte resultado: Sim 65, Não 2, Presidente 1, Total 68.

Rejeitada a Emenda nº 14680023, destacada, na Câmara dos Deputados, com os votos contrários dos Deputados Lindbergh Farias, Bohn Gass, Chico Alencar, da Deputada Jandira Feghali, dos Deputados Tarcísio Motta, Pastor Henrique Vieira, Renildo Calheiros, Daniel Almeida, da bancada do PCdoB e dos Deputados Tadeu Veneri, Guilherme Boulos e Alexandre Lindenmeyer; deixando de ser submetida ao Senado Federal.

Aprovada a Emenda nº 30880002, destacada, na Câmara dos Deputados, com o seguinte resultado: Sim 305, Não 141, Abst. 2, Total 448.

Aprovada a Emenda nº 30880002, destacada, no Senado Federal, com o seguinte resultado: Sim 43, Não 26, Presidente 1, Total 70.

Aprovada a redação final, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.
(Parecer nº 5/2023-PLen/CN)

A matéria vai à sanção.



Encaminhados à publicação Declarações de Voto do Senador Eduardo Girão, dos Deputados Ricardo Silva, Lucas Redecker, Hélio Lopes e da Deputada Caroline de Toni.

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 27, DE 2023
FNDE, PIS e PASEP

Ementa: Votação, em turno único, do Projeto De Lei Do Congresso Nacional n.º 27, de 2023, de autoria da Presidência da República, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação e de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R\$ 185.200.000,00, para os fins que especifica (alteração proposta pela Mensagem Presidencial nº 672/2023).

Resultado:

Votação, em turno único

Resultado da matéria: Aprovado na Câmara dos Deputados, na forma proposta pelo Poder Executivo, com mensagem modificativa. Voto contrário do Partido Novo e da Deputada Bia Kicis, Deputado André Fernandes e Deputado Cabo Gilberto Silva.

Passa-se à votação no Senado Federal.

Resultado da matéria: Aprovado no Senado Federal, na forma proposta pelo Poder Executivo, com mensagem modificativa.

A matéria vai à sanção.

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 29, DE 2023
PLOA 2024



Ementa: Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional n.º 29, de 2023, de autoria da Presidência da República, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024.

APROVADO O SUBSTITUTIVO

Encaminhado à publicação o RQN nº 36/2023, da Liderança do NOVO na Câmara dos Deputados, solicitando destaque para votação em separado de dispositivo relacionado ao Fundo Especial de Financiamento de Campanhas, contido no texto original do Projeto.

Inadmitido o RQN nº 36/2023, na Câmara dos Deputados, com o seguinte resultado: Sim 101, Não 355, Abst, 2, Total 458; deixando de ser submetido ao Senado Federal. Apresentada pelo Relator, Deputado Luiz Carlos Motta, Adendo de Plenário.

Aprovado o Substitutivo, nos termos do Adendo de Plenário, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, com os votos contrários da Deputada Bia Kicis, dos Deputados André Fernandes e Cabo Gilberto Silva, do partido NOVO, na Câmara dos Deputados, e do Senador Eduardo Girão.

Aprovada a redação final (Parecer nº 6/2023-PLEN/CN), na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, com os votos contrários da Deputada Bia Kicis, dos Deputados André Fernandes e Cabo Gilberto Silva, do partido NOVO, na Câmara dos Deputados, e do Senador Eduardo Girão.

À sanção.

Encaminhadas à publicação Declarações de Voto dos Senadores Eduardo Girão e Cleitinho; dos Deputados Sargento Fahur, Lázaro Botelho, Coronel Assis, Coronel Meira, Luiz Philippe de Orleans e Bragança, Lucas Redecker, Miguel Lombardi, Gustavo Gayer, Delegado Ramagem, Pastor Diniz e da Deputada Caroline de Toni



PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 30, DE 2023

Presidência da República e Ministérios da Educação, da Saúde e das Comunicações

Ementa: Votação, em turno único, do Projeto De Lei Do Congresso Nacional n.º 30, de 2023, de autoria do(a) Presidência da República, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Educação, da Saúde e das Comunicações, crédito especial no valor de R\$ 387.140,00, para os fins que especifica.

Aprovado o Projeto, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, com os votos contrários da Deputada Bia Kicis, dos Deputados André Fernandes e Cabo Gilberto Silva, do partido NOVO, na Câmara dos Deputados, e do Senador Eduardo Girão.

À sanção.

Encaminhadas à publicação Declarações de Voto do Senador Cleitinho e dos Deputados Sargento Fahur, Coronel Assis, Coronel Meira, Luiz Philippe de Orleans e Bragança, Lucas Redecker, Gustavo Gayer, Delegado Ramagem, Pastor Diniz e da Deputada Caroline de Toni.

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 31, DE 2023

DPRF

Ementa: Votação, em turno único, do Projeto De Lei Do Congresso Nacional nº 31, de 2023, de autoria do Presidência da República, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, crédito suplementar no



PARLEX



valor de R\$ 10.950.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

APROVADA

Aprovado o Projeto, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, com os votos contrários da Deputada Bia Kicis, dos Deputados André Fernandes e Cabo Gilberto Silva, do partido NOVO, na Câmara dos Deputados, e do Senador Eduardo Girão.

À sanção.

Encaminhadas à publicação Declarações de Voto do Senador Cleitinho e dos Deputados Sargento Fahur, Coronel Assis, Coronel Meira, Luiz Philippe de Orleans e Bragança, Lucas Redecker, Gustavo Gayer, Delegado Ramagem, Pastor Diniz e da Deputada Caroline de Toni.

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 32, DE 2023

Justiça Federal, Justiça do Trabalho e MPM

Ementa: Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 32, de 2023, de autoria da Presidência da República, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal e do Trabalho, e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$ 5.087.628,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

APROVADA

Aprovado o Projeto, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, com os votos contrários da Deputada Bia Kicis, dos Deputados André Fernandes e Cabo



Gilberto Silva, do partido NOVO, na Câmara dos Deputados, e do Senador Eduardo Girão.

À sanção.

Encaminhadas à publicação Declarações de Voto dos Senadores Eduardo Girão e Cleitinho; dos Deputados Sargento Fahur, Coronel Assis, Coronel Meira, Luiz Philippe de Orleans e Bragança, Lucas Redecker, Gustavo Gayer, Delegado Ramagem, Pastor Diniz e da Deputada Caroline de Toni.

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 33, DE 2023

DNOCS e Ministério da Justiça e Segurança Pública

Ementa: Votação, em turno único, do Projeto De Lei Do Congresso Nacional nº 33, de 2023, de autoria do(a) Presidência da República, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, e da Integração e do Desenvolvimento Regional, crédito especial no valor de R\$ 3.143.559,00, para os fins que especifica.

APROVADA

Aprovado o Projeto, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, com os votos contrários da Deputada Bia Kicis, dos Deputados André Fernandes e Cabo Gilberto Silva, do partido NOVO, na Câmara dos Deputados, e do Senador Eduardo Girão.

À sanção.

Encaminhadas à publicação Declarações de Voto do Senador Cleitinho e dos Deputados Sargento Fahur, Coronel Assis, Coronel Meira, Luiz Philippe de Orleans e



Bragança, Lucas Redecker, Gustavo Gayer, Delegado Ramagem, Pastor Diniz e da Deputada Caroline de Toni.

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 35, DE 2023

Petrobras, PIB B.V., Codern, INB, CDP, Basa, Ceagesp, CDC e PBIO

Ementa: Votação, em turno único, do Projeto De Lei Do Congresso Nacional nº 35, de 2023, de autoria do(a) Presidência da República, que abre ao Orçamento de Investimento da União, em favor do Banco da Amazônia S.A., da Petróleo Brasileiro S.A., da Petrobras International Braspetro B.V., da Petrobras Biocombustível S.A., da Indústrias Nucleares do Brasil S.A., da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo, da Companhia Docas do Ceará, da Companhia Docas do Pará e da Companhia Docas do Rio Grande do Norte, crédito suplementar no valor de R\$ 398.100.272,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

APROVADA

Aprovado o Projeto, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, com os votos contrários da Deputada Bia Kicis, dos Deputados André Fernandes e Cabo Gilberto Silva, do partido NOVO, na Câmara dos Deputados, e do Senador Eduardo Girão.

À sanção.

Encaminhadas à publicação Declarações de Voto dos Senadores Eduardo Girão e Cleitinho; dos Deputados Sargento Fahur, Coronel Assis, Coronel Meira, Luiz Philippe de Orleans e Bragança, Lucas Redecker, Gustavo Gayer, Delegado Ramagem, Pastor Diniz e da Deputada Caroline de Toni.

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 36, DE 2023

SPA, Infraero e CDRJ



Ementa: Votação, em turno único, do Projeto De Lei Do Congresso Nacional nº 36, de 2023, de autoria do(a) Presidência da República, que abre ao Orçamento de Investimento da União, em favor da Autoridade Portuária de Santos S.A., da Companhia Docas do Rio de Janeiro e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, crédito especial no valor de R\$ 70.917.827,00, para os fins que especifica.

APROVADA

Aprovado o Projeto, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, com os votos contrários da Deputada Bia Kicis, dos Deputados André Fernandes e Cabo Gilberto Silva, do partido NOVO, na Câmara dos Deputados, e do Senador Eduardo Girão.

À sanção.

Encaminhadas à publicação Declarações de Voto dos Senadores Eduardo Girão e Cleitinho; dos Deputados Sargento Fahur, Coronel Assis, Coronel Meira, Luiz Philippe de Orleans e Bragança, Lucas Redecker, Gustavo Gayer, Delegado Ramagem, Pastor Diniz e da Deputada Caroline de Toni.

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 37, DE 2023

Fundo Nacional de Saúde e Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA

Ementa: Votação, em turno único, do Projeto De Lei Do Congresso Nacional nº 37, de 2023, de autoria do(a) Presidência da República, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Saúde e do Meio Ambiente e Mudança do Clima, crédito suplementar no valor de R\$ 65.037.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente (nova ementa após Mensagem modificativa).



APROVADA

Encaminhada à publicação a Mensagem nº 568/2023, na origem, que encaminha proposta de modificação do Projeto.

Aprovado o Projeto, nos termos da Mensagem nº 568/2023, na origem, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, com os votos contrários da Deputada Bia Kicis, dos Deputados André Fernandes e Cabo Gilberto Silva, do partido NOVO, na Câmara dos Deputados, e do Senador Eduardo Girão.

À sanção.

Encaminhadas à publicação Declarações de Voto dos Senadores Eduardo Girão e Cleitinho; dos Deputados Sargento Fahur, Coronel Assis, Coronel Meira, Luiz Philippe de Orleans e Bragança, Lucas Redecker, Gustavo Gayer, Delegado Ramagem, Pastor Diniz e da Deputada Caroline de Toni.

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 38, DE 2023

Ministérios da Fazenda (Banco do Nordeste do Brasil - BNB e Fundo Constitucional do Nordeste - FNE), da Defesa, das Cidades, da Justiça e Segurança Pública e de Portos e Aeroportos

Ementa: Votação, em turno único, do Projeto De Lei Do Congresso Nacional nº 38, de 2023, de autoria do(a) Presidência da República, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, da Justiça e Segurança Pública, da Defesa, das Cidades e de Portos e Aeroportos, crédito especial no valor de R\$ 573.005.655,00, para os fins que especifica (alteração proposta pela Mensagem Presidencial nº 692/2023).

APROVADA



Encaminhada à publicação a Mensagem nº 692/2023, na origem, que encaminha proposta de modificação do Projeto.

Aprovado o Projeto, nos termos da Mensagem nº 692/2023, na origem, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, com os votos contrários da Deputada Bia Kicis, dos Deputados André Fernandes e Cabo Gilberto Silva, do partido NOVO, na Câmara dos Deputados, e do Senador Eduardo Girão.

À sanção.

Encaminhadas à publicação Declarações de Voto dos Senadores Eduardo Girão e Cleitinho; dos Deputados Sargento Fatur, Coronel Assis, Coronel Meira, Luiz Philippe de Orleans e Bragança, Lucas Redecker, Gustavo Gayer, Delegado Ramagem, Pastor Diniz e da Deputada Caroline de Toni.

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 39, DE 2023

Ministérios de Portos e Aeroportos, da Educação, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e Outros

Ementa: Votação, em turno único, do Projeto De Lei Do Congresso Nacional nº 39, de 2023, de autoria do(a) Presidência da República, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 784.013.628,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

APROVADO O SUBSTITUTIVO

Aprovado o Substitutivo, nos termos do Adendo de Plenário, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, com os votos contrários da Deputada Bia Kicis, dos Deputados André Fernandes e Cabo Gilberto Silva, do partido NOVO, na Câmara dos Deputados, e do Senador Eduardo Girão.



Aprovada a redação final (Parecer nº 7/2023-PLEN/CN), na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, com os votos contrários da Deputada Bia Kicis, dos Deputados André Fernandes e Cabo Gilberto Silva, do partido NOVO, na Câmara dos Deputados, e do Senador Eduardo Girão.

À sanção.

Encaminhadas à publicação Declarações de Voto dos Senadores Eduardo Girão e Cleitinho; dos Deputados Sargento Fahur, Coronel Assis, Coronel Meira, Luiz Philippe de Orleans e Bragança, Lucas Redecker, Gustavo Gayer, Delegado Ramagem, Pastor Diniz e da Deputada Caroline de Toni.

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 41, DE 2023

Ministério do Turismo e Operações Oficiais de Crédito (INCRA-MDA)

Ementa: Votação, em turno único, do Projeto De Lei Do Congresso Nacional nº 41, de 2023, de autoria do(a) Presidência da República, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Turismo e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 405.538.500,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária Vigente.

APROVADA

Aprovado o Projeto, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, com os votos contrários da Deputada Bia Kicis, dos Deputados André Fernandes e Cabo Gilberto Silva, do partido NOVO, na Câmara dos Deputados, e do Senador Eduardo Girão.

À sanção.



PARLEX



Encaminhadas à publicação Declarações de Voto dos Senadores Eduardo Girão e Cleitinho; dos Deputados Sargento Fahur, Coronel Assis, Coronel Meira, Luiz Philippe de Orleans e Bragança, Lucas Redecker, Gustavo Gayer, Delegado Ramagem, Pastor Diniz e da Deputada Caroline de Toni



2. CÂMARA DOS DEPUTADOS

O artigo 45 da Constituição da República estabelece a configuração da Câmara dos Deputados, composta por representantes eleitos pelo povo por meio do sistema proporcional, em cada Estado, Território e no Distrito Federal. O total de Parlamentares, assim como a representação, é fixado por lei complementar, proporcionalmente à população. Ajustes necessários serão efetuados no ano anterior às eleições, assegurando que nenhuma unidade da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Parlamentares. Os Territórios, por sua vez, terão a prerrogativa de eleger quatro Deputados.

2.1. PLENÁRIO

2.1.A. PROPOSTAS DE EMENDA CONSTITUCIONAL (PEC)

PEC N.º 293/2004 – Requerimento de Retirada de Pauta

Ementa: Altera o SisEmenta Tributário Nacional e dá outras providências. (Desmembramento da PEC nº 255/04, devendo os arts. 3º, 8º e 9º, serem renumerados para 3º, 4º e 5º; e os arts. 146, IV, 150, VI e, 153, § 4º, IV, 158, parágrafo único, I, II, 171-A e parágrafo único, 203, parágrafo único e 216, § 3º, constantes do art. 1º, e os arts., 4º, 5º, 7º, renumerados para 2º, 3º e 4º).

Pauta(s): Em 15/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Rejeitado o Requerimento.

Quórum e Placar:

Quórum votação		Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
361		46	311	3	72	1	433

BI UniPpFdrPsdbCid...	Não	Fdr PT-PCdoB-PV	Não	Minoria	Obstrução	Oposição	Obstrução
BI MdbPsdRepPode	Não	Fdr PSOL-REDE		Maioria	Não	Governo	Não
PL	Obstrução	Novo	Obstrução				

▲ Orientação das Lideranças

PEC N.º 293/2004 – Requerimento de Adiamento da Discussão

Ementa: Altera o SisEmenta Tributário Nacional e dá outras providências. (Desmembramento da PEC nº 255/04, devendo os arts. 3º, 8º e 9º, serem renumerados para 3º, 4º e 5º; e os arts. 146, IV, 150, VI e, 153, § 4º, IV, 158, parágrafo único, I, II, 171-A e parágrafo único, 203, parágrafo único e 216, § 3º, constantes do art. 1º, e os arts., 4º, 5º, 7º, renumerados para 2º, 3º e 4º).

Pauta(s): Em 15/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Rejeitado o Requerimento.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
366	44	318	3	76	1	442
BI UniPpFdrPsdbCid...	Não	Fdr PT-PCdoB-PV	Não	Minoria	Obstrução	Oposição
BI MdbPsdRepPode	Não	Fdr PSOL-REDE		Maioria	Não	Governo
PL	Obstrução	Novo	Obstrução			

▲ Orientação das Lideranças

PEC N.º 293/2004 – Requerimento de Encerramento da Discussão

Ementa: Altera o SisEmenta Tributário Nacional e dá outras providências. (Desmembramento da PEC nº 255/04, devendo os arts. 3º, 8º e 9º, serem renumerados para 3º, 4º e 5º; e os arts. 146, IV, 150, VI e, 153, § 4º, IV, 158, parágrafo único, I, II, 171-A e parágrafo único, 203, parágrafo único e 216, § 3º, constantes do art. 1º, e os arts., 4º, 5º, 7º, renumerados para 2º, 3º e 4º).

Pauta(s): Em 15/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
386	340	42	3	71	1	457
BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim					
BI MdbPsdRepPode	Sim					
PL	Obstrução					
Fdr PT-PCdoB-PV	Sim					
Fdr PSOL-REDE						
Novo						
▲ Orientação das Lideranças						

PEC N.º 293/2004 – DTQ 17

Ementa: Altera o SisEmenta Tributário Nacional e dá outras providências. (Desmembramento da PEC nº 255/04, devendo os arts. 3º, 8º e 9º, serem renumerados para 3º, 4º e 5º; e os arts. 146, IV, 150, VI e, 153, § 4º, IV, 158, parágrafo único, I, II, 171-A e parágrafo único, 203, parágrafo único e 216, § 3º, constantes do art. 1º, e os arts., 4º, 5º, 7º, renumerados para 2º, 3º e 4º).

Pauta(s): Em 15/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
341	309	28	3	66	1	407
BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim					
BI MdbPsdRepPode	Sim					
PL	Obstrução					
Fdr PT-PCdoB-PV	Sim					
Fdr PSOL-REDE						
Novo						
▲ Orientação das Lideranças						

PEC N.º 45/2019

Ementa: Altera o Sistema Tributário Nacional

Pauta(s): Em 03/07/2023, 04/07/2023, 05/07/2023, 06/07/2023, 07/07/2023 e 15/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
496	371	121	3	3	1	499
BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim					
BI MdbPsdRepPode	Sim					
PL	Não					
Fdr PT-PCdoB-PV	Sim					
Fdr PSOL-REDE						
Novo			Obstrução			
Minoria		Não				
Majoria		Sim				
Oposição		Não				
Governo		Sim				

▲ Orientação das Lideranças

PEC N.º 45/2019 – DTQ 4

Ementa: Altera o Sistema Tributário Nacional

Pauta(s): Em 03/07/2023, 04/07/2023, 05/07/2023, 06/07/2023, 07/07/2023 e 15/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Mantido o texto.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
489	326	161	0	0	2	489
BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim					
BI MdbPsdRepPode	Sim					
PL	Não					
Fdr PT-PCdoB-PV	Sim					
Fdr PSOL-REDE						
Novo		Não				
Minoria		Não				
Majoria		Sim				
Oposição		Não				
Governo		Sim				

▲ Orientação das Lideranças

PEC N.º 45/2019 – DTQ 16

Ementa: Altera o Sistema Tributário Nacional

Pauta(s): Em 03/07/2023, 04/07/2023, 05/07/2023, 06/07/2023, 07/07/2023 e 15/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Mantido o texto.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Total de votantes
476	445	29	2	0	476
BI UnIPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Sim
BI MdbPsdRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE		Maioria	Sim
PL	Sim	Novo	Sim		

▲ Orientação das Lideranças

PEC N.º 45/2019 – DTQ 21

Ementa: Altera o Sistema Tributário Nacional

Pauta(s): Em 03/07/2023, 04/07/2023, 05/07/2023, 06/07/2023, 07/07/2023 e 15/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Suprimido o texto.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Total de votantes
432	62	370	0	0	432
BI UnIPpFdrPsdbCid... Liberado		Fdr PT-PCdoB-PV	Não	Minoria	Não
BI MdbPsdRepPode	Não	Fdr PSOL-REDE		Maioria	Não
PL	Não	Novo	Não		

▲ Orientação das Lideranças

PEC N.º 45/2019 – DTQ 8

Ementa: Altera o Sistema Tributário Nacional

Pauta(s): Em 03/07/2023, 04/07/2023, 05/07/2023, 06/07/2023, 07/07/2023 e 15/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Mantido o texto.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Total de votantes
494	352	141	1	0	494
BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Não
BI MdbPsdRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE		Maioria	Sim
PL	Não	Novo	Não		

▲ Orientação das Lideranças

PEC N.º 45/2019 – DTQ 5

Ementa: Altera o Sistema Tributário Nacional

Pauta(s): Em 03/07/2023, 04/07/2023, 05/07/2023, 06/07/2023, 07/07/2023 e 15/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Mantido o texto.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Total de votantes
447	437	10	0	0	447
BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Sim
BI MdbPsdRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Sim	Maioria	Sim
PL	Sim	Novo	Sim		

▲ Orientação das Lideranças

PEC N.º 45/2019 – DTQ 15

Ementa: Altera o Sistema Tributário Nacional

Pauta(s): Em 03/07/2023, 04/07/2023, 05/07/2023, 06/07/2023, 07/07/2023 e 15/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Mantido o texto.

Quórum e Placar:

Quórum votação		Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
470		324	142	3	0	1	470

BI UniPpFdrPsdbCid...	Liberado	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Liberado	Oposição	Liberado
BI MdbPsdRepPode	Liberado	Fdr PSOL-REDE		Majoria	Liberado	Governo	Liberado
PL	Liberado	Novo	Não				

▲ Orientação das Lideranças

PEC N.º 45/2019 – DTQ 20

Ementa: Altera o Sistema Tributário Nacional

Pauta(s): Em 03/07/2023, 04/07/2023, 05/07/2023, 06/07/2023, 07/07/2023 e 15/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Suprimido o texto.

Quórum e Placar:

Quórum votação		Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Total de votantes	
479		285	192	2	0	479	

BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Liberado	Oposição	Liberado
BI MdbPsdRepPode	Não	Fdr PSOL-REDE		Majoria	Sim	Governo	Sim
PL	Liberado	Novo	Não				

▲ Orientação das Lideranças

PEC N.º 45/2019 – DTQ 18

Ementa: Altera o Sistema Tributário Nacional

Pauta(s): Em 03/07/2023, 04/07/2023, 05/07/2023, 06/07/2023, 07/07/2023 e 15/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Mantido o texto.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Total de votantes
498	341	153	4	0	498
BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Liberado
BI MdbPsdRepPode	Liberado	Fdr PSOL-REDE	Sim	Maioria	Sim
PL	Liberado	Novo	Não		
▲ Orientação das Lideranças					

PEC N.º 45/2019 – DTQ 19

Ementa: Altera o Sistema Tributário Nacional

Pauta(s): Em 03/07/2023, 04/07/2023, 05/07/2023, 06/07/2023, 07/07/2023 e 15/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Suprimido o texto.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Total de votantes
493	299	192	2	0	493
BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Liberado
BI MdbPsdRepPode	Não	Fdr PSOL-REDE		Maioria	Liberado
PL	Liberado	Novo	Não		
▲ Orientação das Lideranças					

PEC N.º 45/2019 – Adiamento da Votação

Ementa: Altera o Sistema Tributário Nacional

Pauta(s): Em 03/07/2023, 04/07/2023, 05/07/2023, 06/07/2023, 07/07/2023 e 15/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Rejeitado o Requerimento.

Quórum e Placar:

Quórum votação		Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
374		49	323	1	68	1	442

BI UniPpFdrPsdbCid...	Não	Fdr PT-PCdoB-PV	Não	Minoria	Obstrução	Oposição	Obstrução
BI MdbPsdRepPode	Não	Fdr PSOL-REDE		Maioria	Não	Governo	Não
PL	Obstrução	Novo	Obstrução				

▲ Orientação das Lideranças

PEC N.º 45/2019 – 2º Turno

Ementa: Altera o Sistema Tributário Nacional

Pauta(s): Em 03/07/2023, 04/07/2023, 05/07/2023, 06/07/2023, 07/07/2023 e 15/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Aprovado, , ressalvados os destaques.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Total de votantes
484	365	118	1	1	485

BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Não	Oposição	Não
BI MdbPsdRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE		Majoria	Sim	Governo	Sim
PL	Não	Novo	Obstrução				

▲ Orientação das Lideranças

PEC N.º 45/2019 – DTQ 25

Ementa: Altera o Sistema Tributário Nacional

Pauta(s): Em 03/07/2023, 04/07/2023, 05/07/2023, 06/07/2023, 07/07/2023 e 15/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Mantido o texto.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Total de votantes
487	333	154	0	0	487
BI UnIPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Não
BI MdbPsdRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE		Maioria	Sim
PL	Não	Novo	Não		
▲ Orientação das Lideranças					

PEC N.º 45/2019 – DTQ 29

Ementa: Altera o Sistema Tributário Nacional

Pauta(s): Em 03/07/2023, 04/07/2023, 05/07/2023, 06/07/2023, 07/07/2023 e 15/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Suprimido o texto.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Total de votantes
492	293	198	1	0	492
BI UnIPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Não
BI MdbPsdRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE		Maioria	Sim
PL	Não	Novo	Não		
▲ Orientação das Lideranças					

2.1.B. PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA (PL)

PL N.º 6.256/2019 – Subemenda Substitutiva

Ementa: Institui a Política Nacional de Linguagem Simples nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos.

Pauta(s): Em 30/10/2023, 21/11/2023, 22/11/2023, 29/11/2023, 04/12/2023 e 05/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
421	240	180	0	0	1	421

BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Não	Oposição	Não
BI MdbPsdRepPode	Liberado	Fdr PSOL-REDE	Sim	Maioria	Sim	Governo	Sim
PL	Não	Novo	Não				

▲ Orientação das Lideranças

PL N.º 6.256/2019 – DTQ 1 – PL – Emenda de Plenário N.º 1

Ementa: Institui a Política Nacional de Linguagem Simples nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos.

Pauta(s): Em 30/10/2023, 21/11/2023, 22/11/2023, 29/11/2023, 04/12/2023 e 05/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

Quórum votação		Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
404		257	144	2	0	1	404

BI UniPpFdrPsdbCid...	Liberado	Fdr PT-PCdoB-PV	Não	Minoria	Sim	Oposição	Sim
BI MdbPsdRepPode	Liberado	Fdr PSOL-REDE	Não	Maioria	Não	Governo	Não
PL	Sim	Novo	Sim				

▲ Orientação das Lideranças

PL N.º 1.741/2022 – Substitutivo

Ementa: Dispõe sobre a prorrogação dos prazos de conclusão de cursos ou de programas para estudantes e pesquisadores da educação superior, em virtude de parto, de nascimento de filho, de adoção ou de obtenção de guarda judicial para fins de adoção; e altera a Lei nº 13.536, de 15 de dezembro de 2017, para disciplinar a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo.

Pauta(s): Em 04/12/2023 e 05/12/2023.

Processo de Votação: [X] Simbólica [] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Sim	Oposição	Sim
BI MdbPsdbRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Sim	Majoria	Sim	Governo	Sim
PL	Sim	Novo	Sim				

▲ Orientação das Lideranças

PL N.º 2.880/2023

Ementa: Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a criação de programa de saúde direcionado às mulheres alcoolistas.

Pauta(s): Em 06/12/2023.

Processo de Votação: [X] Simbólica [] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Sim	Oposição	Sim
BI MdbPsdbRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Sim	Majoria	Sim	Governo	Sim
PL	Sim	Novo	Sim				

▲ Orientação das Lideranças

PL N.º 5.781/2023

Ementa: Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para permitir que o juiz, de ofício, decrete medidas cautelares, inclusive prisão preventiva, e converta a prisão em flagrante em preventiva, nos casos de crime

praticado com violência doméstica e familiar contra a mulher, de que trata a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).

Pauta(s): Em 06/12/2023.

Processo de Votação: [X] Simbólica [] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Sim	Oposição	Sim
BI MdbPsdRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Sim	Maioria	Sim	Governo	Sim
PL	Sim	Novo	Sim				

▲ Orientação das Lideranças

PL N.º 419/2023

Ementa: Modifica os arts. 65 e 115 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para alterar circunstância atenuante e veda a redução do prazo de prescrição para os crimes que envolvam violência sexual contra a mulher, quando o agente for, na data do fato, menor de 21 (vinte e um) anos e, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos de idade.

Pauta(s): Em 06/12/2023.

Processo de Votação: [X] Simbólica [] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Sim	Oposição	Sim
BI MdbPsdRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Sim	Maioria	Sim	Governo	Sim
PL	Sim	Novo	Sim				

▲ Orientação das Lideranças

PL N.º 883/2023 – Substitutivo

Ementa: Altera o art. 1.584 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para priorizar a guarda unilateral do recém-nascido à genitora enquanto perdurar o período de amamentação.

Pauta(s): Em 06/12/2023.

Processo de Votação: [X] Simbólica [] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

BI UniPpFdrPsdBcid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Sim	Oposição	Sim
BI MdbPsdRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Sim	Majoria	Sim	Governo	Sim
PL	Sim	Novo	Sim				

▲ Orientação das Lideranças

PL N.º 9.905/2018 – Substitutivo

Ementa: Altera o art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer causa de aumento de pena na lesão corporal cometida no âmbito de violência doméstica ou por razões da condição do sexo feminino, quando praticada na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima.

Pauta(s): Em 06/12/2023.

Processo de Votação: [X] Simbólica [] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

BI UniPpFdrPsdBcid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Sim	Oposição	Sim
BI MdbPsdRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Sim	Majoria	Sim	Governo	Sim
PL	Sim	Novo	Sim				

▲ Orientação das Lideranças

PL N.º 5.427/2023 – Substitutivo

Ementa: Aprimora a aplicação de medida protetiva, alterando a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

Pauta(s): Em 06/12/2023.

Processo de Votação: [X] Simbólica [] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

BI UniPpFdrPsdBcid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Sim	Oposição	Sim
BI MdbPsdRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Sim	Majoria	Sim	Governo	Sim
PL	Sim	Novo	Sim				

▲ Orientação das Lideranças

PL N.º 2.117/2021 – Substitutivo

Ementa: Altera a alínea a do inciso II do caput do art. 9º do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar), para afastar da competência da Justiça Militar os crimes cometidos com violência doméstica e familiar, quando praticados por militar da ativa contra militar na mesma situação.

Pauta(s): Em 06/12/2023.

Processo de Votação: [X] Simbólica [] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

BI UniPpFdrPsdBcid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Sim	Oposição	Sim
BI MdbPsdRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Sim	Majoria	Sim	Governo	Sim
PL	Sim	Novo	Sim				

▲ Orientação das Lideranças

PL N.º 5.253/2023

Ementa: Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever o atendimento da mulher vítima de violência doméstica e familiar preferencialmente por profissional de saúde do sexo feminino.

Pauta(s): Em 06/12/2023.

Processo de Votação: [X] Simbólica [] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

BI UniPpFdrPsdBcid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Sim	Oposição	Sim
BI MdbPsdRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Sim	Majoria	Sim	Governo	Sim
PL	Sim	Novo	Sim				

▲ Orientação das Lideranças

PL N.º 3/2023 – Emendas com Parecer pela Rejeição

Ementa: Cria o protocolo "Não é Não", para prevenção ao constrangimento e à violência contra a mulher e para proteção à vítima; institui o selo "Não é Não - Mulheres Seguras"; e altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte)..

Pauta(s): Em 01/08/2023 e 06/12/2023.

Processo de Votação: [X] Simbólica [] Nominal

Resultado: Rejeitado o Substitutivo do Senado Federal. Vai à sanção a matéria
Aprovado na Câmara dos Deputados em 1 de agosto de 2023.

Quórum e Placar:

BI UniPpFdrPsdBcid...	Não	Fdr PT-PCdoB-PV	Não	Minoria	Não	Oposição	Não
BI MdbPsdRepPode	Não	Fdr PSOL-REDE	Não	Majoria	Não	Governo	Não
PL	Não	Novo	Não				

▲ Orientação das Lideranças

PL N.º 9.930/2018 – Substitutivo

Ementa: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aumentar as penas dos crimes previstos nos arts. 216-B e 218-C, e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para modificar os crimes sexuais previstos nos arts. 241-C e 241-D.

Pauta(s): Em 07/12/2023.

Processo de Votação: [X] Simbólica [] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Sim	Oposição	Sim
BI MdbPsdbRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Sim	Majoria	Sim	Governo	Sim
PL	Sim	Novo	Sim				

▲ Orientação das Lideranças

PL N.º 4.581/2020 – Substitutivo

Ementa: Dispõe sobre a hemodiálise em trânsito para pacientes com doença renal crônica.

Pauta(s): Em 07/12/2023.

Processo de Votação: [X] Simbólica [] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Sim	Oposição	Sim
BI MdbPsdbRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Sim	Majoria	Sim	Governo	Sim
PL	Sim	Novo	Sim				

▲ Orientação das Lideranças

PL N.º 3.974/2015 – Substitutivo

Ementa: Dispõe sobre o direito a indenização por dano moral e a concessão de pensão especial à pessoa com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika ou de Síndrome de Guillain-Barré causada pelo vírus Zika; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, Aprovado pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e 8.213, de 24 de julho de 1991.

Pauta(s): Em 12/12/2023.

Processo de Votação: [X] Simbólica [] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Liberado	Oposição	Liberado
BI MdbPsdRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Sim	Maioria	Sim	Governo	
PL	Sim	Novo	Não				

▲ Orientação das Lideranças

PL N.º 54/2021 – Subemenda Substitutiva

Ementa: Institui incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados no ensino médio público; e altera as Leis n.ºs 13.999, de 18 de maio de 2020, e 14.075, de 22 de outubro de 2020.

Pauta(s): Em 11/05/2021, 12/05/2021^(2X), 13/05/2021 e 12/12/2023.

Processo de Votação: [X] Simbólica [] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Sim	Oposição	Sim
BI MdbPsdRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Sim	Maioria	Sim	Governo	Sim
PL	Sim	Novo	Sim				

▲ Orientação das Lideranças

PL N.º 2.646/2020 – Emenda do Senado Federal com Parecer pela Aprovação

Ementa: Dispõe sobre as debêntures de infraestrutura; altera as Leis n.ºs 9.481, de 13 de agosto de 1997, 11.478, de 29 de maio de 2007, e 12.431, de 24 de junho de 2011; e dá outras providências.

Pauta(s): Em 10/06/2021, 15/06/2021, 16/06/2021, 17/06/2021, 22/06/2021, 23/06/2021, 24/06/2021, 07/07/2021 e 13/12/2023.

Processo de Votação: [X] Simbólica [] Nominal

Resultado: Aprovados as Emendas do Senado Federal n.ºs 1, 2, 3 e 6.

Quórum e Placar:

BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Sim	Oposição	
BI MdbPsdRepPode		Fdr PSOL-REDE	Liberado	Maioria	Sim	Governo	Sim
PL	Sim	Novo	Sim				

▲ Orientação das Lideranças

PL N.º 2.646/2020 – Emenda do Senado Federal com Parecer pela Rejeição

Ementa: Dispõe sobre as debêntures de infraestrutura; altera as Leis n.ºs 9.481, de 13 de agosto de 1997, 11.478, de 29 de maio de 2007, e 12.431, de 24 de junho de 2011; e dá outras providências.

Pauta(s): Em 10/06/2021, 15/06/2021, 16/06/2021, 17/06/2021, 22/06/2021, 23/06/2021, 24/06/2021, 07/07/2021 e 13/12/2023.

Processo de Votação: [X] Simbólica [] Nominal

Resultado: Rejeitadas as Emendas do Senado Federal n.ºs 4 e 5, ressalvados os destaques.

Quórum e Placar:

BI UniPpFdrPsdbCid...	Não	Fdr PT-PCdoB-PV	Não	Minoria	Não	Oposição	Não
BI MdbPsdRepPode	Não	Fdr PSOL-REDE	Liberado	Maioria	Não	Governo	Não
PL	Não	Novo	Não				

▲ Orientação das Lideranças

PL N.º 2.646/2020 – DTQ 2 – Emenda N.º 1

Ementa: Dispõe sobre as debêntures de infraestrutura; altera as Leis n.ºs 9.481, de 13 de agosto de 1997, 11.478, de 29 de maio de 2007, e 12.431, de 24 de junho de 2011; e dá outras providências.

Pauta(s): Em 10/06/2021, 15/06/2021, 16/06/2021, 17/06/2021, 22/06/2021, 23/06/2021, 24/06/2021, 07/07/2021 e 13/12/2023.

Processo de Votação: [X] Simbólica [] Nominal

Resultado: Aprovado a Emenda do Senado Federal.

Quórum e Placar:

BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Não	Oposição	Não
BI MdbPsdbRepPode		Fdr PSOL-REDE	Sim	Majoria	Sim	Governo	Sim
PL	Não	Novo	Não				

▲ Orientação das Lideranças

PL N.º 2.646/2020 – DTQ 1 – Emenda N.º 6

Ementa: Dispõe sobre as debêntures de infraestrutura; altera as Leis nºs 9.481, de 13 de agosto de 1997, 11.478, de 29 de maio de 2007, e 12.431, de 24 de junho de 2011; e dá outras providências.

Pauta(s): Em 10/06/2021, 15/06/2021, 16/06/2021, 17/06/2021, 22/06/2021, 23/06/2021, 24/06/2021, 07/07/2021 e 13/12/2023.

Processo de Votação: [X] Simbólica [] Nominal

Resultado: Aprovado a Emenda do Senado Federal.

Quórum e Placar:

BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Sim	Oposição	
BI MdbPsdbRepPode		Fdr PSOL-REDE	Não	Majoria		Governo	
PL	Sim	Novo	Sim				

▲ Orientação das Lideranças

PL N.º 5.711/2023 – Substitutiva

Ementa: Dispõe sobre a atuação do Tribunal de Contas da União como membro do Conselho de Auditores da Organização das Nações Unidas.

Pauta(s): 13/12/2023.

Processo de Votação: [X] Simbólica [] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Sim	Oposição	Sim
BI MdbPsdbRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Sim	Majoria	Sim	Governo	Sim
PL	Sim	Novo	Sim				

▲ Orientação das Lideranças

PL N.º 4.459/2021 – Subemenda Substitutiva

Ementa: Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para obrigar a inclusão de informações sobre Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), dislexia, doenças raras e visão monocular nos censos demográficos; e altera a Lei nº 8.184, de 10 de maio de 1991, para facultar a inclusão de informações sobre animais domésticos nos censos demográficos.

Pauta(s): Em 20/12/2023.

Processo de Votação: [X] Simbólica [] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

BI UniPpFdrPsdBcid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Sim	Oposição	Sim
BI MdbPsdRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Sim	Majoria	Sim	Governo	Sim
PL	Sim	Novo	Sim				

▲ Orientação das Lideranças

PL N.º 5.867/2023

Ementa: Institui o Dia do Rei Pelé.

Pauta(s): Em 20/12/2023.

Processo de Votação: [X] Simbólica [] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

BI UniPpFdrPsdBcid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Sim	Oposição	Sim
BI MdbPsdRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Sim	Majoria	Sim	Governo	Sim
PL	Sim	Novo	Sim				

▲ Orientação das Lideranças

PL N.º 4.562/2023

Ementa: Altera a Lei nº 11.678, de 19 de maio de 2008, para denominar os trechos que especifica da rodovia BR-158; e revoga as Leis nºs 13.597, de 8 de janeiro de 2018, e 14.427, de 28 de julho de 2022.

Pauta(s): Em 22/11/2023 e 20/12/2023.

Processo de Votação: [X] Simbólica [] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

BI UniPpFdrPsdBcid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Sim	Oposição	Sim
BI MdbPsdRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Sim	Maioria	Sim	Governo	Sim
PL	Sim	Novo	Sim				

▲ Orientação das Lideranças

PL N.º 2.148/2015 – Requerimento de Retirada de Pauta

Ementa: Estabelece redução de tributos para produtos adequados à economia verde de baixo carbono.

Pauta(s): Em 08/11/2021, 10/11/2021, 16/11/2021, 17/11/2021, 18/11/2021, 23/11/2021, 24/11/2021, 30/11/2021, 01/12/2021, 02/12/2021, 08/12/2021, 09/12/2021, 13/12/2021, 14/12/2021, 15/12/2021, 16/12/2021 e 21/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Rejeitado o Requerimento.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
321	52	267	1	53	1	374

BI UniPpFdrPsdBcid...	Não	Fdr PT-PCdoB-PV	Não	Minoria	Obstrução	Oposição	Obstrução
BI MdbPsdRepPode	Não	Fdr PSOL-REDE	Sim	Maioria	Não	Governo	Não
PL	Obstrução	Novo	Obstrução				

▲ Orientação das Lideranças

PL N.º 2.148/2015 – Requerimento de Adiamento da Discussão

Ementa: Estabelece redução de tributos para produtos adequados à economia verde de baixo carbono.

Pauta(s): Em 08/11/2021, 10/11/2021, 16/11/2021, 17/11/2021, 18/11/2021, 23/11/2021, 24/11/2021, 30/11/2021, 01/12/2021, 02/12/2021, 08/12/2021, 09/12/2021, 13/12/2021, 14/12/2021, 15/12/2021, 16/12/2021 e 21/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Rejeitado o Requerimento.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
338	56	281	0	48	1	386
BI UnIppFdrPsdBcid...	Não	Fdr PT-PCdoB-PV	Não	Minoria	Obstrução	Oposição
BI MdbPsdRepPode	Não	Fdr PSOL-REDE	Sim	Maioria		Governo
PL	Obstrução	Novo	Obstrução			

▲ Orientação das Lideranças

PL N.º 2.148/2015 – Requerimento de Adiamento da Votação

Ementa: Estabelece redução de tributos para produtos adequados à economia verde de baixo carbono.

Pauta(s): Em 08/11/2021, 10/11/2021, 16/11/2021, 17/11/2021, 18/11/2021, 23/11/2021, 24/11/2021, 30/11/2021, 01/12/2021, 02/12/2021, 08/12/2021, 09/12/2021, 13/12/2021, 14/12/2021, 15/12/2021, 16/12/2021 e 21/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Rejeitado o Requerimento.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
347	51	295	0	61	1	408
BI UniPpFdrPsdBcid...	Não					
BI MdbPsdRepPode	Não					
PL	Obstrução					
Fdr PT-PCdoB-PV	Não					
Fdr PSOL-REDE	Sim					
Novo	Obstrução					
Minoria	Obstrução					
Maioria						
Oposição	Obstrução					
Governo	Não					

▲ Orientação das Lideranças

PL N.º 2.148/2015 – Subemenda Substitutiva

Ementa: Estabelece redução de tributos para produtos adequados à economia verde de baixo carbono.

Pauta(s): Em 08/11/2021, 10/11/2021, 16/11/2021, 17/11/2021, 18/11/2021, 23/11/2021, 24/11/2021, 30/11/2021, 01/12/2021, 02/12/2021, 08/12/2021, 09/12/2021, 13/12/2021, 14/12/2021, 15/12/2021, 16/12/2021 e 21/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
404	299	103	1	6	1	410
BI UniPpFdrPsdBcid...	Sim					
BI MdbPsdRepPode	Sim					
PL	Não					
Fdr PT-PCdoB-PV	Sim					
Fdr PSOL-REDE	Não					
Novo	Não					
Minoria	Não					
Maioria	Sim					
Oposição	Não					
Governo	Sim					

▲ Orientação das Lideranças

PL N.º 2.148/2015 – DTQ 7

Ementa: Estabelece redução de tributos para produtos adequados à economia verde de baixo carbono.

Pauta(s): Em 08/11/2021, 10/11/2021, 16/11/2021, 17/11/2021, 18/11/2021, 23/11/2021, 24/11/2021, 30/11/2021, 01/12/2021, 02/12/2021, 08/12/2021, 09/12/2021, 13/12/2021, 14/12/2021, 15/12/2021, 16/12/2021 e 21/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Mantido o texto.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
383	301	81	0	9	1	392

BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Não	Minoria	Sim	Oposição	Sim
BI MdbPsRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Não	Maioria	Sim	Governo	Sim
PL	Sim	Novo	Sim				

▲ Orientação das Lideranças

PL N.º 3.626/2023 – Requerimento de Adiamento da Discussão

Ementa: Dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa; altera as Leis nºs 5.768, de 20 de dezembro de 1971, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; e dá outras providências.

Pauta(s): Em 04/09/2023, 13/09/2023 e 21/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Rejeitado o Requerimento.

Quórum e Placar:

Quórum votação		Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
388		106	281	0	0	1	388

BI UniPpFdrPsdbCid...	Não	Fdr PT-PCdoB-PV	Não	Minoria	Sim	Oposição	Liberado
BI MdbPsRepPode	Liberado	Fdr PSOL-REDE	Não	Maioria	Não	Governo	Não
PL	Sim	Novo	Sim				

▲ Orientação das Lideranças



PL N.º 3.626/2023 – Requerimento de Adiamento da Votação

Ementa: Dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa; altera as Leis n.ºs 5.768, de 20 de dezembro de 1971, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e a Medida Provisória n.º 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; revoga dispositivos do Decreto-Lei n.º 204, de 27 de fevereiro de 1967; e dá outras providências.

Pauta(s): Em 04/09/2023, 13/09/2023 e 21/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Rejeitado o Requerimento.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
376	100	275	0	0	1	376
BI UniPpFdrPsdbCid...	Não					
BI MdbPsdRepPode	Liberado					
PL	Sim					
Fdr PT-PCdoB-PV	Não					
Fdr PSOL-REDE	Não					
Novo	Sim					
Minoria	Sim					
Maioria	Não					
Oposição		Liberado				
Governo		Não				

▲ Orientação das Lideranças

PL N.º 3.626/2023 – Emendas do Senado Federal com Parecer pela

Aprovação

Ementa: Dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa; altera as Leis n.ºs 5.768, de 20 de dezembro de 1971, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e a Medida Provisória n.º 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; revoga dispositivos do Decreto-Lei n.º 204, de 27 de fevereiro de 1967; e dá outras providências.

Pauta(s): Em 04/09/2023, 13/09/2023 e 21/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Aprovados as Emendas do Senado Federal n.º 1 (na parte em que altera os arts. 1º e 14 do PL 3.626, de 2023); e das Emendas n.ºs 2, 4 a 7, 10 a 15, 18 a 22, 25 a 28, 30, 31, 35, 37, 39, 41 e 42. Rejeitadas as Emendas do Senado Federal n.º 1

(na parte em que altera o art. 51 do PL 3.626, de 2023); e das Emendas nºs 3, 8, 9, 16, 17, 23, 24, 29, 32 a 34, 36, 38 e 40 ao Projeto de Lei nº 3.626, de 2023.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
408	292	114	1	0	1	408
BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim					
BI MdbPsdRepPode	Liberado					
PL	Não					
Fdr PT-PCdoB-PV	Sim					
Fdr PSOL-REDE	Sim					
Novo	Não					
Minoria	Não					
Maioria	Sim					
Oposição	Não					
Governo	Sim					

▲ Orientação das Lideranças

PL N.º 3.626/2023 – DTQ 17

Ementa: Dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa; altera as Leis nºs 5.768, de 20 de dezembro de 1971, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; e dá outras providências.

Pauta(s): Em 04/09/2023, 13/09/2023 e 21/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Rejeitado.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
383	120	261	1	0	1	383
BI UniPpFdrPsdbCid...	Não					
BI MdbPsdRepPode	Liberado					
PL	Sim					
Fdr PT-PCdoB-PV	Não					
Fdr PSOL-REDE	Não					
Novo	Sim					
Minoria	Sim					
Maioria	Não					
Oposição	Sim					
Governo	Não					

▲ Orientação das Lideranças

PL N.º 7.926/2014 – Requerimento de Retirada de Pauta

Ementa: Acrescenta art. 15-B à Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, para instituir o Adicional de Especialização e Qualificação aos servidores do quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal de Contas da União.

Pauta(s): Em 21/12/2023.

Processo de Votação: [X] Simbólica [] Nominal

Resultado: Rejeitado.

Quórum e Placar:

BI UniPpFdrPsdbCid...	Não	Fdr PT-PCdoB-PV	Não	Minoria	Liberado	Oposição	Liberado
BI MdbPsdRepPode	Não	Fdr PSOL-REDE	Não	Majoria	Não	Governo	Não
PL	Não	Novo	Obstrução				

▲ Orientação das Lideranças

PL N.º 7.926/2014 – Subemenda Substitutiva

Ementa: Acrescenta art. 15-B à Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, para instituir o Adicional de Especialização e Qualificação aos servidores do quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal de Contas da União.

Pauta(s): Em 21/12/2023.

Processo de Votação: [X] Simbólica [] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Liberado	Oposição	Liberado
BI MdbPsdRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Sim	Majoria	Sim	Governo	Sim
PL	Sim	Novo	Não				

▲ Orientação das Lideranças

PL N.º 2.673/2019 – Substitutivo

Ementa: Altera a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, para ampliar o prazo de vigência dos benefícios fiscais das Áreas de Livre Comércio à Amazônia Ocidental.

Pauta(s): Em 19/12/2023.

Processo de Votação: [X] Simbólica [] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

BI UniPpFdrPsdBcid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Liberado	Oposição	Liberado
BI MdbPsdRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Sim	Maioria	Sim	Governo	Sim
PL	Sim	Novo	Não				

▲ Orientação das Lideranças

PL N.º 4.994/2023 – Substitutivo

Ementa: Reconhece a rodovia BR-319-RO/AM como infraestrutura crítica, indispensável à segurança nacional e estabelece a garantia de sua trafegabilidade nas condições que especifica.

Pauta(s): Em 19/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
416	311	103	1	0	1	416

BI UniPpFdrPsdBcid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Não	Minoria	Sim	Oposição	Sim
BI MdbPsdRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Não	Maioria	Sim	Governo	Sim
PL	Sim	Novo	Sim				

▲ Orientação das Lideranças

PL N.º 4.994/2023 – DTQ 2

Ementa: Reconhece a rodovia BR-319-RO/AM como infraestrutura crítica, indispensável à segurança nacional e estabelece a garantia de sua trafegabilidade nas condições que especifica.

Pauta(s): Em 19/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Mantido o texto.

Quórum e Placar:

Quórum votação		Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes	
403		288	114	0	0	1	403	
BI UniPpFdrPsdBcid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Não	Minoria		Sim	Oposição	Sim
BI MdbPsdRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Não	Majoria			Governo	
PL	Sim	Novo	Sim					

▲ Orientação das Lideranças

2.1.C. PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR (PLP)

PLP N.º 116/2023

Ementa: Altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), para vedar a incidência do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) nos casos de transferência de mercadoria entre estabelecimentos do mesmo contribuinte.

Pauta(s): Em 05/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
417	395	20	1	0	1	417

BI UniPpFdrPsdBcid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Sim	Oposição	Sim
BI MdbPsdRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Liberado	Majoria	Sim	Governo	
PL	Sim	Novo	Sim				

▲ Orientação das Lideranças

PLP N.º 243/2023

Ementa: Dispõe sobre as despesas voltadas a programa de incentivo à permanência de estudantes no ensino médio.

Pauta(s): Em 13/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

Quórum votação		Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
452		370	77	4	0	1	452

BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Não	Oposição	Não
BI MdbPsdRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Sim	Majoria	Sim	Governo	Sim
PL	Liberado	Novo	Não				

▲ Orientação das Lideranças

2.1.D. PROJETO DE LEI DELEGADA (PLD)

Não houve votação na categoria legislativa em análise.

2.1.E. MEDIDAS PROVISÓRIAS (MPV)

[MPV N.º 1.187/2023 – Requerimento de Retirada de Pauta](#)

Ementa: Altera a Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, para criar o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Pauta(s): Em 14/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Rejeitado o Requerimento.

Quórum e Placar:



MPV N.º 1.187/2023 – Requerimento de Adiamento da Votação

Pauta(s): Em 14/12/2023.

Processo de Votação: [☐] Simbólica [☒] Nominal

Resultado: Rejeitado o Requerimento.

Quórum e Placar:

MPV N.º 1.187/2023 – Atendimento dos Pressupostos Constitucionais

Pauta(s): Em 14/12/2023.

Processo de Votação: ☒ Simbólica ☐ Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:



BI UniPpFdrPsdbCid...	Fdr PT-PCdoB-PV Sim	Minoria	Oposição	Obstrução
BI MdbPsdRepPode Sim	Fdr PSOL-REDE	Maioria Sim	Governo	Sim
PL Obstrução	Novo Obstrução			

▲ Orientação das Lideranças

MPV N.º 1.187/2023 – Não Atendimento dos Pressupostos Constitucionais

Ementa: Altera a Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, para criar o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Pauta(s): Em 14/12/2023.

Processo de Votação: ☐ Simbólica ☒ Nominal

Resultado: Rejeitado o Requerimento.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
265	221	40	3	62	1	327

BI UniPpFdrPsdbCid...	Fdr PT-PCdoB-PV Sim	Minoria	Obstrução	Oposição	Obstrução
BI MdbPsdRepPode Sim	Fdr PSOL-REDE	Maioria Sim		Governo	Sim
PL Obstrução	Novo Obstrução				

▲ Orientação das Lideranças

MPV N.º 1.187/2023

Ementa: Altera a Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, para criar o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Pauta(s): Em 14/12/2023.

Processo de Votação: ☐ Simbólica ☒ Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
279	229	49	0	60	1	339
BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim					
BI MdbPsdRepPode	Sim					
PL	Obstrução					
Fdr PT-PCdoB-PV	Sim					
Fdr PSOL-REDE						
Novo						
Minoria				Obstrução		
Maioria				Sim		
Oposição						
Governo				Sim		

▲ Orientação das Lideranças

MPV N.º 1.187/2023 – DTQ 4

Ementa: Altera a Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, para criar o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Pauta(s): Em 14/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Mantido o texto.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
258	225	32	0	54	1	312
BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim					
BI MdbPsdRepPode	Sim					
PL	Obstrução					
Fdr PT-PCdoB-PV	Sim					
Fdr PSOL-REDE						
Novo						
Minoria				Obstrução		
Maioria				Sim		
Oposição						
Governo				Sim		

▲ Orientação das Lideranças

MPV N.º 1.187/2023 – DTQ 1

Ementa: Altera a Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, para criar o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Pauta(s): Em 14/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Mantido o texto.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
280	241	38	0	45	1	325
BI UniPpFdrPsdbCid...						
BI MdbPsdRepPode	Sim					
PL						
▲ Orientação das Lideranças						

MPV N.º 1.187/2023 – DTQ 2

Ementa: Altera a Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, para criar o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Pauta(s): Em 14/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Mantido o texto.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
276	246	29	0	49	1	325
BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim					
BI MdbPsdRepPode	Sim					
PL						
▲ Orientação das Lideranças						

MPV N.º 1.187/2023 – DTQ 3

Ementa: Altera a Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, para criar o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Pauta(s): Em 14/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Mantido o texto.

Quórum e Placar:

Quórum votação		Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
276		238	36	1	55	1	331

BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Obstrução	Oposição	Obstrução
BI MdbPsdRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE		Majoria	Sim	Governo	Sim
PL	Obstrução	Novo	Obstrução				

▲ Orientação das Lideranças

MPV N.º 1.185/2023 – Requerimento de Retirada de Pauta

Ementa: Dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico; altera as Leis n.ºs 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 14.592, de 30 de maio de 2023, e 14.754, de 12 de dezembro de 2023; e revoga dispositivos do Decreto-Lei n.º 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e das Leis n.ºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 12.973, de 13 de maio de 2014.

Pauta(s): Em 15/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Rejeitado o Requerimento.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes	
342	32	307	2	70	1	412	
BI UniPpFdrPsdbCid...	Não	Fdr PT-PCdoB-PV	Não	Minoria	Obstrução	Oposição	Obstrução
BI MdbPsdRepPode	Não	Fdr PSOL-REDE		Majoria	Não	Governo	Não
PL	Obstrução	Novo	Obstrução				
▲ Orientação das Lideranças							

MPV N.º 1.185/2023 – Requerimento de Adiamento da Votação



Ementa: Dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico; altera as Leis n°s 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 14.592, de 30 de maio de 2023, e 14.754, de 12 de dezembro de 2023; e revoga dispositivos do Decreto-Lei n° 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e das Leis n°s 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 12.973, de 13 de maio de 2014.

Pauta(s): Em 15/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Rejeitado o Requerimento.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
375	42	331	1	73	1	448
BI UniPpFdrPsdbCid...	Não		Fdr PT-PCdoB-PV	Não	Minoria	Obstrução
BI MdbPsdRepPode	Não		Fdr PSOL-REDE		Majoria	Não
PL	Obstrução		Novo	Obstrução		

▲ Orientação das Lideranças

[MPV N.º 1.185/2023 - Atendimento dos Pressupostos Constitucionais](#)

Ementa: Dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico; altera as Leis n°s 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 14.592, de 30 de maio de 2023, e 14.754, de 12 de dezembro de 2023; e revoga dispositivos do Decreto-Lei n° 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e das Leis n°s 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 12.973, de 13 de maio de 2014.

Pauta(s): Em 15/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
372	327	43	1	73	1	445
BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim					
BI MdbPsdRepPode	Sim					
PL	Obstrução					
Fdr PT-PCdoB-PV	Sim					
Fdr PSOL-REDE						
Novo						
Minoria				Obstrução		
Maioria				Sim		
Oposição					Obstrução	
Governo					Sim	

▲ Orientação das Lideranças

MPV N.º 1.185/2023 - Não Atendimento dos Pressupostos Constitucionais

Ementa: Dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico; altera as Leis n.ºs 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 14.592, de 30 de maio de 2023, e 14.754, de 12 de dezembro de 2023; e revoga dispositivos do Decreto-Lei n.º 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e das Leis n.ºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 12.973, de 13 de maio de 2014.

Pauta(s): Em 15/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
388	338	47	2	68	1	456
BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim					
BI MdbPsdRepPode	Sim					
PL	Obstrução					
Fdr PT-PCdoB-PV	Sim					
Fdr PSOL-REDE						
Novo						
Minoria				Obstrução		
Maioria				Sim		
Oposição					Obstrução	
Governo					Sim	

▲ Orientação das Lideranças

MPV N.º 1.185/2023

Ementa: Dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico; altera as Leis n.ºs 9.249, de 26

de dezembro de 1995, 14.592, de 30 de maio de 2023, e 14.754, de 12 de dezembro de 2023; e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 12.973, de 13 de maio de 2014.

Pauta(s): Em 15/12/2023.

Processo de Votação: ☐ Simbólica ☒ Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
393	335	56	1	59	1	452
BI UniPpFdrPsdBcid...	Sim					
BI MdbPsdRepPode	Sim					
PL	Obstrução					
Fdr PT-PCdoB-PV	Sim					
Fdr PSOL-REDE						
Novo						
Minoria				Obstrução		
Maioria				Sim		
Oposição						
Governo				Sim		

▲ Orientação das Lideranças

MPV N.º 1.185/2023 – DTQ 5

Ementa: Dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico; altera as Leis nºs 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 14.592, de 30 de maio de 2023, e 14.754, de 12 de dezembro de 2023; e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 12.973, de 13 de maio de 2014.

Pauta(s): Em 15/12/2023.

Processo de Votação: ☐ Simbólica ☒ Nominal

Resultado: Rejeitada a Emenda de Comissão n.º 26.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
395	56	336	2	65	1	460
BI UniPpFdrPsdBcid...	Não	Fdr PT-PCdoB-PV	Não	Minoria	Obstrução	Oposição
BI MdbPsdRepPode	Não	Fdr PSOL-REDE		Maioria	Não	Governo
PL	Obstrução	Novo	Obstrução			

▲ Orientação das Lideranças

MPV N.º 1.185/2023 – DTQ 3

Ementa: Dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico; altera as Leis n.ºs 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 14.592, de 30 de maio de 2023, e 14.754, de 12 de dezembro de 2023; e revoga dispositivos do Decreto-Lei n.º 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e das Leis n.ºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 12.973, de 13 de maio de 2014.

Pauta(s): Em 15/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Rejeitada a Emenda de Comissão n.º 40.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
354	49	304	0	70	1	424
BI UniPpFdrPsdBcid...	Não	Fdr PT-PCdoB-PV	Não	Minoria	Obstrução	Oposição
BI MdbPsdRepPode	Não	Fdr PSOL-REDE		Maioria	Não	Governo
PL	Obstrução	Novo	Obstrução			

▲ Orientação das Lideranças

MPV N.º 1.185/2023 – DTQ 4

Ementa: Dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico; altera as Leis n.ºs 9.249, de 26

de dezembro de 1995, 14.592, de 30 de maio de 2023, e 14.754, de 12 de dezembro de 2023; e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 12.973, de 13 de maio de 2014.

Pauta(s): Em 15/12/2023.

Processo de Votação: ☐ Simbólica ☒ Nominal

Resultado: Rejeitada a Emenda de Comissão n.º 52.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
375	49	325	0	72	1	447
BI UnIPpFdrPsdbCid...	Não	Fdr PT-PCdoB-PV	Não	Minoria	Obstrução	Oposição
BI MdbPsdRepPode	Não	Fdr PSOL-REDE		Maioria	Não	Governo
PL	Obstrução	Novo	Obstrução			

▲ Orientação das Lideranças

MPV N.º 1.185/2023 – DTQ 6

Ementa: Dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico; altera as Leis nºs 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 14.592, de 30 de maio de 2023, e 14.754, de 12 de dezembro de 2023; e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 12.973, de 13 de maio de 2014.

Pauta(s): Em 15/12/2023.

Processo de Votação: ☐ Simbólica ☒ Nominal

Resultado: Rejeitada a Emenda de Comissão n.º 72.

Quórum e Placar:

Quórum votação		Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
371		50	320	0	63	1	434

BI UniPpFdrPsdBcid...	Não	Fdr PT-PCdoB-PV	Não	Minoria	Obstrução	Oposição	Obstrução
BI MdbPsdRepPode	Não	Fdr PSOL-REDE		Maioria	Não	Governo	Não
PL	Obstrução	Novo	Obstrução				

▲ Orientação das Lideranças

2.1.F. PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (PDL)

Não houve votação na categoria legislativa em análise.

2.1.G. PROJETO DE RESOLUÇÃO (PR)

PRC N.º 129/2023

Ementa: Institui a Medalha Rei Pelé.

Pauta(s): Em 20/12/2023.

Processo de Votação: [X] Simbólica [] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

BI UniPpFdrPsdBcid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Sim	Oposição	Sim
BI MdbPsdRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Sim	Maioria	Sim	Governo	Sim
PL	Sim	Novo	Sim				

▲ Orientação das Lideranças

PRC N.º 131/2023

Ementa: Dispõe sobre os cargos efetivos da Carreira Legislativa da Câmara dos Deputados.

Pauta(s): Em 20/12/2023.

Processo de Votação: [X] Simbólica [] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Sim	Oposição	Sim
BI MdbPsRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Sim	Majoria	Sim	Governo	
PL	Sim	Novo	Sim				

▲ Orientação das Lideranças

2.1.H. REQUERIMENTO (REQ)

REQ N.º 2.315/2019

Ementa: Requer urgência, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a apreciação do Projeto de Lei nº 402/2011.

Pauta(s): Em 04/12/2023 e 05/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
415	411	2	1	11	1	426

BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Sim	Oposição	Sim
BI MdbPsRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Obstrução	Majoria	Sim	Governo	
PL	Sim	Novo	Sim				

▲ Orientação das Lideranças

REQ N.º 1.576/2023

Ementa: Requeremos a V.Ex^a, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 6579/2019 - Senado Federal - Mecias de Jesus que "Altera a Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, para incluir o Município de Pacaraima, no Estado de Roraima, na Área de Livre Comércio de Boa Vista - ALCBV".

Pauta(s): Em 15/08/2023, 16/08/2023, 22/08/2023, 23/08/2023, 29/08/2023, 30/08/2023, 21/11/2023, 22/11/2023, 29/11/2023, 04/12/2023 e 05/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
423	374	47	1	0	1	423

BI UnIPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Liberado	Oposição	Liberado
BI MdbPsdRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Não	Maioria		Governo	
PL	Sim	Novo	Não				

▲ Orientação das Lideranças

REQ N.º 4.073/2023

Ementa: Requer regime de urgência ao Projeto de Lei nº 2144/2023, que “Altera os artigos 215-A, 216-A, 216-B, 217-A, 218, e do 218-C do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 –Código Penal, para aumentar as penas dos respectivos delitos.”.

Pauta(s): Em 29/11/2023, 04/12/2023 e 05/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
398	397	0	0	0	1	398

BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Sim	Oposição	Sim
BI MdbPsdRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Sim	Majoria	Sim	Governo	
PL	Sim	Novo	Sim				

▲ Orientação das Lideranças

REQ N.º 4.170/2023

Ementa: Requer urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 4.581, de 2020, que “Dispõe sobre a hemodiálise em trânsito para pacientes portadores de doenças renais crônicas e dá outras providências”.

Pauta(s): Em 04/12/2023 e 05/12/2023.

Processo de Votação: [X] Simbólica [] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Sim	Oposição	Sim
BI MdbPsdbRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Sim	Majoria	Sim	Governo	Sim
PL	Sim	Novo	Sim				

▲ Orientação das Lideranças

[REQ N.º 1.203/2023](#)

Ementa: Requer regime de urgência para apreciação do Projeto de Lei n.º PL 538/2023 que insere nova causa de aumento de pena na lesão corporal cometida no âmbito de violência doméstica ou por razões da condição do sexo feminino, quando praticada na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima.

Pauta(s): Em 06/12/2023

Processo de Votação: [X] Simbólica [] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Sim	Oposição	Sim
BI MdbPsdbRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Sim	Majoria	Sim	Governo	Sim
PL	Sim	Novo	Sim				

▲ Orientação das Lideranças

[REQ N.º 3.918/2023](#)

Ementa: Requer, nos termos do art. 155 do RICD, urgência para o Projeto de Lei nº 5.427/2023, que aprimora a aplicação de medida protetiva, alterando a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

Pauta(s): Em 06/12/2023

Processo de Votação: [X] Simbólica [] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Sim	Oposição	Sim
BI MdbPsdbRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Sim	Majoria	Sim	Governo	Sim
PL	Sim	Novo	Sim				

▲ Orientação das Lideranças

REQ N.º 4.019/2023

Ementa: Requer urgência do art. 155 para apreciação imediata do Projeto de Lei 1.213, de 2022.

Pauta(s): Em 06/12/2023

Processo de Votação: [X] Simbólica [] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Sim	Oposição	Sim
BI MdbPsdbRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Sim	Majoria	Sim	Governo	Sim
PL	Sim	Novo	Sim				

▲ Orientação das Lideranças

REQ N.º 4.119/2023

Ementa: Requer regime de urgência para a apreciação do Projeto de Lei nº 419, de 2023, que “modifica os arts. 65 e 115 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para alterar circunstância atenuante e veda a redução do prazo de prescrição para os crimes que envolvam violência sexual contra a mulher, quando o agente for, na data do fato, menor de 21 (vinte e um) anos e, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos de idade”.

Pauta(s): Em 06/12/2023

Processo de Votação: [X] Simbólica [] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Sim	Oposição	Sim
BI MdbPsdbRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Sim	Majoria	Sim	Governo	Sim
PL	Sim	Novo	Sim				

▲ Orientação das Lideranças

REQ N.º 4.127/2023

Ementa: Requer regime de urgência na apreciação do Projeto de Lei nº 4.186, de 2021.

Pauta(s): Em 06/12/2023

Processo de Votação: [X] Simbólica [] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Sim	Oposição	Sim
BI MdbPsdbRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Sim	Majoria	Sim	Governo	Sim
PL	Sim	Novo	Sim				

▲ Orientação das Lideranças

REQ N.º 4.146/2023

Ementa: Requer, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja incluído automaticamente na Ordem do Dia PL 883/2023, que altera a Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para possibilitar a GUARDA UNILATERAL de recém-nascido à genitora enquanto perdurar o período de amamentação.

Pauta(s): Em 06/12/2023

Processo de Votação: [X] Simbólica [] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Sim	Oposição	Sim
BI MdbPsdbRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Sim	Majoria	Sim	Governo	Sim
PL	Sim	Novo	Sim				

▲ Orientação das Lideranças

REQ N.º 4.166/2023

Ementa: Requer urgência para o PL 5253/2023, que altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para prever o atendimento da mulher vítima de violência familiar ou doméstica preferencialmente por profissional de saúde do sexo feminino.

Pauta(s): Em 06/12/2023

Processo de Votação: [X] Simbólica [] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Sim	Oposição	Sim
BI MdbPsdbRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Sim	Majoria	Sim	Governo	Sim
PL	Sim	Novo	Sim				

▲ Orientação das Lideranças

REQ N.º 4.173/2023

Ementa: Requer urgência para o PL 5781/2023, que "altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal) para permitir que o juiz, de ofício, decreta medidas cautelares, inclusive prisão preventiva, bem como converte a prisão em flagrante em preventiva, nos casos de crime praticado no âmbito de violência doméstica e familiar contra a mulher, de que trata a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, desde que presentes os requisitos do art. 312 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal)".

Pauta(s): Em 06/12/2023

Processo de Votação: [X] Simbólica [] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Sim	Oposição	Sim
BI MdbPsdRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Sim	Majoria	Sim	Governo	Sim
PL	Sim	Novo	Sim				

▲ Orientação das Lideranças

REQ N.º 4.216/2023

Ementa: Requer urgência na apreciação ao Projeto de Lei nº PL 242/2019, que “Altera o Art. 216-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal instituir o crime de assédio sexual nos casos que especifica, aumentando as respectivas penas”.

Pauta(s): Em 06/12/2023

Processo de Votação: [X] Simbólica [] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Sim	Oposição	Sim
BI MdbPsdRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Sim	Majoria	Sim	Governo	Sim
PL	Sim	Novo	Sim				

▲ Orientação das Lideranças

REQ N.º 4.216/2023

Ementa: Requer urgência para a apreciação do Projeto de Lei nº 2.880, de 2023.

Pauta(s): Em 06/12/2023

Processo de Votação: [X] Simbólica [] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Sim	Oposição	Sim
BI MdbPsdRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Sim	Majoria	Sim	Governo	Sim
PL	Sim	Novo	Sim				

▲ Orientação das Lideranças



REQ N.º 4.230/2023

Ementa: Requer Urgência na apreciação do Projeto de Lei nº 3.964, de 2023, que “Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas previstas para os crimes contra a dignidade sexual cometidos em contexto de transporte remunerado privado individual de passageiros.”

Pauta(s): Em 06/12/2023

Processo de Votação: [X] Simbólica [] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

BI UnIPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Sim	Oposição	Sim
BI MdbPsdRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Sim	Majoria	Sim	Governo	Sim
PL	Sim	Novo	Sim				

▲ Orientação das Lideranças

REQ N.º 4.179/2023

Ementa: Requer urgência do art. 155 para apreciação imediata do Projeto de Lei 5.610, de 2023.

Pauta(s): Em 06/12/2023 e 07/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
369	358	10	0	0	1	369

BI UnIPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Sim	Oposição	Sim
BI MdbPsdRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Não	Majoria	Sim	Governo	Sim
PL	Sim	Novo	Sim				

▲ Orientação das Lideranças

REQ N.º 4.232/2023

Ementa: Requer que o Projeto de Lei nº PL 9.930/2018 (Criminaliza a divulgação, sem consentimento, de foto, vídeo ou outros materiais relativos à intimidade de mulher), passe a tramitar sob o regime de urgência, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno.

Pauta(s): Em 07/12/2023.

Processo de Votação: [X] Simbólica [] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

BI UniPpFdrPsdBcid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Sim	Oposição	Sim
BI MdbPsdRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Sim	Maioria	Sim	Governo	Sim
PL	Sim	Novo	Sim				

▲ Orientação das Lideranças

REQ N.º 3.988/2023

Ementa: Requer urgência para o Projeto de Lei nº 2583/2020, que “institui a Estratégia Nacional de Saúde objetivando estabelecer uma estratégia nacional para incentivo às indústrias nacionais que produzam itens essenciais ao sistema de saúde nacional, bem como a pesquisa e desenvolvimento de produtos, insumos, medicamentos e materiais, com vistas a dar autonomia ao nosso país quanto a produção destes itens.”

Pauta(s): Em 12/12/2023.

Processo de Votação: [X] Simbólica [] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

BI UniPpFdrPsdBcid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Liberado	Oposição	Liberado
BI MdbPsdRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Sim	Maioria	Sim	Governo	Sim
PL	Sim	Novo	Não				

▲ Orientação das Lideranças

REQ N.º 4.218/2023



Ementa: Requer a urgência, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 242/2023, dispõe sobre a compensação pela União da eventual redução em relação a 2022 nas transferências aos municípios a título de FPM em 2024, 2025 e 2026.

Pauta(s): Em 12/12/2023.

Processo de Votação: [X] Simbólica [] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Sim	Oposição	Sim
BI MdbPsdRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Sim	Majoria	Sim	Governo	Sim
PL	Sim	Novo	Sim				

▲ Orientação das Lideranças

REQ N.º 3.105/2023

Ementa: Dispõe sobre a promoção da mobilidade sustentável de baixo carbono, o Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação, o Programa Nacional de Diesel Verde e o marco legal da captura e da estocagem geológica de dióxido de carbono.

Pauta(s): Em 28/11/2023 e 12/12/2023.

Processo de Votação: [X] Simbólica [] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Liberado	Oposição	Liberado
BI MdbPsdRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Sim	Majoria	Sim	Governo	Sim
PL	Sim	Novo	Não				

▲ Orientação das Lideranças

REQ N.º 4.234/2023

Ementa: Requeremos a V.Ex^a, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 5.711, de 2023,

do Tribunal de Contas da União, que dispõe sobre a atuação do Tribunal de Contas da União como membro do Conselho de Auditores da Organização das Nações Unidas.

Pauta(s): Em 13/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
377	370	5	1	22	1	399
BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim					
BI MdbPsdRepPode	Sim					
PL	Sim					
Fdr PT-PCdoB-PV	Sim					
Fdr PSOL-REDE	Obstrução					
Novo	Sim					
Minoria	Sim					
Maioria	Sim					
Oposição	Sim					
Governo	Sim					

▲ Orientação das Lideranças

REQ N.º 4.239/2023

Ementa: Requer, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno, tramitação sob o regime urgência do Projeto de Lei Complementar nº 243, de 2023.

Pauta(s): Em 13/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
404	309	94	0	0	1	404
BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim					
BI MdbPsdRepPode	Sim					
PL	Não					
Fdr PT-PCdoB-PV	Sim					
Fdr PSOL-REDE	Sim					
Novo	Não					
Minoria	Não					
Maioria	Sim					
Oposição	Não					
Governo	Sim					

▲ Orientação das Lideranças

REQ N.º 4.275/2023



Ementa: Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a urgência “urgentíssima” na apreciação do Projeto de Lei nº 5.230, de 2023, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e define diretrizes para a política nacional de ensino médio.”

Pauta(s): Em 13/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes	
454	351	102	0	0	1	454	
BI UniPpFdrPsdBcid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Não	Minoria	Sim	Oposição	Sim
BI MdbPsdRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Não	Majoria	Liberado	Governo	Sim
PL	Sim	Novo	Sim				
▲ Orientação das Lideranças							

REQ N.º 4.314/2023

Ementa: Quebra de Interstício entre turnos - PEC 45/2019.

Pauta(s): Em 15/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

Quórum votação		Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes	
344		309	33	1	41	1	385	
BI UniPpFdrPsdBcid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV			Sim	Minoria	Liberado	Oposição
BI MdbPsdRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE				Majoria	Sim	Governo
PL	Obstrução	Novo			Obstrução			
▲ Orientação das Lideranças								

REQ N.º 3.584/2023

Ementa: Requer regime de urgência para apreciação do PL 4994/2023.

Pauta(s): Em 18/12/2023.

Processo de Votação: [X] Simbólica [] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

BI UnIPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Sim	Oposição	Sim
BI MdbPsdbRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE		Majoria	Sim	Governo	Sim
PL	Sim	Novo	Liberado				

▲ Orientação das Lideranças

REQ N.º 4.125/2023

Ementa: Solicita urgência urgentíssima (art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados) para apreciação do Projeto de Lei nº 7.926, de 2014.

Pauta(s): Em 18/12/2023

Processo de Votação: [X] Simbólica [] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

BI UnIPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Liberado	Oposição	Liberado
BI MdbPsdbRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Sim	Majoria	Sim	Governo	Sim
PL	Liberado	Novo	Não				

▲ Orientação das Lideranças

REQ N.º 1.402/2023

Ementa: Requer urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 140/2023, que susta o Decreto nº 11.515, de 02 de maio de 2023, que revoga o Decreto nº 9.731 de 16/03/2019, que dispensa visto de visita para os nacionais da Comunidade da Austrália, do Canadá, dos Estados Unidos da América e do Japão e altera o Decreto nº 9.199, de 20

de novembro de 2017, que regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração.

Pauta(s): Em 18/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

Quórum votação		Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
446		304	141	0	0	1	446

BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Não	Minoria	Sim	Oposição	Sim
BI MdbPsdRepPode	Liberado	Fdr PSOL-REDE		Majoria	Liberado	Governo	Liberado
PL	Sim	Novo	Sim				

▲ Orientação das Lideranças

REQ N.º 4.198/2023

Ementa: Nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Ex^a. urgência para apreciação do Projeto de Lei 5.867/2023, que "Dispõe sobre a criação do 'Dia do Rei Pelé'."

Pauta(s): Em 20/12/2023.

Processo de Votação: [X] Simbólica [] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Sim	Oposição	Sim
BI MdbPsdRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Sim	Majoria	Sim	Governo	Sim
PL	Sim	Novo	Sim				

▲ Orientação das Lideranças

REQ N.º 4.316/2023

Ementa: Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, URGÊNCIA para apreciação do PRC 129/2023, que “Institui a Medalha Rei Pelé”.

Pauta(s): Em 20/12/2023.

Processo de Votação: [X] Simbólica [] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

BI UniPpFdrPsdBcid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Sim	Oposição	Sim
BI MdbPsdRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Sim	Majoria	Sim	Governo	Sim
PL	Sim	Novo	Sim				

▲ Orientação das Lideranças

REQ N.º 4.430/2023

Ementa: Requer urgência para o Projeto de Resolução nº 131/2023, que “Dispõe sobre os cargos efetivos da Carreira Legislativa da Câmara dos Deputados”.

Pauta(s): Em 20/12/2023

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Total de votantes
376	370	3	3	25	401

BI UniPpFdrPsdBcid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Sim	Oposição	Sim
BI MdbPsdRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Sim	Majoria	Sim	Governo	
PL	Sim	Novo	Sim				

▲ Orientação das Lideranças

REQ N.º 4.284/2023

Ementa: Requer urgência na apreciação do Projeto de Lei nº 2374 de 2023, que altera a Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009 e a Lei n.º 14.113, de 25 de dezembro de

2020 de modo a assegurar que haja a inclusão das escolas comunitárias e o repasse direto dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, e dá outras providências.

Pauta(s): Em 21/12/2023

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
405	396	7	1	10	1	415
BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim					
BI MdbPsdRepPode	Sim					
PL	Sim					
Fdr PT-PCdoB-PV	Sim					
Fdr PSOL-REDE	Sim					
Novo	Sim					
Minoria	Sim					
Majoria	Sim					
Oposição	Sim					
Governo	Sim					

▲ Orientação das Lideranças

REQ N.º 4.229/2023

Ementa: Requerimento de Urgência PL 2.767/2023.

Pauta(s): Em 21/12/2023

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
342	318	21	2	49	1	391
BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim					
BI MdbPsdRepPode	Sim					
PL	Sim					
Fdr PT-PCdoB-PV	Sim					
Fdr PSOL-REDE	Sim					
Novo				Obstrução		
Minoria				Obstrução		
Majoria				Sim		
Oposição						
Governo						

▲ Orientação das Lideranças

REQ N.º 4.322/2023

Ementa: Requer, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno, tramitação sob o regime urgência do Projeto de Lei nº 3.626, de 2023.

Pauta(s): Em 21/12/2023

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

Quórum votação		Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Total de votantes	
423		307	115	1	0	423	
BI UniPpFdrPsdBcid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Não	Oposição	Liberado
BI MdbPsdRepPode	Liberado	Fdr PSOL-REDE	Sim	Majoria	Sim	Governo	Sim
PL	Não	Novo	Não				

▲ Orientação das Lideranças

REQ N.º 1.990/2023

Ementa: Requer regime de urgência para apreciação do Projeto de Lei N° 2.854, de 2023 que altera a Lei N° 9.532, de 10 de dezembro de 1997 para harmonizar o prazo de vigência constitucional dos benefícios fiscais da Zona Franca de Manaus a que se referem os arts. 40, 92 e 92-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias ao disposto na legislação infraconstitucional.

Pauta(s): Em 19/12/2023.

Processo de Votação: [X] Simbólica [] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

BI UnIPpFdrPsdBcid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Sim	Oposição	Sim
BI MdbPsdRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Sim	Maioria	Sim	Governo	Sim
PL	Sim	Novo	Não				

▲ Orientação das Lideranças

REQ N.º 3.805/2023

Ementa: Requer regime de urgência para apreciação do PL nº 961, de 2022.

Pauta(s): Em 19/12/2023.

Processo de Votação: [X] Simbólica [] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Sim	Oposição	Sim
BI MdbPsdRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Sim	Majoria	Sim	Governo	Sim
PL	Sim	Novo	Sim				

▲ Orientação das Lideranças

REQ N.º 4.111/2023

Ementa: Requer, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno, tramitação sob o regime urgência do PL 4449/2023.

Pauta(s): Em 19/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Aprovado.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
432	371	60	0	0	1	432

BI UniPpFdrPsdbCid...	Sim	Fdr PT-PCdoB-PV	Sim	Minoria	Liberado	Oposição	Liberado
BI MdbPsdRepPode	Sim	Fdr PSOL-REDE	Sim	Majoria	Sim	Governo	Sim
PL	Liberado	Novo	Não				

▲ Orientação das Lideranças

2.1.I. RECURSO (REC)

REC N.º 33/2023 - Retirada de Pauta



Ementa: Contra a apreciação conclusiva das comissões sobre o Projeto de Lei nº 3.905, de 2021, que Estabelece o marco regulatório do fomento à cultura, no âmbito da administração pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Pauta(s): Em 08/11/2023, 21/11/2023, 22/11/2023, 29/11/2023 e 19/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Rejeitado.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
416	155	259	1	0	1	416
BI UniPpFdrPsdbCid...	Não					
BI MdbPsdRepPode	Liberado					
PL	Sim					
Fdr PT-PCdoB-PV	Não					
Fdr PSOL-REDE	Não					
Novo	Sim					
Minoria	Sim					
Maioria	Não					
Oposição	Sim					
Governo	Não					

▲ Orientação das Lideranças

REC N.º 33/2023 - Contra a Apreciação Conclusiva das Comissões

Ementa: Contra a apreciação conclusiva das comissões sobre o Projeto de Lei nº 3.905, de 2021, que Estabelece o marco regulatório do fomento à cultura, no âmbito da administração pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Pauta(s): Em 08/11/2023, 21/11/2023, 22/11/2023, 29/11/2023 e 19/12/2023.

Processo de Votação: [] Simbólica [X] Nominal

Resultado: Rejeitado.

Quórum e Placar:

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
434	171	262	0	0	1	434
BI UniPpFdrPsdbCid...	Não					
BI MdbPsdRepPode	Liberado					
PL	Sim					
Fdr PT-PCdoB-PV	Não					
Fdr PSOL-REDE	Não					
Novo	Sim					
Minoria	Sim					
Maioria	Não					
Oposição	Sim					
Governo	Não					

▲ Orientação das Lideranças



3. Fatos relevantes

Em dezembro de 2023, na Câmara dos Deputados, houve uma intensa movimentação legislativa, destacando-se pontos específicos que requerem atenção. Um dos aspectos notáveis foi o esforço concentrado, estratégia adotada com o propósito de priorizar determinados temas e acelerar processos pendentes.

Nesse período, evidenciou-se uma ênfase especial na votação de agendas de consenso de medidas relevantes. Essas pautas, frequentemente associadas a temas de interesse nacional, enfatizam a relevância do diálogo e da colaboração entre os diferentes partidos políticos em prol do povo.

Uma das responsabilidades preponderantes da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional no final do ano fora a apreciação e votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), do Plano Plurianual (PPA) e da Lei Orçamentária Anual (LOA). Esses instrumentos são fundamentais para o funcionamento do Estado e impactam diretamente a vida dos cidadãos, delineando prioridades e alocando recursos a cada área.

É importante salientar que a aprovação dessas leis não ocorreu sem controvérsias. Uma das questões mais debatidas foi a inclusão da chamada 'emenda patriota' na lei orçamentária. A emenda, aprovada pelo Congresso, provocou discussões acirradas a respeito da sua pertinência e conformidade com os interesses nacionais. A inclusão de emendas ideológicas em leis orçamentárias levanta questionamentos quanto à transparência e à adequação das decisões parlamentares aos interesses da sociedade.

Ao longo do mês, foram realizadas 33 sessões no Plenário, das quais 16 foram deliberativas – 4 do Congresso Nacional. O número demonstra o intenso trabalho legislativo, indicando também a necessidade de avaliação qualitativa das discussões ocorridas durante essas sessões. A participação dos parlamentares em sessões deliberativas é fundamental para a implementação das decisões legislativas, e o número



de sessões destinadas a essas deliberações indica o empenho dos congressistas em avançar nas pautas em discussão.

4. Comentários e Observações

O mês de dezembro de 2023 na Câmara dos Deputados foi caracterizado por uma agenda intensa, com destaque para o esforço concentrado, a votação de temas de consenso, a aprovação das leis orçamentárias e a polêmica em torno da 'emenda patriota'. Esses eventos demonstram a dinâmica complexa e multifacetada do processo legislativo, onde questões técnicas, políticas e ideológicas interagem de forma interrelacionada, determinando o rumo das decisões tomadas no âmbito do Congresso Nacional.



PARLEX

